UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RAFAEL GODOI

Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RAFAEL GODOI

Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera da Silva Telles.

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

GODOI, R. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

à Natália

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Vera da Silva Telles, pela orientação paciente e estimulante. Agradeço ao CNPq pelo financiamento dos primeiros meses desta pesquisa e à FAPESP pelo suporte em mais de três anos de trabalho – também a seu parecerista anônimo. Agradeço a Fernando Salla, não só pelas contribuições no exame de qualificação, mas por vir me mostrando, desde o mestrado, como é possível compor rigor e abertura intelectual – o subtítulo deste trabalho lhe é uma homenagem direta. Agradeço a Vera Malaguti Batista pelas frutíferas sugestões no exame de qualificação e, principalmente, por inspirar-me num engajamento crítico que não faz concessões.

Agradeço ao professor Sérgio Miceli, pelas críticas ao projeto, e ao professor Sérgio Adorno, pelas lições nas várias disciplinas suas que cursei – na graduação, no mestrado e no doutorado. Do PPGS, agradeço também a Gustavo.

Pela crítica aguda e pelas sugestões mais que pertinentes feitas, em diversas ocasiões, a protótipos de diferentes capítulos que compõem esta tese, agradeço aos professores Luiz Lourenço, Angelina Peralva, Antônio Rafael Barbosa e Adriana Vianna. Por acolherem-me como monitor em suas disciplinas de graduação e pela interlocução franca, agradeço aos professores Marcos César Alvarez e Laurindo Dias Minhoto. Pelo convite, pela recepção e pelo diálogo no decorrer de um breve, mas intenso estágio no Departamento de Humanidades da *Universidad Pompeu Fabra* (UPF), em Barcelona, agradeço ao professor Alexandre Coello e a todos os integrantes do *Grupo de Investigación en Imperios, Metrópolis y Sociedades Extraeuropeas* (GRIMSE). Pelas possibilidades de interlocução, agradeço aos professores Luiz Antônio Francisco de Souza, Gabriel Feltran, Juliana Melo, Marta Machado e aos seus respectivos grupos de pesquisa. Pelo incentivo, agradeço a Fernando Rabossi. Sean Purdy, aliado e conselheiro tem também minha gratidão. Pelo diálogo mais que construtivo, agradeço ao professor Paulo Arantes e a todos que sustentam o “Seminário das Quartas”.

Agradeço aos irmãos e cúmplices de GENI: Carlos Freire, Daniel Hirata, Eliane Alves, José César de Magalhães Jr., Tatiana Maranhão, Alessandra Teixeira e Fernanda Emy Matsuda; ao grupo de orientandos da professora Vera: Bruna Ramachiotti, Juliana Machado, Marina Gurgel, Marina Mattar, Natália Rivera, Taís Magalhães, Thiago Mattioli, Tiago Rangel Côrtes e Tiaraju Pablo D’Andrea; a todos os integrantes do projeto temático “A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista”; a todos os colegas

ingressantes no doutorado de 2011, especialmente, a Alexandre Abdal, Leonardo Ostronoff, Marcelo da Silveira Campos, Rafael Montovani e Juliana Tonche.

Agradeço à Pastoral Carcerária pela acolhida, pela orientação ética e por mostrar-me como a violência estrutural e cotidiana das prisões se combate com fraternidade, fé e perseverança. Manifesto profunda gratidão, especialmente, a Padre Valdir, Deyvid Livrini, Heidi Cerneka, José de Jesus Filho, Paulo Cesar Malvezzi, Padre Aécio, Nice, Nide, Dirce, Francisco, Darci, Maria (*in memoriam*), Catarina, Greg, Padre Valdo, Padre Ângelo e Eurípedes. Agradeço à família Dela Bandera, minha família de Dracena: Dona Regina, Seu Mauro, Mauro Jr. e, especialmente, Nicolau, meu guia primeiro no velho oeste; também à família Centelles, minha família de Terrassa: Djazia, Carlos e Carmen.

Agradeço à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a seu Núcleo Especializado de Situação Carcerária e aos incansáveis combatentes Carmen Silvia de Moraes Barros, Patrick Cacicedo, Bruno Shimizu, Marcelo Novaes, Daniela Skromov e Henrique de Paula Finoti. Combatentes de outras trincheiras, agradeço a Rodolfo, Talita, Danilo, Guto, Carol e todas e todos que, pela Rede 02 de Outubro, buscaram e ainda buscam desenterrar a memória dos massacres, de ontem e de hoje, para que, um dia, não mais se repitam.

O desenvolvimento desta pesquisa foi ainda marcado por auxílios vários, mas igualmente determinantes para o seu resultado. Pelas razões mais diversas, agradeço a Adalton Marques, Adriana Aguiar, Ana Gabriela Braga, Bruna Angotti, Bruna Mantese, Bruna Gisi, Camila Dias, Camila Massaro, Daniel Cohen, Daniel de Lucca, Douglas Anfra, Fábio Candotti, Fábio Mallart, Giane Silvestre, Gislene Moura, Gorete Marques, Ión Fernández, Júlia Chiacchio, Karina Biondi, Laura Moraes, Luciano Pereira, Marcelo Berg, Natália Padovani, Nicolai Bruno, Rodolfo Arruda, Tiago Machado e Vivian Lima.

Mais que especial é meu agradecimento a minha família; a meus pais, meu irmão e Brigitte Kulesa, por me ajudarem a compatibilizar o estudo, a pesquisa e a paternidade; a Erika, pela compreensão e apoio incondicional em todas as esferas da vida.

Finalmente, agradeço a todos os interlocutores que participaram direta e indiretamente desta pesquisa: presos, egressos, seus familiares e amigos, operadores do direito, trabalhadores e moradores do interior têm toda a minha sincera gratidão.

Porque ninguém se tornará justo diante de Deus através da observância da Lei, pois a função da Lei é dar consciência do pecado.

Rm 3,20

RESUMO

GODOI, R. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 2015. 243 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Neste trabalho exploro o funcionamento atual e cotidiano do sistema penitenciário paulista a partir de três frentes de investigação: 1 – a dinâmica da execução penal e o particular regime de processamento que organiza o fluxo de condenados pelos espaços de reclusão; 2 – o processo de expansão interiorizada do parque penitenciário, as formas de territorialização das unidades prisionais, da população carcerária e das agências que compõem o sistema de justiça; e 3 – o sistema de abastecimento que promove condições mínimas de sobrevivência no interior das prisões e as diversas modalidades de investimentos materiais e políticos que o caracterizam. Pesquisa documental, entrevistas qualitativas e observação etnográfica constituíram as principais estratégias de investigação. O trabalho de campo se concentrou em três municípios do extremo oeste do estado, especificamente na região da Nova Alta Paulista, bem como no interior de algumas penitenciárias da Região Metropolitana de São Paulo – nas quais entrava na qualidade de agente da Pastoral Carcerária e desenvolvia atividades de assistência religiosa, material e jurídica. A constatação de que o funcionamento cotidiano das prisões no estado de São Paulo depende de uma ampla mobilização e de uma contínua articulação de uma variedade de agentes situados tanto dentro como fora da instituição – principalmente de presos e seus familiares – lança questões sobre figurações atuais e hegemônicas da prisão, que a tomam, de um lado, como um mundo social à parte e, de outro, como um dispositivo de mera incapacitação de amplas camadas populacionais marginalizadas. Esses achados de pesquisa podem contribuir para a reflexão sobre o encarceramento em massa contemporâneo, ao propor parâmetros descritivos e analíticos distintos daqueles que se formularam com referência às experiências do punitivismo nos Estados Unidos e na Europa ocidental; podem também iluminar algumas das condições de possibilidade que estão nas bases da emergência das facções prisionais, especialmente, do Primeiro Comando da Capital (PCC).

Palavras-chave: Prisões. Justiça. Estado. Governamentalidade. São Paulo.

ABSTRACT

GODOI, R. **Flowing chains**: the prisons in São Paulo at the turn of the times. 2015. 243 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

In this thesis I discuss the contemporary daily functioning of São Paulo penitentiary system, exploring: 1 – the particular processing regime that organizes the convicts flows through confinement spaces; 2 – the penitentiary system expansion in rural areas and the prisons', inmates' and justice system agencies' forms of territorialization; and 3 – the supply system promoting minimal survival conditions within the prisons and the various political and material arrangements that characterizes it. Documental research, qualitative interviews and ethnographic observation were the main research strategies. The field work focused on three towns in the west of the state (in the Nova Alta Paulista region) as well as within some penitentiaries in São Paulo's metropolitan region – where I entered as a catholic volunteer, developing religious, material and legal assistance activities. The central finding of this investigation could be summarized as follows: the everyday operation of São Paulo's prisons depends on a broad mobilization and continuous articulation of a variety of agents located inside and outside the institution, mainly prisoners and their families. These finding launches questions about current and hegemonic prison's figurations, which take, on the one hand, prison and society as total different social worlds and, on the other, as a mere incapacitation device. By an ethnographic approach, I intend to contribute to the contemporary mass incarceration understanding, proposing descriptive and analytical parameters distinct from those that are formulated with reference to the experiences of the United States and Western Europe; I also intend to illuminate something of the basic conditions for the emergence of prison factions, especially the Primeiro Comando da Capital (PCC).

Keywords: Prisons. Justice. State. Governmentality. São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Extrato da VEC.....	82
Figura 2	- Distribuição das unidades prisionais da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo pelo território estadual, segundo Coordenadorias Administrativas, em 2013.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Distribuição de unidades prisionais e cidades-sede, segundo a Coordenadoria Administrativa, em dezembro de 2013.....	121
Tabela 2	- Unidades, Capacidade e População na CRMSP, em 5 de novembro de 2013.....	124
Tabela 3	- Unidades, Capacidade e População na CVPL, em 5 de novembro de 2013.....	127
Tabela 4	- Unidades, Capacidade e População na CRC, em 5 de novembro de 2013.....	130
Tabela 5	- Unidades, Capacidade e População na CRN, em 5 de novembro de 2013.....	133
Tabela 6	- Unidades, Capacidade e População na CRO, em 5 de novembro de 2013.....	136
Tabela 7	- Distribuição Absoluta e Percentual de Capacidade e População, por Tipo de Unidade, segundo Coordenadoria Administrativa, em 5 de novembro de 2013.....	138
Tabela 8	- Excedente Populacional Absoluto e Percentual, por Tipo de Unidade, segundo a Coordenadoria Administrativa, em 5 de novembro de 2013...	141
Tabela 9	- Relatório de gastos em itens de higiene, vestuário e limpeza, no CDP de Diadema, em 2011.....	174
Tabela 10	- Relatório de gastos em itens de higiene, vestuário e limpeza, na P2 de Itirapina, em 2011.....	174
Tabela 11	- Visitantes cadastrados, por sexo e faixa etária, segundo regime de pena, em 1 de setembro de 2013.....	177
Tabela 12	- Número de apreensões de telefones e drogas, por tipo de flagrante, segundo regime de pena, em 2012.....	195

LISTA DE SIGLAS

ADA	Amigos dos Amigos
ADP	Anexo de Detenção Provisória
AEVP	Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ANADEF	Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais
APP	Ala de Progressão Penitenciária
ARSA	Anexo de Regime Semiaberto
ASP	Agente de Segurança Penitenciária
CAEF	Central de Atenção ao Egresso e Família
CDL	Comando Democrático da Liberdade
CDP	Centro de Detenção Provisória
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIR	Célula de Intervenção Rápida
CNC	Comando Nazista da Criminalidade
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COC	Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (antigo Centro de Observação Criminológica)
CPB	Código Penal Brasileiro
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPP	Centro de Progressão Penitenciária
CR	Centro de Ressocialização
CRBC	Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade
CRC	Coordenadoria da Região Central
CRMSP	Coordenadoria da Região Metropolitana de São Paulo
CRN	Coordenadoria da Região Noroeste
CRO	Coordenadoria da Região Oeste
CRP	Centro de Readaptação Penitenciária
CRS	Coordenadoria de Reintegração Social
CS	Coordenadoria de Saúde
CVPL	Coordenadoria do Vale do Paraíba e Litoral
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional

DEPESP	Defensoria Pública do Estado de São Paulo
DIPO	Departamento de Inquéritos Policiais
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNAP	Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (antiga Fundação de Amparo ao Preso)
GIR	Grupo de Intervenção Rápida
GR	Guia de Recolhimento
GRADI	Grupo de Repressão e Análise dos Delitos de Intolerância
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ISS	Imposto Sobre Serviços
JECRIM	Juizado Especial Criminal
LEP	Lei de Execução Penal
MJ	Ministério da Justiça
MOI	Mão de Obra Interna (ou Mão de Obra Indireta)
MP	Ministério Público
MS	Medida de Segurança
NAP	Nova Alta Paulista
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCr	Pastoral Carcerária
PFC	Penitenciária Feminina da Capital
PFS	Penitenciária Feminina de Santana
PM	Polícia Militar
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PPP	Parceria Público-Privada
RDD	Regime Disciplinar Diferenciado
RMSp	Região Metropolitana de São Paulo
RO	Regime de Observação
SAP	Secretaria de Administração Penitenciária
SE	Secretaria de Energia
SS	Seita Satânica

SSP	Secretaria de Segurança Pública
STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Terceiro Comando da Capital
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UTE	<i>Unidad Terapéutica y Educativa</i>
VEC	Vara de Execuções Criminais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
1. PONTOS DE REFERÊNCIA	25
1.1. COORDENADAS GERAIS	25
1.1.1. Um percurso compartilhado	25
1.1.2. Alguns estudos.....	28
1.1.3. Um momento, um lugar	30
1.2. PROBLEMAS DE PESQUISA	33
1.2.1. Um depósito de gente?	33
1.2.2. Um outro mundo?	37
1.3. QUESTÕES OPERACIONAIS	43
1.3.1. Itinerários de campo	43
1.3.2. Posto de observação	45
1.3.3. Procedimentos de pesquisa	48
2. MARCOS GERAIS DO DISPOSITIVO CARCERÁRIO PAULISTA	50
2.1. CIRCUITOS.....	50
2.1.1. Sistema penitenciário.....	50
2.1.2. Sistema de justiça	53
2.1.3. Unidade penitenciária	58
2.2. COLETIVOS	62
2.2.1. Funcionalismo penitenciário	62
2.2.2. População carcerária.....	65
2.2.3. Facção prisional.....	66
2.3. CONEXÕES	71
2.3.1. Condições de enunciação.....	71
2.3.2. Vasos comunicantes	73
3. AS LEIS DO TEMPO.....	79
3.1. PRESOS E PROCESSOS	79
3.1.1. Uma visita pastoral	79
3.1.2. Extratos.....	82
3.1.3. Vias de circulação de informações processuais.....	87
3.1.4. Regime de processamento	90
3.2. A GESTÃO DOS CASTIGOS.....	95
3.2.1. Outra visita pastoral.....	95
3.2.2. O processo de sindicância.....	97

3.2.3. Práticas administrativas	100
3.2.4. Administração de fluxos	102
3.3. ILEGIBILIDADE E MOBILIZAÇÃO.....	105
3.3.1. Uma carta.....	105
3.3.2. Mobilização e processamento penitenciário.....	107
3.3.3. A mobilização para além dos muros	110
3.3.4. Sincronizações	114
4. AS DISPOSIÇÕES NO ESPAÇO	119
4.1. INTERIORIZAÇÃO PENITENCIÁRIA EM SÃO PAULO	119
4.1.1. Unidades, cidades e coordenadorias administrativas	119
4.1.2. População carcerária, unidades e coordenadorias administrativas	122
4.1.3. Um mapa recente	143
4.2. O PROCESSO DE EXPANSÃO INTERIORIZADA.....	145
4.2.1. Antecedentes.....	145
4.2.2. A virada dos tempos	148
4.3. OS IMPACTOS DA EXPANSÃO PENITENCIÁRIA NO INTERIOR DO ESTADO	151
4.3.1. Parâmetros de um debate	151
4.3.2. A Nova Alta Paulista	154
4.4. INTERIORIZAÇÃO PENITENCIÁRIA E GESTÃO DAS PENAS	161
4.4.1. Territorializações do sistema de justiça.....	161
4.4.2. A distância na administração das penas	167
5. AS EXIGÊNCIAS DA CIRCULAÇÃO	172
5.1. SISTEMA DE ABASTECIMENTO	172
5.1.1. Investimentos estatais	172
5.1.2. A presença da família	176
5.2. O CONTROLE DAS VISITAS	179
5.2.1. Cadastramento	179
5.2.2. Senhas	181
5.2.3. A organização da fila.....	183
5.2.4. Diante da prisão	184
5.2.5. Os procedimentos de entrada.....	187
5.2.6. A visita.....	190
5.2.7. Acessos e objetos.....	192
5.3. UMA FILA DE CENTENAS E CENTENAS DE QUILOMETROS.....	198
5.3.1. Sentidos da interiorização.....	198
5.3.2. Preparações	200

5.3.3. Partidas	201
5.3.4. Percursos.....	203
5.3.5. Hotel	206
5.3.6. Saídas e retornos	209
5.3.7. O lugar dos afetos	210
CONCLUSÃO	215
REFERÊNCIAS.....	224

APRESENTAÇÃO

Neste trabalho proponho um estudo exploratório e prospectivo sobre as prisões em São Paulo na virada dos tempos. Uma triangulação: num vértice, a prisão, instituição socialmente consagrada como mecanismo punitivo por excelência (FOUCAULT, 1999); em outro, um lugar, ou melhor, um conjunto de lugares, de extensões variadas e intersecções múltiplas – o estado de São Paulo, suas regiões, sua capital, seus bairros; no outro vértice, a contemporaneidade e sua história recente, repleta de transformações fundamentais nas formas de produção e circulação de riquezas, na experiência da política e dos conflitos sociais, bem como nas formas de subjetivação e de sociabilidade cotidiana (TELLES; CABANES, 2006; TELLES, 2010a).

Através do conjunto variado de informações e análises aqui dispostas proponho alguns deslocamentos nas formas de se interpelar e de compreender as prisões, seus territórios e os tempos que correm. São esses deslocamentos que articulam os diversos capítulos e seções da presente pesquisa, garantindo-lhes alguma unidade; por isso, explicitá-los, de partida, pode ser importante para conduzir a leitura do que se segue. Antes, é importante esclarecer que grandes e pequenos deslocamentos aqui operados não são propostas autorais inteiramente originais, devem ser entendidos como formulações – de outros pesquisadores, sobre outros objetos, em outros contextos – as quais subscrevo, importo, altero, torço, radicalizo e/ou tiro consequências, visto que novidade não é a maior pretensão dessas linhas, ainda que possa ser um de seus efeitos.

O primeiro e talvez mais importante deslocamento que proponho/subscrevo visa a uma outra figuração da prisão, mais conforme ao seu atual funcionamento cotidiano. Em linhas gerais, é possível afirmar que a prisão não é tomada aqui apenas como uma instituição de confinamento que, ao punir, disciplina e individualiza os corpos, e que foi, de modo tão marcante, dissecada por Foucault (1999). A prisão aparece aqui também como um espaço poroso no interior de um dispositivo de governo, como uma tecnologia (entre outras) de gestão de populações, de agenciamento e regulação de fluxos (de pessoas, objetos e informações), de condução das condutas, de produção e administração de determinadas formas de vida. Sigo, portanto, além das teses de Foucault sobre o poder disciplinar, suas sugestões sobre o poder governamental (2008a, 2008b), voltando-as, como uma grade de inteligibilidade, para um sistema prisional específico e estratégico. Embora não se trate de um estudo da prisão pós-disciplinar (CHANTRAINE, 2006), nem da sociedade de controle

(DELEUZE, 2010) – uma vez que soberania, disciplina e governamentalidade não se sucedem no decorrer da história, mas se articulam e se transformam no tempo e no espaço (BUTLER, 2006; COLLIER 2011 e também FOUCAULT, 2008a, p. 142-143) – é possível afirmar que, neste trabalho, investigo o funcionamento da prisão em tempos (e lugares) de governamentalidade neoliberal – quando (e onde) o desafio que ela se coloca é o de administrar grandes agregados populacionais, mais do que disciplinar indivíduos. O encarceramento em massa (GARLAND, 2001) é, portanto, fundamento e horizonte das questões aqui trabalhadas.

Tal deslocamento tem consequências importantes no que diz respeito aos recursos metodológicos empregados e ao escopo de objetos empíricos a serem observados. Em linhas gerais, é possível afirmar que, diante dos saberes e técnicas que objetivam a delinquência – próprios das disciplinas – ganham maior relevância os expedientes que produzem e regulam uma multiplicidade de fluxos – estes, por sua vez, objetos privilegiados de governo. Cartografar esses fluxos (e seus modos de regulação) exige uma prática de pesquisa multi-situada (MARCUS, 1995), que não se limita ao perímetro institucional, nem ao conjunto de agências e sujeitos mais direta ou formalmente implicados na administração penitenciária; exige também uma observação dos modos de circulação de uma multiplicidade de coisas – de processos judiciais a alimentos perecíveis, tomados como artefatos, no sentido de Latour (1994a) – minimamente tão atenta quanto a que se volta para os percursos propriamente “humanos”. Afinal, governar é sempre dispor, de algum modo, homens e coisas (FOUCAULT, 2008a, p. 128-129).

Um segundo movimento geral que esta tese procura realizar se refere à agenda de estudos na área. No decorrer da pesquisa e da redação desta tese, pareceu-me importante recolocar na pauta as agruras da prisão, ainda que já num outro registro. Embora, nos últimos anos, todo um campo de estudos prisionais venha se consolidando no Brasil (cf. SALLA, 2006b), especialmente no estado de São Paulo (mas não só), o estudo da prisão me parece excessivamente centrado na socialidade dos prisioneiros, em particular, nas dinâmicas estruturantes do fenômeno das facções prisionais. A prisão aparece então como o contexto de emergência e atuação privilegiada do Primeiro Comando da Capital (PCC); torna-se pano de fundo, um dado circunstancial que já não inspira questionamentos mais aprofundados. A intenção de recolocar em discussão aspectos da arbitrariedade, da violência e das mazelas estruturais do sistema penitenciário paulista responde, de um lado, à percepção de que não se poderá compreender a socialidade dos presos sem se considerar atentamente os constrangimentos e injunções que as agências estatais impõem a eles; e de outro, à

constatação de que esses mesmos constrangimentos e injunções não só são pouco problematizados, mas, principalmente, são por demais desconhecidos. Desse desconhecimento decorre a necessidade de mudar de registro. Negligências várias, maus tratos múltiplos, a persistência da tortura são questões que a pesquisa prisional brasileira não deixou de pautar quando da sua emergência e que, pela própria resiliência dessa violência institucional, tornaram-se lugar comum nos discursos sobre a prisão brasileira. Dessa resiliência deriva uma certa atitude intelectual – a que aqui quero colocar em xeque – que, ao postular a questão “prisões no Brasil?”, tão logo responde: “sabemos do que se trata: precariedade, arbitrariedade, maus tratos, tortura, como sempre!” Não deixa de ser verdade. No entanto, o funcionamento cotidiano da prisão é irreduzível a tais expedientes, por mais centrais e estruturantes que eles sejam, outras dinâmicas, que produzem outros sofrimentos, são fundamentais não só para a manutenção das rotinas prisionais, mas para a própria expansão do encarceramento. Ao colocar em primeiro plano o regime de processamento da execução penal, o processo de interiorização penitenciária e o sistema de abastecimento das prisões paulistas pretendo, a um só tempo, recolocar em discussão as agruras da prisão e ampliar os termos em que elas podem ser pensadas.

Um terceiro deslocamento geral que persigo ao longo de toda a tese se refere ao lugar que a experiência prisional paulista pode ocupar no debate internacional sobre o encarceramento contemporâneo. Para analisar a atualidade do sistema penitenciário do estado de São Paulo, negligenciar os termos que prevalecem no debate internacional parece-me tão inconcebível quanto tentar aplicá-los de um modo imediato. A experiência paulista tanto remete aos processos transnacionais que fazem do punitivismo exacerbado uma das mais destacadas marcas de nosso tempo, quanto coloca em suspenso certas formulações, quando não os termos centrais, que estruturam suas mais consagradas narrativas e análises. Por exemplo, um *welfarismo* penal (e social) que nunca se consolidou (cf. TEIXEIRA, 2009) não pode ser, propriamente, desmantelado; uma renovada prisão cuja função é meramente incapacitante e neutralizadora não parece ser exatamente o lugar mais oportuno para a emergência de coletivos de presos que organizam megarrebeliões, promovem centenas de atentados nas ruas e incidem no mercado internacional de drogas. Em quais termos o encarceramento em massa paulista pode e deve ser pensado? De que modo essa experiência particular dialoga com processos análogos no norte e no sul globais? O que o estado de São Paulo tem a ensinar sobre o encarceramento em massa contemporâneo? Sem responder inteiramente a tais indagações, ao persegui-las no decorrer de todo o trabalho, situo o horizonte desta pesquisa muito além dos limites de um “estudo de caso”, das idiossincrasias

de um contexto específico e periférico. Nem exemplo, nem decalque, o encarceramento em São Paulo é tão (ou mais) iluminador da renovação das prisões e da virada dos tempos, quanto seus congêneres do Atlântico norte.

Além desses três movimentos mais gerais, cada capítulo foi construído e redigido tendo em vista operar também alguns deslocamentos. No primeiro capítulo – “Pontos de referência” – procuro explicitar a perspectiva teórica adotada, as escolhas metodológicas feitas, os principais problemas de pesquisa levantados e o percurso empírico da investigação, com seus condicionamentos e limites. Mais do que uma mera apresentação dos objetivos da pesquisa e de suas condições de realização, esse capítulo marca um distanciamento de um certo provincianismo disciplinar que me parece tão descabido quanto reiterado na atual prática das ciências sociais. Mais do que uma reivindicação de ecletismo teórico ou de interdisciplinaridade metodológica, esse capítulo afirma a posição, política e epistemológica, de uma pesquisa que se conduz pelos problemas que levanta e não pelas tradições de uma ou outra disciplina. Aqui, os problemas, conforme vão sendo construídos e enfrentados, articulam saberes e expedientes de pesquisa reivindicados por uma ou outra disciplina – e não o contrário. Sem deixar de ser uma tese de sociologia da punição, este trabalho reúne elementos de sociologia urbana, filosofia política, história, geografia e, principalmente, antropologia. Está, portanto, aberto ao escrutínio e à crítica de todos aqueles que, situados em outras tradições disciplinares, ocupam-se da mesma ordem de problemas.

No segundo capítulo – “Marcos gerais do dispositivo carcerário paulista” – faço uma breve apresentação: 1 – dos tipos de unidades que compõem o sistema penitenciário do estado de São Paulo; 2 – das instituições do sistema de justiça que incidem em seu funcionamento; 3 – dos espaços que constituem a maioria das penitenciárias paulistas; 4 – dos agentes do funcionalismo público que atuam nas prisões; 5 – do perfil geral da população carcerária no estado; e 6 – da questão das facções prisionais em São Paulo. Ao final deste capítulo, reiterando um deslocamento que já propus em minha dissertação de mestrado (GODOI, 2010), incluo, nessa espécie de cartografia básica do dispositivo, o que chamo de vasos comunicantes – as formas de conexão, formais e informais, que articulam territórios de dentro e de fora da prisão. Todo esse esforço descritivo visa a consolidar, com um mínimo de didatismo, as mais básicas referências necessárias à compreensão das discussões que se seguirão nos demais capítulos. Essas apreciações sintéticas e introdutórias me parecem necessárias a fim de evitar que a leitura desta tese se restrinja a um círculo de especialistas que só admite iniciados; também porque, muitas vezes, os mais especializados estudos da área

manifestam um patente desconhecimento do quadro mais geral onde se situam seus objetos de pesquisa.

No centro do terceiro capítulo – “As leis do tempo” – está uma discussão sobre a experiência da lei, da pena e do Estado no interior do espaço penitenciário. Abordo as dinâmicas de circulação de informações processuais, de punição interna à instituição e de mobilização de presos e outros agentes em função dos trâmites da execução penal, na tentativa de qualificar o particular regime de processamento que rege o fluir da população carcerária em São Paulo, no decorrer do tempo. Ao explorar – no detalhe, em miúdos – os mecanismos de gestão das penas, pretendo afastar-me de análises genéricas e correntes que se limitam a atestar, muitas vezes não mais que retoricamente, a conversão da prisão num mero depósito de gente supérflua.

No quarto capítulo – “As disposições no espaço” – apresento alguns dados sobre a distribuição da população carcerária pelos diferentes tipos de unidades e regiões do estado; discuto a tendência recente de interiorização penitenciária; exploro os impactos desse processo numa região do extremo oeste paulista, bem como na própria experiência da pena – no regime de processamento. Pelo menos dois deslocamentos estão subentendidos nas diferentes partes que compõem esse capítulo. Em primeiro lugar, frente uma figuração por demais vaga do sistema penitenciário, como se tratasse de um todo indiferenciado, oponho um estudo de suas formas de espacialização (FERGUSON; GUPTA, 2002), isto é, dos modos pelos quais os diferentes tipos de unidades, as diversas categorias da população carcerária e mesmo os variáveis coeficientes de superlotação se distribuem desigualmente pelo território estadual. Já no que se refere especificamente ao processo de interiorização penitenciária, levanto objeções que visam a aprofundar a reflexão e reconstituir sua complexidade no contexto paulista. Se é possível ver nesse processo tanto uma variação/atualização das velhas formas do banimento, quanto uma estratégia deliberada de invisibilização de setores sociais marginalizados (GÓES; MAKINO, 2002), parece-me necessário explorar mais de perto o entrelaçamento de eventos específicos que o promoveram e, principalmente, seus efeitos imediatos nos territórios interioranos do estado e no interior mesmo das penitenciárias, levando sempre em consideração o que já se formulou sobre processos análogos em outros contextos, especialmente nos Estados Unidos.

No quinto e último capítulo – “As exigências da circulação” – apresento alguns dados sobre o sistema de abastecimento que proporciona a manutenção cotidiana dos presos paulistas, atentando, especialmente, para o papel central desempenhado por seus familiares. Discuto as principais formas de controle estatal que objetivam esses familiares e apresento

alguns aspectos da dinâmica de visitação em penitenciárias do extremo oeste, para propor algumas reflexões não apenas acerca dos sentidos sociais e políticos da interiorização penitenciária, mas também sobre o que iluminam do próprio funcionamento atual das prisões no estado de São Paulo. Nesse capítulo, rechaço hipóteses bastante consolidadas que veem os familiares, e especialmente as mulheres, como vítimas secundárias (ou colaterais) do encarceramento massivo; sustento que tais familiares não só ocupam uma posição central no funcionamento do dispositivo carcerário como um todo, como também os constrangimentos e injunções dos quais são objeto são particularmente iluminadores da mecânica geral que rege o funcionamento atual da prisão.

1. PONTOS DE REFERÊNCIA

A ciência não é impregnada por sua própria unidade, mas pelo plano de referência constituído por todos os limites ou bordas sob as quais ela enfrenta o caos.

Deleuze e Guatarri, em *O que é a Filosofia?*

1.1. COORDENADAS GERAIS

1.1.1. UM PERCURSO COMPARTILHADO

Esta pesquisa é fruto e, ao mesmo tempo, parte de um mais amplo esforço coletivo de compreensão das recentes e profundas reconfigurações que vêm atravessando o mundo social de ponta a ponta. Em 2004, ingressei – na qualidade de bolsista de iniciação científica – na pesquisa “Cidade e trabalho: mobilidades ocupacionais e seus territórios” (CNPq), coordenada pela Prof.^a Dr.^a Vera da Silva Telles e pelo Dr. Robert Cabanes. Naquele momento, uma grande equipe de pesquisa já estava constituída e em campo, explorando transformações no mercado de trabalho, nas dinâmicas de ocupação de terras, nas formas de associação política e de sociabilidade cotidiana, em diferentes territórios periféricos da cidade de São Paulo. Embora cada um tivesse seus próprios interesses de pesquisa, não só o trabalho de campo era conduzido coletivamente, como todo o material de pesquisa levantado – documentos, entrevistas, cadernos de campo, etc. – era amplamente compartilhado, trabalhado e discutido em conjunto¹. Meu ingresso nesse coletivo se deu numa etapa da pesquisa empírica em que experiências fortemente vinculadas à prisão emergiam – de diversas maneiras e por diversos motivos – dos materiais de pesquisa levantados em diferentes territórios. A prisão se impunha como um tema, conforme avançávamos no esforço de compreender a virada dos tempos e a cidade. Coube a mim, um pouco por acaso, um pouco por inclinação, sistematizar e estudar esses dados. Desde então, não só a prisão nunca deixou de ser o “meu” tema, como nunca pude deixar de concebê-la em conexão com outros territórios, como um circuito, entre outros, que compõe e reconfigura a paisagem urbana.

¹ Uma primeira apresentação dos resultados dessa experiência coletiva de pesquisa estão em Telles e Cabanes (2006).

Em minha dissertação de mestrado (GODOI, 2010) procurei desenvolver uma perspectiva sobre a prisão que estivesse em consonância com nossas discussões e achados a respeito da cidade e a virada dos tempos. Nesse sentido, propus uma reflexão sobre os vasos comunicantes e os agentes mediadores que cotidianamente operam conexões entre o dentro e o fora das instituições prisionais, bem como problematizei o processo de massificação do encarceramento (GARLAND, 2001), explorando alguns dos efeitos societários que acarreta, em São Paulo e na Catalunha. No decorrer dessa experiência, pude consolidar uma visão sobre a prisão que a toma, empiricamente, como um amplo e multifacetado dispositivo (FOUCAULT, 1981, p. 137-138) que articula agentes, agências, territórios, práticas e discursos ao redor e através das muralhas. Nesta tese, além de dar continuidade a esse processo de construção, procuro avançar na exploração do dispositivo carcerário paulista investindo em duas de suas territorialidades mais estratégicas – dado que realizam em maior grau funções propriamente punitivas: o lado de dentro da penitenciária e o interior mais distante do estado de São Paulo, região que nos últimos anos passou a abrigar um número importante dessas instituições.

Durante a realização deste trabalho, o diálogo com diversos pesquisadores continuou, em reuniões periódicas do grupo de orientandos da Prof.^a Dr.^a Vera da Silva Telles, no Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI), no grupo de discussão que veio a dar origem ao projeto temático “A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista” (FAPESP)². Não obstante a diversidade de temas e interesses de pesquisa articulados nesse amplo e já longo debate, muitos de nós compartilhamos uma mesma inquietação sociológica e política, além de uma mesma estratégia para lidar com ela; tal inquietação já foi formulada e explicitada nos seguintes termos: “Com quais parâmetros colocar em perspectiva e sob perspectiva crítica os ordenamentos sociais urdidos nos últimos anos, na virada dos tempos?” (TELLES, 2010a, p. 147).

A pergunta não é sem razão; decorre da percepção de que a sociedade vem passando por aceleradas transformações, enquanto os próprios termos em que a teoria social e o pensamento crítico se apoiavam para compreendê-la (e intervir nela) parecem ter se desativado ou, o que é pior, foram de fato assimilados pelo turbilhão da mudança, perdendo assim qualquer potência, heurística ou transformadora. A “linguagem política” (Ibid. p. 149) dos direitos, da cidadania, do espaço público e da inclusão social, não só entrou em

² Todos os méritos que este estudo venha a ter devem ser compartilhados com esse coletivo, todos os deméritos serão exclusivamente meus.

encadeamentos práticos e discursivos que alteraram usos e sentidos de cada um desses termos, como o campo de conflitos – onde outrora essa linguagem se articulava – foi deslocado. Desse processo, temos vários registros. Por exemplo, ideais de responsabilidade social e promoção da cidadania tornaram-se, nos últimos anos, objetivos empresariais, convertendo o direito numa espécie de serviço (MARANHÃO, 2011). Direitos ambientais e desenvolvimento sustentável são cada vez mais evocados a fim de justificar violentas e arbitrárias remoções de favelas, que, por sua vez, só intensificam o processo de crescimento desordenado da cidade e a especulação imobiliária (ALVES DA SILVA, 2011). Iniciativas de promoção da participação social nas decisões governamentais – a exemplo dos programas de Orçamento Participativo – além de atualizarem práticas de cooptação política e de clientelismo, permitiram instituir e legitimar a penúria (RIZEK, 2007). O combativo associativismo popular dos bairros periféricos da grande metrópole paulista se converteu numa miríade de projetos sociais, que participam da implementação de políticas públicas e assistenciais, competindo num acirrado mercado concorrencial por parcerias e recursos (MAGALHÃES JR., 2006, 2011). A inclusão social se promove, agora, pelo mercado, não mais apesar dele, nem contra ele; desempregados, trabalhadores informais, precarizados e demais “excluídos” são convertidos em empreendedores de suas próprias existências, via programas de microcrédito, capacitação profissional e formalização simplificada – que não deixam de repor e multiplicar clivagens (FREIRE DA SILVA, 2014; CÔRTEZ, 2013). Processos de pacificação de territórios tanto podem estar relacionados a procedimentos particulares de resolução de conflitos vinculados ao “mundo do crime” – como no caso da redução das taxas de homicídio em São Paulo, no decorrer dos anos 2000 (TELLES, 2010a; HIRATA, 2010; FELTRAN, 2008, 2012) – quanto a violentíssimas intervenções militares, as quais privam grupos inteiros de direitos básicos, quando não da vida – como no Complexo do Alemão e demais Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro olímpico (BATISTA, 2011). Apreender (e criticar) um tal estado de coisas exige renovados parâmetros analíticos que escapem de uma linguagem política que já não diferencia nada, nem ninguém.

A estratégia que compartilhamos para lidar criticamente com essa virada dos tempos é, com efeito, a aposta teórico-metodológica numa “etnografia experimental” (TELLES, 2010a, p. 21), a qual busca na descrição de uma cadeia de práticas e processos, situados no tempo e no espaço, “seguir as pistas de ordenamentos sociais emergentes” (Ibid.), não para enquadrá-los posteriormente numa teoria geral e totalizadora, mas para prospectar os novos campos de conflito e jogos de poder que vêm estruturando, articulando e atravessando diferentes domínios do tecido social. Apostamos no trabalho empírico, etnográfico, para

apreender, em seus próprios (e novos) termos, os deslocamentos nos campos de conflitos que (re)organizam a experiência do mundo – nos quais, atualmente, estão cifradas as possibilidades da crítica e da política.

1.1.2. ALGUNS ESTUDOS

Uma inquietação, uma aposta teórico-metodológica e também diversos estudos compartilhados fazem deste trabalho produto e parte de um esforço coletivo maior; estudos que conformam um campo de problematização, de interlocução, onde questões de pesquisa podem ganhar relevo e alguns achados podem ser formulados; estudos, em suma, que constituem um solo comum onde esta e outras pesquisas se apoiam para existir e poder dialogar. Não se trata de um arcabouço teórico a ser aplicado, de um conjunto de conceitos cuja circunscrição necessariamente antecede a realização da pesquisa. Trata-se, mais propriamente, de uma combinação sempre aberta de referências, questões, formulações e problemas implicados nas bases do estudo, assim como em seu desenvolvimento e em seus resultados; combinação que informa a perspectiva analítica adotada, não a determina nem a esgota, e que só pode ser explicitada de um modo esquemático e insuficiente, como um roteiro de estudos.

Em primeiro lugar, parece-me importante destacar que este trabalho sobre a prisão emerge de um projeto coletivo de pesquisa sobre a cidade – projeto este que se distingue, especialmente, por uma acentuada preocupação em apreender fenômenos de mobilidade³, mais que definir estruturas de segregação. Autores como Joseph (1984, 1998) e Villaça (1998, 2011) sugerem uma visão sobre a cidade na qual formas de deslocamento e lugares de passagem constituem elementos centrais da dinâmica urbana (cf. TELLES; CABANES, 2006, p. 75-76). A segregação existe e importa, mas a partir de tal perspectiva, aparece como o efeito da distribuição desigual de custos de deslocamento e condições de acessibilidade, não como mera fixação. Nestes termos, os sentidos das transformações da cidade, impactada por novas formas de produção e circulação da riqueza e do trabalho, estão cifrados nas dinâmicas e eventos que regem a mobilidade habitacional, ocupacional e cotidiana de seus habitantes

³ Mobilidade, aqui, não remete a deslocamentos verticais na pirâmide social, mas sim a deslocamentos horizontais no espaço.

(TELLES; CABANES, 2006; TELLES, 2010a). Questões de mobilidade também vêm ocupando um lugar central no debate sobre globalização, haja vista que autores como Castells (1994), Bauman (1999), Urry (2000) e Appadurai (1996, 1997), não obstante suas diferentes perspectivas, convergem em ressaltar a exacerbação das mobilidades (de pessoas, coisas e informações) por todo o globo, como um dos traços característicos da virada dos tempos. Juntos, estes (e outros) pensadores contemporâneos delineiam os contornos do que pode ser considerada uma renovada *episteme* para a teoria social – sobre a qual esta pesquisa se apoia – centrada na mobilidade e que só concebe fenômenos locais na medida em que são compostos e atravessados por fluxos de natureza e extensão variadas, que implicam tantos outros agentes e territórios (MARCUS, 1995).

As proposições de Foucault sobre as relações de poder-saber, a prisão e o Estado constituem outra matriz fundamental da perspectiva analítica aqui empregada. Em “Vigiar e Punir” (1999), Foucault propõe um modo de pensar o poder para além de seus aspectos repressivos e institucionais – ressaltando suas dimensões microfísicas, táticas, estratégicas, tecnológicas e produtivas (DELEUZE, 1987) – que não só está pressuposto neste texto, como conforma sua própria linguagem. Nesse sentido, a prisão é aqui interpelada não apenas como aparelho disciplinar, mas também como um operador estratégico da gestão diferencial dos ilegalismos (FOUCAULT, 1999, p. 226-227; TELLES, 2010a; HIRATA, 2014). Já o modo como Estado e suas agências são divisados neste trabalho se baseia, principalmente, na discussão da governamentalidade, tal como Foucault a desenvolve em “Segurança, Território e População” (2008a) e “Nascimento da Biopolítica” (2008b)⁴. Essa discussão também funda os termos em que penso as tecnologias de gestão de populações, isto é, em relações complexas com estruturas de soberania e técnicas disciplinares, as quais não se sucedem numa linearidade evolutiva, mas se compõem num jogo de preeminências, reinvestimentos e refuncionalizações mútuas (FOUCAULT, 2008a, p. 142-143; COLLIER, 2011; BUTLER, 2006).

Para inspirar e balizar o esforço de fazer convergir pesquisa empírica, instrumental analítico foucaultiano e o estudo das mobilidades, foi de fundamental importância a leitura compartilhada de uma certa “antropologia do estado” (SHARMA; GUPTA, 2006; DAS; POOLE, 2008). Em linhas gerais, trata-se de um conjunto de autores contemporâneos que se

⁴ Além dos próprios trabalhos de Foucault, a questão da governamentalidade é aqui trabalhada seguindo reflexões várias, presentes em Burchell, Gordon e Miller (1991), Senellart (1995), Garland (1997), Dean (1999), Rose, O'Malley e Valverde (2006), Bröckling, Krasmann e Lemke (2011), Collier (2011), entre outros.

propõem a indagar sobre como o Estado é produzido, vivenciado e representado no cotidiano. Suspendendo a imagem verticalizada, piramidal, de um Estado que se definiria, *a priori*, pelo monopólio legítimo da violência e por uma progressiva racionalização (WEBER, 2004), esses autores o abordam na empiria de seus vários centros e camadas, na multiplicidade de suas agências, formas de ação e racionalidades, que se manifestam nas interações cotidianas entre aqueles que exercem (ou reivindicam) sua autoridade e tantos outros indivíduos ou grupos (FERGUSON; GUPTA, 2002; DAS, 2007; GUPTA, 2012). Assim, o Estado não se apresenta como unidade de análise, nem como pressuposto normativo e irrefletido (WIMMER; GLICK-SCHILLER, 2003), mas como um conjunto de agências entre outras, cujas relações expressam arranjos entre dispositivos de soberania, técnicas disciplinares e tecnologias governamentais que se realizam em contextos situados no tempo e no espaço, produzindo efeitos políticos e sociais que são passíveis de investigação empírica (FERGUSON, 1994, 2006).

Em diferentes fases do processo de pesquisa, por diversos motivos e com distintas implicações, tantos outros autores (e suas questões) vieram a compor esse roteiro de estudos. Os exemplos mais destacados são: Agamben (2003, 2005, 2007, 2008) e suas reflexões sobre o Estado de Exceção, a vida nua e a urgência; Latour (1986, 1988, 1994a, 1994b, 2005, 2006, 2010, CALLON; LATOUR, 1981) e sua teoria do ator-rede; Deleuze e Guatarri (1995, 1997a, 1997b) e suas proposições sobre rizomas, linhas de fuga, máquinas de guerra e aparelhos de captura. Nenhum desses trabalhos será aqui discutido à exaustão, limito-me a indicar que foram importantes para o desenvolvimento da perspectiva analítica adotada neste trabalho, na medida em que impuseram outras leituras, orientaram o olhar no campo e também pautaram a redação desta tese.

1.1.3. UM MOMENTO, UM LUGAR

Como já indiquei, esta pesquisa deriva da percepção de uma crescente presença da prisão nas dinâmicas sociais que se estruturam nas periferias do município de São Paulo, bem como nas trajetórias de um número cada vez maior de indivíduos que habitam tais territórios. Essa constatação pode ser considerada como um registro local de um processo transversal, global, que vem caracterizando a virada dos tempos. Garland (1999, 2001, 2005), Wacquant (2001, 2002, 2003, 2007) e Christie (1993) são alguns dos mais conhecidos autores

empenhados em qualificar esse novo momento na história da punição, relacionando expansão carcerária, neoliberalismo, encolhimento dos gastos sociais do Estado, ampliação de investimentos públicos e privados nos dispositivos de controle do crime, entre outros fatores. Demonstrando como a atual inflação carcerária não é mero reflexo do aumento nos índices de criminalidade, esses (e outros) autores apontam para a complexidade das relações históricas que se estabelecem entre economia, política, cultura e punição.

Em outro registro, para qualificar o momento presente, diversos autores vêm chamando a atenção para a expansão e progressiva centralidade de práticas que as agências estatais definem (e interpelam) como informais, ilícitas e ilegais, em uma variedade de arranjos sociais e econômicos (ALSAYYAD; ROY, 2009; ROY, 2009a, 2009b; TELLES, 2009, 2010a, 2010b; TELLES; HIRATA, 2007, 2010; FELTRAN, 2008). Tráfico de drogas e armas, contrabando de mercadorias, pirataria de logomarcas, golpes financeiros e comerciais, pressões, fraudes, espionagens, chantagens e extorsões são, cada vez mais, expedientes mobilizados na concreção de estratégias de aquisição (e fruição) de bens, de poder e de *status*. Na mesma medida, nas bases das hierarquias sociais, trabalho temporário, precário, informal e atividades ilícitas são expedientes que se combinam, se confundem e se alternam na viabilização de estratégias de sobrevivência. “A cidade como bazar” é a imagem que Ruggiero e South construíram para designar essa dinâmica de “mobilidades laterais” (1997, p. 59 – tradução minha) entre os domínios do legal e do ilegal, que vem caracterizando a sociedade contemporânea – e que é especialmente sugestiva para se pensar contextos como o do Rio de Janeiro (MISSE, 2006) e São Paulo (TELLES, 2010a, 2010b, 2012). Nesse cenário reconfigurado, a experiência da prisão se torna um elemento cada vez mais comum na trajetória dos operadores dos ilegalismos que concentram maiores riscos de incriminação (MISSE, 2008) e que propiciam menor retorno econômico.

O estado de São Paulo se mostra como um lugar bastante apropriado para indagar sobre a dinâmica da expansão carcerária, suas causas, seu funcionamento, seus efeitos. Em 1986, a população carcerária paulista era de 24.091 presos e a taxa de encarceramento era de 85,1/100 mil habitantes (SALLA, 2007, p. 74); em 1996, a população carcerária saltava para 66.278 presos (Ibid., p. 83), e a taxa de encarceramento, para 194,5/100 mil habitantes⁵; segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2014), no final de 2012, o estado de São Paulo já contabilizava uma população de 195.695 presos e uma taxa de

⁵ A taxa de encarceramento para o ano de 1996 foi calculada com base nos dados populacionais estaduais encontrados em IBGE (2014).

encarceramento de 474,4/100 mil habitantes⁶. Em 1983, o sistema penitenciário paulista dispunha de apenas 14 unidades (SALLA, 2007, p. 77), em 1994, já eram 43 (Ibid., p. 79), e em 2012, o estado de São Paulo contava com um total de 152 unidades prisionais (SAP, 2014).

O sistema penitenciário do estado de São Paulo é, com efeito, o maior do Brasil e um dos maiores do mundo. Em 2012, as prisões brasileiras abrigavam uma população de 548.003 pessoas, sendo a taxa de encarceramento nacional de 287,3/100 mil habitantes (DEPEN, 2014). O estado de São Paulo, portanto, concentra cerca 35% dos presos do Brasil e apresenta uma taxa de encarceramento 65,1% maior que a nacional. Se fosse um país, São Paulo estaria entre os dez que mais encarceram no mundo, em população absoluta e taxa de encarceramento (cf. ICPS, 2014). Se se excetua a Rússia – o terceiro país que mais encarcera – a população carcerária paulista é maior que a de qualquer outro país europeu. Em termos relativos, o estado de São Paulo apresenta uma taxa de encarceramento mais que duas vezes superior a do Reino Unido e Espanha, e mais de quatro vezes superior à taxa da França⁷.

Para além das dimensões superlativas, o sistema carcerário paulista chama a atenção por apresentar uma trajetória de expansão das mais turbulentas, marcada por inúmeras fugas, rebeliões e mortes. Em 1992, pelo menos 111 presos foram assassinados por forças policiais na Casa de Detenção de São Paulo, no episódio que ficou conhecido como Massacre do Carandiru (PIETÁ; PEREIRA, 1993). Em 1995, uma rebelião numa penitenciária do município de Tremembé durou cerca de 130 horas (SALLA, 2007, p. 80), constituindo-se como uma das mais longas da história; apenas entre janeiro e maio de 1997, foram registradas 57 rebeliões prisionais em todo o estado (DIAS, 2011, p. 136). Em fevereiro de 2001, 29 unidades prisionais se rebelaram simultaneamente, num levante que envolveu mais de 28.000 presos (SALLA, 2006a, p. 276); e em maio de 2006, foram 73 unidades simultaneamente rebeladas (ADORNO; SALLA, 2007, p. 7) enquanto, do lado de fora dos muros, 43 agentes públicos – principalmente policiais e agentes de segurança penitenciária (ASPs) – foram assassinados (IHRC; Justiça Global, 2011, p. 5), 122 pessoas foram executadas – com indícios de participação policial (Ibid., p. 3) – e centenas de ataques foram perpetrados contra

⁶ Esses dados não contemplam casos de prisão domiciliar.

⁷ Segundo dados do ICPS (2014), a taxa de encarceramento no Reino Unido (Inglaterra e País de Gales) é de 149/100 mil hab.; na Espanha, de 144/100 mil hab.; e na França, 103/100 mil hab. Embora esses dados tenham sido produzidos de diversas maneiras e atualizados em diferentes momentos, eles servem como referência de escala. No que concerne à taxa de encarceramento, o índice paulista é maior que o da própria Rússia – 470/100 mil hab.

bancos, lojas, prédios públicos e ônibus⁸. Ao passo que o sistema penitenciário paulista se expandia, as rebeliões prisionais se tornaram mais frequentes, mais longas, maiores, mais espetaculares e mais generalizadas. Esses episódios são alguns dos que marcam o processo de emergência e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) como facção hegemônica dentro e fora das prisões, e que conferem ao estado de São Paulo a qualidade de abrigar um dos sistemas prisionais mais conflagrados do mundo⁹.

1.2. PROBLEMAS DE PESQUISA

1.2.1. UM DEPÓSITO DE GENTE?

Transformações importantes no funcionamento do sistema de justiça criminal, em diversos países, remontando, em linhas gerais, ao último quarto do século XX, foram e ainda são objeto de um vigoroso debate nas ciências sociais¹⁰. Estado penal, nova penalogia, justiça atuarial, punitividade tardomoderna, pós-moderna, liberal avançada, neoliberal e neoconservadora são apenas alguns exemplos mais destacados das formulações lançadas por diferentes intelectuais a fim de apreender a complexidade e os contornos gerais desse processo (cf. CANÊDO; FONSECA, 2012). Não obstante divergências nas análises, ênfases e conclusões, é recorrente a abordagem de um determinado conjunto de elementos que indicaria essa grande transformação. O aumento exponencial da população carcerária e das taxas de encarceramento – o que se convencionou designar como “encarceramento em massa” (GARLAND, 2001, p. 2) – mais ou menos concomitante em diferentes países, constitui uma das evidências empíricas de maior relevo, que aponta para a importância, a profundidade e a amplitude das mudanças que resultaram nas atuais formas de controle e punição.

⁸ Entre 12 e 20 de maio de 2006, um total de 439 homicídios foram registrados no estado de São Paulo (ADORNO; SALLA, 2007, p. 7).

⁹ Sobre o PCC, ver, entre outros, Salla (2006a), Holston (2009), Biondi (2010, 2014) e Dias (2011). Sobre sua atuação fora das muralhas, ver Adorno e Salla (2007), Feltran (2008), Hirata (2010), Telles (2010a) e Adorno e Dias (2013). A relativa pacificação que sucede a megarrebelião de 2006 não me parece suficiente para descaracterizar a exacerbada conflitividade que estrutura o sistema prisional paulista.

¹⁰ Alguns dos mais importantes pesquisadores engajados nesse debate são Malcolm Feeley, Jonathan Simon, David Garland, Pat O'Malley, Richard Sparks, Marc Mauer, David Downes, Loïc Wacquant, Franklin E. Zimring, Michael Tonry, Stanley Cohen, Alessandro de Giorgi, John Pratt, Nicolas Rose, entre muitos outros.

A redefinição da função social da prisão, que se expressa pela expansão vertiginosa dos sistemas penitenciários em diversos países, é um ponto comum em diferentes análises. Existe um relativo consenso quanto ao fato de a prisão ter sido esvaziada de seus objetivos ressocializadores, passando a funcionar como mero dispositivo de contenção e incapacitação de amplas camadas populacionais marginalizadas (GARLAND, 2005, p. 41-42; BAUMAN, 1999, p. 106-107). A prisão passa a se figurar como depósito de um excedente populacional que não para de crescer em tempos de globalização e de ajustes neoliberais. Nos termos de Rose (2000, p. 330), é o destino final e comum dos circuitos contemporâneos da exclusão. No interior desse debate sobre as novas formas de controle e punição, por mais acirradas que sejam as divergências, uma renovada função estratégica da prisão é amplamente reconhecida: depósito de gente supérflua.

Minha proposta neste trabalho é tomar a prisão-depósito como problema para a investigação empírica, a partir de algumas observações que pretendem evitar uma aceitação por demais irrefletida dessa tese. Em primeiro lugar, ressaltaria a necessidade de não se tomar por análise crítica o que na verdade se constitui como o novo conteúdo programático dos sistemas punitivos contemporâneos. Operadores, apologistas e estrategistas do endurecimento penal são os primeiros a afirmar que a prisão funciona como mecanismo de contenção e incapacitação de criminosos (cf. FEELEY; SIMON, 2012, p. 28; MARQUES, 2008, p. 284) – seja porque retira “monstros” incorrigíveis do espaço público, seja porque priva da circulação urbana, sujeitos racionais que aproveitam oportunidades delitivas distribuídas no ambiente (GARLAND, 1999, 2005). A segunda observação decorre da primeira: é preciso problematizar a eficácia de uma tal programação. Muitas vezes, os estudiosos se limitam a constatar a nova função incapacitante da prisão para, em seguida, empreender maiores esforços na investigação de suas causas históricas e culturais (SIMON, 2001; GARLAND, 2005), dos sistemas de pensamento que lhe dão sustentação (O’MALLEY; HUTCHINSON, 2007) ou dos mecanismos de poder que a integram numa dada estratégia (ROSE, 2000). A prisão contemporânea aparece então como algo que tem uma função social bastante clara, mas cujo funcionamento não inspiraria maior interesse – como se a nova prisão-depósito, simplesmente, armazenasse, anulasse e incapacitasse e, nela, nada mais pudesse acontecer.

Ao enfatizar a necessidade de problematização da eficácia do programa neutralizador, evoco algumas das maiores contribuições de Foucault para a análise e a crítica de nossos sistemas punitivos. O cuidado de não tomar a prisão como um dispositivo meramente repressivo, nem o poder como uma relação meramente negativa são princípios teóricos e metodológicos estruturantes do pensamento foucaultiano, pelo menos, desde

“Vigiar e Punir” (1999). Não é porque a prisão já não se representa como o aparelho disciplinar que Foucault analisou, que deixa de fazer sentido o estudo de sua mecânica de funcionamento e a prospecção de seus efeitos positivos ou de suas produtividades¹¹. Ademais, se em “Vigiar e Punir” Foucault coloca como questão estratégica uma indagação sobre a eficácia que subjaz as reiteradas denúncias de fracasso da instituição (Ibid., p. 226-227), talvez, no momento atual, seja o caso de propor, inversamente, questionamentos sobre os fracassos que se produzem sob as reiteradas proclamações de que a prisão funciona, ainda que como mero dispositivo incapacitante. No estado de São Paulo, a emergência das facções prisionais, especialmente do Primeiro Comando da Capital (PCC), e a extensão de suas atividades para muito além do perímetro prisional são fatores que colocam na ordem do dia a indagação sobre o funcionamento atual de uma prisão que se pretende meramente neutralizadora.

Proponho neste trabalho, portanto, o seguinte percurso: partir da função prisão-depósito para uma exploração do funcionamento da prisão massificada. Isto é, não se trata de elucidar, mais uma vez, qual a função geral da prisão contemporânea, mas de questionar como ela vem funcionando, num contexto específico e estratégico como São Paulo¹². Para tanto, também me apoiarei em diversas sugestões foucaultianas sobre a governamentalidade e o neoliberalismo (FOUCAULT, 2008a, 2008b), as quais são mobilizadas e desdobradas por muitos dos autores envolvidos no debate sobre as alterações recentes nas formas de controle e punição, numa escala mais ampla. Técnicas atuariais, modos de intervenção ambiental, formas de responsabilização dos sujeitos, estratégias de condução e capitalização de suas escolhas e ações, entre outros elementos característicos de uma governamentalidade neoliberal, podem, com proveito, tanto iluminar as linhas gerais que articulam os mecanismos mais amplos de segurança e justiça – onde a prisão figura como um elemento entre outros –, como servem de referência para conferir inteligibilidade a emergentes dinâmicas de gestão do próprio espaço penitenciário (GARLAND, 1997).

Alguns pesquisadores têm avançado nesse sentido, explorando novos projetos de gestão penitenciária em determinados contextos. Por exemplo, nas prisões escocesas, um projeto intitulado *Personal Development File*, voltado para presos que cumprem longas penas, pretende engajar o sentenciado em sua própria reabilitação, através de uma série de práticas

¹¹ Os termos positivo e produtivo não remetem aqui a um juízo de valor.

¹² Dean (1999) ressalta a importância de perguntas “como” em pesquisas que se debruçam sobre dispositivos de governo. Salle e Chantraine (2009, p. 110) também propõem, ainda que em outros termos, um deslocamento analítico da função ao funcionamento das instituições punitivas.

de autoavaliação e tomada de decisão, as quais serviriam como um treinamento para o exercício da liberdade. As diversas atividades que compõem o projeto visam a promover a prudência e a responsabilidade do preso, como empreendedor ativo e autônomo de seu próprio desenvolvimento pessoal (GEMMEL, 1993; FERRANT, 1997 apud GARLAND, 1997, p. 191-192). Técnicas similares de alinhamento de interesses de presos e gestores penitenciários podem ser encontradas na Espanha. Malventi (2009, 2012) e Garreaud (2010) estudaram as *Unidades Terapéuticas y Educativas* (UTES), projeto inovador iniciado numa prisão das Astúrias em meados dos anos 2000, no qual os presos são incitados a colaborar com diretores, técnicos e agentes de segurança na gestão da unidade. Para ingressar no projeto, os presos selecionados assinam um “contrato terapêutico”, no qual se comprometem a participar ativamente dos programas de tratamento e formação, das reuniões que marcam o cotidiano da unidade, bem como a zelar para que ela se mantenha um espaço livre de drogas e violência. A maior flexibilidade das rotinas diárias, bem como a maior liberalidade no uso dos espaços (internos) – como por exemplo, a convivência cotidiana de presos e presas – são combinadas com uma intensa medicalização dos detentos e uma forte injunção à delação de qualquer irregularidade observada.

Chantraine (2006) observa práticas análogas no sistema penitenciário canadense. Em unidades de segurança média, ele identifica novas formas de exercício do poder e de orientação dos comportamentos, via incentivos positivos – como gratificações materiais e simbólicas, individuais e coletivas – e delegação de responsabilidades (e de poder) aos presos, constituindo-os, de um lado, como colaboradores na manutenção do cotidiano e do espaço carcerário, e de outro, como responsáveis pelo desenrolar de suas próprias penas¹³.

Essas pesquisas ajudam a demarcar as atuais linhas de desenvolvimento dos mecanismos internos de gestão penitenciária. Injunções à participação ativa, à responsabilização individual e à colaboração com os demais agentes que compõem o ambiente institucional produzem nos presos um particular engajamento subjetivo em relação às penas que cumprem, num arranjo bastante diverso dos constrangimentos propriamente disciplinares – como a obediência estrita, a vigilância hierárquica, etc. Ademais, tais pesquisas ajudam a perceber como a gestão prisional atualmente opera diferenciando espaços, distribuindo os presos – segundo alguns critérios – em unidades com diversos programas de funcionamento e formas de investimento estatal (ou privado). No entanto, ao privilegiarem a análise de determinados laboratórios avançados de tecnologia penitenciária, não podem dar

¹³ Sobre práticas análogas em prisões femininas do Canadá, ver Hannah-Moffat (2000).

conta das dinâmicas que vigoram nas demais prisões, justamente aquelas que abrigam, via de regra, o maior volume de presos. Na Espanha, por exemplo, a experiência da UTE se desenvolveu e se expandiu em aberta oposição às prisões ditas comuns, contaminadas por drogas e pela violência, nas quais nenhum horizonte terapêutico se apresenta (MALVENTI, 2009). No Canadá, ao lado do que designa como “sistema bom-bom” das prisões de segurança média, Chantraine situa o modelo da *supermax*: “prisão quase inteiramente automatizada, concebida para reduzir ao máximo os contatos entre detentos e as aberturas para o exterior, sem atividade ou distração; um puro instrumento de neutralização” (2006, p. 82).

Ao invés de deslindar o funcionamento da prisão pós-disciplinar – como pretende, por exemplo, Chantraine (2006) – entendo que esses estudos iluminam tecnologias de poder e saber que arriscaria definir como “neo-disciplinares”. Disciplinares porque são, do início ao fim, por demais orientadas para as disposições dos corpos e das subjetividades que encerram – para a sua docilização; novas porque redefinidas, reinvestidas sob a preeminência de um dispositivo governamental neoliberal¹⁴. No entanto, mais importante do que encontrar o termo adequado para esses projetos, é apontar para as questões que permanecem em aberto: como se governa a prisão massificada? Como o problema populacional, próprio dos dispositivos governamentais, emerge e é interpelado no âmbito penitenciário? Qual seria a pragmática de um governo da população prisional? Quais seriam os mecanismos de gestão e regulação dos fluxos populacionais implicados na massificação do encarceramento? O que acontece para a grande maioria dos presos que não estão nem na neutralização absoluta da *supermax*, nem na incitação deliberada da UTE? Em suma, como repensar o funcionamento prisional em tempos de encarceramento em massa, quando, mais que disciplinar corpos individuais, o desafio que as autoridades penais se colocam é o de gerir grandes agregados populacionais?

1.2.2. UM OUTRO MUNDO?

No decorrer do século XX, a prisão foi progressivamente se consolidando como um objeto privilegiado das ciências sociais. Alguns estudos de meados do século, nos Estados

¹⁴ Lembrando que entre soberania, disciplina e governo não há sucessão histórica, mas sucessivos rearranjos e reinvestimentos (FOUCAULT, 2008a, p. 142-143; COLLIER, 2011; BUTLER, 2006).

Unidos, foram especialmente importantes para estabelecer uma agenda de questões e um instrumental de pesquisa na área. Clemmer, sociólogo e funcionário do sistema penitenciário do estado de Illinois, publicou em 1940 seu trabalho seminal *“The prison community”* (1958), no qual postula a existência de uma particular cultura prisional e cunha o termo “prisionização” para designar o processo de assimilação dos internos a ela¹⁵. Em 1958, Sykes publica seu estudo sobre uma prisão de Nova Jersey, intitulado *“The society os captives”* (1971), o qual se destaca por relacionar as características próprias da cultura prisional às privações impostas pelo ambiente institucional e por ressaltar as dinâmicas de interação, negociação e conflito entre vigilantes e vigiados, estruturantes da ordem, sempre precária e instável, da prisão (cf. SALLA, 2006a, p. 279). A partir de trabalho de campo em instituições médicas de Maryland e num manicômio de Washington D.C., Goffman publica, em 1961, *“Asylums”* – traduzido no Brasil sob o título “Manicômios, prisões e conventos” (1974). Nesse estudo, Goffman define “instituição total”: “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (1974, p. 11) – e explora diversos aspectos da “carreira moral” (Ibid., p. 24) dos internados, suas representações de si, bem como suas interações com outros internos e com a “equipe dirigente” (Ibid. p. 25).

Esses diferentes trabalhos estabeleceram sólidos parâmetros para o estudo da prisão e serviram de base para diversas pesquisas em todo o mundo¹⁶. Segundo Adorno e Dias, tais estudos constituem os pilares de um “paradigma clássico da sociologia das prisões” (2013, p. 3), fundada no “pressuposto de uma clara e específica delimitação social e cultural entre a sociedade mais ampla e o universo prisional”, de modo que a prisão é pensada como “um lócus espacial, social e cultural passível de ser claramente delimitado a partir da estrutura física da instituição” (Ibid. p. 2). No paradigma clássico, os muros da prisão circunscrevem um objeto de análise: do lado de dentro, um outro mundo a conhecer (CUNHA, 2004).

Se é certo que o pressuposto da prisão como um mundo à parte foi amplamente compartilhado, servindo de base comum para o florescimento de todo um campo de estudos, com suas próprias questões, conceitos, disputas e convergências, parece-me necessário ponderar que – tanto dentro, quanto fora desse campo – antes, durante e depois de sua consolidação, uma aguda inquietação quanto às relações entre prisão e sociedade, entre o

¹⁵ Um precedente de menor impacto, mas que vai na mesma direção é o trabalho de Hayner e Ash (1939).

¹⁶ Trabalhei em outra chave com essas questões e autores em Godoi (2011a).

dentro e o fora da instituição, nunca deixou de vir à tona (cf. CUNHA, 2008)¹⁷. Diferentes autores chamaram a atenção para a impossibilidade de reduzir a cultura prisional à sociedade dos cativos, porque funcionários da prisão (JACOBS; RETSKY, 1975) e familiares de presos (MORRIS, 1965 apud COMFORT, 2008, p. 214) também estão expostos aos efeitos da instituição. A própria existência de uma cultura prisional específica foi prontamente questionada; Irwin e Cressey (1962) e Jacobs (1974) sustentaram que o que é percebido enquanto tal, na verdade, seria fruto da introdução no espaço penitenciário de subculturas criminais forjadas fora da instituição.

Antes mesmo da publicação dos trabalhos de Clemmer, Sykes e Goffman, a relação entre prisão e sociedade mais ampla já havia sido tematizada. Em 1939, nos Estados Unidos, foi publicado “Punição e Estrutura Social” (2004), de Rusche e Kirchheimer, estudiosos ligados à teoria crítica alemã¹⁸. Nesse livro, propõem uma reflexão sobre as relações entre formas de punição, sistemas produtivos e variações no mercado de trabalho, inaugurando uma perspectiva que, posteriormente, foi seguida, desdobrada e amplamente divulgada por Melossi e Pavarini (2006) e outros teóricos da criminologia crítica.

Em 1975, “Vigiar e Punir” (1999) foi publicado na França, estabelecendo novos termos para a compreensão da prisão e seu lugar na sociedade mais ampla. Nesse trabalho, Foucault explora os contornos e os mecanismos do dispositivo disciplinar, no qual a prisão figura, entre outras instituições fechadas, como um importante e econômico recurso de fixação, docilização e adestramento para o trabalho de amplas camadas populacionais, no contexto de emergência do capitalismo industrial europeu. No entanto, para além da tarefa de sujeição dos corpos a um novo aparelho político – não mais a monarquia absoluta – e produtivo – nem feudal, nem mercantilista –, Foucault acrescenta à prisão este papel específico: isolar e recrutar no interior das “classes perigosas”, uma delinquência domesticada e útil, mobilizável seja na operacionalização dos vários ilegalismos que também conformam a posição e a renda das novas classes dominantes, seja nas táticas de minar as solidariedades de classe que se faziam por demais problemáticas naquele período – diretamente, introduzindo espias e agitadores nas organizações de trabalhadores; e indiretamente, promovendo uma cisão nas classes subalternas, entre delinquentes e plebe proletarizada (cf. SENELLART, 2003). Desvencilhando-se da reiterada crítica da incapacidade da prisão em realizar os

¹⁷ Carrabine (2000) fala em duas tradições da sociologia da prisão que dialogam pouco: uma “micro”, com foco dentro da instituição e mais interacionista; outra “macro”, mais histórica e/ou funcionalista.

¹⁸ Sobre a produção desse trabalho, marcada pela guerra e pela transição do Instituto Internacional de Pesquisa Social de Frankfurt para os Estados Unidos, ver Melossi (1980).

objetivos que declara, Foucault indaga sobre a eficácia que sustenta sua consagração como forma punitiva por excelência. É pela própria produção da delinquência – sinal maior do seu “fracasso” – que, segundo o autor, a prisão assume sua funcionalidade estratégica numa gestão diferencial dos ilegalismos¹⁹. Tanto pela via das técnicas disciplinares, quanto pela gestão dos ilegalismos, Foucault já concebe a prisão como algo muito distinto de um mero espaço de confinamento²⁰, não como um outro mundo, mas como “um tropo e um revelador da sociedade” (CUNHA, 2008, p. 16).

Embora, desde muito cedo, diversos estudiosos, no esforço de deslindar dinâmicas sociais pertinentes à prisão, tenham chamado a atenção para a necessidade de não se ater ao perímetro institucional (CUNHA, 2008), muitos pesquisadores continuam a trabalhar o tema nos termos do paradigma clássico (cf. RHODES, 2001; SALLA, 2006b; ADORNO; DIAS, 2013). Farrington (1992) sustenta que, se por um lado, análises dessa natureza contribuem para expandir o conhecimento sobre as dinâmicas internas à prisão, por outro, acabam por obscurecer as diversas transações que conectam e articulam instituição, seu entorno e sociedade mais ampla. Ademais, ressalta que o próprio desenvolvimento histórico dos sistemas punitivos contemporâneos reforça as intrincadas relações de interdependência que unem pessoas presas e livres, de modo que a insistência em figurar a prisão como uma instituição total não só é cada vez menos produtiva de um ponto de vista analítico, como corrobora uma mistificação dos espaços de confinamento como alteridades absolutas – mistificação que também serve para justificar a expansão de um sistema prisional que se pretende meramente incapacitante, porque suficientemente segregador (1992, p. 18). Por minha conta e risco, ousaria dizer que essa insistência em tomar a prisão como um mundo à parte funciona como uma espécie de orientalismo (SAID, 2010) endógeno, como uma forma

¹⁹ Embora a tradução brasileira confunda ilegalismo e ilegalidade, vale a citação: “Deveríamos então supor que a prisão e de uma maneira geral, sem dúvida, os castigos, não se destinam a suprimir as infrações; mas antes a distingui-las, a distribuí-las, a utilizá-las; que visam, não tanto tornar dóceis os que estão prontos a transgredir as leis, mas que tendem a organizar a transgressão das leis numa tática geral das sujeições. A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não ‘reprimiria’ pura e simplesmente as ilegalidades; ela as ‘diferenciaria’, faria sua ‘economia’ geral” (FOUCAULT, 1999, p. 226-227). Sobre essa noção ver ainda Hirata (2014).

²⁰ Em 1975, no prefácio a “*Leurs Prisons*” de Jackson, Foucault escreve: “os muros das prisões devem seu formidável poder menos à sua impermeabilidade material do que aos inúmeros fios, aos mil canais, às fibras infinitas e entrecruzadas que os transpassam. A força da prisão é a incessante capilaridade que a alimenta e a esvazia; ela funciona graças a todo um sistema de comportas, grandes e pequenas, que se abrem e se fecham, aspiram, escarram, despejam, derrubam, engolem, evacuem. Ela está colocada em uma confusão de ramificações, de correntes, de vias de retorno, de caminhos que entram e saem. Não se deve ver nela a altiva fortaleza que se fecha sobre os grandes senhores da revolta ou sobre uma subumanidade maldita, mas sim a casa-coador, a casa de passe, o inevitável motel” (2010, p. 147).

de pensamento que inventa uma alteridade exótica no próprio seio da sociedade, que produz histórica e politicamente a diferença entre um “eu” e um “outro” e que, por isso mesmo, manifesta e, ao mesmo tempo, assenta as bases para o exercício do poder²¹.

Se as implicações políticas do paradigma clássico não são tão evidentes, podendo e devendo ser amplamente questionadas e debatidas; de um modo mais claro e em diversos registros, tal paradigma manifesta sua insuficiência frente o próprio desenvolvimento histórico dos sistemas punitivos. Reformas administrativas (BARAK-GLANTZ, 1981) e legais (SIMON, 2001), processos de abertura institucional à sociedade civil e à iniciativa privada (MARCHETTI, 1996; COMBESSIE, 1996), assim como o aumento e a diversificação de medidas punitivas em meio aberto (FARRINGTON, 1992) repercutem, de um modo determinante, nos contornos do sistema punitivo e em suas dinâmicas internas. Ao analisar as transformações nos aparatos de controle e punição no decorrer da década de 1970, Cohen (1979) já chamava a atenção para os desafios analíticos impostos pela proliferação de controles comunitários e penas alternativas. Segundo esse autor, a “dispersão do controle social” na “cidade punitiva” (1979, p. 339 – traduções minhas) embaralha as fronteiras entre regulações formais e informais, institucionais e comunitárias, voluntárias e coercitivas, de modo que controle e punição se distribuem num extenso *continuum*, onde a prisão é apenas um polo, cujos limites são, cada vez mais, indiscerníveis (Ibid., p. 344). Antes mesmo de a explosão demográfica carcerária se concretizar, Cohen não via na extensão desses controles comunitários o ocaso dos sistemas de confinamento²², entendendo que eles não funcionavam como reais alternativas à prisão, mas reforçavam e intensificavam o seu uso (Ibid., p. 347)²³.

Na história recente do sistema punitivo paulista também é possível observar reformas administrativas, alterações conjunturais nas políticas penitenciárias, variáveis níveis de participação da sociedade civil, proliferação de penas alternativas e aumento continuado do encarceramento (SALLA, 2006a, 2007; TEIXEIRA, 2009). Nestes termos, a emergência do

²¹ Chantraine (2004b, p. 3) vai na mesma direção, em outros termos, quando afirma que, por mais críticos que sejam, estudos que não contemplam a relação da prisão com outros aparelhos repressivo, nem com a sociedade mais ampla, acabam se aproximando do discurso tecnocrático administrativo da própria instituição. Ao não integrarem à análise uma teoria mais compreensiva do confinamento, naturalizam sua realidade. Esses estudos/estudiosos funcionam como vetores que reforçam, por omissão ou compromisso, as relações de poder que produzem e sustentam a prisão.

²² Como sugere, por exemplo, Deleuze (2010).

²³ A relação entre intensificação do recurso à prisão e proliferação de mecanismos de vigilância em meio aberto é questão central no amplo debate sobre a grande transformação nos sistemas contemporâneos de justiça penal e controle do crime, sendo abordada e discutida por diversos autores, como Garland (1999, 2005), Rose (2000), Beckett e Herbert (2008) e Donzelot (2013).

PCC e seu transbordamento para o ambiente urbano não instauram a necessidade de uma mudança de paradigma analítico²⁴, apenas a reforçam.

Um dos problemas centrais desta pesquisa se situa, portanto, nesta encruzilhada: entre, de um lado, uma expansão sem precedentes do sistema penitenciário, e de outro, uma progressiva dissolução dos limites que o separam da sociedade mais ampla. Alguns estudos contemporâneos me ajudam a estabelecer certos parâmetros para avançar a pesquisa nessa direção. Em primeiro lugar, o trabalho de Cunha (2003, 2004, 2008), que identifica e analisa um processo de erosão das fronteiras entre bairro e prisão. Segundo essa autora, mudanças nas políticas de combate às drogas e nas formas de realização desse comércio²⁵, em Portugal, levaram ao encarceramento de redes ampliadas de parentesco e vizinhança, de modo que entre determinados bairros e a prisão se estabelece um volumoso circuito de pessoas, coisas e informações. A intensificação desses fluxos não só altera significativamente as dinâmicas sociais de dentro e de fora da instituição, como exige que esses espaços sejam colocados em “continuidade analítica” (2004, p. 156). Se os muros da prisão já não podem delimitar uma unidade de análise, a segregação prisional – que não deixa de existir, nem de produzir efeitos – deve, então, deixar de ser um pressuposto irrefletido para se tornar o foco mesmo da investigação empírica. Esse é um princípio estruturante desta pesquisa.

Combessie (1996, 1998, 2010) propõe uma reflexão sobre as relações entre a prisão e seu entorno imediato. Comparando estruturas prisionais e seus contextos, em quatro localidades francesas distintas²⁶, o autor explora os intercâmbios que se estabelecem entre dentro e fora da instituição, os impactos da prisão nas dinâmicas sociais exteriores, os modos pelos quais ela é percebida do lado de fora e as consequências internas de diferentes arranjos entre poderes locais externos e *staff* penitenciário. Assim, mostra como entre a prisão e seu entorno se estabelece um jogo de influências mútuas – jogo que aqui também será explorado. Chantraine (2004a), por sua vez, ilumina a importância das relações que o preso pode manter com o exterior para a conformação da própria experiência do encarceramento. A partir de trajetórias de pessoas presas em instituições francesas de detenção provisória e cumprimento de penas curtas – *maisons d’arrêt* –, esse autor problematiza o que entende por “natureza biface do encarceramento” (2004a, p. 225 – tradução minha), prospectando diversos modos de o exterior se fazer presente na prisão, num jogo de presenças e ausências que, em grande medida, conforma as condições (e durações) do período de reclusão. Visitas, cartas,

²⁴ Como sugerem Adorno e Dias (2013).

²⁵ Ambas fortemente territorializadas.

²⁶ Prisões antigas e novas, situadas em locais urbanos e rurais.

telefonemas, saídas temporárias – o que chamo de vasos comunicantes – aparecem como elementos centrais na experiência dos presos e, portanto, em suas análises – também nas minhas.

Finalmente, o trabalho de Barbosa (2005) foi fundamental para balizar e encorajar esta empreitada. Nele, já encontramos uma abordagem das prisões do estado do Rio de Janeiro toda feita em termos de fluxos – de coisas, pessoas e discursos (2005, p. 11-12) – que atravessam e conformam o sistema. Para o autor, “a cadeia se constitui na medida do seu atravessamento, daquilo que põe em movimento” (Ibid., p. 317). Fronteiras e fluxos prisionais são, então, descritos e analisados por meio dos agenciamentos que produzem (Ibid., p. 14-15), sempre múltiplos, mas nunca aleatórios, porque modulados numa “política de população diretamente investida na produção e no controle da circulação dos indivíduos” (Ibid., p. 79) – e não de qualquer indivíduo. Ao explorar os nexos entre tráfico de drogas e sistema penitenciário, Barbosa não deixa esquecer os perfis e territórios que a prisão privilegia e ajuda a produzir, nem os liames que a articulam a outros dispositivos de poder, sejam aqueles voltados para a gestão da vida, sejam os que distribuem a morte – estes tão recorrentemente ativados no Brasil. Para Barbosa, a prisão, “sistema aberto [que] cria e faz circular populações” (Ibid., p. 320), está em continuidade com a cidade, participa de sua produção e de sua política; sem perder especificidade, é imanente a ela (Ibid., p. 426).

Nesta pesquisa, a já referida exploração dos mecanismos de funcionamento da prisão massificada no estado de São Paulo se articula a uma prospecção das relações que ela estabelece com outros territórios, seja em seu entorno, seja onde recruta sua clientela preferencial ou em qualquer outro domínio que se mostre pertinente. Formas de constituição, regulação e controle dos vários fluxos que constituem a prisão são alvos privilegiados do olhar e da análise, no esforço de compreender não só as prisões de São Paulo, mas através delas, algo de nosso mundo, de nosso tempo.

1.3. QUESTÕES OPERACIONAIS

1.3.1. ITINERÁRIOS DE CAMPO

Em sua formulação inicial, esta pesquisa tinha como objetivo explorar os efeitos societários mais amplos da expansão e da interiorização penitenciária no estado de São Paulo.

A partir do final dos anos 1990, dezenas e dezenas de unidades prisionais foram construídas em diversos municípios do interior do estado, alterando dinâmicas sociais, econômicas e políticas nessas localidades, bem como impactando as condições de existência e manutenção de vínculos entre presos, seus familiares, amigos e vizinhos – geralmente habitantes de bairros periféricos das mais densas áreas urbanas. Minha intenção original era investigar as externalidades da massificação do encarceramento tanto em regiões que passaram a abrigar um volume importante de presos, quanto em lugares nos quais essa população costuma ser recrutada. Para tanto, propunha uma investigação exploratória baseada na observação etnográfica das dinâmicas sociais vigentes em alguns desses territórios e na análise de trajetórias de vida de seus habitantes, que de algum modo se vinculassem à prisão.

No interior do estado, abri trabalho de campo na região da Nova Alta Paulista (NAP), por intermédio de Nicolau Dela Bandera Arco Netto, amigo e colega de pós-graduação, natural de Dracena. Situada no coração do extremo oeste do estado, território privilegiado da expansão prisional (GÓES; MAKINO, 2002), a região dispõe de 11 penitenciárias distribuídas em 9 municípios, num raio de aproximadamente 90 quilômetros, todas elas construídas a partir de 1998. A Nova Alta Paulista se mostrou um campo fértil para a investigação empírica não só pela entrada facilitada, mas também por conta dos estudos nos quais já fora objeto (GIL, 2007, 2009; CESCO; BAENIGER, 2010), que forneciam preciosas informações históricas, geográficas e demográficas sobre a região e seus presídios²⁷.

Na capital, procurei a Pastoral Carcerária (PCr) – entidade ligada à Igreja Católica, reconhecidamente atuante no sistema prisional²⁸ – com o objetivo de multiplicar contatos na Nova Alta Paulista e de conhecer familiares de presos e egressos que são assistidos por ela. Conforme se estreitaram as relações e afinidades com tal instituição²⁹, surgiu também a possibilidade de entrar nas prisões, na qualidade de agente pastoral. Em abril de 2011, passei a fazer parte de um grupo de agentes pastorais que visita determinados presídios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e desenvolve, em alguns bairros da zona norte da capital, um trabalho de assistência a familiares de presos e egressos. Tornar-me agente pastoral não apenas facilitou o contato com meus interlocutores no interior do estado e na periferia da cidade, como alterou significativamente o modo de estabelecer a relação e, sobretudo, modificou o próprio escopo de problemas desta pesquisa. Uma vez dentro da prisão, em

²⁷ Sobre a NAP, ver também Cescon (2012) e Cambaúva et al. (s/d).

²⁸ Para um breve histórico da entidade, ver Pastoral Carcerária (2010).

²⁹ Meu contato com a Pastoral Carcerária remete à pesquisa de mestrado.

contato direto e continuado com os presos, já não podia restringir minhas análises às externalidades do encarceramento.

Na Nova Alta Paulista, aproximei-me dos grupos pastorais que se organizam nos municípios de Tupi Paulista e Junqueirópolis que, juntamente com Dracena, constituíram os territórios de maior investimento da pesquisa empírica no interior do estado³⁰. Nas reuniões pastorais nos bairros, aproximei-me de egressos e familiares de presos que traziam notícias de diversas unidades, de diferentes situações processuais – da prisão provisória à liberdade condicional –, do “mundo do crime” e da atuação da polícia em suas vizinhanças. Sem perder de vista os impactos da prisão no interior do estado e nas periferias das cidades, quanto mais visitas pastorais fazia, a circulação por territórios exteriores à prisão se mostrava cada vez mais proveitosa para compreender o próprio funcionamento da instituição. Nesse sentido, foram de extrema importância para esta pesquisa, tanto um conjunto de entrevistas que realizei com defensores públicos e advogados sobre as dinâmicas do sistema de justiça penal, quanto o acompanhamento de algumas viagens de familiares de presos – do município de São Paulo a penitenciárias da NAP – quando pude compartilhar percursos, estadias e esperas que são constitutivas da dinâmica de visitação prisional.

1.3.2. POSTO DE OBSERVAÇÃO

Todo pesquisador empírico interessado no tema da punição estatal precisa de uma entrada nesse universo complexo. Independentemente dos problemas que proponha perseguir, é necessário estabelecer um determinado acesso ao dispositivo carcerário, a partir do qual outras conexões e mecanismos poderão ser vislumbrados. Mesmo quando a pesquisa se volta para as dimensões exteriores do encarceramento, o estigma, a desconfiança, o receio que permeiam esse universo social impõem dificuldades à aproximação (MYASHIRO, 2006; GODOI, 2010; SILVESTRE, 2011; FERRAZ DE LIMA, 2013). Dentro das instituições punitivas, sobretudo, a presença de pesquisadores é altamente regulada³¹, tanto por questões de segurança, como para não atrapalhar suas rotinas diárias, ou mesmo pelo interesse

³⁰ A pesquisa abarcou também pequenas cidades vizinhas, além de Presidente Prudente.

³¹ Em 2010, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) criou um Comitê de Ética em Pesquisa, seguindo critérios e procedimentos próprios da pesquisa médica, bem como exigindo algum tipo de aplicabilidade dos resultados do trabalho em prol da melhoria dos serviços penitenciários, o que não contempla as especificidades da pesquisa em ciências sociais e humanas.

deliberado em manter suas estruturas e dinâmicas inacessíveis à sociedade mais ampla. Não obstante, cada pesquisador encontra o seu caminho. Ou negociam com a instituição uma entrada específica para a pesquisa (RAMALHO, 2002; DIAS, 2011) – o que é importante porque afirma e faz reconhecer a legitimidade do ofício; ou pesquisam a partir de outras entradas que já compõem o universo institucional, como visitante (BIONDI, 2010) ou agente penitenciário (CASTRO E SILVA, 2011) – o que abre a possibilidade de investigar certos temas cuja exploração seria inviabilizada (ou enviesada) pela interferência da administração. Cada entrada engendra limites e potenciais próprios, os quais precisam ser explicitados.

A assistência religiosa é um direito garantido na Lei de Execução Penal³² (LEP) que se exerce sob diferentes circunstâncias, conforme a unidade e os agentes envolvidos. Mesmo entre os agentes da Pastoral Carcerária, a diversidade de práticas e de condições de visitação é grande. Em linhas gerais, a entrada pastoral engendra duas limitações: de um lado, tende a inspirar certa desconfiança e frieza nos funcionários (cf. BARBOSA, 2005, 2007); de outro, quanto aos presos, há uma diretriz da entidade para que seus agentes procurem ignorar o que cada um fez (ou foi acusado de fazer) para estar na prisão, também sobre o que fazem (ou pretendem fazer) de ilegalismos vários, dentro e fora da instituição³³. Portanto, não se pode esperar que um pesquisador, entrando na prisão na qualidade de agente pastoral, possa desenvolver um estudo centrado nos funcionários, em sua visão de mundo, em seus dilemas e práticas; nem que ele vá se aprofundar na dinâmica dos ilegalismos prisionais ou na lógica do mundo do crime³⁴. A posição de agente de assistência religiosa não favorece tais investimentos. Entretanto, a presença continuada no interior da prisão, o acesso aos seus diversos espaços, o diálogo com presos e funcionários possibilitam conhecer certas dinâmicas de funcionamento da instituição, bem como alguns traços estruturantes da experiência da punição³⁵.

Além das atividades próprias da assistência religiosa – leituras bíblicas, celebrações, orações – o coletivo da Pastoral Carcerária ao qual me integrei procura estar sempre aberto às demandas dos presos, ajudando no que for possível³⁶. Expedientes de assistência material e jurídica compõem nosso repertório de práticas cotidianas: levamos livros, revistas e jornais

³² Art. 24 da Lei 7.210/84.

³³ Essa diretriz tenta evitar discriminações no atendimento pastoral.

³⁴ Mundo do crime, aqui, no sentido preciso formulado por Feltran (2008).

³⁵ Sobre essa noção de experiência penal, remeto a Kaminski e Kokoreff (2004).

³⁶ No entendimento dos agentes pastorais, não há apoio espiritual descolado das condições materiais da vida. Estar disposto a ouvir as queixas e a ajudar nas questões que mais afligem os presos é condição necessária para o estabelecimento de uma relação efetiva, que abra a possibilidade de um diálogo construtivo sobre questões mais transcendentais.

para ajudar a passar o tempo; papel sulfite, cola, palito de sorvete para artesanato; papel higiênico, pasta de dente, sabonete para aqueles que não recebem visita; também providenciamos óculos, medicamentos, fraldas geriátricas, cadeiras de rodas, bombinhas para asma, drenos e bolsas de drenagem (de pus, de urina) para presos enfermos. Ora compramos esses (e outros) itens com o nosso dinheiro, ora levantamos doações. Esclarecimentos sobre processos criminais, de execução penal e de apelação, bem como intervenções junto aos operadores do direito são, de longe, as demandas mais frequentes do maior número de presos, de modo que atividades ligadas à assistência jurídica ocupam o centro de nossas práticas pastorais. Não atuamos como seus advogados, mas: 1 – emitimos e distribuimos extratos que informam sobre a movimentação de processos de execução e de apelação; 2 – ajudamos a decifrar tais informações; e 3 – provocamos a Defensoria Pública a tomar providências em casos que se mostram especialmente graves. Embora a viabilização dessas atividades dependa de um elevado grau de entendimento e colaboração com diretores e funcionários, elas não impedem que estejamos atentos a possíveis violações de direitos e maus-tratos, nem que, quando necessário, tomemos as devidas providências para a formalização de denúncias³⁷.

Pesquisador e agente pastoral, ora mais agente pastoral que trabalha com pesquisa, ora mais pesquisador que também é voluntário da Pastoral Carcerária – dependendo do contexto, uma identidade se sobrepõe, sem, no entanto, omitir, nem anular a outra. Dentro da penitenciária, sou mais agente pastoral que trabalha com pesquisa. Nas visitas pastorais nunca realizei uma entrevista, sequer me vali dos contatos estabelecidos (dentro) para agendar alguma (fora). Sempre me limitei ao estrito cumprimento das atividades pastorais, tais como propunha Fátima³⁸, nossa incansável coordenadora. Meu trabalho nunca foi alvo de grande interesse, nem dos funcionários, nem dos presos. Quando me tomavam por padre, seminarista ou advogado, ao que eu esclarecia que era pesquisador, inspirava mais frustração que curiosidade. Nas conversas com presos e funcionários, tampouco orientava o diálogo para certos temas que interessassem à pesquisa, pelo contrário, sempre busquei orientar minhas práticas de pesquisa (fora) para os temas que emergiam da experiência de agente pastoral (dentro). Como Fátima, eu sempre entrava com papel e caneta e tomava nota de dúvidas e demandas dos presos. Esses registros serviam para balizar a atividade pastoral, para que não esquecesse os compromissos assumidos, embora fossem também importantes para que, já em casa, pudesse organizar o turbilhão de experiências do dia num caderno de campo. Nestes

³⁷ Sobre o papel da Pastoral no combate e prevenção da tortura, ver Pastoral Carcerária (2010).

³⁸ Este e os demais nomes próprios presentes nesta tese são fictícios.

termos, a pesquisa que acabei por realizar no interior de algumas penitenciárias paulistas tende ao que Favret-Saada (2005) definiu como etnografia por afetação. Sob tal forma da etnografia, não se trata exatamente de observar para apreender o ponto de vista do outro, mas de ocupar uma posição num sistema (ou num dispositivo), de deixar-se afetar por ele e por todas as contingências e constrangimentos que o qualificam, fazendo dessa posição e da experiência que propicia um instrumento de conhecimento.

Do lado de fora das muralhas, minha postura nas reuniões pastorais nos bairros periféricos da capital sempre foi idêntica à assumida dentro da prisão. Já entre os operadores do sistema de justiça na capital e, principalmente, na Nova Alta Paulista, sempre fui mais um pesquisador que também é voluntário da Pastoral Carcerária. No interior do estado, além da observação etnográfica, realizei diversas entrevistas com moradores, comerciantes, autoridades, funcionários e ex-funcionários da administração penitenciária, agentes pastorais, familiares de presos e egressos. Para alguns, minha condição de agente pastoral era de todo indiferente, para outros, ela só importava na medida em que me aproximava da Igreja. Para os familiares de presos e egressos, no entanto, ela era extremamente importante, porque me qualificava como alguém que provava não ter preconceitos sobre o tema e que conhecia, de perto, as agruras do sistema³⁹.

1.3.3. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Realizei 11 expedições etnográficas à região da Nova Alta Paulista, com duração de 3 a 7 dias, privilegiando a investigação nos municípios de Junqueirópolis, Dracena e Tupi Paulista, mas também circulando por cidades dos arredores. Em algumas dessas expedições, pude acompanhar todo o trajeto de visitantes que saem do município de São Paulo para visitar seus parentes presos. Tenho 46 visitas pastorais registradas em caderno de campo, a maioria delas realizadas em 2 penitenciárias da região metropolitana, sendo as demais realizadas num Centro de Progressão Penitenciária (CPP) dessa mesma região e numa penitenciária da Nova Alta Paulista. Acompanhei e registrei 15 reuniões pastorais com egressos e familiares de presos em 3 bairros da zona norte da capital, e pelo menos 6 reuniões de agentes pastorais.

³⁹ Sobre a importância dessa espécie de dupla inserção no dispositivo para o pesquisador poder acessar determinadas relações e questões, ver Biondi (2010).

Ademais, realizei e transcrevi 34 entrevistas com operadores do direito, familiares de presos, egressos, agentes pastorais, moradores, comerciantes e autoridades do interior, sendo que em algumas procuro reconstituir a trajetória de vida do interlocutor e, em outras, exploro determinados temas específicos – a economia regional, os serviços públicos de defesa jurídica, por exemplo.

A investigação empírica foi complementada com pesquisa documental realizada nos arquivos – disponíveis na internet – da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Governo do Estado de São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Documentos específicos e fundamentais foram ainda facilitados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DEPESP), pelo seu Núcleo Especializado de Situação Carcerária, bem como pelo Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo⁴⁰.

⁴⁰ Aos quais, mais uma vez, expresso a maior gratidão.

2. MARCOS GERAIS DO DISPOSITIVO CARCERÁRIO PAULISTA

Se fosse formulado o problema psicológico: como fazer para pessoas da nossa época, pessoas cristãs, humanas, simples e boas, pratiquem as maldades mais terríveis sem sentirem-se culpadas, só haveria uma solução possível – seria preciso que se fizesse exatamente como se faz agora, seria preciso que tais pessoas fossem governadores, diretores, oficiais, policiais, ou seja, que em primeiro lugar estivessem convencidas de que existe um trabalho chamado serviço de Estado, no qual é possível tratar as pessoas como se fossem coisas, sem relações fraternas e humanas com elas, e em segundo lugar que essas mesmas pessoas do serviço do Estado estivessem unidas de tal forma que a responsabilidade pelo resultado de suas ações para as outras pessoas não recaísse em ninguém isoladamente. Fora de tais condições, não existe possibilidade em nossa época de cumprir tarefas tão horríveis como as que vi hoje.

Tolstoi, em *Ressurreição*

2.1. CIRCUITOS

2.1.1. SISTEMA PENITENCIÁRIO

O sistema penitenciário paulista é um aglomerado de instituições e edifícios interconectados, com diferentes atribuições e nomenclaturas. Presos provisórios – ainda não submetidos a julgamento – habitam carceragens de delegacias, sob responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública (SSP), e, em maior medida, permanecem em Centros de Detenção Provisória (CDPs), geridos pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP)⁴¹. Essas instituições – 41 em 2013⁴² – são as mais superlotadas e precárias do sistema, visto que são as que oferecem piores condições de vida; o espaço é exíguo, a alimentação é péssima, não há trabalho, nem escola⁴³. Presos chegam a passar anos aguardando julgamento, e, não raramente, quando condenados, já cumpriram, se não totalmente, boa parte da pena⁴⁴. Há também aqueles muitos que, já condenados, ali esperam por muito tempo a transferência, o

⁴¹ Sobre a formação da SAP e a divisão do trabalho custodial com a SSP no decorrer da história, ver Salla (2007), Teixeira (2009) e Dias (2011).

⁴² O número de unidades por cada tipo está em SAP (2014).

⁴³ Segundo relatos de agentes pastorais que visitam cotidianamente essas unidades.

⁴⁴ Não é raro que as condenações proferidas sejam de penas diferentes da privação de liberdade. Nestas circunstâncias, o preso provisório depois de julgado é posto em liberdade. Para um diagnóstico geral da prisão provisória em São Paulo, ver ITTC e Pastoral Carcerária (2012).

*trânsito*⁴⁵, para uma penitenciária. Em alguns CDPs, pavilhões – *raios* – inteiros são destinados a cumprimento de pena, funcionando como penitenciárias, mas em condições pioradas.

As penitenciárias são os locais por excelência de cumprimento de pena em regime fechado. Em 2013, eram 77 unidades, praticamente todas elas funcionando bem acima da capacidade, algumas abrigando até três vezes mais pessoas do que o planejado. No entanto, geralmente, tais penitenciárias oferecem condições um pouco melhores do que os CDPs, principalmente, pelas escolas, cursos e oficinas de trabalho que disponibilizam⁴⁶. Embora esses serviços sejam precários e restritos, sua parca existência é suficiente para mudar o horizonte da experiência prisional. É importante destacar, no entanto, que nem todos que vivem numa penitenciária são presos que formalmente estão cumprindo pena em regime fechado, embora o estejam na prática. Em algumas penitenciárias, é significativo o contingente de presos provisórios⁴⁷, como também de presos que já ascenderam ao regime semiaberto. Para amenizar inadequações, em diversas penitenciárias existem anexos onde vigoram outros regimes: Anexos de Detenção Provisória (ADPs), Anexos de Regime Semiaberto (ARSAs) e Alas de Progressão Penitenciária (APPs).

Se a penitenciária pode ser considerada o lugar comum do cumprimento de pena, existem ainda outras duas variantes, como espaços alternativos para segmentos específicos de presos. De um lado, os Centros de Ressocialização (CRs): 22 unidades menores, voltadas para presos considerados de baixa periculosidade e provenientes das cidades médias (e suas regiões imediatas) que as sediam⁴⁸. Originalmente, funcionavam através de parcerias-público-privadas (PPPs) com organizações não-governamentais que administravam todo o presídio, exceto a segurança (TEIXEIRA, 2009, p. 153-154). Nos últimos anos, esse modelo de cogestão foi desmantelado (MASSARO, 2013, 2014). As menores proporções, o mais variado leque de serviços disponibilizados e a proximidade entre a prisão e o lugar de origem dos presos contribuem para que essas unidades sejam consideradas as menos piores do sistema penitenciário paulista. De outro lado, para presos considerados problemáticos, indisciplinados, lideranças negativas, existe o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), que vigora no Centro de Readaptação Penitenciária (CRP) de Presidente Bernardes. No CRP, os presos ficam

⁴⁵ As categorias que fazem parte do vocabulário carcerário estão em *itálico* apenas na primeira vez que aparecem no texto.

⁴⁶ Esses tipos de atividades não se distribuem uniformemente em todas as penitenciárias.

⁴⁷ Especialmente em unidades femininas.

⁴⁸ A SAP (2014) classifica os CRs como unidades de regime misto, que podem receber presos provisórios e condenados em regime fechado e semiaberto.

isolados em celas individuais praticamente o dia todo, não desempenham nenhuma atividade educativa ou profissional, e estão submetidos a rígidas restrições de visitação e comunicação. Essa unidade foi construída em reação à primeira megarrebelião do PCC e serviu de modelo para os presídios federais⁴⁹.

Os presos que ascendem ao regime semiaberto, quando não ficam em unidades de regime fechado, nem em ARSAs e APPs adjacentes a penitenciárias, são levados aos Centros de Progressão Penitenciária (CPPs). Essas 14 unidades seriam destinadas a presos que saem para trabalhar, voltam para dormir e que ali passam os finais de semana em que não está prevista a saída temporária – a *saidinha*⁵⁰. Contudo, nos últimos anos, a prática estatal consolidou um outro significado para o regime semiaberto: o de “semifechado” (BARBOSA, 2005, p. 139). O número de presos que cotidianamente deixam a unidade para trabalhar é mínimo, de modo que os CPPs mais se caracterizam por uma maior oferta de oportunidades de trabalho no interior da unidade, e, principalmente, por um regime disciplinar mais ameno. Uma maior mobilidade no interior da prisão, o acesso a telefones públicos, a sequência de saidinhas, o horizonte próximo da liberdade são elementos que fazem da experiência prisional nos CPPs um significativo alívio para o preso – não obstante a aguda superlotação que caracteriza essas unidades.

No fim da linha, quando o preso alcança finalmente a liberdade (via cumprimento integral da pena, livramento condicional ou progressão para regime aberto), o Estado de São Paulo dispõe 19 Centrais de Atenção ao Egresso e Família (CAEFs), as quais prestam serviços de orientação psicológica, burocrática (para retirada de novos documentos), cursos de capacitação profissional e outras iniciativas de assistência social. A insuficiência dessa estrutura frente à demanda do fluxo penitenciário é patente, ainda mais se se considera sua distribuição espacial: na RMSP funciona apenas uma dessas centrais, as demais estão espalhadas pelo interior.

Seria necessário acrescentar a essa breve descrição geral do sistema penitenciário paulista, as quatro unidades hospitalares, geridas pela Coordenadoria de Saúde (CS) da SAP. O Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – conhecido como *COC*⁵¹ – é mais propriamente um hospital. Situado no município de São Paulo, no bairro do Carandiru, dispõe de pouco mais de 350 vagas para atender toda a população carcerária do estado, masculina e

⁴⁹ Presídios federais construídos em Catanduvas no Paraná, Mossoró no Rio Grande do Norte, Campo Grande no Mato Grosso do Sul e Porto Velho em Rondônia.

⁵⁰ Permissão para passar alguns dias em liberdade, em datas comemorativas, como Dia das Mães e Natal.

⁵¹ Em referência ao antigo Centro de Observação Criminológica, que funcionava no mesmo prédio.

feminina. Nele, consultas, exames e tratamentos mais complexos são levados a cabo. Sua notória insuficiência é remediada com a mobilização do próprio sistema público de saúde – principalmente as Santas Casas interioranas e outros hospitais da RMSP. As outras três unidades são Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, manicômios judiciais para cumprimento de medidas de segurança (MS) – a pena para infratores considerados inimputáveis por diagnóstico especializado. Dois destes manicômios se situam, não por acaso, em Franco da Rocha⁵²; o outro, em Taubaté. Embora a superlotação nessas unidades não seja tão intensa, a experiência prisional que nelas se tem é das piores possíveis, seja pelo mais frequente abandono da família, seja pela falta de horizonte de livramento⁵³.

Acoplada às unidades penitenciárias, suas alas e anexos, aos CPPs e CRs; no interior da SAP, mas centralizada num edifício próprio no centro de São Paulo, está a Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (FUNAP): uma autarquia criada como “Fundação de Amparo ao Preso”, em 1977, pelo então Secretário de Justiça que hoje dá nome à instituição. A FUNAP é importante para uma mínima caracterização do sistema penitenciário paulista porque ela operacionaliza e gestiona praticamente todo o trabalho e os serviços jurídicos que têm lugar nas instituições penitenciárias⁵⁴. A Fundação é responsável por administrar os contratos com empresas privadas que se instalam nas prisões e mobilizam a mão de obra dos internos; também por alocar um (ou mais) advogado(s) na unidade para desempenhar a assistência judiciária gratuita e encaminhar os procedimentos da execução penal, especialmente os pedidos de progressão de pena.

2.1.2. SISTEMA DE JUSTIÇA

No estado de São Paulo, a maioria das trajetórias prisionais começa com a prisão em flagrante efetuada pela Polícia Militar (PM), corporação central do sistema de segurança pública, responsável pelo patrulhamento ostensivo e preventivo (ITTC; PASTORAL CARCERÁRIA, 2012, p. 38). A Polícia Civil, por sua vez, apesar de prender relativamente

⁵² É notória a vocação manicomial do município de Franco da Rocha, cujo desenvolvimento foi, em grande medida, pautado pela instalação do Manicômio do Juqueri, ainda no final do século XIX.

⁵³ O término do cumprimento da medida de segurança está condicionado a um parecer psiquiátrico.

⁵⁴ Entre 2012 e 2013, a FUNAP deixou de ser também responsável pelos serviços educacionais, que foram vinculados à Secretaria de Educação.

pouco⁵⁵, acumula funções investigativas e judiciárias, de modo que quase todos os casos de prisão acabam passando por ela⁵⁶. A Polícia Civil é responsável pelo inquérito, expediente pré-processual necessário para qualquer incriminação (MISSE, 2008, 2010). Em princípio, no inquérito não há acusação, nem defesa, apenas uma busca técnica e neutra sobre a “verdade dos fatos” – traço fundamental da tradição inquisitorial que informa as práticas policiais no Brasil e se prolonga no processo penal (KANT DE LIMA, 2009, p. 46-49). Na delegacia, o policial civil registra a ocorrência, toma depoimento do acusado, dos policiais militares que efetuaram a prisão, às vezes de outras testemunhas⁵⁷; compila as provas disponíveis e as encaminha para perícia; em seguida, enquadra o ato relatado numa tipificação definida no Código Penal Brasileiro⁵⁸ (CPB). Conforme a tipificação penal, ou o policial lavra um termo circunstanciado o qual encaminha para o Juizado Especial Criminal⁵⁹ (JECRIM) e libera o acusado, ou estabelece fiança para liberá-lo⁶⁰ ou formaliza a prisão em flagrante e o encaminha para um CDP⁶¹.

Durante o inquérito, juízes, promotores e defensores, principais agentes do sistema de justiça, só podem zelar pela lisura dos procedimentos policiais (Ibid., p. 43-44). Na capital, em casos de prisão em flagrante, o policial civil informa as primeiras providências tomadas a um juiz do Departamento de Inquéritos Policiais (DIPO), que avalia o cabimento da prisão, informa ao Ministério Público⁶² (MP), e quando o acusado não dispõe de advogado, nomeia um pago pelo Estado⁶³. No mais das vezes, a prisão temporária é confirmada pelo juiz, e com o passar do tempo, quase automaticamente, converte-se em prisão provisória sem prazo definido (TEIXEIRA, 2012, p. 104). Nessa fase, ao defensor resta pedir a liberdade provisória do acusado, para que ele aguarde a conclusão do inquérito fora da prisão – pedido este que

⁵⁵ No estado de São Paulo, em 2011, existiam 89.345 policiais militares e 34.258 policiais civis (JESUS et al., 2011, p. 20).

⁵⁶ Uma exceção, por exemplo, são os crimes cometidos por policiais militares, cujos processos tramitam na justiça militar sempre que não se trata de crime contra a vida.

⁵⁷ Em prisões por tráfico, é comum que os relatos dos policiais militares que efetuaram o flagrante sejam os únicos presentes nos registros policiais (JESUS et al., 2011, p. 80).

⁵⁸ Procedimento que Misse (2008, p. 17-18) chama de criminalização.

⁵⁹ Criado em 1995, instaura a possibilidade de negociação para contravenções e crimes menos graves (com penas menores de 2 anos), com o objetivo de desafogar as varas criminais (VARGAS; RIBEIRO, 2008, p. 10).

⁶⁰ Sobre os procedimentos de mensuração da fiança em delegacias do Rio de Janeiro, ver Cardinelli (2014).

⁶¹ Nessa “antessala” do sistema penitenciário inúmeras negociações são possíveis: com a PM sobre o encaminhamento à delegacia, com o delegado sobre o encaminhamento ao CDP, com ambos sobre a tipificação da acusação. São várias as mercadorias políticas (MISSE, 2006) que podem ser transacionadas nessa fase de encarceramento ainda potencial. Sobre mercadorias políticas, ver também: Telles (2009, 2010a), Telles e Hirata (2007, 2010) e Hirata (2010).

⁶² No estado de São Paulo, são 1.500 promotores e procuradores (JESUS et al., 2011, p. 20). Sobre a evolução institucional do MP no Brasil, ver Macedo Jr. (2010).

⁶³ Fora da capital esses procedimentos são levados a cabo pelo juiz da vara criminal da comarca. Explorar a configuração do sistema público de defesa é um objetivo a ser perseguido neste trabalho.

tende a ser sistematicamente combatido por promotores e sumariamente negado pelos juízes⁶⁴.

Uma vez concluído, o inquérito policial é encaminhado para o Ministério Público, que pode ou não formalizar a denúncia. A denúncia é encaminhada a um juiz criminal, marcando o início da fase processual. A defesa pode, agora, produzir provas de inocência e circunstâncias atenuantes, bem como seguir questionando a prisão provisória, demandando que o réu aguarde julgamento em liberdade. O promotor de justiça pode realizar suas próprias investigações, ampliando, aprimorando os elementos acusatórios dispostos no inquérito. O juiz pode também demandar procedimentos investigativos, como perícias adicionais e interrogatórios – expedientes que replicam a lógica inquisitorial dentro do processo penal (KANT DE LIMA, 2009, p. 46-48). No entanto, a despeito de todas as prerrogativas legais, a fase processual costuma se desenrolar muito burocraticamente, com procedimentos mínimos altamente padronizados. Os advogados pagos pelo Estado costumam elaborar uma defesa meramente formal, não questionam a prisão provisória, não arrolam testemunhas nem provas adicionais, sequer conversam com o réu⁶⁵. Os promotores tendem a repassar na denúncia apenas o disposto no inquérito (VARGAS; RIBEIRO, 2008, p. 9); ao passo que os juízes se limitam a presidir a Audiência de Instrução e Julgamento⁶⁶.

Após a condenação, o preso deve ser transferido para uma unidade de cumprimento de pena⁶⁷ e seu processo é encaminhado a uma Vara de Execuções Criminais – em São Paulo, comumente chamada de *VEC*. Geralmente, os estudos de fluxo da justiça criminal alcançam apenas o julgamento (Ibid., p. 4-5), de modo que as dinâmicas de execução das penas permanecem por demais opacas aos cientistas sociais (cf. KANT DE LIMA, 2009, p. 33) e à sociedade mais ampla. A execução penal se caracteriza, minimamente, como um sistema progressivo e jurisdicionalizado (TEIXEIRA, 2009): progressivo porque supõe certa gradação de austeridade nos regimes de cumprimento de pena – fechado, semiaberto, aberto – conforme a gravidade atribuída ao delito, o perfil e a conduta do preso; jurisdicionalizado porque as

⁶⁴ Vale, aqui, a citação literal: “Em relação ao fundamento da manutenção da prisão pelo juiz do Dipo, em 92,8% dos casos não constava justificativa para a necessidade da prisão. Na imensa maioria desses casos, lia-se nos autos o mesmo despacho-padrão” (ITTC; PASTORAL CARCERÁRIA, 2012, p. 61, grifo meu). Esses dados se referem a prisões por tráfico na capital, mas a mesma lógica tende a se replicar para outros crimes e em outras jurisdições (cf. CARVALHO, 2009, 2010).

⁶⁵ Segundo relatos de presos, egressos, familiares, agentes pastorais e operadores do direito.

⁶⁶ Uma ressalva: traço aqui apenas um percurso geral, porque diferentes crimes correspondem a diferentes dinâmicas de processamento. Em crimes dolosos contra a vida, por exemplo, o julgamento se dá por meio do Tribunal de Júri, regido por outra lógica e procedimentos (KANT DE LIMA, 2009; SCHRITZMEYER, 2012).

⁶⁷ Para um CPP quando a pena estabelece regime inicial semiaberto; para uma penitenciária, quando é fechado.

agências do sistema de justiça continuam atuando no processo, com seus pareceres e intervenções determinando o desenrolar da pena – mesmo depois do período de encarceramento⁶⁸. São inúmeros os incidentes processuais que pautam o desenrolar da execução penal: detração⁶⁹, remição⁷⁰, indulto⁷¹ e progressão⁷² são apenas alguns exemplos de *benefícios* possíveis⁷³. Assim como na fase processual, na execução penal o Ministério Público tende a atuar no sentido de intensificar a punição imposta⁷⁴. Os juízes de execução também tendem a referendar um uso mais intensivo da prisão⁷⁵. Esse punitivismo exacerbado não encontra freio, em grande medida, pelo modo em que estão estruturados os serviços de defesa pública⁷⁶.

Apesar de prevista legalmente desde a constituição de 1988, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo só foi criada em 2006, depois de muita pressão política de entidades de classe, movimentos sociais e de direitos humanos. Anteriormente, uma parcela dos quadros da Procuradoria do Estado⁷⁷ era improvisadamente designada para os serviços de assistência judiciária. Num primeiro momento, cerca de 80 procuradores migraram para a Defensoria e deram início a sua estruturação. Por volta de 2011, cerca de 50 defensores atuavam na área penal. A escassez de quadros é contornada por parcerias com outras instituições, por um amplo programa de recrutamento de estagiários e por uma atuação mais estratégica, seja em casos de interesse difuso, seja em casos particulares nos quais se verificam maiores problemas

⁶⁸ Quando o condenado está em liberdade condicional ou sob regime aberto.

⁶⁹ Para converter o tempo de prisão provisória em pena cumprida.

⁷⁰ Para diminuir tempo de pena por dias trabalhados (ou estudados). Para uma análise desse instituto legal, suas ambiguidades e impactos na dinâmica carcerária, ver Chies (2006).

⁷¹ Decreto presidencial anual que estabelece possibilidades e critérios para atenuação de penas.

⁷² Para ascender do regime fechado ao semiaberto, e deste ao aberto.

⁷³ Procuro explorar as características gerais da experiência da pena e os condicionantes de seu particular regime de processamento no decorrer desta tese. Sobre o lugar dos benefícios na doutrina e história do sistema punitivo brasileiro, ver Roig (2005). Para um diagnóstico do funcionamento atual das VECs de São Paulo, ver CNJ (2012).

⁷⁴ Vale a citação literal: “No campo político-criminal, a postura conservadora [do MP] refletirá, naturalmente, na substancialização da demanda punitiva, através de inúmeras ações pontuais no processo persecutório como, p. ex., aumento na representação por prisões cautelares; propositura indiscriminada de ações penais independentemente da intensidade de lesão ou da qualidade do bem jurídico tutelado; adoção de política de recursos automáticos em casos de decisões favoráveis aos imputados no processo de conhecimento ou aos condenados no de execução entre outras” (CARVALHO, 2010, p. 101, grifo meu).

⁷⁵ Também aqui, vale a citação literal: “O sistema de justiça criminal, notadamente enquanto executor da pena, opera na qualidade de aplicador de um *plus* punitivo, ao relativizar ao máximo os direitos previstos em lei para os condenados, adotando uma postura altamente repressiva, revelada pelos ínfimos percentuais de benefícios concedidos” (TEIXEIRA; BORDINI, 2004, p. 70, grifo meu).

⁷⁶ Mais de 90% dos presos paulistas dependem desses serviços públicos. Este e os dados subsequentes foram levantados em entrevistas qualitativas com vários operadores do direito, de destacada atuação na área penal.

⁷⁷ Em linhas muito gerais, trata-se do corpo institucional que advoga a favor do Estado.

procedimentais ou que tenham potencial de recondicionar a jurisprudência⁷⁸. Em comparação com promotores e juízes, os defensores públicos são menos numerosos⁷⁹, pior distribuídos pelo território estadual – em 2011, estavam em apenas 29 municípios⁸⁰ – e até muito recentemente, pior remunerados⁸¹. Embora sua atuação nas defesas seja reconhecidamente qualificada, uma grande distância em relação aos defendidos e ao ambiente prisional caracteriza a atuação da Defensoria. Defensores são acionados por presos através de cartas, por familiares através dos seus centros de atendimento ao público⁸² e por entidades assistenciais que atuam na esfera penal, como a Pastoral Carcerária.

Nas muitas comarcas onde a Defensoria não está presente, os advogados dativos – que até agora designei como “pagos pelo Estado” – são constituídos para executar a defesa da maior parte dos presos provisórios. Trata-se de advogados particulares que se inscrevem no programa de assistência judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e que, então, passam a ser nomeados pelo juiz de uma comarca para realizarem a defesa de acusados (presos ou não) que não dispõem de condições financeiras. A esta categoria pertence o maior número de advogados que atuam no sistema de defesa pública em todo o território estadual. São remunerados ao final dos processos, com valores tabelados correspondentes a cada procedimento adotado. Como os processos são lentos, podem tardar até anos a receberem seus honorários. Trabalham em seus escritórios particulares e no Fórum; no mais das vezes, nem chegam a conhecer pessoalmente seus defendidos. Não costumam arrolar testemunhas de defesa, nem questionar provas e circunstâncias, trabalhando tão protocolarmente quanto promotores e juízes – com despachos-padrão.

O programa de assistência judiciária da OAB é um enorme contrato com a Defensoria, o qual condiciona mais da metade da dotação orçamentária desta. Tal convênio é mais antigo que a própria Defensoria, e se fundamenta na patente insuficiência e na desigual distribuição espacial de advogados públicos – seja dos antigos procuradores, seja dos atuais defensores. Tal contrato está longe de ser um acordo, de modo que uma acirrada disputa política e jurídica se arrasta sobre o tema. A Defensoria quer se desfazer da obrigatoriedade do contrato herdado da Procuradoria, reivindicando autonomia para gerir seus recursos e

⁷⁸ As ações mais estratégicas nos diferentes campos do direito são planejadas e executadas por núcleos especializados – entre eles, o de Situação Carcerária.

⁷⁹ No estado de São Paulo, em 2011, eram 2.017 juízes de primeira instância, 1.500 promotores e procuradores e apenas 500 defensores (JESUS et al., 2011, p. 20).

⁸⁰ Para a distribuição espacial de defensores públicos no Brasil, em 2013, ver IPEA (2013).

⁸¹ Nos últimos anos, existiu toda uma disputa política e judicial em torno da isonomia salarial entre os agentes do sistema de justiça. Para uma notícia recente desses enfrentamentos, ver Scocuglia (2014).

⁸² Como o que funciona no Fórum da Barra Funda, atendendo diariamente cerca de 200 pessoas.

escolher seus parceiros. A OAB, por sua vez, não vê como deixar de prestar esse serviço, considerando-se a única organização que poderia garantir minimamente o direito constitucional de defesa, pela estrutura, logística e quadros mais bem distribuídos pelo território estadual. Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter se manifestado a favor da Defensoria, tal disputa está longe de encerrar-se⁸³, e boa parte dos presos provisórios continua sendo defendida pelos advogados dativos.

O preso condenado continua tendo direito a um advogado de defesa para atuar em seu processo de execução penal; porém, nesta fase da sua trajetória, é o advogado da FUNAP que geralmente atua. A FUNAP dispõe de pouco menos de duas centenas de advogados que atuam no interior do sistema penitenciário e em alguns fóruns, atendendo milhares e milhares de presos. A maioria foi contratada há muito tempo; recebendo atualmente salários baixos e defasados. Esses profissionais do direito – vinculados a uma autarquia ligada, por sua vez, ao poder executivo – trabalham cotidianamente em colaboração com agentes de segurança penitenciária (ASPs) e outros funcionários administrativos das unidades prisionais. Muitos – nem todos – recebem periodicamente presos, ouvem suas demandas e informam sobre a evolução de seus processos. Mais frequentemente, são acionados pela população carcerária através de bilhetes encaminhados por ASPs, nos quais os presos pedem informações e apresentam suas demandas – as *pipas*. Sua rotina de trabalho, no entanto, costuma centrar-se na verificação dos processos, na conferência de lapsos de progressão e encaminhamento de pedidos de benefícios, num ritual burocratizado de processamento de papéis. Não obstante o trabalho no interior da unidade, em proximidade com o preso e com o auxílio de outros funcionários, os serviços de assistência judiciária em processos de execução penal prestados por esses advogados estão longe de serem adequados: os processos ficam anos parados, os pedidos de progressão são também, em demasia, protocolares e geralmente tardam mais que os lapsos mínimos legalmente prescritos.

2.1.3. UNIDADE PENITENCIÁRIA

Embora seja grande a diversidade de modelos arquitetônicos utilizados pelo sistema carcerário paulista, a organização interna do espaço prisional segue certos padrões⁸⁴. Um

⁸³ Para algumas notícias dessa disputa, ver OAB (2011) e Seligman (2012).

⁸⁴ A descrição que segue está baseada em anotações de caderno de campo, decorrentes de visitas pastorais.

muro baixo (ou uma cerca de arame) demarca seu perímetro exterior, com uma guarita para carros comuns, *bondes*⁸⁵ e pedestres, onde se faz a identificação preliminar dos que chegam à unidade. O estacionamento que se encontra em seguida pode ou não ter uma ala coberta; em algumas unidades, anexos prisionais e/ou residências destinadas a diretores também ocupam esse espaço. A entrada na prisão se dá por um prédio administrativo; em sua fachada, o nome da unidade; de um lado, uma passagem para visitantes (familiares de presos) e um setor de guichês para recebimento de *jumbos*⁸⁶; no centro, uma porta de aço (para funcionários, advogados, agentes pastorais, etc.) e, a seu lado, um portão para bondes. Atrás dessa porta metálica existe uma primeira e pequena *gaiola*, um retângulo gradeado, com outro portão adiante que só se abre quando o de trás já está devidamente fechado. Adentra-se então na principal portaria da unidade: um grande quadrado de concreto – com grandes portões de cada lado – que serve de gaiola para os bondes e veículos de escolta. Nesse espaço se dispõem: um balcão para os funcionários, monitores de vigilância, murais de avisos, cartazes, banheiros, o acesso para a ala administrativa no piso superior do edifício e para os setores de revista. Trata-se propriamente da área de transição entre o dentro e o fora da prisão; a partir deste local, dinheiro, telefone celular e vários outros objetos não são permitidos. No piso superior, ficam as salas dos diretores, técnicos e outros funcionários administrativos, uma farmácia, uma copa, etc.

Passando pelo setor de revista, deixa-se esse primeiro prédio para entrar numa área intermediária, que pode ter diferentes tamanhos: às vezes é pequena e de puro concreto, às vezes é maior, com depósitos, hortas ou jardins. É nesse espaço que se olha de frente para a muralha enorme, com suas torres de vigilância e um portão no centro – também para automóveis e pedestres. Do outro lado, outra zona intermediária, diante de outro prédio. Paralelo ao lado de dentro da muralha, um alambrado demarca uma zona para os cães de guarda. No prédio, duas entradas: uma lateral que acessa o setor de *inclusão* de presos; uma central, que acessa uma gaiola. No setor de inclusão existem duas ou três celas, apertadas e mal iluminadas, e uma sala para revista e registro de presos que chegam ou deixam a unidade. Na gaiola central, um portão gradeado lateral (do lado oposto à inclusão) acessa a porção externa do *parlatório*⁸⁷, a sala do diretor de disciplina, outras dependências administrativas e,

⁸⁵ Veículo próprio para o transporte de presos.

⁸⁶ Pacote de roupas, artigos de higiene e alimentos levado pelo familiar ao preso. O jumbo será objeto de discussão mais aprofundada no decorrer desta tese.

⁸⁷ Área destinada à comunicação entre presos e advogados, separados por uma grade. Também pode abrigar visitas familiares.

em alguns casos, também uma copa; o portão gradeado frontal acessa a *radial*, o grande corredor central que interliga todas as demais dependências da unidade.

Na radial, duas faixas pintadas no chão a cerca de um metro da parede demarcam a área onde presos em trânsito⁸⁸ estão autorizados a circular, o meio é reservado a funcionários, visitantes e aos presos que, com grandes carrinhos de mão, trabalham distribuindo comida ou recolhendo o lixo. A radial é uma sequência de portas de aço aos lados e gaiolas no meio – com mais portas aos lados, no seu interior. As portas laterais que ficam fora das gaiolas acessam: 1 – o setor de inclusão (por dentro); 2 – a porção interna do parlatório e a cela de espera que lhe é anexa; 3 – a enfermaria, 4 – o *castigo*, 5 – o *seguro*, 6 – a escola, 7 – as oficinas e 8 – a cozinha. As gaiolas acessam os raios e demarcam fronteiras internas, práticas e simbólicas. Três ou quatro gaiolas se interpõem entre a entrada da radial e os últimos raios no *fundão*⁸⁹ da unidade, segmentando o espaço interno em zonas de acessibilidade diferenciada, geralmente com cozinha e oficinas mais ao fundo; e escola, castigo, seguro e enfermaria mais à frente. Em algumas unidades, as gaiolas da radial contam com um piso superior, também gradeado, de onde o ASP pode manipular as portas, sem se aproximar dos presos.

Na parte interna do raio, o acesso é mediado por ainda outra gaiola, manipulável automaticamente desde a gaiola da radial ou, manual e diretamente, por um ASP. No raio, a maior parte da experiência do preso se desenvolve, nele estão as celas, a quadra para o futebol e para o banho de sol, a barbearia, os tanques e varais para as roupas, aparelhos improvisados de musculação, etc. Em linhas gerais, quando não está em trânsito, o preso está no raio, dentro ou fora da cela.

Além do raio, em apenas três outros espaços o preso cumpre sua pena: no castigo, no seguro e na enfermaria. O castigo é um corredor de celas enfileiradas, de menores proporções que as do raio, onde são alocados presos em cumprimento de sanção disciplinar. Elas dispõem apenas de uma cama de concreto, uma privada no chão, um cano que serve de chuveiro, uma torneira na parede e uma pequena janela. O seguro é o lugar dos presos que não podem ficar no *convívio* do raio, seja pela contração de dívidas, pelo pertencimento a facção rival, ou por infringir algum tipo de norma estabelecida pelos próprios presos⁹⁰. É um conjunto de celas coletivas e bastante cheias ao lado de um pequeno pátio para banho de sol. A enfermaria é um

⁸⁸ Trânsito não só remete à transferência entre unidades; qualquer movimentação de presos pelo espaço prisional também é assim designada.

⁸⁹ Designação comum para os espaços mais distantes da entrada (também da saída) da prisão.

⁹⁰ Sobre a segmentação do mundo prisional em espaços de convívio e de seguro, ver Marques (2009).

espaço dividido em três: numa primeira parte estão os consultórios, salas mais amplas, com mesas e macas, arquivos e fichas médicas; separadas por uma grade, ficam as celas dos presos em tratamento; ao fundo, um pequeno pátio para banho de sol. A esses espaços de cumprimento de pena, acrescentaria ainda um outro, liminar entre o trânsito e o raio, constituído pelas celas de Regime de Observação – *ROs* – onde os recém-chegados, depois de passarem pela inclusão e antes de serem integrados ao convívio, passam uma temporada trancados. Mais do que um espaço físico em particular, RO é uma condição, uma vez que, para tanto, podem ser destinadas determinadas celas de um raio ou mesmo do castigo, a depender do volume do fluxo de chegadas.

Em outros três espaços, o preso também cumpre pena, mas não se instala: a escola, a cozinha e a oficina. A escola é um corredor com salas de aula, cujas paredes têm janelas envidraçadas que permitem a observação do lado de dentro; uma biblioteca e salas de projetos específicos – como de oficinas de trabalhos manuais e de informática. Na cozinha fica o estoque de comida, uma padaria, mesas para limpeza e corte dos alimentos, uma cozinha industrial propriamente dita e um pátio externo onde as caixas, panelas e cumbucas são lavadas em grandes tanques. As oficinas variam conforme a unidade e a empresa parceira; são galpões subdivididos entre empresas e setores de produção: costura de bolas, descascamento de alho, montagem de pregadores de roupas, de sacolas, de rabiola, de móveis de vime, embalagem de artigos de festa são algumas oficinas que conheci.

Como já mencionei, no estado de São Paulo, é grande a variação de elementos e de formas de distribuição do espaço prisional. Existem unidades antigas e enormes como o CPP de Franco da Rocha e a Penitenciária Feminina de Santana (PFS), com projetos arquitetônicos muito particulares. Existem grandes penitenciárias como as de Presidente Venceslau e Guarulhos, com apenas 3 ou 4 raios, cada qual com dezenas de celas dispostas em 2 andares. Mais recentemente, se multiplicaram as unidades compactas, que ocupam uma área menor e são mais subdivididas, com até 8 raios (térreos) de cerca de uma dezena de celas cada. Esse modelo é utilizado indistintamente em CDPs e penitenciárias⁹¹; no mais das vezes, os raios estão organizados em formato de espinha de peixe – como acabo de descrever –, mas existem também unidades nas quais eles se distribuem em forma de “X”⁹². Existem unidades menores ainda, de raio único, como na maioria dos CRs e em algumas penitenciárias⁹³. Ademais,

⁹¹ Como no CDP de Bauru e na Penitenciária de Avanhandava, por exemplo.

⁹² Como nas penitenciárias de Álvaro de Carvalho e Getulina.

⁹³ Como em Assis e em uma das penitenciárias de Itirapina.

modelos arquitetônicos particulares foram experimentados nas mais novas unidades femininas de Tupi Paulista e Tremembé.

2.2. COLETIVOS

2.2.1. FUNCIONALISMO PENITENCIÁRIO

A Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) apresenta uma estrutura piramidal, fortemente hierarquizada, na qual os principais cargos são distribuídos entre os servidores públicos segundo relações de confiança, por nomeações pessoais. O governador nomeia o secretário; o secretário nomeia coordenadores regionais⁹⁴, de saúde e reintegração social; os coordenadores regionais nomeiam os diretores gerais das unidades; os diretores gerais nomeiam diretores de segurança e disciplina, trabalho e outros. Em cada unidade, a diretoria coordena o trabalho dos Agentes de Segurança Penitenciária (ASPs), dos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVPs), dos funcionários técnicos e administrativos, também dos presos que fazem a limpeza e manutenção cotidiana do espaço prisional.

Os turnos de trabalho são bastante variáveis: ou de 8 horas diárias, como para a maioria dos funcionários administrativos; ou de “12 por 36” – 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso – para a grande maioria dos ASPs e AEVPs; podendo ser também de “24 por 72” ou outros imagináveis arranjos⁹⁵. Os funcionários administrativos ocupam, principalmente, o primeiro prédio da unidade, no qual só se relacionam com os presos que trabalham na limpeza e na copa dessa área. Divididos em diversos setores e funções, são operadores da burocracia, lidam com processos, prontuários, contabilidades, contratos, recursos humanos, etc. Segundo o DEPEN (2014), no final de 2012, um total de 3.837 servidores desempenhavam funções de apoio administrativo em toda a SAP. Os técnicos podem estabelecer uma relação mais direta com a população prisional, ainda que esporádica. Trabalham, principalmente, com temas de saúde. Em 2012, toda a SAP empregava 616 técnicos de enfermagem, 205 enfermeiros, 141 médicos (89 clínicos gerais, 4 ginecologistas e 48 psiquiatras), 386 psicólogos e 381 assistentes sociais (Ibid.). A insuficiência desses

⁹⁴ Da região metropolitana, do Vale do Paraíba e Litoral, da região central, noroeste e oeste.

⁹⁵ Os dados a seguir foram levantados em entrevistas com ASPs e AEVPs.

quadros para atender a população carcerária de todo o estado é gritante, de modo que os serviços de saúde são complementados em instituições públicas do lado de fora das muralhas. Entre outras funções, os psicólogos e assistentes sociais são responsáveis pela realização dos Exames Criminológicos, demandados por alguns juízes de execução, antes de decidirem sobre a concessão de um benefício.

AEVP é uma categoria profissional criada no começo dos anos 2000 a fim de substituir a PM na guarda das muralhas. São responsáveis ainda pela operação dos bondes, e em 2014, inicialmente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com viaturas e armas próprias, passaram a substituir a PM também na escolta do transporte de presos (cf. RIBEIRO, 2013). O contato dos agentes de muralha com os presos é meramente visual, observando-os no raio, na cela e nos diversos postos de trabalho nos ambientes mais externos da unidade. Trabalham armados e são orientados a atirar contra presos que ultrapassem, sem autorização, uma certa zona de tiro que margeia a muralha. Passam a maior parte do tempo nas guaritas – torres de vigilância que se elevam nos ângulos e na frente do grande muro. Os motoristas de bonde (e os agentes de escolta) operam, principalmente, transferências entre unidades e trânsitos para o fórum. Se a maior preocupação do agente de muralha é a fuga, a do bonde (e sua escolta) é a ação de resgate.

O ASP é o funcionário que maior proximidade desenvolve com o preso, de modo que o que mais teme é a rebelião – ainda que o grau de proximidade varie conforme a posição que ele venha a ocupar no segmentado espaço prisional. O maior número desses funcionários opera o trânsito de presos, de outros funcionários e de visitantes; ficam nas portarias e gaiolas, identificando, revistando, registrando, abrindo e fechando a passagem. Os que ocupam posições em setores de trabalho dos presos – como na cozinha e nas oficinas – ficam durante toda a jornada de trabalho em contato direto com eles. Os que trabalham nas gaiolas operam a entrada e a saída dos raios e seus respectivos registros: as muitas idas e vindas de presos que trabalham, que recebem visitas de advogados, que são convocados pela diretoria, que conseguem uma consulta médica, bem como as movimentações de comida, remédios e outros insumos. Nos dias de visita, os familiares dos presos também passam por tais agentes.

As ocasiões nas quais os APSs da gaiola entram no raio e mais se expõem aos presos se dão na *contagem*, e nos momentos de abrir e fechar a *tranca* – o cadeado da cela⁹⁶. Na contagem, o ASP se aproxima da cela e pode ou observar o seu interior pela portinhola que se

⁹⁶ Tranca é um termo que tem um sentido mais amplo, remete ao interior da cela. Estar na tranca é estar recolhido na cela, é não estar no pátio do raio, nem em trânsito.

abre na chapa de aço, e fazer uma espécie de chamada por número de matrícula⁹⁷; ou fazer com que todos os habitantes de uma cela saiam, respondam a chamada e entrem novamente. Diferentes procedimentos também podem ser adotados no abrir e fechar da tranca, mas, em linhas gerais, o ASP entra no raio e vai abrindo, uma a uma, as portas das celas. De resto, os ASPs da gaiola podem observar o raio através de embaçadas – quase disfuncionais – aberturas de vidro nas paredes, ou entrar e sair rapidamente, para alguma entrega ou comunicação, na gaiola do raio. A pequena gaiola do raio é a principal interface de comunicação entre os agentes estatais e a maior parte da população carcerária. Pelos vãos de suas grades, os presos requisitam consultas médicas e medicamentos, postos de trabalho, vagas na escola, informações sobre os processos de apelação e execução penal, alterações no rol de visitas, etc. Queixas e reivindicações mais coletivas também podem ser feitas quando nessa gaiola adentram diretores e outras autoridades. Também é através dela que os funcionários comunicam trânsitos, alvarás de soltura, concessões de benefícios, etc.

Dentre os ASPs, duas posições específicas podem ser destacadas. Em primeiro lugar, a figura da ASP feminina que trabalha em unidade masculina, que cotidianamente ocupa a porção mais exterior da prisão, mas que é fundamental na revista das familiares de presos nos dias de visita. Outro diferenciado corpo de agentes estatais se constitui como uma elite do funcionalismo penitenciário, que não se confunde com as diversas diretorias. Trata-se do Grupo de Intervenção Rápida (GIR), criado no começo dos anos 2000 como “tropa de choque” dos agentes penitenciários, especialmente munidos e treinados (pela PM e outras agências de segurança) ou para a realização de intervenções preventivas em situações de risco, ou para operações rotineiras de grande escala, como revistas em raios e unidades inteiras. De uniforme preto, com escudos, balas de borracha, cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral, tubos de gás de pimenta, cães, coletes, capacetes e coturnos, organizados militarmente em tropa, os agentes do GIR adentram os raios para desfazer situações de crise e, mais comumente, para auxiliar os ASPs na realização de revistas nas celas, facilitando a remoção e o controle da população de um raio. Agem com constante truculência e distanciamento dos presos. As várias unidades do GIR – inclusive seu destacamento feminino – distribuem-se por todo o estado, atuando em diversas unidades prisionais. Inspirada nessa experiência, em junho de 2009, a SAP regulamentou ainda a criação das Células de Intervenção Rápida (CIRs), destacamentos de elite vinculados a uma

⁹⁷ Número que todo preso recebe ao ingressar no sistema, é sua principal identificação no espaço prisional.

unidade penitenciária, embora menos equipados, igualmente treinados e recrutados⁹⁸. Segundo o DEPEN (2014), no final de 2012, um contingente de 22.967 agentes penitenciários (ASPs e AEVPs) trabalhava nas unidades geridas pela SAP.

2.2.2. POPULAÇÃO CARCERÁRIA

Atualmente, a fonte oficial mais acessível e atualizada para a elaboração de um perfil mínimo da população carcerária paulista é o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), ligado ao Ministério da Justiça (MJ), que compila e disponibiliza os dados fornecidos pelas secretarias estaduais de justiça ou administração penitenciária. Segundo o DEPEN (2014), em dezembro de 2012, a população carcerária paulista era de 195.695 pessoas – o que representa uma taxa de encarceramento de 474,4/100 mil habitantes. Desse total, 97,5% estão alocados nas dependências da SAP; 93,5% são homens e 65,4% habitam unidades para cumprimento de pena de prisão ou medida de segurança.

Dos presos custodiados pela SAP, 50,8% eram provenientes de área urbana de municípios do interior; 47,7% de área urbana de municípios de regiões metropolitanas e apenas 1,5% de área rural: população carcerária, população urbana, portanto. Apenas 1,1% são estrangeiros. Quanto ao grau de instrução, aproximadamente⁹⁹, 3% não são alfabetizados, 18,2% são apenas alfabetizados, 38,3% não completaram o Ensino Fundamental, 16,1% têm o Ensino Fundamental completo, 13,7% têm o Ensino Médio incompleto, 9,6% têm o Ensino Médio completo e apenas 1,1% chegou a cursar o Ensino Superior (completo ou não). Quanto à faixa etária, é possível afirmar que a população carcerária do estado de São Paulo é bastante jovem: 48,4% têm menos de 30 anos, sendo 25,9% dos presos entre 18 e 24 anos, e 22,5% entre 25 e 29. Quanto à cor, aproximadamente¹⁰⁰, 45,5% são brancos, 16,6% negros e 37,2% pardos, de modo que, no mínimo, 53,8% são afrodescendentes.

⁹⁸ O recrutamento se dá por inscrição (individual) ou indicação (por superiores) de ASPs e AEVPs de interesse e reconhecida reputação, os quais são submetidos ao treinamento e a um período de experiência e observação.

⁹⁹ Os dados do DEPEN nem sempre são consistentes. A quantidade de presos cuja escolarização é reportada (186.505) não coincide com o total da população carcerária indicado. De qualquer maneira, as informações disponibilizadas permitem traçar um perfil aproximado.

¹⁰⁰ Os dados também são inconsistentes, como no caso da escolarização. A quantidade total de presos reportada por cor de pele/etnia é de 166.923.

Os crimes (tentados ou consumados) atribuídos a essa população assim se distribuem¹⁰¹: apenas 8,7% são crimes graves contra a pessoa, como homicídio (artigo 121 do CPB), sequestro e cárcere privado (artigo 148); 27,1% correspondem à legislação específica que penaliza o tráfico de entorpecentes (Lei 6.368/76 ou Lei 11.343/06); e 54,8% são crimes contra o patrimônio: 13,9% do total são furtos (artigo 155), e 32,4% são roubos (artigo 157)¹⁰². Quanto à distribuição das penas impostas, o DEPEN reporta que aproximadamente¹⁰³ 16,9% foram condenados até 4 anos de prisão; 32,4% têm penas de 4 a 8 anos; 24,4% de 8 a 15; 11,7% de 15 a 20; 8,6% de 20 a 30 e 6% tiveram condenações de 30 anos ou mais.

Dos dados disponibilizados pelo DEPEN, destacaria apenas mais algumas informações sobre o contingente da população carcerária que trabalha: apenas 2,5% dos presos realizam trabalho externo; 21,7% realizam trabalhos internos, sendo que 7,9% (15.074 presos) desempenham serviços classificados como “Apoio ao Estabelecimento Penal” – ou seja, estão empregados na manutenção e nas rotinas da própria prisão¹⁰⁴; e 9,6% trabalham em oficinas instaladas na prisão através de “Parceria com a Iniciativa Privada”.

2.2.3. FACÇÃO PRISIONAL

Como já ressaltai, o mundo do crime não figura no cerne de minhas questões de pesquisa, nem minha entrada em campo favorece seu conhecimento. Entretanto, é inegável que a existência de facções prisionais, dentro e fora do ambiente institucional, tanto condiciona as práticas e políticas da administração penitenciária (MARQUES, 2008), quanto conforma a experiência que se desenvolve ao redor e através das prisões de São Paulo

¹⁰¹ As proporções foram calculadas com base na Quantidade de Crimes Tentados ou Consumados discriminada pelo DEPEN: um total 210.670. Deve-se ter mente que um mesmo preso pode estar condenado por mais de um crime contabilizado.

¹⁰² Nas proporções de furtos e roubos somei os montantes de incidência simples e qualificada, apresentados separadamente na planilha do DEPEN.

¹⁰³ O total de presos condenados que o DEPEN reporta é de 123.860.

¹⁰⁴ Vale mencionar que a remuneração desses trabalhadores não é extraída do orçamento da administração penitenciária, mas dos salários daqueles que trabalham nas oficinas privadas. Segundo um sistema estabelecido pela SAP, chamado de Mão de Obra Interna (MOI), cerca de 25% do salário de cada empregado de uma oficina é retido pela administração para remunerar, ainda que quase simbolicamente, os trabalhadores da manutenção e das rotinas da prisão. Esse sistema é amplamente reportado nas atas anexas ao relatório do Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2012) e relatos de sua existência também constam em meus cadernos de campo. Massaro (2014, p. 38) o designa como “Mão de Obra Indireta”. Trata-se de uma mecânica de funcionamento que dialoga diretamente com questões que serão tratadas no decorrer dessa tese, mas que, infelizmente, ainda não pude descrever e analisar a contento.

(GODOI, 2010). Nas visitas pastorais, em conversas com presos e com funcionários; também fora das muralhas, em reuniões, conversas e entrevistas com familiares de presos, egressos, advogados, agentes pastorais, recorrentemente, a facção é evocada para explicar (ou complicar) certas dinâmicas de funcionamento do sistema penitenciário.

O Primeiro Comando da Capital (PCC) é a facção mais disseminada em São Paulo¹⁰⁵, alcançando cerca de 90% das unidades (SALLA; DIAS, 2011, p. 2). Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade¹⁰⁶ (CRBC), Comando Democrático da Liberdade¹⁰⁷ (CDL), Seita Satânica¹⁰⁸ (SS), Terceiro Comando da Capital¹⁰⁹ (TCC), Comando Nazista da Criminalidade (CNC) e Amigos dos Amigos¹¹⁰ (ADA) são apenas alguns exemplos de facções minoritárias, que existem ou existiram nas prisões do estado de São Paulo. Para além de algumas dessas e de possíveis outras facções, o pouco espaço que resta ainda tem que abrigar ex-policiais, ex-agentes penitenciários e estupradores, bem como ex-integrantes de facções (ex-PCC, ex-CRBC que não se integraram a nenhum outro grupamento) e presos que não foram relacionados a nenhuma facção – os *sem-camisa*¹¹¹. A incontestável hegemonia do PCC no sistema penitenciário paulista, em linha gerais, acaba por repartir as unidades prisionais entre *favoráveis* (ao PCC) e de *oposição*; clivagem que também se manifesta na divisão entre unidades (e espaços) de convívio e de seguro (MARQUES, 2009).

A hegemonia do PCC não se explica por uma pura dominação pela força, nem pela simples adesão por convencimento, de modo que coerção e consentimento ativo se articulam na produção histórica e cotidiana da facção (FELTRAN, 2012). Compreender essa complexa

¹⁰⁵ Ela está presente também em outros estados. No relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário, levada a cabo na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2008 – e relatada pelo deputado Domingos Dutra – a existência do PCC foi identificada em presídios do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Bahia (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008, p. 40).

¹⁰⁶ O CRBC é o principal opositor do PCC, foi fundado em 1999, na Penitenciária José Parada Neto, em Guarulhos. Há indicações de que essa facção tenha sido fomentada por agentes da própria administração penitenciária para fazer frente ao PCC; seu estatuto teria sido escrito na sala do diretor da unidade (SOUZA, 2007, p. 30; ALVAREZ, SALLA e DIAS, 2013, p. 76). Para uma discussão sobre como PCC e CRBC divergem, ver Biondi e Marques (2010).

¹⁰⁷ O CDL foi fundado em 1996, na Penitenciária 1 de Avaré, também com colaboração da diretoria da unidade; em meados dos anos 2000, já havia sido praticamente dizimado (ALVAREZ, SALLA e DIAS, 2013, p. 76).

¹⁰⁸ Grupo que inicialmente rivalizou com o PCC, principalmente na Casa de Detenção de São Paulo (SOUZA, 2007, p. 31).

¹⁰⁹ O TCC foi formado por membros fundadores do PCC que foram excluídos da facção, no começo dos anos 2000 (SOUZA, 2007, p. 234).

¹¹⁰ CNC e ADA foram facções mencionadas no decorrer do trabalho de campo, não pude encontrar registros sobre suas histórias e dimensões. Embora ADA seja também o nome de uma facção carioca, não sei dizer se há relação entre elas.

¹¹¹ A existência de presos não relacionados a nenhuma facção também foi mencionada no decorrer do trabalho de campo.

articulação exige que o PCC seja interpelado numa dupla chave: como um “sujeito coletivo” (Ibid., p. 234) e uma forma de subjetivação¹¹² (FOUCAULT, 1998, 2005a), como um grupo e uma ética (BIONDI, 2010, 2013, 2014), irreduzíveis entre si, mas que se reforçam mutuamente.

A história do grupo foi contada por jornalistas como Jozino (2005) e Souza (2007), também reconstituída e analisada por sociólogos como Teixeira (2009), Dias (2011) e Feltran (2012). Em linhas gerais, essa história pode ser dividida em três fases. A primeira vai da fundação, em 1993, no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté¹¹³, até a primeira megarrebelião de 2001. Nesse período, o PCC constrói sua hegemonia dentro das prisões paulistas, estabelecendo seus princípios progressivamente, de unidade em unidade, por meio da adesão voluntária e da supressão de grupos rivais (SALLA, 2006a). O grupo se expande pelo *batismo* de novos *irmãos*¹¹⁴, e se espalha pelos territórios prisionais, principalmente, porque as autoridades penitenciárias sempre transferiram para outras unidades qualquer liderança que identificassem nas cada vez mais frequentes rebeliões. Grandes fugas e ações de resgate também foram importantes para que o PCC se afirmasse como uma potência dentro e começasse a se capilarizar fora dos muros, passando a atuar em diferentes mercados criminais.

A segunda fase se estende de uma megarrebelião a outra, entre 2001 e 2006, e é marcada por três processos principais: uma crise interna, a intensificação da repressão estatal e a consolidação da presença da facção em diferentes territórios urbanos. Na crise interna, os fundadores remanescentes – que se colocavam no topo da hierarquia do grupo – foram expulsos e a estrutura piramidal desfeita. A inclusão da igualdade no lema do coletivo – juntamente com paz, justiça e liberdade – simboliza essa passagem (BIONDI, 2010), que não se fez sem sangue. A repressão estatal se intensifica dentro e fora dos muros: de um lado, pela criação do RDD e do GIR; de outro, pela atuação extralegal do Grupo de Repressão e Análise dos Delitos de Intolerância (GRADI), que através de escutas ilegais, infiltrações e emboscadas, prendeu e executou diversas pessoas relacionadas ao PCC (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013, p. 76). A consolidação da atuação da facção em diferentes territórios urbanos se

¹¹² Sobre as formulações foucaultianas das formas de subjetivação, ver Deleuze (1987, p. 125-158), Dreyfus e Rabinow (1995, p. 185-201) e Lemke (2000).

¹¹³ Biondi (2014) adverte que existiram outras narrativas da gênese do PCC, as quais acabaram suplantadas pela versão consolidada e publicada por Jozino (2005). Sobre as características excepcionais do Anexo de Taubaté, ver Teixeira (2009).

¹¹⁴ Sobre os ritos de passagem e atributos de pertencimento que caracterizam o PCC, ver Biondi (2010, 2014) e Dias (2011).

deu por diferentes vias: pela conquista de territórios, pela assimilação de coletivos criminais já atuantes em determinadas áreas, e pela negociação com outros coletivos que, sem se afirmarem como inimigos, optaram por manter autonomia (HIRATA, 2010, p. 276). Desse modo, o PCC não só se torna um ator importante no tráfico de drogas e outros mercados ilegais, mas também se afirma como uma instância reguladora dos vários ilegalismos urbanos (e das sociabilidades locais), com ampla capacidade de mediar conflitos – fator determinante na drástica redução dos homicídios que se verifica no período (TELLES, 2010a; HIRATA, 2010; FELTRAN, 2008, 2012; BIONDI, 2014).

De 2006 em diante, “uma espécie de armistício” (FELTRAN, 2012, p. 248) sela as relações entre PCC e Estado. Não obstante a irrupção de crises – como na guerra deflagrada entre PM e PCC, no segundo semestre de 2012 – em linhas gerais, nessa terceira (e atual) fase, as rebeliões se tornam mais raras, o RDD é menos utilizado, a hegemonia da facção dentro e fora das prisões não é questionada, e o Estado continua a prender e a construir prisões.

Embora o PCC possa ser considerado como um sujeito coletivo – um grupo com uma história, que atua em determinados mercados e está presente em certos territórios – sua capacidade de expansão, sua forma de atuação, suas relações (com as agências estatais e com os grupos sociais que interpela mais diretamente) não podem ser bem compreendidas se se desconsidera os elementos éticos que lhe dão sustentação – isto é, a forma de subjetivação que, a um só tempo, promove e manifesta. *Proceder* é o termo que sintetiza toda essa ética, um atributo e uma substância, que diferencia o certo do errado, orienta condutas e conforma sujeitos. Não se trata de um código normativo fechado, mas de um certo modo de avaliar situações, problematizar cursos de ação e atribuir responsabilidades, cujos princípios estruturantes são, de um lado, a manutenção da paz entre os pares e, de outro, a guerra contra os inimigos, especialmente os agentes do Estado, mas não só. Marques (2009) e Biondi (2010, 2013, 2014) descrevem e analisam suas múltiplas formas de manifestação e exercício, suas implicações teóricas e consequências práticas, num nível de detalhamento e complexidade que acabo por negligenciar ao fazer essa menção por demais sumária.

De todo modo, nesta cartografia, gostaria de enfatizar três questões sobre o jogo de relações que se estabelece entre a ética do proceder e a facção prisional enquanto grupo. Primeiramente, o proceder é uma arte de se conduzir e se relacionar que não se limita ao espaço penitenciário. Ele é amplamente evocado nas periferias urbanas, nos mais variados contextos: das práticas de lazer (o *rap*, o futebol de várzea, as torcidas organizadas, a pichação) ao mercado (o comércio local e ambulante), passando pelo mundo do trabalho – na

zona de sombra que se estende entre expedientes formais e informais, legais e ilegais (HIRATA, 2006, p. 277). A prisão, portanto, não pode ser identificada como seu ponto de origem, mas, certamente, é um de seus principais circuitos de condensação e difusão. O proceder é absolutamente estruturante nas relações que constituem o mundo do crime (MARQUES, 2009, p. 95), dentro e fora da prisão, mas não se restringe a esse universo social – é uma linguagem amplamente compartilhada.

Em segundo lugar, o proceder é uma arte de se conduzir e se relacionar que se desenvolve e ganha corpo diante de questões de vida ou morte, frente circunstâncias tão adversas que colocam em xeque a própria existência das pessoas (HIRATA, 2010, p. 318). Na prisão, vai se constituindo como a arte de contornar a tortura, os maus tratos, o massacre, também as dívidas, as brigas banais, a extorsão, o estupro. Nas periferias urbanas, é a arte de se furtar à violência policial, aos grupos de extermínio, também às intermináveis guerras de gangues. Em suma, é uma forma de “sobreviver na adversidade” (LIMA apud HIRATA, 2006, p. 275), que, nas prisões e periferias de São Paulo, vai se impondo, de maneira incontornável, no decorrer da década de 1990, onde e quando matar ou morrer se faziam possibilidades cada vez mais presentes (TELLES, 2010a, p. 236-238). A ética do proceder, portanto, preexiste à facção, tanto participa de sua formação e desenvolvimento¹¹⁵ quanto é promovida e salvaguardada pelo grupo (FELTRAN, 2012, p. 50).

Finalmente, dentro da prisão, do raio, o proceder é uma arte de se conduzir e se relacionar que une irmãos e *primos* (ou *companheiros*), membros batizados e demais presos do convívio. Como mostra Biondi (2010), a relação entre uns e outros não é de mando absoluto e totalitário – como insiste Dias (2011). Proceder é exigência comum do convívio, imprescindível para irmãos, mas não menos necessário para os demais. Sobre esse solo comum se erigem diferenciais de *visão*¹¹⁶ e de desempenho que fazem variar o respeito e admiração que uns e outros inspiram em seus pares, assim como qualificam, uns e outros, para negociar e disputar as condições de existência junto à administração penitenciária¹¹⁷. Esses diferenciais, portanto, informam a distribuição de responsabilidades, tanto no que diz respeito às posições políticas (BIONDI, 2010) que estruturam o PCC (enquanto grupo), quanto às posições (também políticas) que organizam o cotidiano de um raio – posições que

¹¹⁵ A crise interna do PCC, no começo dos anos 2000, decorre de todo um questionamento sobre o proceder dos fundadores, como mostram Biondi (2010, p. 158) e Marques (2009, p. 47).

¹¹⁶ Vale a citação: “inteligência, perspicácia, bons conhecimentos da vida prisional e do PCC, senso de justiça” (BIONDI, 2010, p. 83).

¹¹⁷ O trabalho de Mallart (2014) é iluminador dessas dinâmicas, especialmente porque no contexto que ele estuda (internação de menores) não existe ninguém batizado.

se comunicam o tempo todo pela linguagem comum do proceder, que por vezes podem se sobrepor, mas que em tantas outras circunstâncias são irreduzíveis umas às outras. A clivagem que separa irmãos de primos não se confunde com a que separa *setores* da *população*. Os setores de *faxina*¹¹⁸ (do raio, da escola, da enfermaria, da oficina¹¹⁹), de *boia*¹²⁰, de *esporte*¹²¹ são posições políticas que estruturam o funcionamento cotidiano da prisão desde muito antes da emergência da facção (MARQUES, 2009, p. 30). São posições amplamente reconhecidas pela administração de cada unidade¹²², onde, atualmente, podem ser alocados irmãos e/ou primos, desde que respeitados pelos presos e aceitos pela direção. Do mesmo modo, irmãos e *pilotos*¹²³, por mais importantes e influentes que sejam, podem não ocupar nenhum setor.

2.3. CONEXÕES

2.3.1. CONDIÇÕES DE ENUNCIÇÃO

Esta cartografia não se pretende totalizadora; através dela, objetivo tão somente dispor alguns elementos constitutivos do sistema penitenciário paulista que me parecem importantes para complementar e informar a leitura dos dados e discussões que se seguirão nesta tese. Os circuitos e coletivos até aqui sumariamente apresentados fornecem uma mínima visão geral das mais importantes agências – estruturas e atores – que compõem o atual dispositivo carcerário no estado de São Paulo. Se, por certo, as descrições poderiam ser expandidas e mais detalhadas, elas não exigem maiores justificativas para aqui figurarem. Entretanto, não posso afirmar o mesmo para as conexões que estou prestes a descrever. A custo de alguma repetição, pode ser importante articular e explicitar as condições que sustentam uma apresentação minimamente sistemática dos vasos comunicantes que conectam o dentro e o fora das prisões de São Paulo.

¹¹⁸ Grupo responsável pela limpeza do raio e de outros espaços da prisão.

¹¹⁹ Em cada oficina existe um faxina responsável. Essa posição deve corresponder ao que Marques (2009, p. 30) chama de patronato.

¹²⁰ Grupo responsável pela distribuição da comida.

¹²¹ Grupo responsável por organizar campeonatos e arbitrar o uso da quadra do raio.

¹²² Faxinas e boieiros, pelo menos, são inclusive remunerados via MOI, ver nota 104 desta tese.

¹²³ Sobre a posição de piloto no PCC, ver Biondi (2010, 2014).

Nas últimas décadas, o sistema penitenciário paulista foi um epicentro de profundas crises e transformações. A população carcerária estadual cresceu abrupta e vertiginosamente, acompanhando de perto a tendência de massificação do encarceramento que vem se manifestando em diversos países. Os seguidos esforços da administração pública em expandir vagas – através da construção de dezenas de novas e distantes unidades prisionais – mostraram-se sempre insuficientes para reduzir o quadro de superlotação e precariedade que historicamente conforma o sistema penitenciário do estado. Em outros contextos onde também se desenvolveram processos de expansão da população carcerária e do parque penitenciário, diversos autores vêm chamando a atenção para a necessidade de investigar suas implicações do lado de fora das muralhas (GARLAND, 2001; TRAVIS; WAUL, 2003; MAUER; CHESNEY-LIND, 2002). Um conhecimento básico das formas empíricas de conexão entre a prisão e outros territórios sociais se mostra um ponto de partida necessário para tais explorações (cf. COMFORT, 2008). Do mesmo modo, num momento em que se multiplicam as formas de controle e punição em meio aberto, que ao invés de substituírem a prisão, acabam por capilarizar, diluir e estender sua área de influência num extenso *continuum* punitivo, abarcando amplos territórios (COHEN, 1979), recobra interesse o estudo dos pontos de conexão – onde o que permanece fechado alcança o que fica em aberto. Ademais, essas mesmas formas de conexão se mostram estruturantes das dinâmicas que regem o funcionamento do ambiente interno (COMBESSIE, 1996), bem como da própria experiência do encarceramento (CHANTRAINE, 2004a). Entender esse jogo de influências recíprocas exige algum conhecimento sobre as mediações concretas que as tornam possíveis.

Para além dessas condições gerais, em São Paulo se verificam condições específicas que exigem uma mais cuidadosa apreciação do que chamo de vasos comunicantes. Nas últimas décadas, o PCC consolidou sua hegemonia, primeiramente, dentro das unidades prisionais e, em seguida, fora delas, em diversos e amplos territórios urbanos. Tal transbordamento se mostrou especialmente problemático – para autoridades e pesquisadores – após a deflagração da segunda megarrebelião protagonizada pela facção, em maio de 2006, quando, além dos milhares de presos simultaneamente amotinados, centenas de atentados foram praticados nas ruas. O problema dos efeitos do transbordamento do PCC para muito além do perímetro prisional também se coloca no amplo debate (público e especializado) sobre a redução das taxas de homicídio que se verificou no estado, no decorrer dos anos 2000 (FELTRAN, 2012). Considero que a consolidação de organizações como o PCC dentro das prisões, sua ampla capilaridade do lado de fora – também seu papel na redução das taxas de homicídio e acontecimentos como os de maio de 2006 – são fenômenos que só poderão ser

mais bem compreendidos através de uma atenta observação das múltiplas formas de ligação – dos vasos comunicantes – que se estabelecem entre o dentro e o fora de uma cada vez mais expansiva prisão – e que o fazem não para subvertê-la ou derrubá-la, mas, ao contrário, para viabilizá-la e fazê-la funcionar.

2.3.2. VASOS COMUNICANTES

Pode ser considerado um vaso comunicante toda forma, meio ou ocasião de contato entre o dentro e o fora da prisão. Trata-se de uma articulação particular que, ao mesmo tempo, une duas dimensões da existência social e define uma separação fundamental entre elas. Os vasos colocam em comunicação dois “mundos”, no entanto, não são desprovidos de bloqueios: neles, múltiplas negociações, determinações, poderes e disputas operam a diferenciação do que entra e sai, dificultando ou facilitando acessos, registrando (ou não) as passagens e estabelecendo destinações. É a própria existência da prisão enquanto alteridade sócio-territorial – como “heterotopia” nos dizeres de Foucault (2009) – que está em questão no cotidiano jogo de abrir e fechar portões, observando o que por eles passam ou não. No estado de São Paulo, atualmente, mais que a conduta dos reclusos no interior da prisão, as passagens e trânsitos são os focos privilegiados da vigilância penitenciária, bem como de investimentos governamentais.

A maior parte dos vasos comunicantes são vias institucionalizadas, previstas e reguladas pela legislação penal, como a visita semanal dos familiares e o atendimento de um advogado. Nesses casos, é o encontro presencial – corporal – que estabelece a conexão. A visita familiar é minuciosamente controlada: depende da formalização de um cadastro, da emissão de uma carteirinha; passa pela retirada de senha horas antes da visita, pela espera na fila, por seguidas verificações de documentação e por revistas detalhistas de pertences, roupas e, principalmente, corpos. Nos últimos anos, o governo estadual realizou inúmeros investimentos para promover um maior controle sobre esse fluxo, dos quais destacaria: 1 – o desenvolvimento de um banco de dados de visitantes unificado em todo o estado¹²⁴, com informações sobre pessoas e unidades visitadas de cada familiar cadastrado; e 2 – a compra de

¹²⁴ Como registrado em caderno de campo, ao procurar dissolver imbróglios relacionados a visitas de determinados presos, dialogando com funcionários e diretores, por diversas vezes, pude vê-los consultando esse banco de dados. Ver ainda SAP (2007a).

centenas de dispositivos detectores de metais, nos formatos portátil, pórtico e banqueta¹²⁵. O encontro com o advogado, por sua vez, costuma ter lugar no parlatório, onde preso e advogado se encontram separados por uma grade e/ou vidraça. De todo modo, ainda que não passe pelos mesmos constrangimentos dos familiares – o de desnudar-se, por exemplo – o advogado também é submetido a procedimentos de revista. Esse vaso comunicante também tem sido alvo de investidas governamentais, especialmente no sentido de restringir as prerrogativas de sigilo dos atendimentos, pela instalação de grampos e escutas nos parlatórios¹²⁶.

A correspondência postal, igualmente legalizada, é outro importante vaso comunicante que possibilita a criação e fortalecimento de vínculos entre dentro e fora da prisão. Trata-se de um vaso comunicante que se materializa num artefato, servindo tanto ao estabelecimento de laços afetivos, como à provocação das agências do sistema de justiça e da administração pública para o devido encaminhamento da execução penal. Este vaso pode bem funcionar desde que o preso disponha dos recursos necessários, os quais não são disponibilizados pela administração da unidade, e que, como muitos outros recursos, dependem do provimento de familiares e amigos: o papel, a caneta, o envelope, o selo postal. Não é incomum que o conteúdo das mensagens também passe pelo crivo da vigilância, de modo que cartas poderão ou não ser devidamente encaminhadas, segundo o conteúdo mais ou menos suspeito que expressem¹²⁷.

O abastecimento material da prisão, realizado com recursos mobilizados pelos familiares e amigos de presos, não é dotado da mesma existência e regulamentação legal¹²⁸. Sua formalização se dá num nível administrativo, em que cada unidade estabelece quase autonomamente as dinâmicas de encaminhamento e o conjunto de bens que serão autorizados a atravessar os portões. O jumbo é sua forma por excelência: uma pesada sacola com alimentos, roupas, artigos de higiene pessoal, cigarros, às vezes, medicamentos, que pode ser encaminhada no próprio dia de visita ou em outros dias previstos especificamente para tal. As embalagens, formas de acondicionamento, qualidades dos produtos são todas reguladas, previstas, observadas e revistas, segundo critérios altamente variáveis de uma unidade para

¹²⁵ Sobre a compra de detectores de metais dotados de sensibilidade para identificar objetos metálicos e não metálicos dentro do organismo das pessoas, ver SAP (2007b, 2007c).

¹²⁶ Procedimento adotado nos presídios federais, objeto de contestação e replicação em outras unidades (cf. LEONARDO, 2011).

¹²⁷ De acordo com presos, egressos e familiares. Sobre o controle das correspondências, ver ainda Taets (2012, p. 104-105).

¹²⁸ O sistema de abastecimento das prisões paulistas é um dos temas a ser explorado no decorrer desta tese.

outra, ou numa mesma, com o passar do tempo. Jumbos em versões menores que não contenham alimentos frescos também transitam pelas vias postais, através dos serviços de Sedex, estruturados na maior parte das penitenciárias paulistas. Os pacotes passam por aparelhos de raios X e são abertos e revistados, antes de serem entregues nos pavilhões¹²⁹.

Outra forma de conexão institucionalizada entre a população carcerária e a sociedade mais ampla e seu mercado é o serviço de pecúlio, legalmente estabelecido nas penitenciárias e unidades de regime semiaberto – onde há alguma oferta de trabalho. Funciona como um sistema bancário no interior do sistema prisional, através do qual cada preso é dotado de uma espécie de conta em que se depositarão ou os salários daqueles que trabalham, ou os recursos disponibilizados por familiares. Uma parcela dos ingressos conforma uma poupança obrigatória que só poderá ser sacada quando da libertação, outra parcela poderá ser mobilizada em compras periódicas mediadas pela administração penitenciária¹³⁰. O setor administrativo do pecúlio faz circular uma lista de mercadorias permitidas entre os presos, que assinalam suas demandas; após a realização de uma espécie de pregão, os produtos são comprados e distribuídos nos pavilhões¹³¹. Principalmente através desse mecanismo, dois outros importantes vasos comunicantes são introduzidos no ambiente prisional: a televisão e o rádio, vasos eletrônicos que colocam a população prisional em contato com as grandes (e pequenas) questões culturais, econômicas e políticas da sociedade mais ampla. Mais do que direitos, são considerados como regalias, que nem por isso deixam de ser estritamente regulamentados em seus modelos e características autorizadas; podem ser também materialmente revistados e subtraídos de uma cela como forma de sanção.

Outra modalidade de vaso comunicante coloca a população carcerária em contato direto com setores específicos da sociedade mais ampla. Diferencialmente institucionalizadas, as vias da assistência religiosa, social ou judiciária introduzem no ambiente prisional diversos agentes da chamada “sociedade civil” – religiosos (cf. DIAS, 2008), advogados e psicólogos voluntários (cf. BRAGA; BRETAN, 2008), artistas (cf. BISILLIAT, 2003), conselheiros da comunidade (cf. MJ, 2008), defensores dos direitos humanos (cf. PASTORAL CARCERÁRIA, 2010) – que podem conectar, intensificar ou recuperar conexões entre setores da população carcerária e seus familiares, ou com as movimentações de seu processo no sistema de justiça, ou com a vida religiosa e comunitária, ou com o mundo do trabalho,

¹²⁹ No decorrer das visitas pastorais, por diversas vezes, pude testemunhar a dinâmica de revista e distribuição de Sedex no raio. Ver ainda SAP (2007c).

¹³⁰ Mediante autorização do preso, familiares também podem realizar saques do pecúlio.

¹³¹ Informação obtida através de entrevista com funcionário administrativo que trabalhou nesse setor.

etc¹³². Os controles sobre quais desses agentes e em que condições eles poderão prestar seus serviços são também objeto de inquietação e continuadas disputas, uma vez que tais vias costumam ser das poucas por onde circulam denúncias de maus tratos e violações de direitos que chegam a causar algum tipo de impacto político, dentro e fora do ambiente prisional (BARBOSA, 2007). É comum que a entrada desses agentes só se realize mediante autorização prévia e expressa de diretores, coordenadores ou mesmo do secretário, ainda que o acesso livre e irrestrito às dependências de uma unidade seja uma prerrogativa estabelecida na legislação – como no caso de agentes pastorais e conselheiros da comunidade. Também é comum que essa entrada seja vetada em dias de *blitz* ou quando a direção identifica situações de risco na unidade.

Vasos comunicantes também são urdidos quando os presos saem da prisão, temporária ou definitivamente. A saída temporária e o regime semiaberto são igualmente institucionalizados, previstos no regime de progressão de pena adotado pela legislação penal brasileira como etapas intermediárias, nas quais os presos, paulatinamente, se readaptariam ao ambiente externo. A progressão de pena para regime aberto, a concessão de liberdade condicional, ou a expedição de alvará de soltura pelo cumprimento integral da pena são as vias institucionalizadas da libertação, a partir de quando o recém-egresso já não teria que voltar para o lado de dentro se estiver cumprindo todas as obrigações legalmente estabelecidas do lado de fora¹³³. A presença de um número cada vez maior de egressos da prisão no seio da sociedade é um dos elementos que mais prolonga os efeitos da expansão dessa particular instituição, que mais a inscreve na realidade cotidiana do tecido social, e que, atualmente, mais coloca questões para o escrutínio sociológico. O prolongamento da vigilância sobre quem deixa o espaço penitenciário pode ser identificado nas iniciativas governamentais de promover o monitoramento à distância, via tornozeleiras eletrônicas (GERALDINI, 2009; CORRÊA JR., 2012), e também na constituição de um banco de dados genéticos, com informações de DNA daqueles que passaram pela prisão condenados por crimes hediondos ou violentos (cf. LOPES, 2012).

A figura do funcionário da prisão é tão fundamental e elementar quanto a do preso que se torna egresso, na constituição do dispositivo prisional como mecanismo regulador de um jogo de relações entre um dentro e um fora. Um vaso comunicante se conforma em cada

¹³² Discuto mais detidamente essa modalidade de vaso comunicante em Godoi (2010).

¹³³ Em casos de liberdade condicional e regime aberto, exemplos dessas obrigações são o comparecimento regular ao Fórum, o respeito a restrições de circulação em determinados locais e horários e a não realização de viagens sem autorização judicial.

encontro cotidiano, em cada episódio de colaboração ou conflito que se desdobra entre um funcionário da prisão e um preso. No interior da prisão, é o funcionário que mais cotidianamente expressa a presença “da sociedade”. Do lado de fora, por mais que se ressinta, ele não pode deixar de pensar, sentir-se e conduzir-se como se estivesse dentro. Ainda, é ele o principal operador da maioria das passagens acima mencionadas, sendo fundamental na realização de praticamente a totalidade dos fluxos que constituem a prisão: ele revista os bens e os corpos, registra as movimentações de pessoas e coisas, interpõe obstáculos e critérios a cada uma, em suma, abre ou fecha as passagens (GODOI, 2010, 2011b).

A este amplo e diversificado conjunto de vasos comunicantes mais ou menos institucionalizados e legalizados soma-se um número reduzido de vias informais e ilegais. Os bilhetes – ou pipas – que transitam de mão em mão entre presos, visitantes, advogados e funcionários podem ser considerados vias informais de comunicação que funcionam como cartas, mas exigindo menos recursos e possibilitando a circulação de certas informações mais controladas. Abertamente ilegal é o uso de telefone celular dentro da prisão. Embora tal aparelho tenha sido reputado como responsável pela articulação do PCC e de suas megarrebeliões, moderníssimos telefones celulares, ilegalmente, proliferam no interior do sistema penitenciário paulista, permitindo que presos estabeleçam vínculos instantâneos e continuados com pessoas de fora, que conheciam ou não antes do aprisionamento, sejam elas jornalistas, egressos, familiares ou amigos. Tais aparelhos podem ser utilizados tanto para empreender ou administrar um negócio criminoso, quanto para participar da educação dos filhos ou conseguir uma namorada (cf. JOZINO, 2008, p. 112-113). Os investimentos governamentais que visam a coibir o uso desses telefones no espaço prisional são, de longe, os mais reiterativos dos últimos anos. A compra, o teste e a instalação de bloqueadores de celulares em diferentes unidades prisionais de São Paulo povoam noticiários e pronunciamentos de autoridades a cada crise deflagrada no sistema¹³⁴.

Mesmo esses vasos comunicantes informais e ilegais parecem ser frequentemente mobilizados para fins ordinários, que mais visam a contornar as dificuldades impostas pela prisão e sua precariedade institucional, que para propriamente ferir a ordem urbana ou prisional. A condição de informalidade ou ilegalidade desses expedientes deve-se precisamente à subversão que operam no controle estatal sobre as formas de comunicação entre o dentro e o fora da prisão, e não exatamente ao conteúdo das informações que geralmente transitam por essas vias. Em contrapartida, os vasos comunicantes regulamentados

¹³⁴ Para uma nota governamental recente, ver Governo do Estado (2013).

e legalizados podem ser – e frequentemente são – mobilizados informal ou ilegalmente pelos diversos agentes que neles concorrem, de modo que as passagens podem ser bloqueadas ou facilitadas, a despeito das leis e normas institucionalmente estabelecidas. Em suma, os vasos comunicantes ilegais (ou informais) não só servem às ilegalidades, assim como os vasos comunicantes legais não transmitem estritamente legalidades. Interessa reter que, nesta complexa trama de vasos comunicantes, opera um jogo de aberturas e usos (legais e ilegais, formais e informais), no qual não só a facção, mas a própria prisão paulista parece se viabilizar.

3. AS LEIS DO TEMPO

Mas você se aproxima do ponto doloroso. Faz muito tempo que ele devia receber, não uma libré, que não existe no castelo, mas um uniforme da repartição; isso lhe foi assegurado, mas nesse aspecto as pessoas são muito lentas no castelo, e o pior é que nunca se sabe o que significa essa lentidão; pode significar que a coisa está em andamento, mas pode também significar que o trâmite oficial ainda nem começou, que, por exemplo, querem primeiro pôr Barnabás à prova; pode significar também, afinal, que o trâmite já terminou, que por algum motivo a garantia foi retirada e que Barnabás nunca vai receber o uniforme. Mais detalhes a esse respeito não é possível saber, ou então só depois de muito tempo.

Kafka, em *O Castelo*

3.1. PRESOS E PROCESSOS

3.1.1. UMA VISITA PASTORAL

“— A pastoraaaaaaaaaal, a pastoraaaaaaaaaaal...” é o grito que emana do outro lado da porta de aço. Eu e Fátima estamos na gaiola que dá acesso ao raio de uma penitenciária do Estado de São Paulo. Um ASP foi avisar a respeito de nossa chegada, outros três estão ali, trocamos algumas palavras de cordialidade. Minha atenção se volta para o que se pode ver através de uma pequena janela: o futebol é interrompido imediatamente, os presos se agitam, correm para as suas celas, vestem camisetas, alguns penduram terços no pescoço. A um sinal dos presos, o ASP que estava lá dentro nos convida a entrar. Passamos pela porta de aço e adentramos na gaiola do raio, três grades nos separam de um grupo de presos que já vai se aglomerando, alguns sorrindo, outros curiosos. Quando se fecha a porta às nossas costas, o ASP abre outra, passamos; ele nos tranca lá dentro e volta para a gaiola da radial.

Cumprimento com um aperto de mão todos os que se aproximam, os setores de judiciária, presos responsáveis pela nossa recepção, e os demais, conhecidos ou não. Uma enorme quantidade de gente passa a caminhar em círculo pelo pátio central, em pares ou pequenos grupos, aproveitando do sol. Muitos continuam suas atividades, observando-nos de longe, sentados na porta de uma cela, jogando baralho, costurando bolas. Numa parede, grafites expressam o amor às mães. Diante dele, presos fazem musculação com pesos improvisados com garrafas *PET* cheias de água e coladas a cabos de vassoura. Mais adiante,

outros, numa pia coletiva, lavam roupas. Num canto do pátio, alguns colchões tomam sol, e lençóis são pendurados no varal. No outro, uma grande mesa de madeira vai sendo disposta a fim de centralizar o nosso atendimento. Antes de iniciá-lo, Fátima diz que quer fazer uma oração. Os setores então gritam “A oraçãoããããão, oraçãoããããão...” e, com o grupo que já se formava ao nosso redor, caminhamos para o pátio, que vai se abrindo. Rapidamente, um enorme círculo se forma, nem todos se aproximam, alguns ficam só olhando, mas um silêncio se faz. Quando todos no círculo já estão de mãos dadas, Fátima cumprimenta: “Bom dia, povo de Deus!”. A resposta vem grave e uníssona: “Bom dia, Dona Fátima!” Ela então explica rapidamente que trouxe os extratos pedidos na última semana, que só levaria mais pedidos daqueles que não conseguiram fazê-lo na última vez, e que estes só poderão ser entregues depois de quinze dias, já que na semana seguinte não os visitaremos. Proclama então algumas breves intenções para a família e a saúde, e inicia o Pai Nosso. Todo o círculo se põe a rezar: “Painossoqueestaisnocéu...”. Rezamos o Pai Nosso ecumênico num tom forte, num ritmo acelerado, marcado: “santificadosejavossonome... GraçasaDeus.” Os católicos emendam a Ave Maria no mesmo ritmo, os evangélicos calam. Uma salva de palmas encerra o momento de oração.

Caminhamos em direção à mesa, enquanto somos abordados por vários presos com suas questões: “O que precisa para pedir o extrato? Número de matrícula serve? E quando não se sabe o RG?” Quando nos aproximamos, uma longa fila já está formada. Fátima procura em sua pesada sacola o maço de extratos correspondente ao raio em que estamos e o entrega nas mãos do setor, que repassa a outro que o leva para sala da judiciária, a fim de organizar a distribuição – um volume grande de presos se dirige para lá. Fátima também retira da sacola um maço de papéis em branco e uma caneta, o setor de judiciária pede então que um preso que estava ali do lado se encarregue de fazer a relação. Fátima reitera que é só para aqueles que não pediram na última visita. Do outro lado da mesa, ele começa a anotar no papel os dados daqueles que estavam em fila. Dá-se início, então, aos atendimentos individuais.

Eu e Fátima ficamos de pé, perto da mesa, cada um rodeado por presos ansiosos em conversar e tirar dúvidas. Além das questões pontuais sobre as informações necessárias para a realização do pedido do extrato, todo um universo de questões processuais nos é apresentado. O diálogo se inicia com um aperto de mãos, o preso então explica sua situação. Muitos têm uma condenação de X anos, já cumpriram Y da pena, tendo, portanto, lapso para progredirem de regime ou mesmo para serem soltos, no entanto, estão lá ainda, sem informação sobre o andamento de seus benefícios. Outros: ou têm um advogado particular que deixou de atuar em seu caso; ou já progrediram para o regime semiaberto e ainda não foram transferidos; ou

apelaram da condenação e não têm informação alguma sobre esse processo; ou acabam de ser condenados num outro processo e não sabem como vai ficar a pena. Questões pessoais de diversas ordens também emergem: a necessidade de óculos, de um medicamento, de notícias da família; protocolos para contrair matrimônio, para registrar um filho. Entre um atendimento individual e outro, em conversas mais amplas, abordamos temas como o racionamento de água no raio, o mutirão judiciário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a saidinha que se aproxima, o ritmo do fluxo de transferências e chegadas. Fátima tem praticamente todas as respostas, anota nomes e problemas em sua agenda; o círculo ao seu redor é bem maior que ao meu. Eu respondo o que posso, anoto alguns nomes e dúvidas; não raro, presos que estão me acompanhando esclarecem as dúvidas de outros. Os casos são muitos, mas nem tão distintos. Minha presença acaba servindo de ocasião para que eles troquem informações e experiências entre si, com o que aprendo muito.

Conforme os extratos vão sendo distribuídos na sala da judiciária, muitos vêm nos procurar para interpretá-los, uma vez que as informações neles dispostas são bastante cifradas, não permitindo observar muito mais que as datas em que o processo foi movimentado e onde ele atualmente se encontra. Tendo somente por base o extrato, é praticamente impossível ter conhecimento acerca da natureza dos pedidos e dos encaminhamentos que vão sendo dados. Por mais frustrante que seja a desinformação imposta pelo papel, o registro de uma movimentação recente é suficiente para amenizar a angústia e os ânimos mais exaltados.

Fátima olha para o relógio: estamos atrasados, há muito ainda a visitar. Desculpando-se, interrompe os atendimentos e recolhe a relação de pedidos de extratos. Um calhamaço, dezenas e dezenas de nomes e números. Aqueles mais atrasados tentam incluir, na última hora, o nome na lista; Fátima resiste e cede, resiste e cede; anotações de última hora também são feitas em sua agenda – uma pomada, um telefone de familiar, um número de processo de apelação – tudo enquanto o setor de judiciária chama na gaiola do raio: “Senhor, atenção aqui para o raio, senhoouooooor...”. Depois de Fátima ter guardado a relação, enquanto esperamos a reação da gaiola da radial, presos ainda se aproximam pedindo para que levemos pipas com seu nome e número de execução, também com indicações do raio e da cela, do tempo de pena imposta e cumprida; ao que cedemos conforme a insistência de cada um. Um ASP entra na gaiola do raio e abre a porta para nossa saída. Vamos nos despedindo, com promessas de voltar. Na gaiola da radial, os outros ASPs recebem um preso vestido de branco, empurrando um carrinho repleto de tinas com arroz, feijão, carne e banana, comida que naquela hora seria distribuída no raio, naquela mesma mesa em que há pouco atendíamos. Ele cumprimenta

“Dona Fátima”, pede ajuda para ver como anda o seu processo e diz que no raio tem uma petição de liberdade condicional para ela protocolar no Fórum.

3.1.2. EXTRATOS

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo <http://www2.tjsp.jus.br/PortalTJ3/Paginas/Pesquisas/VEC/Pesqu>

Pesquisar Andamentos VEC

[Conectar](#) [Pág. Principal](#) [Voltar](#) [Imprimir](#)

As seguintes informações foram encontradas:

Nome: [REDACTED]
 Processo de Execução: [REDACTED] Comarca Atual: [REDACTED]

Informações sobre os Andamentos do Processo da VEC:

Data Andamento	Tipo Incidente	Tipo Andamento	Observação
23/11/2012	Execução da pena	Autos no M.P.	M.P.V.
04/10/2012	Execução da pena	Autos no Final para Cumprimento	Autos p/Cumprto; Baixa em 03/10/2012, lista de nº 369.
03/10/2012	Execução da pena	Autos concluídos em mãos	
27/06/2008	Execução	Autos no Arquivo	ARQ. CAIXA Nº 51004/08.
25/06/2008	Roteiro das Penas	Autos no Arquivo	
10/06/2008	Roteiro das Penas	Baixa M.P.	
09/06/2008	Roteiro das Penas	Autos no M.P.	

[Pág. Principal](#) [Voltar](#) [Imprimir](#)

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/n - São Paulo - SP - CEP 01018-010

Versão: 2012.10.11.0.

Figura 1 - Extrato da VEC

Extratos da VEC e de apelação são os mais pedidos e distribuídos em qualquer raio que eu, Fátima e outros agentes pastorais visitamos. Do universo de problemas que se apresentam nas penitenciárias paulistas, não temos nenhuma predileção pelas questões processuais, mas elas se impõem, incontornáveis, quando dialogamos com os presos, demonstrando abertura e interesse por suas maiores angústias. Uma apreciação mais detida da estrutura e conteúdo desses documentos, bem como de seus efeitos e significados num raio de penitenciária, possibilita jogar luz sobre algumas dimensões estruturantes da experiência da punição no estado de São Paulo, especialmente no que diz respeito às relações muito concretas e cotidianas que se estabelecem entre os presos e as diferentes instituições estatais que determinam o desenrolar das penas. O que está em questão nesta discussão em torno dos extratos e das visitas pastorais é a rotina das operações estatais que incidem sobre essa parcela da população carcerária e não as manifestações rituais mais expressivas e teatralizadas da

justiça criminal (SCHRITZMEYER, 2012; KOKOREFF, 2004), nem os fundamentos históricos e culturais do particular sistema judicial brasileiro (ALVAREZ, 2003; KANT DE LIMA, 2009). Trata-se de um percurso exploratório que visa a indagar como o Estado, em suas dimensões mais triviais e cotidianas, funciona quando pune.

O extrato da VEC é um documento que informa sobre os encaminhamentos de um pedido de benefício – geralmente progressão de regime ou liberdade condicional – num processo de execução penal¹³⁵. É emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo via internet¹³⁶. Na tabela “Informações sobre os Andamentos do Processo da VEC”, quatro colunas dispõem diferentes tipos de dados: “Data Andamento”, “Tipo Incidente”, “Tipo Andamento” e “Observação”. Nas sete linhas aparecem as sete últimas movimentações do processo de execução, em ordem cronológica decrescente. A primeira coluna é a mais legível. A sucessão das datas informa se o processo está parado ou em andamento, o ritmo das movimentações processuais, o intervalo entre elas, e o momento preciso em que foram realizadas. A leitura dessas datas depende de outras referências temporais que os presos, em geral, dominam: o dia da prisão, a duração da pena imposta, os lapsos de tempo legalmente determinados para progressão de regime segundo as diferentes condenações¹³⁷. Por exemplo, sabendo que sua prisão se deu no dia 01/06/2010, que em 01/06/2011 foi condenado a seis anos de prisão por roubo, na condição de primário e que o lapso para progressão de regime segundo sua condenação é de 1/6 da pena, o preso pode minimamente avaliar o andamento de seu processo e especular quando poderá deixar efetivamente a prisão¹³⁸. Num extrato recolhido em 01/06/2012 – tendo o preso já cumprido 1/3 da pena em regime fechado – será possível ler se existe e – se sim – como evoluiu o pedido de benefício que lhe é de direito, pelo menos há um ano; se ele está sendo encaminhado, se ele intensificou sua movimentação em algum período, se ele já deixou de se movimentar.

Com o extrato da VEC em mãos, o preso continuamente redimensiona os aspectos quantitativos e qualitativos da pena que sofre: seu tempo de duração e regime de

¹³⁵ Para uma abordagem histórica e jurídica do lugar dos benefícios no regime progressivo da execução penal brasileira, ver Roig (2005). Sobre as tendências gerais da apreciação judicial desses pedidos, ver Teixeira e Bordini (2004).

¹³⁶ Em <http://www.tjsp.jus.br>.

¹³⁷ Os lapsos variam para crimes hediondos e não hediondos, para presos reincidentes e não reincidentes; seu cálculo é ainda mais complicado em casos de condenações em diferentes delitos com diferentes lapsos, ou quando novas condenações se acumulam para um mesmo preso, ou quando alterações na lei penal mudam os lapsos prescritos.

¹³⁸ É comum que presos provisórios aguardem julgamento por tanto tempo, que uma vez condenados, já cumpriram boa parte de suas penas, tendo um ou mais lapsos vencidos. Mais grave ainda, em um número significativo de casos, a pena imposta é diferente da privação de liberdade. Para mais informações sobre a condição dos presos provisórios em São Paulo, ver ITTC e Pastoral Carcerária (2012).

cumprimento. De um lado, especula sobre a data provável de sua saída, se ela tende a se aproximar do cumprimento integral da pena ou se já se anuncia para um período próximo. De outro, questiona a justeza de sua própria condição: se a pena que lhe vem sendo imposta corresponde ou não aos seus direitos legalmente estabelecidos; se esses direitos estão sendo ou não, em tempo hábil, devidamente considerados; em suma, se a lei está sendo aplicada em seu proveito. Feitas e refeitas a cada extrato, a cada dia; verdadeiros focos de angústias e incertezas, essas estimativas e considerações carecem de precisão, em grande medida, devido à quase total ilegibilidade do restante da tabela, que, por sua vez, prolonga uma opacidade que é própria do sistema de justiça.

Sob a coluna “Tipo Incidente”, termos genéricos como “Execução da pena” ou apenas “Execução” são bastante frequentes. Sob esses registros, diversos requerimentos processuais se enquadrariam, de modo que os presos dependem de outras fontes de informação para saber especificamente qual de seus direitos está em questão na movimentação registrada no extrato. Na coluna “Tipo Andamento”, duas formas de registros são comuns: ou referências lacunares sobre as movimentações, ou indicações da localização do processo. Alguns exemplos do primeiro tipo de registro são “Autos Conclusos”, “Autos no Prazo”, “Autos no Final para Cumprimento”, “Autos Aguardando Cumprimento de Penas” entre outros tão ou mais enigmáticos, geradores de muitas dúvidas e especulações entre os presos. “Autos no M.P.”, “Autos na Defensoria Pública”, “Autos Remetidos à Comarca”, “Autos Recebidos da Comarca”, “Autos no Arquivo” são referências espaciais mais legíveis, que indicam onde está se passando algo com o processo. Ministério Público, Defensoria, Comarca, Arquivo são pontos que demarcam o circuito pelo qual o processo deve circular para progredir, para alcançar uma decisão, seja ela positiva ou negativa. Dessa circulação processual depende, em grande medida, a circulação do próprio preso no sistema penitenciário. Sendo jurisdicionalizada a execução da pena – constituída, portanto, de ações e transações entre os diversos agentes que conformam o sistema de justiça –, as informações dessa coluna possibilitam identificar quem é o responsável por cada movimentação em curso – se o promotor, o defensor ou o juiz –, e relacionando-as com a primeira coluna, quanto tempo cada um desses agentes leva para concluir seus procedimentos. Entretanto, o número limitado de sete movimentações apresentadas no extrato impossibilita a reconstituição do percurso geral de um benefício. Assim, o andamento processual mais se apresenta como um incessante ir e vir, sem início, sem fim, imprevisível, ilegível. “Observação” é a única coluna que costuma não ser inteiramente preenchida; a frequente utilização de siglas e números torna seu caráter lacunar e impreciso ainda mais marcado, de modo que, dela, o preso não pode

extrair mais do que inquietações e dúvidas. No extrato impresso, no rodapé da página, são inseridas automaticamente a data e a hora de emissão – indicação que permite ao preso dimensionar não só o intervalo entre a emissão do extrato e a última movimentação de seu processo, como também entre a emissão e sua leitura.

Para além das dificuldades e angústias implicadas na leitura do extrato da VEC, é preciso considerar também que nele jamais figura a decisão judicial proferida. Pelo extrato, o preso nunca saberá se seu benefício foi negado ou concedido – o que eleva a ilegibilidade do documento ao paroxismo. Quando o extrato deixa de acusar qualquer movimentação, resta ao interessado buscar informações em outras fontes ou aguardar o ofício judicial que deverá assinar no caso de uma decisão favorável. A entrega do ofício com a decisão do juiz pode demorar meses e, muitas vezes, nem acontece. Se não deixa de ser surpreendente o fato de existir tamanha demanda por um documento tão lacunar, deve-se ter em mente que, na leitura do extrato, num raio de penitenciária, tão ou mais importante que saber exatamente o que acontece com o processo de execução, é não perdê-lo de vista, é acompanhar sua movimentação.

Os extratos de apelação, embora igualmente demandados e também acessíveis via internet, são distribuídos em menor número que os da VEC. Geralmente, os presos, no raio, não dispõem de informações precisas para a sua busca: o mais longo e específico número do processo de apelação, o nome ou o registro do advogado apelante. Apenas com o nome completo, o RG, o número do processo de execução e a matrícula – esses os dados que os presos, em geral, dispõem – é quase sempre impossível emitir o extrato de apelação requerido¹³⁹. Nesse documento figuram informações acerca do processo de apelação a uma condenação proferida em primeira instância. Trata-se de um outro processo, diferente da execução penal, mas que também se vincula ao preso e a seu destino. O direito de apelação é amplamente consolidado nos sistemas jurídicos modernos; visa a proteger acusados e acusadores de possíveis negligências, equívocos e perseguições numa primeira decisão judicial. Ao provocar um segundo julgamento, o “Apelante” questiona a quantidade, a qualidade ou a pertinência da punição imposta. Geralmente, o processo de apelação se inicia logo após o primeiro julgamento, quando se dá a conhecer a pena, considerada inapropriada pelo defensor ou pelo promotor – por excesso ou por falta de rigor. No raio de uma

¹³⁹ Seja por excesso de entradas, pela quantidade de homônimos que existe no universo dos judicialmente processados ou pela existência de vários processos de apelação para um mesmo réu, interpostos quando da prisão provisória ou referentes a outras condenações anteriores; seja por escassez, quando a busca simplesmente não resulta em nenhum registro – o que é mais frequente.

penitenciária, os presos costumam demandar extratos de apelação de processos disparados por seus defensores, que podem resultar em extinção ou atenuação da pena. Os processos disparados pelo Ministério Público (MP), que visam a aumentar a pena imposta, são menos demandados porque geralmente os presos nem estão cientes da sua existência. Para além de toda a justificação própria da doutrina jurídica, a existência de processos de apelação nos gabinetes do sistema de justiça e o interesse por seus extratos nos raios do sistema penitenciário indicam que uma pena, mesmo quando já estabelecida, pode ser vivida como algo potencialmente mutável, para mais ou para menos, continuando mesmo enquanto é aplicada, em alguma medida, ainda indefinida.

A tabela de fluxo das “Movimentações” constitui o núcleo do extrato de apelação. Nas colunas “Data” e “Movimento” se apresentam as informações mais importantes, também em sequência cronológica decrescente. A sucessão das datas é a parte mais legível do extrato, permitindo ao preso avaliar o ritmo e a evolução de seu processo de apelação. Diferentemente do extrato da VEC, no de apelação, a consulta às movimentações pode recuar até o cadastramento do processo, possibilitando uma visão geral sobre o tempo de tramitação e os sentidos do ir e vir processual. Na coluna “Movimento”, sucedem-se ao cadastro, múltiplas remessas, distribuições, recebimentos, pareceres e publicações que envolvem arquivistas, cartorários, procuradores, defensores e magistrados. Após o julgamento, são necessárias outras remessas e publicações para que a nova decisão proferida incida no processo de execução, redefinindo (ou não) condições, lapsos e direitos no interior do sistema prisional. Quando existe uma decisão judicial, sua natureza é telegraficamente informada no extrato, com meras indicações do acolhimento total ou parcial, ou da refutação da demanda do apelante. Ao mesmo tempo que se indica, por exemplo, “o parcial provimento ao recurso para reduzir a pena imposta ao acusado”, apenas pelo extrato é impossível acessar o conteúdo da nova sentença, que só estarão disponíveis “nos termos que constarão do acórdão”. Um preso que acompanha a evolução de seu processo de apelação pelo extrato, precisa, portanto, acessar esse outro documento para conhecer integralmente a decisão, suas motivações e consequências. O acórdão é também acessível pela internet através de *link* no próprio extrato de apelação¹⁴⁰. No final do extrato, sob a inscrição “Julgamento”, ou se reitera que ainda “Não há julgamentos para este processo”, ou se indica a data para quando ele foi agendado,

¹⁴⁰ Por serem muito extensos, não costumamos imprimir os acórdãos; apenas consultamos seu conteúdo e transmitimos verbalmente ao preso a decisão proferida.

ou se reproduz as telegráficas menções ao indeferimento, ou provimento, total ou parcial, do recurso encaminhado.

3.1.3. VIAS DE CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

Além da Pastoral Carcerária, funcionários, advogados ou familiares podem servir de mediadores entre os presos e seus processos. A diversidade, a inconstância e a informalidade dessas vias são índices da absoluta insuficiência dos circuitos instituídos para o abastecimento da população carcerária de informações processuais. Nas penitenciárias paulistas, os pedidos de benefícios e os serviços de defesa em geral – de praticamente a totalidade dos presos de uma unidade – estão sob responsabilidade de um número reduzido de funcionários administrativos juntamente com poucos advogados da FUNAP. A insuficiência dos quadros, o volume de processos e a significativa rotatividade imposta à população carcerária são elementos que concorrem para a desinformação generalizada que prevalece nos raios. Não é raro ouvir dos presos: “nunca fui atendido por um advogado da casa¹⁴¹”, ou “só vi o advogado uma vez e já faz muito tempo” ou ainda “mando pipa direto com a minha situação, mas não tenho nenhum retorno do advogado”. Os agentes estatais responsáveis exatamente por fazer a mediação dos presos com seus processos e colocá-los em movimento, mesmo trabalhando cotidianamente no perímetro penitenciário, figuram como tão distantes e inacessíveis quanto o juiz.

Antes da assinatura de ofício judicial informando a progressão de regime, ou da transferência de raio, ala e/ou unidade, ou da efetivação de um alvará de soltura – e sem os extratos circulando por outras vias – o maior volume de presos só é oficialmente informado de poucos andamentos processuais de sua execução penal através da *pauta* e do *protocolo*, duas outras fontes de expectativa e angústia no interior de um raio. A pauta é uma listagem de presos que é periodicamente afixada numa parede que serve como mural – a *pedra*. Nessa lista estão relacionados os presos cujos processos foram identificados pela equipe do advogado “da casa” como passíveis de encaminhamento de pedidos de benefícios, ou seja, são os presos que finalmente tiveram seus lapsos vencidos observados. O protocolo é outra lista

¹⁴¹ Interessante notar que os advogados contratados pelo Estado para prestarem gratuitamente serviços de defesa, nas penitenciárias paulistas, são comumente designados como advogados “da casa” e não “do preso”, como se defendessem a instituição mais do que seus habitantes.

afixada também na pedra, com a relação dos presos que tiveram efetivamente um pedido de benefício encaminhado. Em linhas gerais, a expectativa primeira de um preso com lapso vencido é que seu nome saia na pauta; uma vez lá relacionado, sua expectativa é que saia no protocolo. Portanto, através desses canais institucionais, a população carcerária não tem acesso a muito mais que a etapa de preparação e provocação de alguma movimentação processual. Embora se trate apenas do início de um andamento, entre a pauta e o protocolo muitos meses podem se interpor, de tal modo que outros lapsos podem ser vencidos no período, ou alguma intercorrência – uma nova condenação, uma sindicância, uma transferência – pode vir a anular a possibilidade de pedido ou alterar o seu andamento. Nas visitas pastorais, é frequente ouvir “meu lapso venceu há X meses e meu nome ainda não saiu na pauta” ou “meu nome saiu na pauta há Y meses e ainda não saiu meu protocolo”, ou ainda “meu benefício foi protocolado há N meses e até agora... nada”. A presença dessas listas no interior do raio, portanto, tanto pode amenizar quanto intensificar a ansiedade e a incerteza que, invariavelmente, pesam sobre a qualidade e a duração efetiva do período de reclusão.

Se a pauta e o protocolo organizam um fluxo mínimo de informações da equipe jurídica da unidade para a população carcerária, demandas coletivas e casos particulares podem ser encaminhados, no sentido inverso, pelo setor de judiciária. Como na faxina e na boia, no setor de judiciária trabalham alguns presos destacados da população carcerária de um raio. São eles que nos recebem nas visitas pastorais, elaboram as listas de pedidos e distribuem os extratos que levamos. Também esclarecem dúvidas específicas de presos, compilam casos semelhantes, analisam situações mais críticas e, eventualmente, demandam de diretores e outros funcionários os encaminhamentos mais urgentes¹⁴². Como também se encontram presos, os setores de judiciária têm uma capacidade bastante limitada de introduzir novas e atualizadas informações que contemplem o conjunto da população de um raio. A pauta, o protocolo e o setor de judiciária são as mais comuns vias de circulação de informações processuais nas penitenciárias que pude conhecer mais de perto; no entanto, como já foi apontado, são vias absolutamente insuficientes, incapazes de garantir amplamente o direito à informação processual, gerando mais expectativas que certezas.

Sob tais circunstâncias, cada preso, individualmente, procura, sem cessar, vias alternativas. Em tese, como são emitidos pela internet, qualquer pessoa conectada, que disponha dos dados pessoais ou processuais necessários e que frequente a prisão, pode emitir um extrato e entregá-lo ao preso. Aqueles que recebem visitas ou mantêm outro tipo de

¹⁴² Diretamente ou pela mediação da faxina ou do piloto.

contato com familiares sofrem menos com a desinformação, alguns daqueles muitos que não as recebem, conforme as relações que estabeleçam com um companheiro de cela ou de raio, podem contar com o familiar deste para acessar um extrato vez ou outra. Embora a visita constitua um dos principais canais através dos quais um grande volume de presos – ainda que pontualmente, caso a caso – consegue acessar as movimentações processuais, é preciso ponderar que um número significativo de presos não recebe visitas de familiares, nem desenvolve relações de proximidade com quem recebe; que muitos familiares que visitam não dispõem de fácil acesso à internet ou não dominam os procedimentos de emissão, de tal modo que a via familiar de circulação de extratos e outras informações processuais pode ser considerada tão importante quanto exígua.

Além do familiar, qualquer funcionário em contato cotidiano com presos – sejam diretores, ASPs, técnicos ou administrativos –, ultrapassando suas funções específicas, pode, como um favor, emitir e entregar um extrato. Tal disposição para realizar um favor depende da posição, do perfil, da carga de trabalho e do ânimo do funcionário, bem como das relações que ele estabelece com os presos. Em linhas gerais, são os presos mais próximos dos funcionários – uma minoria que trabalha e transita fora do raio – que podem, assim, tomar conhecimento do andamento de seus processos; e são os funcionários que trabalham cotidianamente em proximidade com um número reduzido de presos – em divisões administrativas ou oficinas de trabalho – os que mais se dispõem a tais favores. Presos que quase nunca saem do raio dificilmente conseguirão, sem mais, extratos e outras informações processuais através dos ASPs que ficam na gaiola da radial.

Como o processo de execução penal é jurisdicionalizado – pressupondo, portanto, o princípio do contraditório na tramitação de cada benefício –, o defensor do preso, seja ele público ou privado, seria o agente legalmente responsável por provocar, acompanhar, informar e decifrar as movimentações processuais, ajudando o preso, ademais, no contínuo exercício de reprojeter a duração e as condições de sua reclusão. Se, como já foi apontado, o advogado da FUNAP – defensor público da esmagadora maioria dos presos condenados do estado – costuma ser tão distante de seus defendidos quanto os juízes de seus réus, seria de se supor que aqueles que contam com serviços privados de defesa estariam mais bem atendidos. No entanto, a experiência continuada de visitação pastoral indica o contrário. É muito comum ouvir de presos reclamações acerca de advogados particulares que, após um certo tempo, abandonaram os seus casos, deixando de acompanhar os processos e de informá-los sobre os seus andamentos e sobre medidas tomadas ou cabíveis. Quando um processo é abandonado pelo advogado particular, ele efetivamente para de tramitar, sendo necessário que o preso (ou

seu familiar) interceda no fluxo processual, protocolando a destituição do advogado e requerendo formalmente os serviços da Defensoria Pública – o que geralmente só acontece com a colaboração de outros agentes mais ou menos conhecedores da dinâmica da execução penal, como presos mais experientes, advogados voluntários ou agentes pastorais. Nestes termos, o que poderia tranquilizar presos e agilizar processos, acaba por ser outra importante fonte de angústias, morosidade ou mesmo prolongamento das penas. A indubitável existência de bons advogados particulares, profissionais e atenciosos com seus defendidos, só vem corroborar o entendimento de que a via de circulação de informações processuais pelos agentes de defesa jurídica é, também, tão importante quanto exígua no sistema carcerário paulista, figurando como uma possibilidade entre outras, no interior de um quadro geral marcado pela desinformação e pela opacidade do fluxo dos processos no sistema de justiça.

3.1.4. REGIME DE PROCESSAMENTO

Os diferentes suportes e vias de circulação de informações processuais que acabo de apresentar só ganham sentido num sistema punitivo que se caracteriza pelo regime progressivo e pela jurisdicionalização da execução penal. Regime progressivo e sistema penitenciário possuem histórias e doutrinas amplamente compartilhadas: prender e soltar aos poucos, há muito tempo¹⁴³, tem sido um modo privilegiado de se fazer justiça e de buscar a reintegração social daqueles considerados desviantes (ROTHMAN, 2006; SALLA, 1999). Nos raios de penitenciárias paulistas, na virada dos tempos, o regime progressivo tem dois significados muito práticos: de um lado, significa que para se conquistar a liberdade é preciso passar por um certo número de etapas formalmente estabelecidas; de outro, que existe a possibilidade de se ver fora da prisão antes do cumprimento integral da pena estabelecida no julgamento. Pela jurisdicionalização – pela série de transações e ações entre defensores, promotores e juízes – tanto se desdobram as etapas da pena, quanto se estabelece a oportunidade de saída antecipada da prisão. Num plano ideal, a jurisdicionalização da execução penal significaria a aproximação dos agentes do sistema de justiça dos locais de reclusão, proporcionado as condições para a fiscalização das instalações e para a proteção dos

¹⁴³ Já no histórico sistema penitenciário de Auburn (EUA), alguma progressividade era admitida, com os presos ingressando sob um regime de isolamento total e progredindo para um regime de trabalho comum diurno.

direitos dos presos (TEIXEIRA, 2009, p. 86). Na prática, tal como a experiência da punição pôde ser apreendida no decorrer das visitas pastorais, parece-me que a jurisdicionalização funciona mais distanciando do ambiente de reclusão os mais importantes expedientes que conformam a administração das penas.

À centralidade do sistema de justiça no regime de processamento – que organiza o fluxo de entradas e saídas de condenados do sistema penitenciário –, corresponde um mesmo grau de opacidade. Com efeito, essa opacidade pode ser pensada como a resultante de dois fatores só aparentemente contraditórios: a importância fundamental do vínculo entre presos e processos para o desenrolar das penas, e a absoluta precariedade das conexões que unem esses dois elementos. O processo condiciona a vida do preso, mas o preso dificilmente saberá o suficiente sobre ele. Num raio de penitenciária, o processo é, ao mesmo tempo, determinante e indeterminado.

A ilegibilidade dos extratos e a precariedade das vias de circulação de informações processuais são apenas dois modos de manifestação da opacidade do sistema de justiça; existem muitos outros. Como já foi apontado, um processo de apelação disparado pelo Ministério Público pode vir a aumentar uma pena sem que o preso sequer tenha conhecimento de sua existência. Nos processos de apelação disparados pelo defensor, os presos quase nunca sabem a natureza dos questionamentos interpostos, seus efeitos possíveis e prováveis, nem os conteúdos dos vários requerimentos e remessas que circulam entre as diversas agências do sistema de justiça. Dentro de um raio, ficam sabendo de processos de apelação que tramitam em velocidades absolutamente discrepantes; de pessoas presas em condições muito similares, mas cujas apelações apresentam resultados muito diferentes. No que se refere ao processo de execução, a ilegibilidade é maior ainda. É comum, por exemplo, que presos condenados pelo mesmo delito, às vezes num mesmo processo, experimentem destinos absolutamente diferentes, com um progredindo mais rapidamente que o outro; ou, inversamente, que presos com condenações totalmente diversas progridam simultaneamente ou num mesmo ritmo. Também acontece de presos em regime fechado, que tenham cumprido o lapso para requerimento de progressão para o regime aberto ou liberdade condicional, estejam ainda acompanhando, nos extratos, a movimentação de um benefício de semiaberto; ou que depois de uma longa espera, tendo cumprido todos os lapsos possíveis sem perceber nenhuma movimentação processual, comecem a acompanhar o andamento de um pedido de liberdade condicional – o último legalmente programado, o primeiro que lhes é efetivamente pleiteado.

Nestes termos, conforme a pena e o tempo passado na prisão, também segundo a percepção do ritmo das movimentações processuais nos extratos, a possibilidade de sair da

prisão se faz presente de um modo, ao mesmo tempo, muito concreto e indefinido: uma possibilidade real para os próximos dias ou para os próximos anos, conforme a deriva processual de cada um. A condição de não poder saber o que esperar nem o quanto durará a espera é um fator que intensifica bastante o sofrimento vivido no decorrer desse tempo (cf. SCHWARTZ, 1974; VIANNA, 2014b).

Os extratos da VEC e de apelação distribuídos pelos agentes pastorais são importantes e muito demandados num raio de penitenciária, porque permitem que o preso estabeleça um mínimo contato com o andamento, nos circuitos do sistema de justiça, de dois dos mais importantes processos que definem seu destino. No entanto, trata-se de um contato não só precário, mas ambivalente, que pode amenizar ou agravar os ânimos, fundar ou erradicar a esperança. Saber que seu processo de apelação está estagnado há anos num arquivo, ou que um benefício está parado há meses na mesa do juiz, enquanto se aproxima a próxima saidinha ou um outro lapso está para ser cumprido, conformam circunstâncias que intensificam a angústia vivida na prisão. Por outro lado, saber que o julgamento da apelação já foi marcado ou que um pedido de benefício se movimentou diversas vezes num mesmo mês, pode alimentar esperanças de uma antecipação da liberdade, gerando expectativas e ansiedade. De um modo ou de outro, a leitura dos extratos traz à tona um tipo particular de sofrimento experimentado na prisão, referente ao próprio regime de processamento das condenações e dos condenados, pelo sistema de justiça.

É sempre possível problematizar a opacidade do sistema de justiça, a ilegibilidade de suas operações, também as experiências e sofrimentos que engendram, analisando as diversas instituições e suas relações, seus aspectos organizacionais, seus gargalos procedimentais, suas disfunções logísticas, seus recursos mal alocados e os investimentos necessários para que o desempenho prático se aproxime, o máximo possível, do ideal normatizado nos códigos. Desde esse ponto de vista, é possível discutir a precariedade das estruturas voltadas à defesa jurídica gratuita; o desconhecimento, por parte de promotores e juízes, das condições reais de encarceramento; a inadequação dos recursos técnicos e administrativos das varas; a falta de qualificação dos profissionais – os déficits de formação, seja em técnicas de gestão, seja em direitos humanos. A análise, no entanto, não ultrapassaria os limites do registro negativo. As situações e experiências que venho descrevendo apareceriam então como decorrência da falta – a falta de eficiência, a falta de recursos, a falta de procedimentos, no limite, a falta de Estado. No entanto, não é porque juízes e promotores só muito raramente visitam unidades penitenciárias, não é porque inexistem um número adequado de defensores públicos exclusivamente voltados para a execução penal, nem porque os advogados “da casa” figuram

como tão distantes quanto o juiz da comarca, que o sistema de justiça deixa de fazer o seu trabalho no que diz respeito ao regime de processamento penitenciário. Se os operadores do sistema de justiça, geralmente, não pisam num raio de penitenciária, nem por isso suas atividades deixam de ser estruturantes para o funcionamento do sistema. Eles agem à distância, por meio do processo e das várias documentações que nele confluem. Concluir que a experiência de uma pena ilegível e indefinida resultaria da ausência ou ineficiência do Estado na prisão, só seria possível se se mantivesse irrefletido o pressuposto de que o perímetro institucional bem delimita uma unidade de análise (cf. CUNHA, 2004). Ou seja, seria o mesmo que negligenciar tanto as múltiplas conexões que ligam uma unidade prisional a outros territórios, quanto a profusão de documentos que por essas vias circulam, permeando a vida e definindo o destino dos presos.

Na prisão contemporânea, que abdicou de seus ideais ressocializadores, que incapacita um número cada vez maior de pessoas, o gerenciamento meramente burocrático da população prisional assume uma renovada importância estratégica. Os extratos descritos colocam presos e agentes pastorais diante das expressões, mais cotidianas e triviais, dos expedientes de gestão de maior peso na operacionalização do fluxo de condenados pelo sistema penitenciário. Transações documentais, movimentações processuais têm, com efeito, o poder de determinar a duração e as condições do período de reclusão, não importando se se efetuam em outras territorialidades – nos circuitos do sistema de justiça, que mal tangenciam o espaço penitenciário. Se, nesse sistema de justiça, os prazos procedimentais são sistematicamente extrapolados, se as intervenções dos diversos agentes são por demais protocolares e se a desorganização logística é a marca da relação entre as diferentes agências, o particular regime de processamento que viabiliza o funcionamento do sistema penitenciário não deve ser apenas visto como obviamente incompatível com o código legal, mas, sobretudo, como a compatibilização prática, empírica, entre o imperativo securitário da contenção incapacitante e as exigências legais de um sistema que se caracteriza pela progressividade das penas e pela jurisdicionalização da execução.

Esse regime de processamento pode ser pensado como uma forma particular de governo à distância (MILLER; ROSE, 1990; ROSE, 2000; ROSE; O'MALLEY; VALVERDE, 2006), que opera por meio de tecnologias de escrita (LATOUR, 1986; DAS, 2007; GUPTA, 2012), onde a interação direta entre presos e agentes estatais é reduzida ao mínimo possível. Cadastros, depoimentos, citações, peças, remessas, juntadas, distribuições, recebimentos, pareceres, petições, vistas, publicações são apenas alguns exemplos das modalidades de ação estatal que prevalecem nesse circuito. Escrever, compilar, transportar e

ler uma infinidade de registros é um tipo de ação cotidiana das forças estatais, com efeitos próprios. A composição e a manipulação dos diferentes processos não são meros expedientes burocráticos, colaterais, secundários em relação a um outro tipo de ação que seria mais real – seja o mero confinamento, seja algum tipo de tratamento penitenciário. Foucault já chamava a atenção para a centralidade dos registros escritos – das “técnicas documentárias” (1999, p. 157) – na operacionalização e desenvolvimento das disciplinas. O vínculo estratégico entre formas de conhecer o indivíduo e de exercer poder sobre o corpo não se altera no sistema de justiça, mas funciona de outro modo – em escala, por agregado. Se nas disciplinas, através de sucessivos exames, as autoridades fazem proliferar um conhecimento sobre as aptidões, os desempenhos e as tendências subjetivas de cada um, a fim de classificar e prognosticar um tratamento específico ao indivíduo; nesse particular governo judiciário, os registros do processo operam por redução, por extração (LATOUR, 1986, p. 17) dos elementos considerados centrais para fundamentar a decisão sobre direitos adquiridos e sobre a necessidade (ou não) de dar continuidade à reclusão do maior número de pessoas, no menor tempo possível.

O conjunto de documentos escritos que constitui um processo duplica a existência do preso num outro circuito (BARBOSA, 2005, p. 145), ao mesmo tempo que concretiza o Estado e sua ação sobre a população carcerária, por outros meios que não a muralha. Se num raio de penitenciária prevalece a indistinção das penas, a mistura dos sujeitos e um tratamento uniforme, o processo opera as segmentações, fixando as condenações e lapsos a cumprir, diferenciando o tratamento para primários e reincidentes, hediondos e comuns. É pela materialidade e pelo fluxo dos papéis que se condiciona o fluxo dos corpos e se assinala o destino de todos e de cada um. Nos gabinetes do sistema de justiça, os processos – não diretamente os presos – são avaliados, encaminhados e cancelados, e esse fluir impacta, conforma e individualiza a experiência que cada um terá na prisão. O gabinete do juiz é como um centro de comando – de avaliação, cálculo e intervenção (MILLER; ROSE, 1990, p. 7) – a partir do qual é possível que um único agente, baseado num conjunto de papéis, decida sobre a vida e o destino de milhares de pessoas.

Não obstante seja necessário admitir que desde os primórdios da punição moderna, o processamento meramente burocrático das condenações e dos condenados, de um modo ou de outro, já estruturava as práticas punitivas estatais; é possível sugerir que em tempos de encarceramento em massa, quando, mais do que nunca, o problema carcerário se converte em questão populacional, esses mecanismos indiretos de gestão (Ibid., p. 8) parecem ganhar uma renovada importância estratégica. O grau de preocupação que a população carcerária

manifesta diante de tais expedientes corrobora essa hipótese. Entretanto, indicar a centralidade – ainda que deslocada (ou deslocalizada) – do sistema de justiça no funcionamento do sistema penitenciário não é o mesmo que proclamar sua ascendência absoluta. Não há uma relação de dominação unívoca dos agentes do sistema de justiça sobre os funcionários da prisão, nem dos letrados da burocracia estatal sobre uma população (presa) majoritariamente iletrada. Nessa particular tecnologia de governo não só há espaço para a ação fora dos gabinetes do judiciário, como essa ação é continuamente incitada para o bom funcionamento do sistema. Uma abordagem dos processos de sindicância permitirá interpelar as práticas próprias da administração prisional que incidem de modo determinante nesse regime de processamento. Uma apreciação dos modos pelos quais os presos se mobilizam para interferir na deriva processual, por sua vez, mostrará como eles não são meros objetos passivos dessa particular forma de governo à distância.

3.2. A GESTÃO DOS CASTIGOS

3.2.1. OUTRA VISITA PASTORAL

A ala do castigo é um corredor estreito de odor pesado e úmido, com celas dispostas do lado esquerdo numa sequência de portas de aço e suas pequenas portinholas, de onde se projetam mãos e olhares ansiosos. Nem todas estão ocupadas. Um ASP nos acompanha. Fátima e eu caminhamos até o fundo do corredor, dizendo: “Bom dia pessoal, é a Pastoral Carcerária, viemos conversar com vocês.” No trajeto, posso entrever os presos se vestindo para nos receber, ouço suspiros de alívio e esperança: “Dona Fátima, Dona Fátima, aqui! Por favor, aqui!”. Observo mais atentamente o espaço de uma cela vazia, o chamado *pote*: uma pequena janela envidraçada oposta à porta, sob ela, uma fenda na parede permite a entrada de ar; um buraco no chão, uma torneira pingando, uma caixa de concreto fazendo as vezes de cama.

Do fundo para a frente, através das portinholas, conversamos com 12 fragmentos de bocas ou olhos, distribuídos em 7 celas: na primeira, estavam dois presos acusados de serem os donos de uma porção de maconha encontrada na última *blitz*, cumpriam 10 dias de castigo provisório, enquanto não se concluía a sindicância. Anotamos os contatos de seus familiares para avisarmos que não poderiam visitá-los no próximo fim de semana; ambos estavam

preocupados com os gastos e o esforço inútil. Também pediram ajuda para viabilizar alguma defesa no processo de sindicância, para livrar ao menos um deles do castigo; ambos já tinham ganho o semiaberto e queriam que apenas um regredisse para o fechado. No segundo pote visitado estava um preso que havia sido flagrado no parlatório recebendo um telefone celular do advogado, já havia cumprido 10 dias de castigo provisório, passado uma semana no raio – aguardando a conclusão da sindicância – e estava, naquele momento, no penúltimo dos 20 dias de pena pela falta. Disse acreditar que não voltaria para o raio, que seria transferido para o interior em alguns dias, onde cumpriria os 3 anos restantes da sua condenação. Na terceira cela, apenas um dos dois presos quis conversar conosco; não estava de castigo, mas em RO – regime de observação – tendo chegado há pouco na unidade, vindo de uma penitenciária no interior. Pediu que avisássemos seus familiares do novo endereço o mais rápido possível, para que não viajassem inutilmente no próximo fim de semana e já dessem entrada na documentação para emitir a carteirinha de visitação da nova unidade. Na quarta cela, conversamos com dois presos recapturados, um depois de ano e meio na rua, o outro depois de alguns dias. Ambos foram de saidinha e não retornaram à unidade. O primeiro contou que, em liberdade, trocou de namorada e teve um filho; pediu-nos ajuda para recompor seu rol de visitas. Anotamos o nome e o contato da moça para pegar o número do seu RG e repassar ao rapaz, numa próxima visita. O segundo pediu um extrato de apelação. Na quinta cela, também um preso recapturado e um que voltou com um dia de atraso da última saidinha; este disse que precisou desse dia para viabilizar um abrigo para os filhos, que estavam morando na rua com a mãe viciada em *crack*. Estava bastante revoltado, disse que se soubesse que teria o mesmo tratamento dispensado aos recapturados, jamais teria voltado “com as próprias pernas”. No sexto pote estava apenas um preso, mais velho e conhecido de Fátima. Ela se assustou ao reconhecê-lo: “Você aqui?”. Ele, visivelmente constrangido, tentou se explicar: na última *blitz*, haviam encontrado o controle remoto da televisão em suas coisas; controle remoto é proibido, ele bem sabia, mas a preguiça de levantar toda vez para trocar de canais, desafortunadamente, tinha sido mais forte. Fátima se preocupou com o andamento de seu processo: “uma sindicância bem agora que o regime semiaberto parece que finalmente vai sair?”. Ele tranquilizou-a, disse que o diretor de disciplina lhe garantiu que não abririam sindicância, que cumpriria um castigo de uma semana, mas que tal fato não seria registrado, já que ele é um preso antigo e que não dá problema. Na última cela de castigo visitada, estavam dois presos acusados de desacato a funcionário. Um não quis muita conversa conosco, apenas pediu um terço, que não tínhamos para lhe dar. O outro falou mais, estava inconformado, falava alto a fim de que o ASP que nos acompanhava ouvisse, dizia não ter desacatado

ninguém, que o acusaram por perseguição, que no processo de sindicância não teve direito à defesa, que foi sua palavra contra a do funcionário. Pediu-nos ajuda para formalizar algum tipo de apelação. Ao perceber um sorriso mal disfarçado no rosto do funcionário se exaltou, colocou o braço inteiro para fora da portinhola, apontando o indicador para o ASP, batendo nervoso na porta de aço, proferindo ameaças mal veladas: “O senhor me conhece, veja lá minha ficha, o senhor sabe que comigo não tem chance, que mais cedo ou mais tarde saio daqui e aí já viu...”. Eu e Fátima tentávamos acalmá-lo, dizendo que poderíamos conversar com mais tranquilidade quando ele estivesse no raio; ele já não nos ouvia, seguia gritando sua inocência e suas reivindicações de justiça. O ASP interrompeu a situação tirando-nos da ala do castigo. Disse que era bom vermos como esse preso era problemático, que ele ali não tinha mais nenhum futuro, que tomaria outra falta por novo desacato, e que, por coisas como essa, não gostavam que visitássemos o castigo.

3.2.2. O PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O breve relato de uma visita (quase) ordinária ao espaço do castigo de uma unidade penitenciária visa a cercar um campo de práticas e discursos que é também estruturante da experiência da pena nas prisões de São Paulo: o processo de sindicância. Trata-se de um sistema punitivo particular, que funciona no interior do sistema prisional e que interfere, em grande medida, nas condições e no tempo de cumprimento da pena. Assim como aos presos e a seus familiares, aos agentes pastorais também nos é vetado o acesso a informações mais aprofundadas sobre tais processos, de modo que acessamos a dinâmica que rege a distribuição dos castigos no interior da prisão apenas através de visitas como esta e de conversas no raio, com presos que passaram por essa experiência.

Se os processos de execução penal ou de apelação se desenrolam fundamentalmente no âmbito do sistema de justiça; na sindicância, funcionários e gestores da prisão desempenham um maior protagonismo. Mesmo sua formatação institucional, sua estrutura jurídica, é híbrida: parte estabelecida pela Lei de Execuções Penais (LEP) – Lei 7.210/84; parte a cargo de autoridades administrativas da esfera estadual – em São Paulo, a última regulamentação se deu através da Resolução SAP 144, de 29 de junho de 2010 (SAP, 2010).

A LEP estabelece o conjunto de faltas graves¹⁴⁴, as principais sanções¹⁴⁵, as diretrizes gerais do processo disciplinar¹⁴⁶ e, desde 2003, normatiza a mais dura punição oficialmente admitida pelo Estado brasileiro: o Regime Disciplinar Diferenciado¹⁴⁷ (RDD). O Regimento Interno Padrão das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo (SAP, 2010) detalha o conjunto de faltas leves¹⁴⁸ e médias¹⁴⁹, as circunstâncias atenuantes ou agravantes¹⁵⁰, e especifica os procedimentos do processo de sindicância – as formas de instauração, instrução, audiência, relatório e decisão¹⁵¹ – que é quase inteiramente conduzido no âmbito da própria unidade prisional (CASTRO E SILVA, 2011; DIAS, 2014).

Replicando e duplicando o sistema punitivo mais amplo no interior da prisão, o processo de sindicância, em tese, é também jurisdicionalizado – ou seja, dependente da participação de juízes, acusadores e defensores. No entanto, o registro e a apuração de infrações disciplinares, normalmente, são realizados por funcionários da administração penitenciária – ASPs e diretores – sem a participação de agentes do sistema de justiça; no mais das vezes, o julgamento é proferido pelo diretor geral da unidade, que apenas informa sua decisão ao juiz responsável, que, por sua vez, acata-a e passa a considerá-la nas apreciações de pedidos de benefícios que possam vir a ser feitos ulteriormente.

São muitos os motivos que disparam (ou não) uma sindicância. Em linhas gerais, imediatamente após o registro de alguma infração, o preso é transferido preventivamente para o castigo, por um tempo máximo de 10 dias – o pote, então, converte-se numa espécie de centro de (sobre)detenção provisória (cf. CASTRO E SILVA, 2011, p. 172). No decorrer desse período, o preso deverá ser ouvido ou num simples depoimento ao funcionário

¹⁴⁴ Em linhas gerais, as principais faltas graves são a rebelião, a fuga, o porte de armas ou aparelhos telefônicos e a desobediência a funcionários. Ver Art. 50 a 52 da Lei 7.210/84.

¹⁴⁵ Advertência verbal, repreensão, suspensão ou restrição de direitos, isolamento temporário e inclusão no Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Ver Art. 53 e 54 da Lei 7.210/84.

¹⁴⁶ A possibilidade de isolamento preventivo, o imperativo do direito de defesa e a necessidade de decisão motivada. Ver Art. 59 e 60 da Lei 7.210/84.

¹⁴⁷ Recolhimento em cela individual, duas horas diárias de banho de sol, visitas semanais de duas horas de duração, por um período de até 360 dias. Ver Art. 52 e 54 da Lei 7.210/84.

¹⁴⁸ Em linhas gerais, ou se estabelecem tipificações imprecisas, como “estar indevidamente trajado” e “transitar indevidamente pela unidade prisional”, ou se tipifica práticas rotineiras que dificilmente são enquadradas formalmente como faltas, como “improvisar varais e cortinas nas celas” e “comunicar-se com presos em regime de isolamento celular”. Ver Art. 44 da Resolução SAP 144.

¹⁴⁹ Das 23 tipificações de falta média, destacaria: “induzir ou instigar alguém a praticar qualquer falta disciplinar”, “divulgar notícia que possa perturbar a ordem ou a disciplina”, “praticar autolesão ou greve de fome isolada como atos de rebeldia”, “provocar perturbações com ruídos, vozerios ou vaias”, “praticar atos de comércio, de qualquer natureza, com outros presos ou funcionários”, “mostrar displicência no cumprimento do sinal convencional de recolhimento ou formação”, “descumprir horário estipulado, sem justa causa, para o retorno da saída temporária”. Ver Art. 45 da Resolução SAP 144.

¹⁵⁰ Primariedade, reincidência e outras circunstâncias. Ver Art. 46 e 47 da Resolução SAP 144.

¹⁵¹ Art. 53 a 76 da Resolução SAP 144.

responsável pela sindicância, ou, quando o reivindica expressamente, numa oitiva com o juiz de execução penal. Embora esteja legalmente previsto que toda a sindicância deve seguir os princípios do contraditório e da ampla defesa, os advogados da FUNAP que trabalham na unidade pouco participam desse particular processo. Muitos presos relatam que prestaram depoimentos ou compareceram a oitivas sem a assistência de um advogado de defesa, e que tudo o que falaram, na verdade, não teve consequência prática alguma, bastando a acusação do ASP para imputar-lhes a culpa. Depois desse período inicial, se o processo de sindicância não for concluído, o preso retorna para o raio, onde aguarda a decisão final, que pode levá-lo novamente ao pote, por mais um período de até 20 dias¹⁵². A depender da decisão de diretores e funcionários, o período de “isolamento” pode se dar em dupla (ou em mais pessoas), o processo de sindicância pode nem ser aberto, o juiz pode ficar sabendo, só muito depois, de tudo o que já foi decidido.

A sindicância é o processo que, no estado de São Paulo, mais realiza o que Foucault designa como a “soberania punitiva” (1999, p. 207) da administração penitenciária. Através da sindicância, o poder de determinar a qualidade e a duração efetiva do período de reclusão, os direitos adquiridos e os lapsos de progressão, escapa ao judiciário, que acaba por exercer um papel secundário, de mero avalista (cf. CNJ, 2012, p. 18). O fluxo do processo de execução penal de um preso castigado em sindicância é totalmente alterado, em primeiro lugar, porque o período no pote não encerra o castigo; o preso volta para o raio, mas carrega um novo lapso a ser cumprido – um tempo de reabilitação, que pode chegar a um ano em casos de falta grave¹⁵³. Nesse período, nenhum pedido de benefício poderá ser feito e o que já tramita ficará parado. Ainda, para aqueles que já estão em regime semiaberto, a sindicância pode levar à regressão de regime¹⁵⁴. Finalmente, após o cumprimento do prazo de reabilitação (sem novas faltas), o registro de sindicância em seu *prontuário*¹⁵⁵ passa a condicionar, negativamente, as decisões do juiz a respeito da concessão de benefícios que o preso venha a ter direito, mesmo depois de muitos anos. Tais impactos dos processos de sindicância no desenvolvimento das penas são fontes de muita angústia e ansiedade num raio de penitenciária, objetos de muitas dúvidas e questionamentos nas visitas pastorais.

¹⁵² O máximo de 30 dias de isolamento no castigo está estabelecido no Art. 58 da Lei 7.210/84, mas muitos são os relatos que reportam punições que excedem esse prazo.

¹⁵³ Art. 89 da Resolução SAP 144.

¹⁵⁴ Mesmo quando a condenação estabelece regime inicial semiaberto.

¹⁵⁵ Prontuário é um arquivo individualizado do preso, produzido e mantido pela administração penitenciária, com os mais variados registros. A partir dele se extraem documentos que deverão ser agregados ao processo, como, por exemplo, o registro de condenação em sindicância ou de tempo trabalhado para fins de remição de pena.

3.2.3. PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

Se, em linhas gerais, o regime de processamento penitenciário opera como uma forma de governo à distância (MILLER; ROSE, 1990) – alijado nos circuitos do sistema de justiça, através de mediações documentais (LATOUR, 1986, 2010); os processos de sindicância indicam que a operacionalização desse regime não se realiza a despeito dos agentes da administração prisional, mas sim através da sua ação cotidiana, da produção contínua de situações e registros que orientarão as posições e decisões dos operadores do direito. Nas prisões contemporâneas, onde prevalecem funções de contenção e incapacitação de uma massa populacional, agentes de segurança e outros funcionários não podem ser vistos como meros guardiões de um perímetro, cujo preenchimento se determinaria, exclusivamente, por outros agentes e em outros lugares. A ação contínua e cotidiana desses funcionários, os modos como se relacionam com os presos e como apreendem as interações dos presos entre si são determinantes para o fluir das condenações e dos condenados.

Em “Vigiar e Punir”, Foucault afirma que a soberania punitiva da prisão – sua “Declaração de Independência carcerária” (1999, p. 207) frente o sistema jurídico que lhe dá sustentação – resulta do emprego de um multifacetado conjunto de técnicas disciplinares, que, programaticamente, visam à correção dos indivíduos condenados. É certo que na passagem do programa de correção ao de contenção, as intervenções disciplinares recuam; o monitoramento dos corpos e das disposições subjetivas de cada um já não é tão detalhista. No entanto, as sanções disciplinares seguem fundamentais e continuam estabelecendo clivagens no conjunto de presos, retardando a saída daqueles considerados mais problemáticos. De um programa a outro, a soberania punitiva tende a mudar de mãos: dos agentes técnicos – da medicina, psiquiatria, criminologia e de outras ciências do homem – aos agentes administrativos, especialmente àqueles com funções de gestão e segurança (cf. CASTEL, 1971).

Na atual gestão penitenciária, no estado de São Paulo, o registro objetivo da falta parece interferir mais na determinação de durações efetivas e condições de cumprimento da pena que um parecer informado sobre as disposições subjetivas do preso. Embora o instituto do Exame Criminológico evoque a dinâmica propriamente disciplinar – em que essas disposições subjetivas são auferidas por técnicos especializados em pareceres que fundamentariam as decisões do juiz – sua realização não é obrigatória desde a reforma da LEP

de 2003¹⁵⁶. Ademais, mesmo quando o exame é requisitado pelo juiz, as considerações dos técnicos sobre a subjetividade do preso não se sobrepõem à objetividade dos registros administrativos no processo. Quando o parecer especializado é negativo, os juízes tendem a confirmá-lo, indeferindo o pedido de benefício; quando é positivo, os juízes tendem a ignorá-lo e a também negar o benefício (TEIXEIRA; BORDINI, 2004, p. 69). Para além de seu impacto reduzido na motivação das decisões judiciais, sua realização protocolar e burocrática torna o exame mais um trâmite documental, mais uma remessa não muito diferente das outras que compõem as movimentações processuais, cujo principal efeito é mais prolongar o tempo de espera do que interferir decisivamente no destino do condenado. Presos que passaram (ou iriam passar) pelo procedimento relataram-me, em diversas visitas pastorais, que o exame é uma – muito breve – entrevista com a psicóloga ou assistente social “da casa”, onde eles são perguntados se sentem algum tipo de arrependimento pelo crime cometido. Embora o teor das perguntas seja motivo de alguma preocupação, esses presos manifestavam maior inquietação quanto à lentidão no agendamento do exame – fator que retarda a decisão judicial – e à impossibilidade de acessar o resultado do parecer – se favorável ou não à concessão do benefício. Nestes termos, não só o registro administrativo da falta se sobrepõe à documentação propriamente técnica – funcionando como uma espécie de marcador objetivo de risco¹⁵⁷, evidência de periculosidade, suficiente para retardar a progressão da pena e ampliar o tempo de reclusão – como os ritos de produção e a própria materialidade da documentação técnica são indistinguíveis de outras movimentações documentais que conformam um andamento processual.

Na digressão filosófica que escreveu sobre o trabalho de Wacquant, Arantes (2012) chama a atenção para alguns sentidos gerais dessa mutação nas práticas penitenciárias, em tempos de encarceramento em massa. Segundo o autor, o trabalho preponderante da administração prisional contemporânea visa a produzir “um excedente de sofrimento” (2012, p. 232), “num regime institucional de mero processamento de pessoas, sem outro fim que não a contenção pura e simples” (Ibid., p. 233). Entre outros meios, esse sofrimento se administra – como um medicamento – através da imposição de uma espera indefinida, desprovida de qualquer horizonte de consumação. Nas palavras do autor, na prisão contemporânea, “fazer esperar já é punir, na exata medida que não se pune mais para corrigir um desvio mas para agravar um estado indefinido de expiação e contenção” (Ibid., p. 237). A prisão se converte,

¹⁵⁶ Sobre as recentes controvérsias em torno do Exame Criminológico, ver Almeida (2014).

¹⁵⁷ Mobilizo aqui a noção de risco num sentido bastante amplo; para uma apreciação de seus diversos usos e sentidos, ver O'Malley (2009).

então, numa gigantesca e expansiva “zona de espera”, onde decorre o “tempo morto da onda punitiva”, cujo fluir sem sentido nem direção é a realização mesma de “um novo metabolismo carcerário movido a ‘retribuição automática’”, no qual “no limite se encarcera ‘para fazer mal’, ‘pune-se para punir’, numa indistinção deliberada de meios e fins” (Ibid., p. 233).

Embora o quadro geral que venho esboçando acerca do atual funcionamento penitenciário no estado de São Paulo corresponda, em grande medida, ao diagnóstico do filósofo, de um ponto de vista estritamente empírico, a espera e o “tempo morto” da punição contemporânea compreendem mais ação do que o autor parece sugerir – e mais ação tanto por parte dos vigilantes, quanto dos custodiados. Como já indiquei, o trabalho cotidiano dos funcionários da prisão excede a simples manutenção de um perímetro de segregação, suas atividades e registros são determinantes para o estabelecimento das condições e durações do período de reclusão dos condenados. De outro lado, por mais que ao preso reste esperar pelas movimentações processuais que lhe dizem respeito nos circuitos do sistema de justiça, no ambiente amplamente vigiado da prisão, ele enfrenta cotidianamente o desafio de passar despercebido, de evitar a captura num processo de sindicância que venha a agravar ainda mais a sua espera. Os presos devem, então, saber esperar e, ao mesmo tempo, saber reagir às investidas dos agentes institucionais sobre suas ações e relações, o que demanda alguma organização e muita acuidade no modo de ler as situações e de se portar diante delas. Evitar problemas com os funcionários da prisão se constitui como uma prática constante, que atravessa todo o período de espera indefinida pelo andamento dos benefícios e apelações. Essa prática tem o sentido positivo da esquiva, do furtar-se a complicações. Nem sempre a estrita adesão às normas institucionais basta para tanto, uma vez que, geralmente, a mera acusação do funcionário já é suficiente para caracterizar uma falta. O exercício continuado dessa esquiva indica que a espera que se experimenta nas prisões paulistas não se constitui, absolutamente, como um “tempo morto” em que nada acontece, mas como um tempo em que (quase) tudo pode acontecer.

3.2.4. ADMINISTRAÇÃO DE FLUXOS

Punição dentro da punição, prisão dentro da prisão: a reflexão sobre o castigo pode se desdobrar em diversas direções. O regime dos castigos prisionais pode ser apreciado em seus fundamentos ideológicos e aspectos normativos, mais ou menos variáveis no decorrer da

história (ROIG, 2005). Pode também ser analisado frente aos mais amplos e complexos processos de interação entre população prisional e *staff* da unidade, especialmente, no que diz respeito aos meios formais e informais de produção da ordem prisional e de exercício cotidiano do poder no ambiente penitenciário. A formalização das sanções, então, aparece como um dos recursos disponíveis para que os agentes estatais busquem manter a normalidade na instituição, ao lado de múltiplas negociações, de um instável jogo de tolerâncias e do próprio uso da violência (BARBOSA, 2005; COELHO, 2005; CASTRO E SILVA, 2011; DIAS, 2008, 2014; KING; McDERMOTT, 1990).

No entanto, aqui esboço um outro percurso analítico, exploratório, que visa a situar o castigo prisional na gestão dos fluxos que conformam a prisão e a experiência da pena. Nesse sentido, a primeira e mais importante marcação já foi adiantada: a condenação em sindicância interfere nas movimentações processuais da execução penal, estabelecendo novos lapsos a serem cumpridos, regredindo regimes de cumprimento de pena e condicionando, negativamente, as decisões judiciais sobre pedidos de benefícios. A sindicância é o meio mais generalizado de assinalar indivíduos e grupos de risco no interior da população penitenciária, para os quais as penas serão mais longas e mais duras. “Sou ladrão e estou cumprindo pena de assassino”, ouvi diversas vezes de Geraldo, preso com quem estabeleci um diálogo continuado no decorrer das visitas pastorais. Condenado por roubo a 6 anos e alguns meses de prisão, cumpria o quinto ano de sua pena em regime fechado, sem nunca ter ganho nenhum benefício, por causa do registro de duas faltas graves em seu prontuário. Independentemente das circunstâncias que conduzem à sindicância, no que diz respeito à gestão das movimentações processuais, seus efeitos tendem à uniformidade.

A segunda questão que gostaria de levantar se refere, precisamente, à multiplicidade das circunstâncias que conduzem à sindicância ou, em outras palavras, à ordem de problemas em que esses particulares processos administrativos incidem. Não obstante a profusão de tipificações de faltas nos diversos ordenamentos vigentes, no decorrer das visitas pastorais ao castigo, foi possível perceber que um número significativo das infrações imputadas remete a circunstâncias de trânsito, de movimentação dos presos, tanto dentro da unidade, quanto entre dentro e fora do perímetro prisional. Praticamente, em todas as visitas aos potes que realizei sempre havia dois ou mais presos recapturados pela polícia depois de não voltar de uma saidinha ou de deixar de cumprir as obrigações impostas pela liberdade condicional; muito comuns também são os castigos por atraso no retorno de uma saidinha. Portanto, uma parcela não desprezível das faltas que o castigo pune diz respeito a atravessamentos entre o dentro e o fora da prisão que não seguiram estritamente as prescrições estabelecidas pelas agências

estatais. Os trânsitos no interior da unidade penitenciária – entre o raio e a enfermaria, o parlatório, a oficina, a escola – configuram ocasiões também bastante propícias para a imputação de faltas (CASTRO E SILVA, 2011, p. 188-191). Uma quantidade importante de acusações de desobediência ou desacato tem ocasião no decorrer desses deslocamentos. A percepção do trânsito como uma situação propícia para a captura numa sindicância é tão presente e difundida entre os presos que muitos que trabalham ou estudam, quando finalmente conquistam a progressão para o regime semiaberto, pedem desligamento da oficina ou da escola – abrindo mão de salário e de remição de pena – para aguardar a transferência de unidade no raio, diminuindo o número de deslocamentos que realizam cotidianamente no interior da unidade e reduzindo, assim, o risco de maus encontros com ASPs e diretores, que poderiam desembocar em processos de sindicância e, tão logo, na perda do benefício – esse é um exemplo claro do que designava como a prática cotidiana da esquiva.

A terceira e última questão que gostaria de pontuar se refere aos sentidos do isolamento imposto no castigo, que também remetem aos fluxos que atravessam e constituem a prisão. Como a visita pastoral relatada já sugere, apesar das terríveis condições físicas, o pote não se confunde com a *solitária*, com aquele isolamento celular e individualizado, que segrega totalmente o castigado dos demais presos. Mesmo quando há disponibilidade de celas, os potes costumam ser ocupados por duas ou mais pessoas e não é raro que estejam interligados por *teresas* – linhas que conectam as diversas portinholas, permitindo que pequenos objetos sejam trocados entre as diferentes celas (LIMA apud BARBOSA, 2005, p. 348). Ademais, cigarros, roupas, cobertores e outros objetos pessoais costumam ser enviados pelos companheiros do raio para amenizar o sofrimento experimentado no período. Não é, portanto, a segregação dos demais presos que promove o isolamento do castigo, mas sim a interrupção de diversos dos fluxos que condicionam a experiência cotidiana na prisão. Uma vez no pote, o preso não pode ver televisão, nem ouvir rádio, nem receber cartas, nem jumbos, nem visitas – por isso ainda faz sentido em se falar de “isolamento” como medida punitiva, mesmo que seja compartilhado com outros presos. O preso isolado no castigo não é, necessariamente, aquele impedido de se comunicar com outros, mas sim aquele que tem bloqueados os vasos comunicantes que o ligam ao exterior – daí o contragosto que muitos funcionários deixam transparecer quando insistimos em visitar os castigados, principalmente, porque nessas ocasiões costumamos anotar telefones de familiares para avisarmos do castigo, prevenindo-os de desperdiçarem recursos e tempo em jumbos, visitas e até viagens frustradas, e assim acabamos por suspender, ainda que pontualmente, a incomunicabilidade estruturante desta particular forma de punição.

A sindicância retarda o fluxo processual, visa, de modo privilegiado, a regular deslocamentos no espaço e opera restringido fluxos que cruzam o perímetro prisional para abastecer os presos. Através dessas três ponderações, procuro colocar em evidência a dimensão gestonária da mecânica dos castigos no ambiente penitenciário; sem prejuízo de outras possibilidades de análise, minha intenção é apenas sugerir que a gestão das faltas é também gestão de fluxos.

3.3. ILEGIBILIDADE E MOBILIZAÇÃO

3.3.1. UMA CARTA

Aos cuidados da excelentíssima(o) Assessora(o) da Presidência – (NOME) Gabinete da Presidência – Central do Cidadão.

Execução Criminal nº XXX.YYY

Ref. “Pedido de Liberdade Condicional”

(Solicita-se)

Amparo Legal: Em conformidade e o fundamento do artigo 83, inciso XIV, sucessivamente artigo 112, ambos da Lei nº 7.210/84 (Lei das Execuções Penais), subsidiárias ao artigo 5º, XXXIV, alínea (2) da Constituição Federal de 1988 (Carta Magna).

Requerente/Paciente: NOME SOBRENOME, Já devidamente qualificado nos autos da Execução Criminal em epígrafe, atualmente preso e recolhido em cumprimento de pena de reclusão em regime fechado na Penitenciária X “(NOME)” de CIDADE-SP, sob matrícula SAP: AAA.BBB, vem com o devido acato e mui respeitosamente em meu favor ante a presença de Vossa Excelência por intermédio desta infra-assinada representação, “requerer” o meu pedido de Liberdade Condicional tendo em vista as razões e motivos aduzidos na forma seguinte:

I – Dos Requisitos Objetivos

Condenado com o incurso a uma pena de reclusão totalizada em 5 anos e 6 meses, por infração do artigo 155, 155 do Código Penal Brasileiro (CP). Dos quais até a presente data já estou cumprindo ininterruptamente 2 anos e 4 meses em regime fechado, onde, desta forma preencho o requisito objetivo conforme estipula o artigo 112 da Lei de Execuções Penais (LEP).

Artigo 112 – “A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida em forma progressiva com a transferência para o regime menos rigoroso com o cumprimento mínimo de 1/6 da pena se seu mérito demonstrar o direito ao benefício.”

II – Do Requisito Subjetivo

No que tange a esta situação o requerente preenche o requisito subjetivo sempre com “bom” comportamento carcerário, trabalhando e respeitando funcionário e seus companheiros de infortúnio, seguindo os conformes do artigo 40 da Lei de Execuções Penais nº 7.210/84.

III – Do Pedido

Desta forma conforme todo exposto e face ao perfil apresentado não se pode negar o deferimento do meu pedido de Liberdade Condicional.

Outrossim requeiro por derradeira Vossa Excelência determinar via ofício a emissão e envio por parte da unidade prisional em epígrafe do referido expediente para apenso do: Boletim Informativo, Atestado de Conduta e Permanência Carcerária, Folha de Antecedentes, Certidão de Objeto e Pé, entre todas outras documentações exigidas para instrução do presente pleito.

Termos em que pede e espera deferimento.

CIDADE, DATA,

Ass. ASSINATURA

Nome: NOME SOBRENOME

Execução: XXX.YYY

Matrícula SAP: AAA.BBB

RG: NNNNNNNN-N

Esta é a transcrição literal de uma carta escrita à mão, em folha de papel almaço, com canetas azul e vermelha, que enviei por correio ao Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido de um preso. Sua forma, estrutura e conteúdo não diferem muito da infinidade de documentos que cotidianamente recolhemos nas visitas pastorais para serem protocolados no Fórum ou enviados, por correio, a diferentes instituições – do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo à Presidência da República.

3.3.2. MOBILIZAÇÃO E PROCESSAMENTO PENITENCIÁRIO

A gestão da população penitenciária se dá, em linhas gerais, através da mediação dos processos, das transações documentais nos circuitos do sistema de justiça, das quais os tão demandados extratos da VEC e de apelação dão notícias. Embora se constitua como uma gestão à distância, por meio do fluxo dos processos, a forma como a conduta dos presos no interior da prisão é apreendida, pode determinar, em grande medida, o desenrolar das penas. Os processos de sindicância – operacionalizados, soberana e fundamentalmente, pelos agentes da administração penitenciária – constituem a ferramenta mais generalizada para assinalar indivíduos e grupos de risco entre a população prisional, para os quais as penas serão, invariavelmente, ainda mais duras e longas. No entanto, há também todo um conjunto de práticas e saberes que os presos mobilizam cotidianamente no sentido de abreviar a permanência na prisão e melhorar as condições de cumprimento de pena. A carta supratranscrita é um exemplo desse tipo de iniciativa.

Segundo a legislação penal vigente, o trabalho e o estudo – este, desde 2011 – são as duas únicas atividades que podem abreviar a duração da pena imposta, na razão de um dia a menos na pena para cada 3 dias trabalhados ou 12 horas (em, no mínimo, 3 dias) de estudo¹⁵⁸. Nas penitenciárias paulistas, as oficinas e a escola funcionam como “máquinas do tempo”, nas quais ele passa mais depressa, principalmente pelo instituto legal da remição de pena, mas também pelo preenchimento do cotidiano com alguma atividade mais ou menos dotada de sentido. Segundo o DEPEN (2014), no final de 2012, dos 195.695 presos do sistema carcerário paulista, apenas 41.407 realizavam algum tipo de trabalho interno, 4.758 algum trabalho externo e 11.326 estavam envolvidos em atividades educacionais. A restrição do direito à remição de pena é fator que prolonga a permanência na prisão de um número significativo de pessoas. No entanto, a remição não é uma operação automática; a consideração dos dias trabalhados/estudados no redimensionamento da pena tramita burocraticamente nos circuitos do sistema de justiça, como os demais benefícios. Nestes termos, fazer valer os dias remidos é também aguardar uma movimentação processual.

No sentido de fazer andar a execução, acelerar seus trâmites, agilizar as movimentações processuais, os presos precisam mobilizar continuamente ações e relações, tanto dentro, quanto fora dos muros. Essa mobilização – que a carta transcrita expressa – não se prescreve na lei, mas replica suas formalidades e se realiza, quase sempre, por vias

¹⁵⁸ Art. 126 da Lei 7.210/84. Sobre disputas jurisprudenciais em torno da remição de pena, ver Chies (2006).

informais. Para compreendê-la é preciso levar em conta um fator determinante no funcionamento do sistema de justiça: qualquer movimentação processual em matéria de execução penal é disparada, via de regra, por provocação. Segundo os juízes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que, no âmbito de um mutirão carcerário, no segundo semestre de 2011, inspecionaram todas as unidades prisionais do estado de São Paulo e apreciaram 76.098 processos, é manifesta a “inexistência de uma organização cartorária nas Varas de Execução no Estado, de forma que possibilite o controle das fases e das movimentações processuais” (2012, p. 8). O efeito direto dessa desorganização, afetando quase a totalidade dos presos condenados, é que “o processo de execução, praticamente, só é movimentado quando há pedido expresso da parte interessada” (Ibid.). Portanto, o regime institucional de processamento de pessoas, no sistema penitenciário de São Paulo, depende, em grande medida, da agência dos presos, de seus familiares e/ou defensores para que possa se desenrolar.

Como já indiquei, os defensores da FUNAP figuram, num raio de penitenciária, como tão distantes e protocolares quanto os juízes que proferem as condenações. Os agentes da Defensoria Pública, por sua vez, para contornar a desorganização e irracionalidade das varas, e poder interferir em determinados processos de execução no momento preciso, também dependem da provocação de familiares¹⁵⁹, agentes pastorais e presos¹⁶⁰.

Não obstante a ilegitimidade característica do processamento penitenciário, o preso é quem mais se interessa e sabe sobre seu processo, seus direitos adquiridos não observados, nem realizados. O acompanhamento das movimentações processuais, através dos extratos ou de outras fontes de informações, não só permite ao preso vislumbrar as transações que, à distância, definem seu destino, mas também o mantém atualizado sobre o que poderia ou deveria ser feito em sua causa. O esforço cotidiano para saber do processo se complementa com o de promover o seu andamento. Nas visitas pastorais, é comum entrarmos na unidade com uma porção de extratos e sairmos com uma porção de documentos escritos à mão, para enviarmos pelo correio ou protocolarmos diretamente no Fórum.

Os requerimentos mais frequentes são precisamente os de progressão de regime e os de liberdade condicional. A precariedade do suporte material contrasta com a linguagem formal e a polidez no tratamento. Muitas vezes, os manuscritos seguem modelos que circulam nos raios, de modo que os presos alteram somente dados pessoais e algumas passagens

¹⁵⁹ Principalmente em seus centros de atendimento ao público, mas não só.

¹⁶⁰ Quando os defensores visitam unidades ou recebem cartas.

específicas que qualificam cada situação. Alguns se aventuram em manifestações mais individualizadas, formalizando queixas, analisando problemas e sugerindo alterações procedimentais. Em muitos casos, existe ainda a figura do *recursista*, preso versado na produção dessas petições, o qual atua em causa própria, mas também presta seus serviços a “colegas de infortúnio”, por solidariedade ou alguma remuneração. Alguns são reconhecidos como melhores e mais eficazes que muitos advogados, públicos ou particulares. Embora não haja garantias para a eficácia do procedimento, é certo que muitos presos atribuem a esses documentos alguma melhoria ou avanço processual que experimentaram depois do seu envio.

A proliferação de documentos – sua iterabilidade – é a paradoxal contrapartida de um regime de gestão calcado na ilegibilidade (DAS, 2007, p. 168). A circulação de modelos, o labor do *recursista*, a redação e o envio desses manuscritos conformam todo um universo de práticas que, mesmo num embate agonístico contra as forças estatais, acaba por reproduzir suas formas e duplicar sua linguagem, instanciando o próprio Estado no cotidiano do vivido, ainda que por outras vias. Ao operacionalizar formas de gestão por meio de tecnologias de escrita, as agências estatais também instauram a possibilidade permanente – para aqueles que são assim governados – da ação por meio de falsificações, adulterações e outras performances miméticas (DAS, 2007, p. 163; GUPTA, 2012, p. 141-144 e 226-231). Agentes pastorais, presos, seus amigos e familiares mobilizam técnicas de escrita, mimetizam os procedimentos que vigoram no sistema de justiça, para acionar fluxos documentais e incidir no desenrolar da pena. Operam, portanto, na mesma gramática que estrutura a gestão penitenciária, mas para viabilizar a abreviação das penas, a melhoria das condições de vida e, no limite, a saída da instituição.

Tamanha proatividade que testemunhamos e compartilhamos nas visitas pastorais evoca a crescente, contínua, mas também atomizada, responsabilização dos sujeitos que se constituem como objetos de governo (ROSE, 2000, p. 324; GARLAND, 2005, p. 211-216; O’MALLEY, 2012, p. 112). No entanto, nas prisões de São Paulo, não se trata de uma injunção deliberada à participação ativa e ao empoderamento dos sujeitos na gestão de suas próprias penas, como parece acontecer em alguns laboratórios de alta tecnologia penitenciária de países do primeiro mundo – como Escócia (GARLAND, 1997), Espanha (MALVENTI, 2009, 2012; GARREAUD, 2010) e Canadá (CHANTRAINE, 2006). No estado de São Paulo, a estratégia de responsabilização se apresenta numa modulação, ao mesmo tempo, mais generalizada e particular. Generalizada porque não se restringe a alguns centros de excelência e inovação em disciplina penitenciária, mas estrutura o funcionamento do sistema como um todo. Particular porque prescinde de incentivos positivos como programas de formação,

monitoramento e mecanismos de articulação dos diferentes sujeitos implicados nessa gestão. Nas penitenciárias paulistas, a responsabilização dos presos pelo desenrolar de suas penas é uma estratégia que funciona sem estrategistas, sem uma programação explícita e deliberada; é pautada pela urgência, um imperativo que decorre da necessidade de sobreviver, com a mente sã e com alguma esperança.

3.3.3. A MOBILIZAÇÃO PARA ALÉM DOS MUROS

Como as movimentações processuais se desenvolvem, em grande medida, nos circuitos do sistema de justiça, e os presos se encontram segregados no espaço penitenciário, a capacidade de incidirem diretamente no fluxo processual é bastante limitada. Por isso, a ativação de relações com agentes que transitam fora da prisão consome a maior parte de seus esforços de mobilização. Os familiares são os mais demandados. Agentes pastorais experientes costumam dizer: “o melhor advogado do preso é a família”. Um familiar presente, em contato contínuo com o preso, pode encaminhar cartas para autoridades, procurar a Defensoria Pública, reclamar e cobrar procedimentos da administração da unidade – expedientes que podem interferir, significativamente, no fluxo processual e no destino do parente. Muitos agentes pastorais dedicam um esforço considerável em reaproximar familiares e presos, transmitindo notícias e orientando sobre possíveis e necessárias ações.

No decorrer das visitas pastorais, ao observar o incansável trabalho de Fátima, dentro e fora da prisão, conforme fui me familiarizando com as demandas e os encaminhamentos mais frequentes, pude constatar que a duração da permanência na prisão e as condições de cumprimento de pena podem, efetivamente, variar – e para melhor – quando alguém intercede pelo preso no jogo de transações entre as diversas agências do sistema de justiça e da administração penitenciária. Não tenho condições de expor exaustivamente quais seriam todos esses procedimentos, por incompetência técnica, mas também pela característica ilegibilidade do processamento. Posso, no entanto, expor algumas situações e encaminhamentos bastante comuns, alguns exemplos significativos.

Muitas vezes somos procurados por presos que, embora tenham sido condenados já há algum tempo – às vezes meses, às vezes anos –, ainda não tiveram seus processos de execução abertos; tais presos já habitam uma penitenciária de regime fechado, mas ainda não existem nos circuitos da execução penal. Sem a vinculação de um processo de execução ao preso, nenhum requerimento de benefício é possível – o que é bastante grave quando

consideramos que, em um número importante de casos, quando recebe a condenação, o preso já cumpriu um ou mais lapsos na condição de provisório (ITTC; PASTORAL CARCERÁRIA, 2012)¹⁶¹. Como Fátima me ensinou, esses casos acontecem porque a Vara Criminal responsável pela condenação não emitiu um documento chamado Guia de Recolhimento – GR, o qual deve ser encaminhado à Vara de Execução para que ela inicie seu processamento. Nesse trâmite, que deveria ser automático, precisamos incidir. Procuramos saber a Vara Criminal responsável pela condenação e entramos em contato para provocar a emissão da GR, muitas vezes informando os cartorários sobre a VEC específica para onde o documento deverá ser encaminhado. Só então o processo de execução é aberto, o preso recebe o seu número de execução e nós podemos emitir e entregar extratos que informem sobre suas movimentações processuais. Ao provocarmos a agilização da abertura do processo de execução, possibilitamos que os lapsos cumpridos possam ser observados e os pedidos de benefícios encaminhados com relativa antecedência.

Situação análoga e também muito comum se dá quando o preso é transferido para outra unidade, numa outra região, e seu processo de execução fica retido na VEC de origem. O preso vai, o processo não. Nessas situações, pedidos de benefícios e movimentações processuais também não são possíveis. Dependendo dos contatos que dispomos com as diferentes VECs, podemos provocar a VEC de origem para encaminhar o processo, ou provocar a VEC de destino a provocar a VEC de origem para fazê-lo. Tanto no caso das GRs quanto nas transferências de processos, a eficácia de nossa intervenção depende de contatos absolutamente contingentes com a burocracia da vara. Quando um diálogo produtivo com os cartorários não se realiza, costumamos provocar os agentes da Defensoria Pública para que tomem, formalmente, as devidas providências.

O contato próximo e continuado com os defensores públicos é estratégico, porque potencializa e viabiliza as intervenções do agente pastoral. Como já indiquei, é comum que advogados particulares abandonem certos casos, deixando de intervir no processo e de informar seus clientes sobre as movimentações processuais. Quando um preso vem nos expor esse tipo de situação, orientamos que ele peça a destituição do advogado particular e reivindique os serviços da Defensoria Pública; por dois motivos: primeiro, porque um defensor público, por maior que seja sua sobrecarga de trabalho, não pode abandonar um caso

¹⁶¹ Para que o tempo em prisão provisória conte como cumprimento de pena é preciso tramitar o benefício da detração de pena, que também depende da abertura do processo de execução.

que, institucionalmente, está sob sua responsabilidade¹⁶²; mas também, e principalmente, porque os defensores públicos nos são acessíveis, podemos acioná-los em casos de necessidade. Quando convencemos o preso dessas vantagens, orientamos que ele redija, de próprio punho, uma petição destituindo seu advogado particular e a protocolamos diretamente no Fórum. A partir de então, se observarmos situações muito estranhas no decorrer das movimentações processuais, poderemos procurar o defensor para nos informar e intervir de algum modo.

O caso de Artur serve como exemplo desse tipo de situação; tendo seu lapso vencido há anos, através dos extratos que levávamos, ele pôde acompanhar de perto todas as movimentações de um pedido de regime semiaberto até o processo ficar parado, por alguns meses, justamente depois de chegar às mãos do juiz. Como a próxima saidinha se aproximava, a ansiedade crescia. Poderia passar o ano novo com a família depois de tanto tempo? Teria sido negado seu benefício? Caberia recurso? O juiz teria concedido o benefício, mas mesmo assim perderia a tão esperada saidinha? Essas e outras dúvidas ele compartilhou conosco numa visita, algumas semanas antes de sair a lista dos presos que seriam contemplados com o benefício da saída temporária. Fátima foi até o Fórum e repassou os questionamentos de Artur para o defensor público. O defensor consultou o processo e descobriu que o juiz não havia decidido sobre a concessão do regime semiaberto porque constava um registro de sindicância que não continha cópia do depoimento de Artur: “o juiz pediu cópia da oitiva para a unidade, é isso que está demorando”, ele disse. Fátima sabia que Artur não tinha cometido (nem sido acusado de cometer) falta, mas foi conferir. Na visita seguinte, Artur confirmou que não tinha falta alguma, mas que já há algum tempo, um funcionário comentara com ele que tinham registrado a sindicância de um outro preso em seu prontuário, mas tranquilizando-o, afirmou também que já haviam desfeito o equívoco. Artur não deu importância. Fátima procurou novamente o defensor, o qual fez um requerimento formal para a administração da unidade providenciar uma espécie de carta de correção, esclarecendo o mal entendido, para que ele anexasse ao processo. Como o tempo urgia, Fátima, pessoalmente, pegou o requerimento do defensor e levou até a unidade e ficou lá esperando e pressionando para que fizessem na hora a tal carta de correção. Não sem reticências, fizeram-na. Fátima pegou a carta e levou-a até o Fórum, o defensor anexou-a ao processo. No entanto, o juiz não tomou conhecimento em tempo hábil de todas essas movimentações e Artur perdeu a saidinha de fim de ano. Com o

¹⁶² Ainda que o advogado da FUNAP atue mais diretamente nos casos dos presos condenados, o seu trabalho é coordenado por Defensores Públicos que, conforme a necessidade, podem reivindicar um processo para nele intervir.

fato consumado, lamentávamos o infortúnio com Artur numa outra visita, e Fátima asseverava: “Tudo isso aconteceu porque você é muito tranquilo, muito calado, muito parado. Por que não nos disse que tinham colocado uma sindicância de outro no seu prontuário?”.

Embora no caso de Artur a intervenção pastoral não tenha sido inteiramente bem sucedida, em diversas outras situações, esse tipo de mobilização funciona¹⁶³. Além da necessária prontidão e mobilização dos presos, e das produtivas relações com defensores públicos, a capacidade de atuação de nosso coletivo de agentes pastorais frente o sistema de justiça é potencializada pela participação de egressos, familiares de presos e advogados voluntários, em reuniões periódicas que organizamos em três bairros periféricos de São Paulo. O diálogo com egressos e familiares não só estende o atendimento pastoral para muito além dos muros, como possibilita uma compreensão mais ampla das diversas situações que nos são expostas no decorrer das visitas. A presença dos advogados voluntários permite ampliar a compreensão dos trâmites possíveis e necessários para ativar movimentações processuais ou desfazer imbróglis; de tal modo que é possível avaliar quando presos, familiares e agentes pastorais podem atuar com seus próprios meios, e quando é necessária a provocação do defensor. Além disso, como frequentam cotidianamente fóruns e varas, podem consultar processos, estabelecer contatos, protocolar documentos e fazer outras provocações; também, quando há disponibilidade, revisam e corrigem os requerimentos escritos à mão que coletamos nas visitas.

Como procurei demonstrar, a necessária contrapartida da indeterminação de um regime de processamento ilegível e opaco é o imperativo de uma contínua mobilização, dentro e fora das muralhas. Mobilização do preso para saber de seu processo e fazê-lo andar; mobilização do familiar para fazer o processo andar e o preso saber; também mobilização de agentes pastorais para (re)aproximar presos e familiares, para fazê-los saber como fazer para o processo andar e para provocar a ação de defensores e burocracias judiciárias. Deste modo, o regime de práticas que conforma a atual gestão penitenciária, pautado pela urgência e estruturado sobre tecnologias de escrita, ultrapassa, em muito, os seus muros. Também por essas vias a trama prisional se faz translocal (CUNHA, 2005, p. 40), instaurando dentro e fora da prisão um espaço de experiência (KOSELLECK, 2006) em que a incerteza não pode obstaculizar a ação, e a ação não pode reduzir a incerteza. Nas penitenciárias paulistas, as leis

¹⁶³ Sobre peregrinações institucionais para fazer a justiça andar, ainda que em processos de outra natureza, ver Vianna e Farias (2011) e Vianna (2013, 2014a, 2014b).

do tempo se impõem e escapam a todo instante; constituem um ente fugidio que não se pode abrir mão de perseguir e que não se pode perseguir sozinho.

3.3.4. SINCRONIZAÇÕES

“Tic tac ainda é 9 e 40, o relógio na cadeia anda em câmera lenta.” O verso da canção “Diário de um Detento” dos Racionais MC’s poetiza uma diferença estruturante da experiência do tempo no interior do espaço carcerário. Se o tempo, além de uma variável física universal, é um objeto privilegiado de construção e elaboração cultural (GELL, 1992), não é de se estranhar que no contexto prisional – constituído pela segregação espacial e por toda uma estrita rotina administrativa (GOFFMAN, 1974; FOUCAULT, 1999) – o passar do tempo seja vivido e problematizado como uma heterogeneidade em relação ao tempo comum, do mundo fora dos muros. Prisão, outro mundo, outro tempo – esse é um quadro bastante consolidado no imaginário social e nos estudos prisionais.

Alguns temas são bastante frequentes quando a relação entre tempo e prisão é abordada mais detidamente. Algumas proposições de Messuti (2003) são exemplares. Segundo a autora: 1 – o tempo dentro da prisão difere fundamentalmente daquele que transcorre fora. “Assim como há uma ruptura no espaço marcado pelos muros da prisão, há também uma ruptura no tempo. (...) Esta intersecção entre tempo e espaço marca o começo de uma duração distinta, qualitativamente diversa” (2003, p. 33); 2 – o tempo objetivo, do calendário e do relógio, não se confunde com o tempo subjetivo experimentado na prisão. A magnitude de uma pena imposta, sua duração em anos e meses, não estabelece linear e univocamente a intensidade da pena vivida, porque “as unidades temporais nas quais se fixa a pena sucederão com maior ou menor lentidão segundo o sujeito” (Ibid., p. 50); 3 – por estar imobilizado na prisão, a única atividade real que cabe ao preso é a espera, de modo que o presente se esvazia de qualquer sentido. “Na pena, a visão do presente se obscurece ante a expectativa do futuro. O presente só tem valor como passagem do futuro ao passado, pois, (...) todo o ser está concentrado na espera” (Ibid., p. 45). Um presente perene, estático, e por isso mesmo nulo, vazio (cf. CHANTRAINE, 2006, p. 165-167)¹⁶⁴.

¹⁶⁴ É de se considerar também toda a discussão sobre a conformação cruzada do tempo como medida de valor e recurso de punição. Segundo Foucault, a prisão se impõe como medida punitiva por excelência porque “permite quantificar exatamente a pena segundo a variável do tempo. Há uma forma-salário da prisão que

Sem significar que tais experiências e problematizações se restrinjam ao passado, uma série de desenvolvimentos recentes veio a alterar ou, no mínimo, desestabilizar essas correlações tão sedimentadas. Desde diversas perspectivas, efeitos de sincronização dos tempos de dentro e de fora dos muros vêm se impondo à reflexão. Para Arantes (2012), por exemplo, o atual “tempo morto da onda punitiva” é também “o novo tempo do mundo” (ARANTES, 2014), mais precisamente, está em compasso com toda uma transformação histórica da própria experiência da História (cf. KOSELLECK, 2006). A constituição de um espaço de experiência sem horizonte de expectativas – ou de expectativas “declinantes” (ARANTES, 2012, p. 252) – articula uma contínua e crescente injunção à aceleração das mobilidades (cf. BAUMAN, 1999; VIRILIO, 2006) com uma igualmente intensa e recorrente imposição de “zonas de espera”. Arantes discorre acerca de um mundo em que a História se conjuga no presente, e o futuro não ultrapassa os limites do imediato: o mundo do “presentismo” (ARANTES, 2012, p. 251), do atualismo, que é também o mundo da urgência perpétua e da espera indefinida. Segundo o autor, urgência e espera se combinam e se confundem nos mais diferentes domínios da vida social: nos aeroportos internacionais, nas agências de assistência social, nos campos de refugiados; das filas do McDonald’s às celas de Guantánamo. Se a prisão do encarceramento em massa se destaca pelo crescente volume de vidas que interpela, se apresenta ritmos e protocolos de processamento que lhe são próprios, quanto a seu regime de temporalidade, ela não difere substancialmente desses outros territórios da vida social.

Mobilização contínua, urgência e espera indefinida, segundo Arantes, são marcas transversais do Tempo Presente, desse “novo regime de historicidade” (Ibid.). O regime de processamento que faz funcionar as penitenciárias paulistas, tal como pôde ser apreendido no decorrer das visitas pastorais, manifesta, a seu modo, esse esquema geral. A digressão filosófica de Arantes possibilita percorrer diversas das conexões que ligam, sincronizam, o tempo da prisão contemporânea ao tempo que decorre em tantos outros territórios, e que juntos, num mesmo compasso, marcam o ritmo do tempo do mundo – prisão e mundo, um só tempo, portanto. Porém, essa “ontologia muito especial do presente” (Ibid., p. 250) só

constitui, nas sociedades industriais, sua ‘obviedade econômica’” (1999, p. 196). À naturalidade da pena de prisão – da reclusão do infrator por um determinado período de tempo – corresponde a naturalização do uso do tempo como meio de estabelecer equivalências nas relações de troca. Autores marxistas como Pashukanis (1980) e Melossi e Pavarini (2006) insistem nesse mesmo tema: para a nascente sociedade industrial capitalista, o delito não é mais do que uma variação das relações de troca ou, em outras palavras, uma troca imperfeita, onde a equivalência não foi respeitada. Assim, a pena, ao extrair tempo da parte que, numa transação, recusou-se a despendê-lo em igual medida, reestabelece a simetria violada – por isso que funciona como uma retribuição.

apresenta uma indubitável potência heurística, porque, necessariamente, negligencia aspectos particulares que constituem processos situados no tempo e no espaço – e o que precisa ser abstraído no raciocínio filosófico é do maior interesse para um sociólogo. Se tanto numa fila ordinária do McDonald's, quanto na cela excepcional de Guantánamo um novo tempo do mundo pode se manifestar, de um ponto de vista sociológico e, obviamente, dos próprios sujeitos que ocupam esses espaços, eles jamais poderão ser reduzidos a uma mesma identidade. Isto é, se lógicas e expedientes similares articulam e percorrem diferentes espaços sociais, em cada ponto, em cada momento, eles se compõem e se territorializam de um modo específico (COLLIER; ONG, 2005). Nestes termos, interessa à investigação tanto os vetores de sincronização entre os tempos de dentro e de fora da prisão que dizem respeito especificamente ao processo transversal e singular de massificação do encarceramento, quanto aqueles que a promovem num contexto particular como o paulista. Nessa direção, as reflexões de Cunha (2003, 2005, 2007) sobre transformações recentes na temporalidade carcerária são bastante sugestivas. Tendo desenvolvido, em dois momentos diferentes, pesquisas etnográficas numa mesma prisão feminina portuguesa, a autora aponta para uma importante transformação na experiência do tempo na prisão, produzida num breve intervalo, entre as décadas de 1980 e 1990. Segundo a autora, num primeiro momento, antes, o tempo prisional era experimentado como um hiato na existência, um parênteses. Figurava suspenso do curso da vida; era um tempo à parte; tinha um ritmo, parâmetros e um desenrolar próprios, que o faziam parecer como que parado – enquanto um outro tempo passava rapidamente para as pessoas do lado de fora. Esse regime de temporalidade já não prevalece na virada do século, por diversos fatores os quais a autora analisa: principalmente por mudanças nas políticas criminais de combate às drogas e nas formas de territorialização e realização desse comércio ilícito. A concentração das ações repressivas ao tráfico em localidades muito determinadas não só fez os índices de encarceramento subirem como acarretou a transposição para o ambiente prisional de redes ampliadas de parentesco e vizinhança. Nesse novo contexto, a temporalidade interna à prisão entra em continuidade com a externa. O tempo não para de passar, tanto dentro, quanto fora das muralhas. Não existe ruptura absoluta de vínculos: dentro se atualizam relações urdidas fora; enquanto fora se desdobram relações de dentro. Uma ampla circulação se estabelece entre determinados bairros e a prisão, tendo como um de seus efeitos a sincronização de temporalidades – o compartilhamento de ritmos, parâmetros e marcos temporais. Assim, a autora sugere – e este é o elemento que gostaria de reter – que o encarceramento em massa contemporâneo não implica uma massificação dos hiatos prisionais, a suspensão de um tempo da vida de um número cada vez maior de pessoas, mas

sim a progressiva dissolução dessa defasagem temporal estruturante: o tempo de dentro entrando em continuidade com o de fora, e o de fora se tornando cada vez mais pautado pelas dinâmicas prisionais – pelo menos para amplas camadas da população arrebatadas, direta e indiretamente, pelo turbilhão do punitivismo.

A abordagem do regime de processamento penitenciário no estado de São Paulo – principalmente pela consideração do papel determinante desempenhado por familiares, amigos, voluntários, advogados e funcionários e, portanto, da importância das ações e relações que o preso pode mobilizar no sentido de promover o desenrolar da sua pena, de interferir nas suas condições de cumprimento e duração efetiva – permite iluminar aspectos da sincronização dos tempos de dentro e de fora da prisão que não só complexificam o entendimento do “tempo morto da onda punitiva” formulado por Arantes (2012), como também lança questões sobre a dinâmica de sincronização tal como é trabalhada por Cunha (2005, 2007).

Como tentei mostrar, no decorrer das visitas pastorais, no diálogo continuado com os presos, o tempo se afigura como algo que não para, que corre, que urge e que se furta o tempo todo. O seu desenrolar não implica uma espera passiva por determinações que, afinal, se darão alhures e num futuro mais ou menos conhecido; implica, sobretudo, uma espera ativa, ativada, quando é preciso saber urgentemente sobre algo que já se deu, sobre um benefício que está tramitando, sobre uma decisão que está para ser tomada a qualquer momento. Essa busca exasperada de parâmetros para determinar um tempo fugidio decorre da necessidade de agir no momento certo ou, pelo menos, em tempo hábil, para interferir e, no limite, conduzir o desenrolar processual – e, paradoxo maior, não para o preso se evadir da lei, mas para fazê-la cumprir em seu proveito. Essa mobilização extravasa, necessariamente, os limites das muralhas. Os fluxos processuais têm seus circuitos, para alcançá-los, da prisão, é preciso mobilizar a família, é preciso acionar o advogado, é preciso escrever para as autoridades, é preciso apelar para a Pastoral – em suma, é preciso cuidar, na condição mais adversa possível, para que as coisas aconteçam. Desse modo, ser punido em São Paulo não é somente estar reduzido à condição de objeto de “um regime institucional de mero processamento de pessoas” (ARANTES, 2012, p. 232), é também ser responsabilizado pelo seu andamento, é estar engajado e engajar os outros no próprio desenvolvimento das penas, é ser feito coartífice dessa administração.

A novidade que o caso paulista sugere frente o quadro esboçado por Cunha (2005, 2007), é que essa sincronização de temporalidades não pode ser entendida somente como o efeito passivo de transformações estruturais nas políticas criminais e nos mercados ilícitos que

levaram à massificação do encarceramento, à transposição de redes familiares e vicinais para o ambiente prisional e, portanto, à erosão das fronteiras entre bairros e prisões. A sincronização é também o resultado de uma mobilização, de uma ativação contínua, de presos e de seus círculos sociais em função do desenrolar dos processos, do próprio regime de processamento penitenciário. O tempo de dentro não parece, tão somente, ter se ajustado ao de fora; ambos estão, sobretudo, mutuamente condicionados, o passar de um depende do outro. Em São Paulo, a prisão só funciona se sincronizada com o mundo, ou pelo menos, com uma certa porção dele.

Coordenadoria da Região Metropolitana de São Paulo (CRMSP); Coordenadoria da Região Central (CRC); Coordenadoria da Região Noroeste (CRN); e Coordenadoria da Região Oeste (CRO)¹⁶⁶. Na imagem, o sistema penitenciário paulista aparece administrativamente segmentado por faixas territoriais, com as três maiores coordenadorias regionais (CRO, CRN e CRC) ocupando a maior parte do interior do estado. De modo aproximativo e para fins analíticos, as coordenadorias podem ser distribuídas num gradiente que vai do centro metropolitano ao interior mais distante: da CRMSP a CRO, passando pela CVPL, CRC e CRN, nesta ordem¹⁶⁷.

Na maior região metropolitana do cone sul, a CRMSP administra 28 unidades prisionais concentradas em apenas 9 municípios, sendo 8 penitenciárias, 17 Centros de Detenção Provisória (CDPs) e 3 Centros de Progressão Penitenciária (CPPs). Na capital (11.244.369 habitantes¹⁶⁸), estão 2 penitenciárias femininas e 1 masculina, 7 CDPs e 2 CPPs femininos. Também significativa é a concentração penitenciária no município de Franco da Rocha (a 45 quilômetros da capital, com 131.603 habitantes), onde estão 3 penitenciárias masculinas, 1 CDP feminino, 1 CPP e 2 Hospitais Penitenciários¹⁶⁹.

Sob a gestão da CVPL – sediada em Taubaté (130 km, 278.724 hab.) – estão 18 unidades prisionais distribuídas em 10 municípios: 8 penitenciárias, 7 Centros de Detenção Provisória (CDPs), 2 Centros de Progressão Penitenciária (CPPs) e 1 Centro de Ressocialização (CR). O maior polo penitenciário da região é o município de Tremembé (133 km, 40.985 hab.), que abriga 2 penitenciárias masculinas, 2 femininas e 1 CPP.

A CRC administra 33 unidades em 19 municípios: 14 penitenciárias, 7 CDPs, 2 CPPs e 10 CRs. A maior concentração penitenciária da região está em Hortolândia (114 km, 195.775 hab.), que abriga 2 penitenciárias¹⁷⁰, 1 CDP e 1 CPP. Seus principais centros urbanos são Sorocaba (95 km, 586.311 hab.) – que abriga 2 penitenciárias e 1 CDP – e Campinas (99 km, 1.080.999 hab.) – sede da coordenadoria, que abriga apenas 1 penitenciária feminina e 1 CPP.

¹⁶⁶ Existem ainda outras duas coordenadorias, uma de saúde (CS) e outra de reintegração social (CRS), que não se estruturam sobre uma base territorial.

¹⁶⁷ A distribuição das unidades prisionais pelos principais eixos rodoviários do estado é outra possibilidade para visualizar a espacialização do sistema penitenciário paulista, como demonstra Zomighani Jr. (2013, p. 259).

¹⁶⁸ Este e demais dados populacionais são oriundos do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

¹⁶⁹ Manicômios judiciais, unidades para cumprimento de Medidas de Segurança (MS) geridos pela Coordenadoria de Saúde.

¹⁷⁰ Quando não designo o sexo da população de uma unidade, deve-se entender que são unidades masculinas.

A CRN, sediada em Pirajuí (400 km, 22.724 hab.), é responsável por 39 unidades distribuídas por 21 municípios: 21 penitenciárias, 7 CDPs, 4 CPPs e 7 CRs. Bauru (326 km, 344.039 hab.) é o município que concentra mais unidades, com 3 CPPs e 1 CDP. Outras 5 cidades abrigam 3 unidades: Pirajuí, com 2 penitenciárias masculinas e 1 feminina; Araraquara (270 km, 208.725 hab.) com 1 penitenciária, 1 CR masculino e 1 feminino; Avaré (263 km, 82.935 hab.) com 2 penitenciárias e 1 CR; Ribeirão Preto (313 km, 605.114 hab.) com 1 penitenciária feminina, 1 masculina e 1 CDP; e Serra Azul (303 km, 11.259 hab.) com 2 penitenciárias e 1 CDP.

A CRO – sediada em Presidente Venceslau (610 km, 37.915 hab.) – administra 37 unidades espalhadas por 25 municípios, sendo 26 penitenciárias, apenas 3 CDPs, 3 CPPs, 4 CRs e 1 Centro de Readaptação Penitenciária (CRP)¹⁷¹. Apenas 2 municípios abrigam 3 unidades: São José do Rio Preto (443 km, 408.435 hab.), com 1 CR feminino, 1 CPP e 1 CDP, e Lavínia (593 km, 8.782 hab.), com 3 penitenciárias.

Tabela 1 - Distribuição de unidades prisionais e cidades-sede, segundo a Coordenadoria Administrativa, em dezembro de 2013 (SAP, 2014)

	CRMSP	CVPL	CRC	CRN	CRO
Unidades	28	18	33	39	37
Cidades	9	10	19	21	25
Penitenciárias	8	8	14	21	26
CDPs	17	7	7	7	3
CRs	0	1	10	7	4
CPPs	3	2	2	4	3
CRP	0	0	0	0	1

Elaboração minha.

Algumas tendências da espacialização penitenciária se desdobram desta breve apresentação da distribuição das unidades prisionais por coordenadorias, tipos e municípios: 1 – no interior mais distante (CRN e CRO), o número de unidades administradas por coordenadoria e a quantidade de cidades em que estão distribuídas são maiores que nas demais regiões do estado. Na CRMSP, a capital concentra 12 unidades, enquanto no extremo oposto, na CRO, existem as duas já citadas cidades com 3 unidades e mais 8 municípios com

¹⁷¹ Em Presidente Bernardes, onde vigora o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).

2 instituições prisionais cada¹⁷². 2 – existem dois circuitos penitenciários bem demarcados: de um lado, no território metropolitano, um circuito de CDPs; de outro, um circuito interiorizado de penitenciárias (cf. ZOMIGHANI JR., 2009, 2013). 3 – no centro metropolitano, não obstante a concentração de CDPs, o parque penitenciário tende a ser mais diversificado que no interior mais distante. A região metropolitana concentra um número significativo de Hospitais Penitenciários e de unidades voltadas para o encarceramento feminino, enquanto na CRN e CRO prevalecem as penitenciárias masculinas. 4 – mesmo no interior, existe uma afinidade entre as dimensões municipais e a diversidade do parque penitenciário. Os municípios interioranos que abrigam um parque penitenciário mais diversificado costumam ter maiores dimensões que aqueles que abrigam exclusivamente penitenciárias. Por exemplo, os já mencionados municípios de Bauru, Araraquara e São José do Rio Preto, importantes polos urbanos regionais, abrigam juntos CRs, CDPs e CPPs; enquanto municípios pequenos como Itirapina (214 km, 15.528 hab.), Lucélia (574 km, 19.885 hab.), Junqueirópolis (645 km, 18.726 hab.) e Pracinha (500 km, 2.863 hab.) possuem exclusivamente penitenciárias.

4.1.2. POPULAÇÃO CARCERÁRIA, UNIDADES E COORDENADORIAS ADMINISTRATIVAS

O mapa do sistema penitenciário paulista disponibilizado pela SAP em seu *site*, reproduzido acima, funciona como um portal interativo. Ao passar o *mouse* pelas unidades discriminadas no quadro do canto inferior esquerdo, uma bandeirinha aponta sua localização no mapa. *Clicando* em qualquer unidade, uma caixa de diálogo se abre no canto inferior direito, disponibilizando uma série de informações: endereço, telefones e *email* de contato, área construída, data de inauguração, regime de funcionamento, capacidade e população (da unidade e seus anexos) numa determinada data. Os dados referentes à capacidade e à população por unidade são atualizados com alguma regularidade. Como a SAP não disponibiliza essas informações de modo agregado, cabe ao pesquisador, pacientemente, copiar a informação de cada uma das 158 unidades para produzir suas próprias tabelas.

¹⁷² Tupi Paulista, 1 penitenciária masculina e 1 feminina; Presidente Prudente, 1 penitenciária e 1 CR; Presidente Bernardes, 1 penitenciária e 1 CRP; Presidente Venceslau, 2 penitenciárias; Mirandópolis, 2 penitenciárias; Pacaembu, 1 penitenciária e 1 CPP; Valparaíso, 1 penitenciária e 1 CPP, Riolândia, 1 penitenciária e 1 CDP.

Elaborei as tabelas que seguem a partir dos dados atualizados em 5 de novembro de 2013. O objetivo desta exposição é oferecer um retrato instantâneo da distribuição da população carcerária pelas unidades e coordenadorias administrativas. Embora fosse desejável um estudo mais detalhado da oscilação de vagas¹⁷³ e da população nas diferentes unidades e coordenadorias, durante um considerável intervalo de tempo, parece-me que este retrato instantâneo já é suficiente para sugerir as linhas gerais que organizam a alocação da população carcerária no território estadual. Os Hospitais Penitenciários de Franco da Rocha e Taubaté, geridos pela Coordenadoria de Saúde (CS), foram desconsiderados para a análise, por abrigarem reclusos em cumprimento de Medida de Segurança (MS)¹⁷⁴. A análise tampouco contempla a capacidade e a população do CDP de Riolândia, da CRO, inaugurado em 22 de novembro de 2013. Na apresentação, optei por preservar a separação de dados entre unidades e anexos, como forma de colocar em evidência a localização e o peso destes frente o conjunto do sistema.

Em 5 de novembro de 2013, um total de 204.535 presos estavam distribuídos pelas 157 unidades (com seus anexos) então existentes (SAP, 2013). Num primeiro momento, apreciarei os dados de cada coordenadoria administrativa, da região metropolitana ao interior mais distante; em seguida, farei breves considerações gerais sobre o sistema penitenciário paulista, a partir de alguns dados agregados.

¹⁷³ A capacidade de cada unidade também varia com o tempo, conforme reformas e adaptações vão sendo feitas. Em 2014, celas de inclusão, enfermaria e castigo passaram a ser contabilizadas nos cálculos de capacidade (PEDRINI, 2014).

¹⁷⁴ Em 5 de novembro de 2013, eram 1.030 reclusos (homens e mulheres) cumprindo Medida de Segurança para 934 vagas, nos três manicômios judiciários (SAP, 2013).

Tabela 2 - Unidades, Capacidade e População na CRMSP, em 5 de novembro de 2013 (SAP, 2013)

28 Unidades Prisionais na CRMSP	Capacidade	Cap. Anexo	População	Pop. Anexo
08 Penitenciárias				
• Franco da Rocha - Penit. I "Mário Moura Albuquerque" + APP	852	108	1322	243
• Franco da Rocha - Penit. II "Nilton Silva"	852		1490	
• Franco da Rocha - Penit. III	864		1542	
• Guarulhos - Penit. I "José Parada Neto" + ARSA	804	216	1357	458
• Guarulhos - Penit. II "Desembargador Adriano Marrey"	1200		2147	
• São Paulo - Penit. Feminina da Capital	251		591	
• São Paulo - Penit. "ASP Joaquim Fonseca Lopes" de Parelheiros	756		1259	
• São Paulo - Penit. Feminina de Santana	2400		2452	
<i>Total Penitenciárias</i>	<i>7979</i>	<i>324</i>	<i>12160</i>	<i>701</i>
17 Centros de Detenção Provisória				
• Diadema – CDP	576		1426	
• Franco da Rocha - CDP Feminino	864		1470	
• Guarulhos - CDP I "ASP Giovani Martins Rodrigues"	768		2711	
• Guarulhos - CDP II	768		2403	
• Itapeverica da Serra - CDP "ASP Nilton Celestino" + APP	768	6	2498	3
• Mauá – CDP	576		1493	
• Osasco - CDP I "Ederson Vieira de Jesus"	768		2609	
• Osasco - CDP II "ASP Vanda Rita Brito do Rego"	768		2603	
• Santo André - CDP	512		1819	

Continua

Continuação

17 Centros de Detenção Provisória				
• São Bernardo do Campo - CDP "Dr. Calixto Antonio"	768		2312	
• São Paulo - CDP I "ASP Vicente Luzan da Silva" de Pinheiros	520		1374	
• São Paulo - CDP II "ASP Willians Nogueira Benjamin" de Pinheiros	512		1538	
• São Paulo - CDP III de Pinheiros	512		1485	
• São Paulo - CDP IV de Pinheiros	512		1946	
• São Paulo - CDP - Vila Independência	768		2640	
• São Paulo - CDP I - Chácara Belém + APP	768	108	1151	164
• São Paulo - CDP II - Chácara Belém "ASP Paulo Gilberto de Araújo" + APP	768	108	2588	160
<i>Total CDPs</i>	<i>11496</i>	<i>222</i>	<i>34066</i>	<i>327</i>
03 Centros de Progressão Penitenciária				
• Franco da Rocha - CPP	1300		1810	
• São Paulo - CPP Feminino "Dr ^a Marina Marigo Cardoso de Oliveira" do Butantã	700		1043	
• São Paulo - CPP Feminino de São Miguel Paulista	100		130	
<i>Total CPPs</i>	<i>2100</i>		<i>2983</i>	
<i>Total CRMSP</i>	<i>21575</i>	<i>546</i>	<i>49209</i>	<i>1028</i>

Conclusão

Elaboração minha.

Sob a gestão da CRMSP está a maior unidade do sistema penitenciário paulista, a antiga Penitenciária do Estado, atual Penitenciária Feminina de Santana (PFS) – com 2.400 vagas – que juntamente com a Penitenciária Feminina da Capital (PFC), o CDP feminino de Franco da Rocha e os CPPs femininos de São Miguel e Butantã, fazem da região metropolitana o principal território de encarceramento de mulheres do estado. A capacidade das poucas penitenciárias masculinas tende a ser maior que a dos muitos CDPs. No que se refere à população, a região metropolitana apresenta as unidades mais populosas e superlotadas do estado, todas elas Centros de Detenção Provisória (CDPs). Os casos mais graves são: CDP 1 de Guarulhos, com 2.711 presos, CDP da Vila Independência, com 2.640 presos e CDPs 1 e 2 de Osasco, com 2.609 e 2.603 presos, respectivamente. Todos esses CDPs têm capacidade para 768 pessoas. Nos demais, a população é praticamente três vezes superior ao número de vagas.

Tabela 3 - Unidades, Capacidade e População na CVPL, em 5 de novembro de 2013 (SAP, 2013)

18 Unidades Prisionais na CVPL	Capacidade	Cap. Anexo	População	Pop. Anexo
08 Penitenciárias				
• Potim - Penit. I	768		1741	
• Potim - Penit. II	768		1702	
• São Vicente - Penit. I "Dr. Geraldo de Andrade Vieira" + ADP	308	496	531	771
• São Vicente - Penit. II	500		0	
• Tremembé - Penit. Feminina I "Santa Maria Eufrásia Pelletier"	100		205	
• Tremembé - Penit. Feminina II + APP	664	112	871	152
• Tremembé - Penit. I "Dr. Tarcizo Leonce Pinheiro Cintra"	112		514	
• Tremembé - Penit. II "Dr. José Augusto César Salgado" + APP	239	108	384	192
<i>Total Penitenciárias</i>	<i>3459</i>	<i>716</i>	<i>5948</i>	<i>1115</i>
07 Centros de Detenção Provisória				
• Caraguatatuba - CDP	768		1354	
• Mogi das Cruzes - CDP	768		2084	
• Praia Grande - CDP	512		1646	
• São José dos Campos - CDP	512		1623	
• São Vicente - CDP "Luis Cesar Lacerda"	768		2008	
• Suzano – CDP	768		2243	
• Taubaté - CDP "Dr. Félix Nobre de Campos"	768		2138	
<i>Total CDPs</i>	<i>4864</i>		<i>13096</i>	

Continua

Continuação

02 Centros de Progressão Penitenciária

• Mongaguá - CPP "Dr. Rubens Aleixo Sendin"	960		1443	
• Tremembé - CPP "Dr. Edgard Magalhães Noronha"	1060		1829	
<i>Total CPPs</i>	<i>2020</i>		<i>3272</i>	

01 Centro de Ressocialização

• São José dos Campos - CR Feminino + ARSA	99	75	8	118
<i>Total CRs</i>	<i>99</i>	<i>75</i>	<i>8</i>	<i>118</i>

Conclusão

Elaboração minha.

As maiores unidades sob gestão da CVPL são os CPPs de Mongaguá e Tremembé, com 960 e 1.060 vagas, respectivamente. As menores penitenciárias do sistema estadual estão em Tremembé: a P1 feminina, com 100 vagas; e a P1 masculina, com 112¹⁷⁵. O Anexo de Detenção Provisória (ADP) da P1 de São Vicente é maior e mais populoso que a própria unidade. Em toda a coordenadoria, embora existam 8 penitenciárias para 7 CDPs, o número de presos nos CDPs é mais que duas vezes superior ao número de presos em penitenciárias. Os CDPs de Suzano e Taubaté são os mais populosos, com 2.243 e 2.138 presos. As unidades mais superlotadas, no entanto, são a P1 masculina de Tremembé, com 514 presos para 112 vagas, e os CDPs de Praia Grande e São José dos Campos, ambos com capacidade para 512 presos, mas abrigando mais de 1.600 cada. A P2 de São Vicente está desativada e sem perspectivas de reabertura, por conta de uma disputa judicial entre o Estado de São Paulo e a empresa contratada para realizar sua reforma (DUARTE, 2012). O CR feminino de São José dos Campos opera muito abaixo de sua capacidade, enquanto seu anexo se encontra superlotado.

¹⁷⁵ Quando há mais de uma penitenciária na cidade, é de uso corrente, entre presos, familiares e funcionários, a referência a cada uma delas como P1, P2, P3.

Tabela 4 - Unidades, Capacidade e População na CRC, em 5 de novembro de 2013 (SAP, 2013)

33 Unidades Prisionais na CRC	Capacidade	Cap. Anexo	Cap. Anexo 2	População	Pop. Anexo	Pop. Anexo 2
14 Penitenciárias						
• Campinas - Penit. Feminina	528			1006		
• Capela do Alto - Penit.	768			1168		
• Casa Branca - Penit. "Joaquim de Sylos Cintra" + APP	852	108		1932		
• Guareí - Penit. I "Nelson Vieira"	768			1755		
• Guareí - Penit. II	768			1844		
• Hortolândia - Penit. II "Odete Leite de Campos Critter"	804			1676		
• Hortolândia - Penit. III	500			1620		
• Iperó - Penit. "Odon Ramos Maranhão" + APP + ADP	1218	180	320	2255	339	307
• Itapetininga - Penit. I "Jairo de Almeida Bueno"	804			1677		
• Itapetininga - Penit. II	804			1677		
• Itirapina - Penit. I "Dr. Antônio de Queiróz Filho" + ARSA	210	200		660	220	
• Itirapina - Penit. II "João Batista de Arruda Sampaio" + APP	1212	108		2454	215	
• Sorocaba - Penit. I "Dr. Danilo Pinheiro" + ARSA	210	140		205	356	
• Sorocaba - Penit. II "Dr. Antônio de Souza Neto" + ARSA	500	145		1672	211	
<i>Total Penitenciárias</i>	<i>9946</i>	<i>881</i>	<i>320</i>	<i>21601</i>	<i>1341</i>	<i>307</i>
07 Centros de Detenção Provisória						
• Americana – CDP	576			1356		
• Campinas – CDP	768			1523		
• Capela do Alto - CDP	768			1191		
• Hortolândia – CDP	768			1910		

continua

Continuação

• Jundiaí - CDP	768			1559		
• Piracicaba - CDP "Nelson Furlan" + APP	512	36		1609	65	
• Sorocaba – CDP	576			1415		
<i>Total CDPs</i>	<i>4736</i>	<i>36</i>		<i>10563</i>	<i>65</i>	

02 Centros de Progressão Penitenciária

• Campinas - CPP "Prof. Ataliba Nogueira"	960			1756		
• Hortolândia - CPP (Penit. I)	538			1767		
<i>Total CPPs</i>	<i>1498</i>			<i>3523</i>		

10 Centros de Ressocialização

• Atibaia – CR	192			195		
• Bragança Paulista - CR + ARSA	200	40		153	79	
• Itapetininga - CR Feminino	210			226		
• Limeira - CR + ARSA	140	70		84	63	
• Mococa – CR	210			183		
• Mogi Mirim - CR "Prefeito João Missaglia" + ARSA	140	70		113	73	
• Piracicaba - CR Feminino "Carlos Sidnes de Souza Cantarelli"	120			126		
• Rio Claro - CR Feminino + ARSA	80	40		77	38	
• Rio Claro - CR "Dr Luis Gonzaga da Arruda Campos" + ARSA	140	70		96	70	
• Sumaré - CR + ARSA	140	70		72	98	
<i>Total CRs</i>	<i>1572</i>	<i>360</i>		<i>1325</i>	<i>421</i>	
<i>Total CRC</i>	<i>17752</i>	<i>1277</i>	<i>320</i>	<i>37012</i>	<i>1827</i>	<i>307</i>

Conclusão

Elaboração minha

Das unidades geridas pela CRC, as duas maiores e mais populosas são a penitenciária de Iperó e a P2 de Itirapina, com 1.218 e 1.212 vagas cada, e 2.255 e 2.454 presos, respectivamente. A P1 de Sorocaba e a P1 de Itirapina apresentam dimensões reduzidas (210 vagas cada), que as aproximam mais dos vários CRs existentes na região, do que das demais penitenciárias. Iperó dispõe de alas para regime semiaberto e para presos provisórios. O ADP de Iperó é o único espaço, em todo o estado, destinado à detenção provisória que funciona abaixo da capacidade. As unidades mais superlotadas são o CPP de Hortolândia, com 1.767 presos para 538 vagas; a P2 de Sorocaba, com 1.672 presos para 500 vagas; e o CDP de Piracicaba, com 1.609 presos para 512 vagas. Os vários CRs (e seus anexos) funcionam abaixo ou muito próximos da capacidade. Os 10 CRs existentes na região dispõem juntos de 1.572 vagas e abrigam apenas 1.325 presos. Na CRC, mais do que em qualquer outra coordenadoria, a superlotação se apresenta como uma realidade seletiva.

Tabela 5 - Unidades, Capacidade e População na CRN, em 5 de novembro de 2013 (SAP, 2013)

39 Unidades Prisionais na CRN	Capacidade	Cap. Anexo	Cap. Anexo 2	População	Pop. Anexo	Pop. Anexo 2
21 Penitenciárias						
• Álvaro de Carvalho - Penit. "Valentim Alves da Silva"	792			1640		
• Araraquara - Penit. "Dr. Sebastião Martins Silveira" + APP + ADP	1008	108	496	1483	0	720
• Avandava - Penit.	768			1562		
• Avaré - Penit. I "Dr. Paulo Luciano de Campos"	520			473		
• Avaré - Penit. II "Nelson Marcondes do Amaral"	852			1594		
• Balbinos - Penit. I "Rodrigo dos Santos Freitas"	768			1622		
• Balbinos - Penit. II "Gilmar Monteiro de Souza"	768			1533		
• Cerqueira César - Penit.	768			1455		
• Getulina - Penit. "Osiris Souza e Silva"	792			1317		
• Iaras - Penit. "Orlando Brando Filinto" + APP	1188	108		2225	232	
• Itaipava - Penit. "Cabo PM Marcelo Pires da Silva" + APP	792	108		1369	129	
• Marília - Penit. + ARSA	500	100		1186	350	
• Pirajuru - Penit. I "Dr. Walter Faria Pereira de Queiróz"	500			1579		
• Pirajuru - Penit. II "Dr. Luiz Gonzaga Vieira" + APP	1212	108		1825	0	
• Pirajuru - Penit. Feminina "Sandra Aparecida Lario Vianna" + APP	660	108		938	146	
• Reginópolis - Penit. I "Tenente PM José Alfredo Cintra Borin"	768			830		
• Reginópolis - Penit. II "Sgto. PM Antonio Luiz de Souza"	768			896		
• Ribeirão Preto - Penit. + APP	792	108		1365	91	
• Ribeirão Preto - Penit. Feminina	300			398		
• Serra Azul - Penit. I	768			1434		
• Serra Azul - Penit. II	768			1756		
<i>Total Penitenciárias</i>	<i>16052</i>	<i>748</i>	<i>496</i>	<i>28480</i>	<i>948</i>	<i>720</i>

continua

Continuação

07 Centros de Detenção Provisória

• Bauru – CDP	768			1323		
• Cerqueira César - CDP	768			1191		
• Franca – CDP	768			1093		
• Pontal – CDP	768			1100		
• Ribeirão Preto – CDP	556			841		
• Serra Azul – CDP	768			1150		
• Taiúva – CDP	768			1015		
<i>Total CDPs</i>	<i>5164</i>			<i>7713</i>		

04 Centros de Progressão Penitenciária

• Bauru - CPP I "Dr. Alberto Brocchieri"	646			1171		
• Bauru - CPP II "Dr. Eduardo de Oliveira Vianna"	646			1231		
• Bauru - CPP III "Professor Noé Azevedo"	500			1231		
• Jardinópolis – CPP	1048			715		
<i>Total CPPs</i>	<i>2840</i>			<i>4348</i>		

07 Centros de Ressocialização

• Araraquara - CR + ARSA	140	70		105	89	
• Araraquara - CR Feminino + ARSA	64	32		70	22	
• Avaré - CR "Dr. Mauro de Macedo" + ARSA	175	35		151	49	
• Jaú - CR "Dr. João Eduardo Franco Perlati" + ARSA	175	35		162	55	
• Lins - CR "Dr. Manoel Carlos Muniz" + ARSA	175	35		153	48	
• Marília – CR	210			208		
• Ourinhos - CR + ARSA	80	40		81	41	
<i>Total CRs</i>	<i>1019</i>	<i>247</i>		<i>930</i>	<i>304</i>	
<i>Total CRN</i>	<i>25075</i>	<i>995</i>	<i>496</i>	<i>41471</i>	<i>1252</i>	<i>720</i>

Conclusão

Elaboração minha.

As maiores unidades administradas pela CRN são a P2 de Pirajuí, com 1.212 vagas; a penitenciária de Iaras, com 1.188; e o CPP de Jardinópolis, com capacidade para 1.048 presos. Como na CRC, os CRs da CRN são diminutos e funcionam abaixo da capacidade: nas suas 7 unidades, são 1.019 vagas para 930 presos. As unidades mais populosas são a penitenciária de Iaras (2.225 presos), a P2 de Pirajuí (1.825) e a P2 de Serra Azul (1.756); e a mais superlotada é a P1 de Pirajuí, com 1.579 presos para 500 vagas. Em linhas gerais, as penitenciárias da CRN estão mais superlotadas do que seus CDPs, ao contrário do que se verifica nas coordenadorias anteriormente apresentadas – o que reforça o entendimento do interior mais distante como lugar privilegiado do cumprimento de pena. Além dos CRs, outras duas unidades abrigam uma população menor que a capacidade. O CPP de Jardinópolis, com apenas 715 presos, foi inaugurado em 18 de setembro de 2013, e no momento da coleta de dados ainda não havia preenchido todas as vagas¹⁷⁶. A P1 de Avaré, com 473 presos para 520 vagas, é uma unidade particular, voltada a indivíduos considerados perigosos, que exigiriam um tratamento diferenciado; sua especificidade no interior do sistema será discutida mais adiante.

¹⁷⁶ Em 20 de janeiro de 2014, já abrigava 1.089 presos (SAP, 2014).

Tabela 6 - Unidades, Capacidade e População na CRO, em 5 de novembro de 2013 (SAP, 2013)

36 Unidades Prisionais na CRO	Capacidade	Cap. Anexo	População	Pop. Anexo
26 Penitenciárias				
• Andradina - Penit.	792		1617	
• Assis - Penit. + ADP	762	272	1198	432
• Dracena - Penit. "ASP Adriano Aparecido de Pieri"	768		1507	
• Flórida Paulista - Penit.	768		1750	
• Irapuru - Penit.	768		1705	
• Junqueirópolis - Penit.	792		1555	
• Lavínia - Penit. I "Vereador Frederico Geometti"	768		1800	
• Lavínia - Penit. II "Luis Aparecido Fernandes"	768		1742	
• Lavínia - Penit. III "ASP Paulo Guimarães"	768		1740	
• Lucélia - Penit. + APP	792	108	0	64
• Marabá Paulista - Penit. "João Augustinho Panucci"	768		1735	
• Martinópolis - Penit. I "Tacyan Menezes de Lucena"	792		1783	
• Mirandópolis - Penit. I "Nestor Canoa" + ARSA	1173	500	1746	485
• Mirandópolis - Penit. II "ASP Lindolfo Terçariol Filho"	1176		1827	
• Osvaldo Cruz - Penit.	768		1587	
• Pacaembu - Penit. "Ozias Lúcio dos Santos"	792		1232	
• Paraguaçu Paulista - Penit.	768		1677	
• Pracinha - Penit.	768		1756	
• Presidente Bernardes - Penit. "Silvio Yoshihiko Hinohara"	1176		1969	
• Presidente Prudente - Penit. "Wellington Rodrigo Segura" + ARSA	630	250	987	338
• Presidente Venceslau - Penit. I "Zwinglio Ferreira"	727		913	
• Presidente Venceslau - Penit. II "Maurício Henrique Guimarães Pereira"	1248		821	
• Riolândia - Penit. "João Batista de Santana"	792		1792	

Continua

Continuação

• Tupi Paulista - Penit.	768		1668	
• Tupi Paulista - Penit. Feminina + APP	664	54	1085	145
• Valparaíso - Penit.	792		1701	
<i>Total - Penitenciárias</i>	<i>21548</i>	<i>1184</i>	<i>38893</i>	<i>1464</i>
02 Centros de Detenção Provisória				
• Caiuá - CDP "Tácio Aparecido Santana"	768		1269	
• São José do Rio Preto - CDP	768		1864	
<i>Total CDPs</i>	<i>1536</i>		<i>3133</i>	
03 Centros de Progressão Penitenciária				
• Pacaembu – CPP	672		1074	
• São José do Rio Preto - CPP "Dr. Javert de Andrade"	1048		1532	
• Valparaíso – CPP	672		1152	
<i>Total CPPs</i>	<i>2392</i>		<i>3758</i>	
04 Centros de Ressocialização				
• Araçatuba - CR + ARSA	175	35	154	71
• Birigui - CR + ARSA	140	70	168	61
• Presidente Prudente - CR + ARSA	140	70	147	68
• São José do Rio Preto - CR Feminino + ARSA	140	70	142	75
<i>Total CRs</i>	<i>595</i>	<i>245</i>	<i>611</i>	<i>275</i>
01 Unidade de Regime Disciplinar Diferenciado				
• Presidente Bernardes - Centro de Readaptação Penitenciária "Dr. José Ismael Pedrosa"	160		18	
<i>Total CRO</i>	<i>26231</i>	<i>1429</i>	<i>46413</i>	<i>1739</i>

Conclusão

Elaboração minha.

Sob a gestão da CRO, as maiores unidades são a P2 de Presidente Venceslau (1.248 vagas), a penitenciária de Presidente Bernardes (1.176) e as duas penitenciárias de Mirandópolis (1.173 e 1.176). Todas as demais têm menos de 800 vagas. As mais populosas são a P2 de Mirandópolis, com 1.827 presos, e a penitenciária de Presidente Bernardes, com 1.969. As mais superlotadas são o CDP de São José do Rio Preto, com 1.864 presos para 768 vagas; a P1 de Lavínia, com 1.800 presos para 768 vagas; e a penitenciária de Riolândia, com 1.792 presos para 792 vagas. Os CRs funcionam muito próximos da capacidade. Em Presidente Bernardes fica ainda o Centro de Readaptação Penitenciária (CRP), unidade de segurança máxima onde vigora o RDD, com 160 vagas para apenas 18 presos. Esta baixa utilização da “principal arma” do governo estadual contra o “crime organizado” também será, adiante, objeto de discussão mais detida. A P2 de Presidente Venceslau também apresenta lotação aquém de sua capacidade, por motivos análogos aos da P1 de Avaré, os quais serão discutidos conjuntamente. Lucélia fica na região onde realizei trabalho de campo, e seu esvaziamento se deve a uma ampla reforma na unidade. Na CRO, o número de presos alocados em penitenciárias é superior ao de qualquer outra coordenadoria do estado.

A apreciação de alguns dados agregados permite visualizar os traços gerais do modo de alocação da população carcerária nas unidades do sistema penitenciário paulista, bem como a desigual distribuição das condições de encarceramento entre diferentes tipos de unidades e segundo os diferentes territórios.

Tabela 7 - Distribuição Absoluta e Percentual de Capacidade e População, por Tipo de Unidade, segundo a Coordenadoria Administrativa, em 5 de novembro de 2013 (SAP, 2013)

	CRO	CRN	CRC	CVPL	CRMSP	Total
Cap. Penit.	21548	16052	9946	3459	7979	58984
% Cap. Penit.	36,53%	27,21%	16,86%	5,86%	13,53%	100,00%
Pop. Penit.	38893	28480	21601	5948	12160	107082
% Pop. Penit.	36,32%	26,60%	20,17%	5,55%	11,36%	100,00%
Cap. CDP	1536	5164	4736	4864	11496	27796
% Cap. CDP	5,53%	18,58%	17,04%	17,50%	41,36%	100,00%
Pop. CDP	3133	7713	10563	13096	34066	68571
% Pop. CDP	4,57%	11,25%	15,40%	19,10%	49,68%	100,00%
Cap. CPP	2392	2840	1498	2020	2100	10850
% Cap. CPP	22,05%	26,18%	13,81%	18,62%	19,35%	100,00%
Pop. CPP	3758	4348	3523	3272	2983	17884
% Pop. CPP	21,01%	24,31%	19,70%	18,30%	16,68%	100,00%

continua

continuação

	CRO	CRN	CRC	CVPL	CRMSP	Total
Cap. CR	595	1019	1572	99	0	3285
% Cap. CR	18,11%	31,02%	47,85%	3,01%	0,00%	100,00%
Pop. CR	611	930	1325	8	0	2874
% Pop. CR	21,26%	32,36%	46,10%	0,28%	0,00%	100,00%
Cap. ARSA	995	347	845	75	216	2478
% Cap. ARSA	40,15%	14,00%	34,10%	3,03%	8,72%	100,00%
Pop. ARSA	1098	654	1208	118	458	3536
% Pop. ARSA	31,05%	18,50%	34,16%	3,34%	12,95%	100,00%
Cap. APP	162	648	432	220	330	1792
% Cap. APP	9,04%	36,16%	24,11%	12,28%	18,42%	100,00%
Pop. APP	209	598	619	344	570	2340
% Pop. APP	8,93%	25,56%	26,45%	14,70%	24,36%	100,00%
Cap. ADP	272	496	320	496	0	1584
% Cap. ADP	17,17%	31,31%	20,20%	31,31%	0,00%	100,00%
Pop. ADP	432	720	307	771	0	2230
% Pop. ADP	19,37%	32,29%	13,77%	34,57%	0,00%	100,00%
Cap. CRP	160	0	0	0	0	160
% Cap. CRP	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Pop. CRP	18	0	0	0	0	18
% Pop. CRP	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Cap. Total	27660	26566	19349	11233	22121	106929
% Cap. Total	25,87%	24,84%	18,10%	10,51%	20,69%	100,00%
Pop. Total	48152	43443	39146	23557	50237	204535
% Pop. Total	23,54%	21,24%	19,14%	11,52%	24,56%	100,00%

conclusão

Elaboração minha.

No que se refere às penitenciárias, a CRO concentra 36,53% das vagas e 36,32% dos presos de todo o estado; a CRN, por sua vez, tem a segunda maior concentração, com 27,21% das vagas e 26,60% dos presos. Portanto, 63,74% da capacidade e 62,92% dos presos nas penitenciárias paulistas estão alocados no interior mais distante, entre a CRO e a CRN. Não obstante, estas coordenadorias se diferenciam significativamente no que se refere à concentração de vagas e população em CDPs: a CRO dispõe de apenas 5,53% das vagas e 4,57% dos presos nesse tipo de unidade, enquanto a CRN dispõe de 18,58% das vagas e

11,25% dos presos em CDPs. A CRN é a segunda coordenadoria que mais concentra vagas em CDPs, e apenas a quarta em população nesse tipo de unidade.

Os CDPs e os CRs são os tipos de unidades mais territorialmente concentrados de todo o sistema estadual. Enquanto a CRMSP concentra 41,36% das vagas e 49,68% dos presos em CDPs; a CRC concentra 47,85% da capacidade e 46,10% da população dos CRs. No entanto, uma enorme discrepância de escala separa essas duas realidades: considerando-se todo o território paulista, são 27.796 vagas e 68.571 presos em CDPs, enquanto apenas 3.285 vagas e 2.874 presos em CRs. Os CPPs, por sua vez, são o tipo de unidade que apresentam as mais equilibradas distribuições de capacidade e população pelo território estadual: a concentração de vagas varia de 13,81% na CRC a 26,18% na CRN; e a concentração de população varia de 16,68% na CRMSP a 24,31% na CRN. Entretanto, a aparência de equilíbrio se desfaz quando se considera os níveis de concentração territorial da população nas penitenciárias e nos CDPs: os presos dos CPPs não são preferencialmente alocados nas áreas onde cumpriram suas penas, nem onde foram recrutados pelo sistema. A distribuição territorial de anexos de regime semiaberto (ARSAs e APPs) é insuficiente para alterar esse quadro.

As linhas gerais, bem como a complexidade do fenômeno da interiorização do sistema penitenciário paulista podem ser mais bem vislumbradas quando se considera os subtotais de distribuição de capacidade e população por coordenadoria, independentemente dos tipos de unidades. A CRO concentra 25,87% da capacidade e 23,54% dos presos do estado; a CRN dispõe de 24,84% da capacidade e de 21,24% dos presos. Portanto, o que aqui venho designando como interior mais distante – a CRO e a CRN juntas – é responsável por 50,71% da capacidade e por 44,78% dos presos do sistema penitenciário estadual. Contudo, mais do que confirmar estatisticamente o processo de interiorização penitenciária, talvez a maior contribuição dessas breves apreciações seja iluminar alguns aspectos da sua complexidade. O processo de interiorização não implica uma diminuição na importância dos territórios metropolitanos na estrutura e no funcionamento do sistema prisional paulista: a CRMSP ainda concentra 20,69% da capacidade e 24,56% dos presos do estado. Em termos absolutos e relativos, a população carcerária da CRMSP é ainda maior do que a de qualquer outra coordenadoria administrativa.

Finalizo estas considerações sobre a alocação da população carcerária nas unidades e coordenadorias com algumas observações sobre a distribuição territorial da superlotação. O problema da superlotação é elemento recorrente nas análises de sistemas penitenciários contemporâneos, porém, sua espacialização diferencial no território não costuma ser objeto de

maior escrutínio. Como já apontado anteriormente, a superlotação não é apenas um traço geral do sistema penitenciário paulista, é uma realidade seletiva, de incidência e intensidade bastante variáveis. Outro cuidado analítico que as análises subsequentes expressam é o de não traduzir sumariamente o problema da superlotação nos termos econométricos de um déficit de vagas, mas sim de tomá-lo, politicamente, como uma expressão dos excessos do encarceramento e do punitivismo contemporâneos. A problematização de um déficit de vagas, sub-repticiamente, aponta para a necessidade de se construir presídios, de superar o déficit, de se atender a uma demanda. Problematizar os níveis de um excedente populacional carcerário, ainda que pelos mesmos números, aponta para a necessidade imperiosa de desencarcerar pessoas, de esvaziar e, no limite, desconstruir prisões.

Tabela 8 - Excedente Populacional Absoluto e Percentual, por Tipo de Unidade, segundo a Coordenadoria Administrativa, em 5 de novembro de 2013 (SAP, 2013)

	CRO	CRN	CRC	CVPL	CRMSP	Total
Cap. Penit.	21548	16052	9946	3459	7979	58984
Pop. Penit.	38893	28480	21601	5948	12160	107082
Exc. Penit.	17345	12428	11655	2489	4181	48098
% Exc. Penit.	80,49%	77,42%	117,18%	71,96%	52,40%	81,54%
Cap. CDP	1536	5164	4736	4864	11496	27796
Pop. CDP	3133	7713	10563	13096	34066	68571
Exc. CDP	1597	2549	5827	8232	22570	40775
% Exc. CDP	103,97%	49,36%	123,04%	169,24%	196,33%	146,69%
Cap. CPP	2392	2840	1498	2020	2100	10850
Pop. CPP	3758	4348	3523	3272	2983	17884
Exc. CPP	1366	1508	2025	1252	883	7034
% Exc. CPP	57,11%	53,10%	135,18%	61,98%	42,05%	64,83%
Cap. CR	595	1019	1572	99	0	3285
Pop. CR	611	930	1325	8	0	2874
Exc. CR	16	-89	-247	-91	0	-411
% Exc. CR	2,69%	-8,73%	-15,71%	-91,92%	0,00%	-12,51%
Cap. ARSA	995	347	845	75	216	2478
Pop. ARSA	1098	654	1208	118	458	3536
Exc. ARSA	103	307	363	43	242	1058
% Exc. ARSA	10,35%	88,47%	42,96%	57,33%	112,04%	42,70%

continua

continuação

	CRO	CRN	CRC	CVPL	CRMSp	Total
Cap. APP	162	648	432	220	330	1792
Pop. APP	209	598	619	344	570	2340
Exc. APP	47	-50	187	124	240	548
% Exc. APP	29,01%	-7,72%	43,29%	56,36%	72,73%	30,58%
Cap. ADP	272	496	320	496	0	1584
Pop. ADP	432	720	307	771	0	2230
Exc. ADP	160	224	-13	275	0	646
% Exc. ADP	58,82%	45,16%	-4,06%	55,44%	0,00%	40,78%
Cap. CRP	160	0	0	0	0	160
Pop. CRP	18	0	0	0	0	18
Exc. CRP	-142	0	0	0	0	-142
% Exc. CRP	-88,75%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-88,75%
Cap. Total	27660	26566	19349	11233	22121	106929
Pop. Total	48152	43443	39146	23557	50237	204535
Exc. Total	20492	16877	19797	12324	28116	97606
% Exc. Total	74,09%	63,53%	102,32%	109,71%	127,10%	91,28%

conclusão

Elaboração minha.

Nas penitenciárias paulistas, o mais grave quadro de superlotação se verifica na CRC, cuja população é 117,18% maior que a capacidade. Seguem-na, em ordem decrescente, a CRO, a CRN, a CVPL e a CRMSp, todas com índices de excedente populacional abaixo da média estadual, que é de 81,54%. O mais grave quadro de superlotação de todo o sistema se dá nos CDPs da CRMSp, cuja população encarcerada supera em 196,33% a capacidade. Com exceção da CRN, as demais coordenadorias alocam, em seus CDPs, uma população mais que 100% maior que a capacidade. Nos CPPs, novamente, o quadro mais grave está na CRC, na qual se verifica 135,18% mais presos que vagas.

Como já apontado, os CRs se destacam do restante do sistema porque neles a superlotação não é a regra – o que corrobora o entendimento de que são os menos piores espaços de aprisionamento do estado. Na CRO, existe apenas 2,69% mais presos que vagas; nas demais, há mais vagas que presos. Em termos gerais, 12,51% das vagas em CRs não estavam sendo utilizadas em 5 de novembro de 2013. A subutilização do CRP de Presidente Bernardes também já foi destacada, restando pontuar que 88,75% de suas vagas encontravam-

se ociosas naquela data. Ao contrário dos CRs, a subutilização deste particular espaço penitenciário não se desdobra em condições mais amenas no cumprimento da pena por conta do regime disciplinar rigoroso que vigora nessa unidade.

Considerando-se os percentuais de excedente populacional por coordenadoria, fica evidente que os níveis de superlotação nas prisões paulistas se distribuem territorialmente, em ordem decrescente, da região metropolitana ao interior mais distante – ainda que CRN e CRO, nesse quesito, invertam posições. Em termos gerais, em 5 de novembro de 2013, as prisões do estado de São Paulo abrigavam uma população 91,28% maior do que foram projetadas para comportar, não obstante os continuados esforços da SAP em expandir vagas.

4.1.3. UM MAPA RECENTE

O particular modo de territorialização do sistema penitenciário estadual tomou forma muito recentemente. Entre 1994 e 2005, dois amplos movimentos conduziram a essa configuração. De um lado, a expansão das vagas no sistema penitenciário, a construção de novas unidades, especialmente no interior do estado. De outro, a transferência, para unidades da SAP, de presos que estavam sob responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Desde a década anterior, havia forte pressão da SSP para que o sistema penitenciário abrigasse os presos condenados que se encontravam em suas cadeias públicas e em carceragens de delegacias (SALLA, 2007, p. 77). A criação dos CDPs fez com que a SAP assumisse um maior protagonismo, mesmo na custódia de presos provisórios. Principalmente na região metropolitana de São Paulo, o governo estadual desativou diversas carceragens de delegacias e transferiu seus habitantes para as novas e velhas unidades da administração penitenciária. Em determinados casos, a transferência se deu sem a desativação definitiva da unidade. Na capital, o antigo “Cadeião de Pinheiros” da SSP se transformou nos quatro atuais CDPs; enquanto no interior, cadeias públicas como as de Bragança Paulista e Atibaia foram convertidas em CRs.

A recente reconfiguração do parque penitenciário metropolitano passa também por desativações e conversões nas próprias unidades da SAP. Em meados dos anos 1990, o histórico presídio do Hipódromo foi desativado (GODOI, 2011b). Em 1997, um edifício do manicômio judiciário de Franco da Rocha – construído em 1933 – depois de um período funcionando como penitenciária, foi convertido em CPP. A Casa de Detenção do Carandiru

foi desativada em 2002. Em 2004, uma penitenciária masculina deu lugar ao CDP feminino de Franco da Rocha. A Penitenciária do Estado – inaugurada em 1920 – em 2005 tornou-se a Penitenciária Feminina de Santana (PFS) e, em 2009, o CDP de Parelheiros foi convertido na única penitenciária masculina da capital¹⁷⁷. Esses são apenas alguns exemplos que pude tomar conhecimento no decorrer da pesquisa¹⁷⁸. Outros tantos casos certamente aconteceram. Precisar as datas em que as unidades vieram a ser construídas, reformadas, convertidas, reinauguradas ou desativadas implicaria uma pesquisa histórica mais minuciosa. Não obstante, como já indiquei, a SAP disponibiliza em sua página eletrônica as datas de inauguração (ou reinauguração sob o regime atual) das unidades em funcionamento. Tais dados são suficientes para vislumbrar o quão recente é o mapa das prisões paulistas que venho tentando analisar, especialmente no que se refere à expansão interiorizada do sistema penitenciário.

Das 158 unidades existentes em dezembro de 2013, apenas 13 foram inauguradas antes da década de 1980¹⁷⁹, enquanto 9 foram inauguradas somente no ano de 1990¹⁸⁰. No decorrer da década de 1990, um total de 37 unidades foram inauguradas, sendo que 28 delas o foram entre 1998 e 2000. No que se refere à localização, 17 dessas novas unidades estavam no interior mais distante e 11 na região metropolitana. Nos anos 2000, o número total de unidades inauguradas saltou para 81. Apenas entre 2001 e 2005 foram 67 inaugurações: o interior mais distante foi contemplado com 41 unidades e a região metropolitana com 15. Nos primeiros anos dessa segunda década, 11 novas unidades foram inauguradas, 6 delas somente em 2013. Das 11 unidades, o interior mais distante recebeu 8 e a região metropolitana nenhuma (SAP, 2014).

¹⁷⁷ A Casa de Detenção de Parelheiros foi inaugurada em 1988, funcionou como penitenciária entre 1998 e 2000; como unidade de internação de menores entre 2000 e 2002, quando se tornou um CDP (PENITENCIARISTA, 2011).

¹⁷⁸ Principalmente através de entrevistas com funcionários e ex-funcionários.

¹⁷⁹ Franco da Rocha - Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Professor André Teixeira Lima" I (M e F); Taubaté - Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Dr. Arnaldo Amado Ferreira"; Bauru - CPP III "Prof. Noé Azevedo"; Tremembé - Penit. II "Dr. José Augusto Salgado"; Presidente Venceslau - Penitenciária 1 "Zwinglio Ferreira"; Avaré - Penitenciária 1 "Dr. Paulo Luciano Campos"; São Paulo - Penitenciária Feminina da Capital; Sorocaba - Penitenciária 1 "Dr. Danilo Pinheiro"; Araraquara - Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira"; São Vicente - Penitenciária 1 "Dr. Geraldo de Andrade Vieira"; Itirapina - Penitenciária 1 "Dr. Antônio de Queiróz Filho"; Pirajuí - Penitenciária 1 "Dr. Walter Faria Pereira de Queiroz"; e Tremembé - Penitenciária Feminina 1 "Santa Maria Eufrásia Pelletier" (SAP, 2014).

¹⁸⁰ São Vicente - Penitenciária 2; Hortolândia - CPP; Tremembé - Penitenciária 1 "Tarcizo Leonce Pinheiro Cintra"; São Paulo - CPP Feminino "Dr.^a Marina Marigo Cardoso de Oliveira; Presidente Bernardes - Penitenciária "Silvio Yoshihiko Hinohara"; Bauru - CPP 1 "Dr. Eduardo de Oliveira Vianna" e CPP 2 "Dr. Alberto Brocchieri"; Guarulhos - Penitenciária 1 "José Parada Neto", Presidente Prudente - Penitenciária "Wellington Rodrigo Segura" (SAP, 2014).

4.2. O PROCESSO DE EXPANSÃO INTERIORIZADA

4.2.1. ANTECEDENTES

A construção de prisões em lugares afastados dos mais importantes centros urbanos não é propriamente uma novidade. No desenvolvimento histórico das instituições punitivas, antigas e modernas, sempre esteve presente uma forte inquietação quanto ao lugar mais apropriado para as práticas da punição¹⁸¹. Na deportação, no degredo, no banimento e suas variações, desde os tempos coloniais, a imposição da distância já era considerada como elemento estratégico da penalidade. Distanciar os criminosos, temporária ou definitivamente, foi desde muito cedo: 1 – um modo de reforçar a segurança de sociedades que se consideravam assoladas pelo crescimento da criminalidade; 2 – uma maneira de modular a intensidade das penas impostas, combinando o máximo rigor com a benevolência de não matar (EKIRCH, 1985); e 3 – um meio de atender a determinados interesses econômicos e políticos das classes dominantes (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004). Questões análogas se colocam na proliferação e na longevidade das prisões insulares, das quais, talvez, os exemplos mais notórios sejam Alcatraz nos Estados Unidos¹⁸², a Ilha do Diabo na Guiana Francesa¹⁸³ e o “arquipélago *gulag*” siberiano¹⁸⁴.

Nas origens históricas das penitenciárias modernas, mesmo nas instituições alocadas em pleno território continental, o distanciamento entre prisão e cidade também era um fator importante. Nos Estados Unidos do século XIX, defensores dos modelos penitenciários de Auburn e da Filadélfia – não obstante suas encarniçadas disputas – concordavam que o lugar mais apropriado para a instalação de uma unidade era o campo, suficientemente distante da cidade e de seus vícios (ROTHMAN, 2008). Na França, a prisão modelar de Fresnes foi construída às vésperas da Exposição Universal de 1900, numa região pantanosa e afastada do

¹⁸¹ Em “Vigiar e Punir” (1999), é possível perceber que, na passagem do suplício público à punição discreta da prisão, algo dessa inquietação também estava presente.

¹⁸² Ilha rochosa na baía de São Francisco, utilizada como presídio militar entre 1861 e 1933, e como prisão federal de segurança máxima até 1963 (THOMPSON, s/d).

¹⁸³ A mais conhecida unidade prisional da Colônia Penal da Guiana Francesa, que desde o século XVIII recebeu diversas levas de presos políticos e, entre 1852 e 1953, abrigou prisioneiros comuns (PIERRE, 2006; BARBANÇON, 2006).

¹⁸⁴ Conjunto de unidades prisionais e colônias penais, continentais e insulares (como Solovetskiye e Sakhalinsk), cuja história remonta ao período czarista, mas que foi amplamente utilizado e expandido pelo regime soviético (APPLEBAUM, 2004; SOLSCHENIZYN, 1974).

centro parisiense, com o objetivo de substituir pequenas cadeias urbanas (COMBESSIE, 1996, p. 28).

Na história das prisões no Brasil, a mesma lógica também operou desde muito cedo. Importantes presídios foram construídos, por exemplo, na ilha de Fernando de Noronha, em Pernambuco¹⁸⁵; na Ilha Grande, no Rio de Janeiro¹⁸⁶; e na Ilha Anchieta, em São Paulo¹⁸⁷. Algumas das principais unidades penitenciárias do continente foram igualmente alocadas de modo a preservar uma certa distância entre a unidade e o centro urbano. Na capital paulista, a Casa de Câmara e Cadeia, que desde 1787 funcionava em plena urbe – no antigo Largo de São Gonçalo, atual Praça Dr. João Mendes – foi substituída, já em 1852, pela Casa de Correção de São Paulo, construída na Avenida Tiradentes (SALLA, 1999, p. 65). Naquela época, a capital paulista não passava do Vale do Anhangabaú, de modo que a prisão se encontrava fora do perímetro urbano¹⁸⁸. Após a explosão demográfica que a cidade experimentou na virada do século, quando as autoridades locais foram escolher a área para a construção da Penitenciária do Estado, raciocinaram da mesma forma, optando por um terreno mais afastado, do outro lado do Rio Tietê, no Carandiru (Ibid., p. 186). Quando inaugurada, em 1920, a Penitenciária do Estado também se encontrava concreta e simbolicamente distante do perímetro urbano. Processo análogo se deu no Rio de Janeiro, com o desenvolvimento, a partir da década de 1940, do complexo prisional de Bangu (BARBOSA, 2005, p. 122).

A construção de prisões no interior do estado de São Paulo tampouco é uma novidade. Na década de 1900, diversas cadeias públicas foram construídas em cidades interioranas (SALLA, 1999, p. 176). Em 1915, foi inaugurado o Instituto Correcional de Taubaté, que atualmente funciona como Casa de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (PENITENCIARISTA, 2013). Nos anos 1950, além da Casa de Detenção no Carandiru, foram inaugurados Institutos Penais Agrícolas em Bauru, Itapetininga e São José do Rio Preto (SALLA, 2000), bem como uma das penitenciárias de Tremembé (SAP, 2014). Em 1961 começou a funcionar a primeira penitenciária do oeste paulista, em Presidente Venceslau. Avaré recebeu sua primeira penitenciária em 1970. Na segunda metade dos anos 1970, durante a gestão do governador Paulo Egydio Martins e do secretário de justiça Manoel Pedro

¹⁸⁵ O Presídio de Fernando de Noronha funcionou entre 1833 e 1942, como instituição militar e da administração estadual (COSTA, 2007).

¹⁸⁶ A Colônia Correcional de Dois Rios começou a funcionar em 1894; após contínuas ampliações e transformações deu lugar à Penitenciária Cândido Mendes, a qual foi desativada em 1994 (SANTOS, 2006).

¹⁸⁷ A Colônia Correcional da Ilha dos Porcos foi inaugurada em 1907 (SALLA, 1999, p. 176); rebatizada de Instituto Correcional de Ilha Anchieta, deixou de funcionar em 1955 (TEIXEIRA, 2009, p. 132).

¹⁸⁸ Sobre o desenvolvimento urbano do município de São Paulo no século XIX, ver Barbuy (2006).

Pimentel, mais de quarenta “casas de albergado” – ou “prisões abertas”¹⁸⁹ – foram construídas no interior do estado (TEIXEIRA, 2009, p. 93). Algumas delas, posteriormente, vieram a se tornar penitenciárias de regime fechado, como em Itirapina (SILVESTRE, 2011, p. 77).

Esses são apenas alguns dos principais marcos da crescente presença de instituições prisionais no interior do estado de São Paulo. Uma pesquisa histórica mais minuciosa certamente permitiria ampliar a relação de construções e inaugurações no decorrer do tempo. No entanto, completar essa progressão de acontecimentos não seria suficiente para determinar a origem histórica da situação presente. O processo de expansão interiorizada do parque penitenciário não se explica pela linha de sucessão de inaugurações de unidades prisionais no interior do estado, nem pela constante lógica de relegação (COMBESSIE, 1996) que orienta certas práticas punitivas desde o período colonial. Se tais antecedentes são importantes para a compreensão do papel que a distância vem desempenhando no desenvolvimento das práticas punitivas, eles não determinam, nem explicam o mapa recente das prisões paulistas.

A construção de modernas penitenciárias distantes dos vícios da cidade, a instalação de “prisões abertas” em pequenas cidades interioranas e a proliferação de penitenciárias pelo interior mais distante (simultaneamente à multiplicação de CDPs no tecido metropolitano) são fenômenos distintos, que se desenvolvem em espaços de experiência heterogêneos, cada qual ligado a um particular horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006). Em Itirapina, por exemplo, existe uma enorme discrepância entre os processos de implantação e recepção de suas duas penitenciárias (SILVESTRE, 2011). A primeira, de 1978, começou a funcionar sem maiores turbulências; sua localização aspirava facilitar a reabilitação dos presos via trabalho agrícola e progressiva integração à vida pacata da cidade pequena. O espaço de experiência e o horizonte de expectativas que informavam seu processo de instalação, embora distintos¹⁹⁰, eram mais próximos daqueles que conformaram o funcionamento das primeiras penitenciárias da capital do que de sua vizinha, vinte anos depois. Inaugurada em 1998, a P2 de Itirapina foi amplamente contestada por autoridades locais e por cidadãos comuns, temerosos do aumento da criminalidade, das fugas e rebeliões que marcavam o cotidiano prisional dos anos 1990.

¹⁸⁹ Unidades projetadas para o cumprimento de pena em regime aberto; para mais informações, ver Teixeira (2009).

¹⁹⁰ Uma diferença importante: como mostra Salla (1999, p. 199), antes dos anos 1930, a população carcerária do interior era encaminhada para a Penitenciária do Estado, na capital, para cumprir pena numa instituição adequada; posteriormente, com uma população carcerária majoritariamente urbana superlotando as unidades da capital, começa a emergir a necessidade de encaminhar os presos em fase final de cumprimento de pena para o interior.

Sua localização foi pensada em outros termos, não como meio de facilitar a reintegração social do preso, mas de reforçar o seu isolamento (SILVESTRE, 2011, p. 87).

4.2.2. A VIRADA DOS TEMPOS

O processo de expansão interiorizada do parque penitenciário paulista é um fenômeno particular e recente; remete mais à eclosão de uma crise abrupta que à história contínua de desenvolvimento das instituições prisionais. Distingue-se quantitativamente pela escala de população carcerária concernida, e qualitativamente pelo perfil das unidades construídas e pelo modo em que o interior é figurado nas estratégias governamentais. Nos anos 1950 ou 1970, o interior, por suas qualidades rurais, pela proximidade da natureza, era visto como o lugar apropriado para a alocação de institutos penais agrícolas ou “prisões abertas”, que prometiam preparar os internos para o retorno ao convívio social. O campo figurava em oposição ao urbano; desempenhava o duplo papel terapêutico de privar os condenados dos vícios da cidade grande, e de introduzi-los em dinâmicas sociais mais pacatas e conformes à ordem. Entre o fim da década de 1990 e começo dos anos 2000, no interior, proliferam as unidades de regime fechado, especialmente aquelas que seguem o modelo arquitetônico de penitenciária compacta. O ambiente rural circundante passa a ser visto como um fator que duplica a segregação das muralhas. O campo deixa de ser qualificado por suas propriedades terapêuticas para ser apreciado em suas potencialidades securitárias; não está em relação de oposição ao urbano, mas de complementaridade. Rural e urbano já não conformam unidades discretas; são paisagens socioespaciais coextensivas (BRENNER, 2013). A construção de uma penitenciária na área rural de um pequeno município interiorano, ao invés de representar sua extração do ambiente urbano, implica uma conexão desse território com a urbanidade metropolitana.

Essa ampla transformação se relaciona com os processos transnacionais que também promovem o encarceramento em massa e caracterizam a atual governamentalidade neoliberal: o declínio do ideal ressocializador, o populismo penal, as guerras contra o crime e contra as drogas, as políticas de tolerância zero, as demandas por penas exemplares e retributivas, as novas racionalidades criminológicas, etc. (GARLAND, 2005). No plano governamental, dois discursos convergiram na justificação da expansão prisional interiorizada: de um lado, a instalação das prisões anunciava a geração de empregos e de renda no interior; de outro, os presídios afastados prometiam descentralizar a população penitenciária, promovendo

melhores condições de segurança nas metrópoles (BEALE, 1996; GIL, 2009; GILMORE, 2007; GÓES; MAKINO, 2002; KING; MAUER; HULING, 2003; SILVESTRE, 2011). Ambas as promessas reverberavam em ambientes sociais revirados pelos ajustes neoliberais e pelo crescente medo da violência urbana.

Em São Paulo, no decorrer da década de 1990, a abertura dos mercados, a reestruturação produtiva, o aumento do desemprego, a precarização do trabalho, as privatizações, as terceirizações foram fatores que, se acarretavam efeitos graves na metrópole (TELLES, 2010a), faziam-se sentir de modo especialmente agudo nas áreas economicamente menos dinâmicas do estado (GIL, 2007). Ao mesmo tempo, os índices de criminalidade cresciam vertiginosamente, especialmente na RMSP: o tráfico, o furto, o roubo, o sequestro e, principalmente, os homicídios (BARATA et al., 1999; CARDIA et al., 2003; CORDEIRO; DONALÍSIO, 2001; GAWRYSZEWSKI; MELLO, 2000; LIMA, 2000; PERES et al., 2008; PINHEIRO et al., 1999) – não obstante, o aumento continuado das taxas de encarceramento. Se estes elementos criavam um ambiente social propício à expansão e à interiorização do sistema penitenciário no estado, dois acontecimentos correlacionados precipitaram o processo: o Massacre do Carandiru e a emergência do Primeiro Comando da Capital (PCC).

No ano de 1992, o Massacre do Carandiru fazia explodir o problema prisional no centro da arena política e inscrevia na agenda governamental o desafio de desativar a maior unidade prisional do estado – a Casa de Detenção de São Paulo, com capacidade para 3.250 presos, mas que abrigava mais de 6.000 (SALLA, 2007, p. 77). Já em 1993, o governador Antônio Fleury Filho, através da Lei 8.524/93, procurava induzir a criação de vagas prisionais num raio de cem quilômetros de distância do centro metropolitano. Em 1996, o governo estadual assumia publicamente – perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA) – o compromisso de desativar a unidade; o governo federal endossava o plano, reafirmando-o em seu Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e providenciando verbas para a construção de 22 novas unidades (Ibid., p. 81). Não obstante os vigorosos esforços na criação de vagas, as autoridades adiavam sistematicamente a desativação da Casa de Detenção, justificando-o pelo contínuo aumento das taxas de encarceramento e da população carcerária. As novas unidades, planejadas para sanar uma crise, pareciam estar servindo para atenuar outras.

Em 1993, o PCC foi fundado no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, proclamando, entre outros objetivos, a intenção de evitar “que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção” (SOUZA, 2007, p. 12-13). A facção rapidamente cresceu e se propagou pelas unidades prisionais do estado, multiplicando as

ocorrências de rebeliões, fugas e ações de resgate (SALLA, 2006a, 2007; DIAS, 2011). Esses eventos aumentavam a pressão tanto pela retirada de presos condenados das instalações da SSP, quanto pela desativação das mais inabitáveis e vulneráveis carceragens de delegacias, incrustadas no tecido metropolitano. Em 2001, a primeira megarrebelião do PCC – que contou com 29 unidades simultaneamente rebeladas e mais de 28.000 presos envolvidos (SALLA, 2006a, p. 276) – foi determinante para a retomada dos planos governamentais de desativação da Casa de Detenção – um dos epicentros do episódio – e para a intensificação da expansão prisional interiorizada, nos termos de uma estratégia securitária. Depois desse episódio, na tentativa de isolar as lideranças da facção, diversos presos foram transferidos para unidades de estados vizinhos; foi instaurado o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) em duas das mais antigas unidades do interior paulista – em Presidente Venceslau e Avaré – e, em seguida, foi construído e inaugurado o CRP de Presidente Bernardes (DIAS, 2011; JOZINO, 2005; SOUZA, 2007; TEIXEIRA, 2009). A partir de então, distância, isolamento e segurança foram, cada vez mais, tornando-se indiscerníveis na racionalidade governamental.

Em dezembro de 2001, quando 7.470 presos viviam na Casa de Detenção, teve início o processo de sua desocupação, a qual se prolongou por quase um ano, até a completa desativação, em setembro de 2002. Segundo a resposta do Estado brasileiro encaminhada, em 2006, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a respeito do Caso 11.291 – “111 mortos da Casa de Detenção/Carandiru” –, para desativar a unidade, foram construídas 11 novas prisões, em 9 cidades interioranas, num total de 8.256 vagas. No documento, estão discriminadas as 9 penitenciárias compactas e os 2 CPPs construídos: em 2001, a penitenciária de Dracena e os CPPs de Pacaembu e Valparaíso; em 2002, as penitenciárias de Paraguaçu Paulista, Osvaldo Cruz e Pracinha, a P1 de Lavínia, P1 e P2 de Potim, e P1 e P2 de Serra Azul (CIDH, 2006)¹⁹¹.

Embora várias das unidades inauguradas entre 1998 e 2000 tenham sido construídas com verbas do governo federal destinadas a promover a desativação da Casa de Detenção, nenhuma consta na resposta oficial do Estado brasileiro. Em contrapartida, todas as unidades relacionadas foram inauguradas depois da primeira megarrebelião do PCC. O conteúdo dessa tardia resposta do Estado brasileiro sobre o Massacre do Carandiru indica como os dois principais eventos da história recente do sistema carcerário paulista se conjugam na formação das diretrizes administrativas (e seus discursos de justificação) que acabaram por promover a

¹⁹¹ Constam ainda, na documentação encaminhada ao CIDH, informações sobre o Parque da Juventude e sobre 59 ações indenizatórias para familiares de vítimas do massacre.

expansão interiorizada do parque penitenciário do estado de São Paulo. A desativação da ignominiosa Casa de Detenção e das desumanas e vulneráveis carceragens de delegacia servia de argumento reiterativo para os crescentes investimentos em ampliação de vagas. O poder de ação e a capilaridade do PCC – a ampla articulação com o ambiente externo, bem como entre unidades prisionais – faziam com que as autoridades privilegiassem lugares cada vez mais distantes e isolados para a instalação das novas unidades. O aumento continuado das taxas de encarceramento, da população carcerária e da superlotação das unidades, sub-repticiamente, conformava o ambiente de urgência para tais medidas.

4.3. OS IMPACTOS DA EXPANSÃO PENITENCIÁRIA NO INTERIOR DO ESTADO

4.3.1. PARÂMETROS DE UM DEBATE

Nos Estados Unidos, já há algum tempo, a questão dos impactos da expansão penitenciária em áreas rurais mobiliza todo um debate público, bem como algumas controvérsias entre especialistas¹⁹². Comumente, o debate público emerge quando alguma autoridade governamental expressa sua intenção de instalar uma prisão numa pequena cidade interiorana – território invariavelmente figurado como tranquilo e, ao mesmo tempo, em crise. Os argumentos, favoráveis e contrários, mobilizados nessas ocasiões, de tão repetitivos, já foram amplamente mapeados (COURTRIGHT et al., 2010; GLASMEIER; FARRIGAN, 2007). As justificativas mais recorrentes para a construção de uma prisão num pequeno município rural são: 1 – a prisão dinamiza a economia local, criando uma demanda estável e significativa de bens e serviços; 2 – sua construção e funcionamento geram empregos, fixando residentes de classe média no município e aumentando as bases de recolhimento de impostos; 3 – a instalação da prisão acarreta benefícios indiretos para toda a população, devido às melhorias que exige nos serviços públicos e na infraestrutura (sistemas de comunicação, transporte, segurança, etc.); 4 – abre a possibilidade de pleitear novos investimentos públicos junto a outras esferas de governo; e 5 – o aumento da população residente no município, pela

¹⁹² Para uma apreciação dos termos gerais desse debate, da diversidade de abordagens e das principais posições analíticas ver Applegate e Sitren (2008); Beale (1993, 1996); Burayidi e Coulibaly (2009); Christian (2005); Courtright et al. (2010); Gilmore (2007); Glasmeier e Farrigan (2007); Huling (2002); King, Mauer e Huling (2003); Martin e Mayers (2004, 2005); Martin e Mitchelson (2009), entre outros.

incorporação dos presos, leva a um aumento dos repasses orçamentários provenientes dessas outras esferas. Por sua vez, as objeções mais recorrentes são: 1 – a prisão promove o aumento da criminalidade num município tranquilo, seja porque despeja em suas ruas indivíduos perigosos, seja porque atrai familiares e amigos dos presos para a cidade; 2 – a prisão não gera desenvolvimento econômico local, porque recorre a distantes mercados para seu abastecimento (de bens, de serviços, de mão de obra, etc.) e só emprega trabalhadores locais em serviços mais efêmeros e desqualificados; 3 – o uso de mão de obra de presos pode ainda reduzir a oferta local de empregos de baixa qualificação, tanto no setor público quanto no privado; 4 – a vizinhança da prisão deprecia o valor da terra e dos imóveis; 5 – os presos, seus amigos e familiares alavancam as demandas sociais do município; e 6 – a instalação da prisão aumenta a necessidade de investimentos na infraestrutura municipal, além de elevar significativamente seus custos de manutenção. Em contextos tão distintos dos Estados Unidos, como o da França (COMBESSIE, 1996; MARCHETTI, 1996) ou de São Paulo (SILVESTRE, 2011; ZOMIGHANI JR., 2012, 2013), o debate, em linhas gerais, não escapa desses termos.

Embora a efetivação da instalação de unidades prisionais em áreas distantes dos maiores centros urbanos não dependa tanto da força dos argumentos, mas de correlações muito concretas de interesses e poderes (GILMORE, 2007), um número considerável de pesquisadores vem se dedicando, há algum tempo, em mensurar os alegados impactos – positivos e negativos – da interiorização penitenciária. Não obstante a diversidade metodológica e de escopo de análise, a maioria dos estudiosos converge no entendimento de que a instalação de unidades prisionais em áreas não metropolitanas tem pouco ou nenhum impacto econômico na região (GLASMEIER; FARRIGAN, 2007, p. 279). A controvérsia entre especialistas acaba se desenvolvendo sobre o caráter (positivo ou negativo) do pouco impacto que possa ser identificado.

O estudo de King, Mauer e Huling (2003) sobre a interiorização penitenciária no estado de Nova York é exemplar da linha de argumentação que identifica impactos econômicos negativos e denuncia a falácia do desenvolvimento prometido em decorrência da construção de unidades prisionais. Entre 1982 e 2000, 38 novas prisões foram construídas no interior do estado, a maioria em municípios rurais. Os autores indagam sobre a efetividade dos impactos econômicos analisando índices de desemprego e renda *per capita*. Não encontram impactos positivos: a evolução desses índices nos municípios que receberam prisões, no geral, acompanha a média estadual e, em alguns casos, fica abaixo dela. Os efeitos negativos são mais evidentes quando se considera, de um lado, o comprometimento do

desenvolvimento econômico potencial do lugar e, de outro, a dinâmica de criação e ocupação de vagas de trabalho na construção, no funcionamento da prisão e, também, no mercado local. Segundo os autores, a prisão tende a impedir a diversificação de atividades e a instalação de novos investimentos no território¹⁹³. Quanto à geração de empregos, afirmam que os trabalhadores locais perdem duplamente: primeiro, porque os postos de trabalho na nova prisão tendem a ser preenchidos por pessoas de outras regiões mais desenvolvidas do estado; também porque a própria população prisional ali alocada entra em concorrência com os trabalhadores locais menos qualificados, constituindo uma força de trabalho mais rentável para as pequenas manufaturas regionais.

Se a tendência à nulidade dos impactos econômicos é o denominador comum das análises especializadas, a linha de argumentação que busca identificar aspectos positivos, ainda que limitados, abre a possibilidade de conduzir a reflexão para além do registro negativo – da contestação sistematizada das justificativas aventadas – que prevalece no primeiro grupo de estudiosos. A pesquisa de Glasmeier e Farrigan (2007) permite vislumbrar as potencialidades críticas de tal abordagem. Ainda no contexto estadunidense, tais autoras realizaram ampla pesquisa quantitativa, comparando diversos índices socioeconômicos (emprego, valor fundiário, renda, consumo, pobreza, etc.) de cidades não metropolitanas similares, que receberam e que não receberam prisões, entre 1985 e 1995, em 18 estados. Segundo as autoras, a constatação da tendência geral ao efeito econômico nulo já seria suficiente para contestar as justificativas mobilizadas para a instalação de prisões em áreas rurais; no entanto, a prospecção de alguns efeitos positivos limitados e a exploração de seus condicionantes podem ser importantes para uma melhor compreensão do processo. Suas pesquisas apontaram que pequenas variações positivas podem ser identificadas em algumas localidades, coincidindo com a instalação da prisão. Esses efeitos se apresentam em municípios persistentemente pobres – mas não nos mais pobres – e são, em grande medida, dependentes de certas precondições de estrutura e desenvolvimento urbano, que decorrem quase exclusivamente de investimentos (e outras iniciativas) promovidos por agências estatais – não pelo setor privado. A análise de modestos impactos positivos conduz à apreciação de

¹⁹³ Burayidi e Coulibaly (2009), preocupados com os impactos negativos da prisão na imagem dos municípios rurais no que diz respeito à atratividade de novos investimentos, desenvolveram uma ferramenta com a qual é possível manipular o perfil socioeconômico de uma cidade excluindo-se dos cálculos a população carcerária. Assim, tais autores imaginam que os gestores municipais poderão apresentar um retrato mais “verdadeiro” da localidade para possíveis investidores.

suas condições de possibilidade, jogando luz sobre outros processos políticos, econômicos e sociais, que prescindem da prisão, sem deixar de se relacionar com ela.

Questões de ordem econômica estão no centro do debate sobre os impactos territorializados da interiorização penitenciária, mas não o totalizam. Alguns estudos abordam os impactos da prisão nos níveis locais de insegurança e criminalidade e tendem a situar o problema mais no campo das representações que das estatísticas – o que tende a aumentar é o medo, não o crime (COURTRIGHT et al., 2010; REDÍGOLO, 2013; GÓES, 2009). Outros tipos de impactos são menos presentes no debate público, mas fundamentais para alguns pesquisadores. Nos Estados Unidos, destacam-se questões referentes à estruturação das relações raciais e à distribuição do poder político pelo território. Huling (2002), por exemplo, sustenta que a transposição de um enorme contingente de negros de bairros pobres metropolitanos para áreas rurais majoritariamente brancas contribui para perpetuar e intensificar o racismo. Segundo a autora, essa mesma transposição tem um impacto significativo no empoderamento das populações rurais (brancas e livres), uma vez que a população carcerária é contabilizada no dimensionamento de distritos eleitorais – e, portanto, de representação parlamentar –, mas, na maioria absoluta dos estados, os presos não podem votar.

4.3.2. A NOVA ALTA PAULISTA

No extremo oeste do estado de São Paulo, no centro dos domínios da CRO, a região da Nova Alta Paulista¹⁹⁴ (NAP) dispõe de 11 unidades prisionais distribuídas por 9 municípios, sempre nas imediações da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP 294). Junqueirópolis (645 km, 18.726 hab.¹⁹⁵), Pacaembu (617 km, 12.934 hab.) e Lucélia (574 km, 19.885 hab.), foram os primeiros municípios da região a receberem novas unidades penitenciárias da SAP, em 1998. Dracena (632 km, 43.258 hab.) inaugurou a sua em 2001.

¹⁹⁴ A NAP abarca 30 municípios de duas regiões administrativas: “vinte e dois municípios pertencem a 10ª Região Administrativa, com sede em Presidente Prudente: Adamantina, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Pracinha, Paulicéia, Sagre, Salmourão, Santa Mercedes, São João do Pau D’Alho e Tupi Paulista. Oito municípios, no entanto, integram a 11ª Região Administrativa, com sede em Marília: Arco-Íris, Bastos, Herculândia, Iacri, Parapuã, Queiroz, Rinópolis e Tupã” (SEADE apud CESCOT e BAENINGER, 2010, p. 3). Sobre o processo de regionalização da NAP, ver Gil (2007).

¹⁹⁵ Os dados populacionais incluem o número de presos e estão em IBGE (2014).

No mesmo ano, Pacaembu inaugurava o seu CPP. Osvaldo Cruz (570 km, 30.917 hab.) e Pracinha (604 km, 2.863 hab.) inauguraram suas penitenciárias em 2002. Em 2005, penitenciárias chegaram a Irapuru (648 km, 7.787 hab.), Flórida Paulista (603 km, 12.849 hab.) e Tupi Paulista (663 km, 14.262 hab.), que, em 2011, passou a abrigar também uma penitenciária feminina (SAP, 2014). Em 5 de novembro de 2013, 14.919 pessoas cumpriam suas penas nessas unidades (SAP, 2013)¹⁹⁶.

Em 1948, o território da NAP ainda não havia sido completamente colonizado. Das atuais cidades carcerárias, apenas Osvaldo Cruz e Lucélia já existiam, e o território desta se estendia até os limites do estado, numa derradeira frente de expansão colonial paulista sobre o que então se conhecia como “zona da mata” (ALMEIDA; MENDES SOBRINHO, 1951, p. 39). O desenvolvimento dos núcleos de povoação nessa ampla área, como nas demais do território paulista, seguiu o ritmo dos investimentos dos barões de café na busca de terras férteis, na abertura de loteamentos, no recrutamento de mão de obra imigrante, e principalmente, no traçado do ramal ferroviário que permitiria o escoamento da produção – esta a Ferrovia Nova Alta Paulista, que hoje empresta o nome à região (GIL, 2007). O café só promoveu a colonização da NAP quando já deixava de ser o principal e mais lucrativo produto nacional. Comparativamente às demais regiões, seu ciclo de prosperidade foi bastante breve, colapsando em 1975, depois de uma devastadora geada, até hoje presente na memória dos mais antigos moradores. A “grande geada de 1975” inaugurou um longo ciclo de crise econômica, grave o suficiente para notabilizar a região como o “corredor da fome” paulista¹⁹⁷. Pastagens substituíram grandes cafezais e os sitiantes, que não engrossaram as fileiras do êxodo rural, buscaram alternativas de subsistência e produção comercial – principalmente, o cultivo de milho, feijão, algodão e frutas (Ibid., p. 158-161).

Em linhas gerais, esse quadro perdurou até os anos 2000, quando o governo estadual já se fazia presente construindo penitenciárias, e o capital privado, numa nova conjuntura econômica nacional e internacional, redescobriu a região – principalmente sob a forma de investimentos no setor sucroalcooleiro. A plantação de cana-de-açúcar e a construção de usinas e destilarias, na NAP, remonta à instauração do Proálcool (Programa Nacional do Álcool) pelo governo federal, no fim da década de 1970. Até meados dos anos 1980, cinco

¹⁹⁶ Nessa data, a penitenciária de Lucélia estava vazia por conta de uma reforma.

¹⁹⁷ Essa e outras informações sobre o desenvolvimento econômico regional foram levantadas em entrevistas com empresários, municípios, ex-prefeitos e outros administradores públicos, especialmente com um agrônomo e ex-secretário de agricultura de Tupi Paulista.

usinas foram instaladas em diferentes municípios da região¹⁹⁸. No entanto, tais investimentos não bastaram para reverter a grave crise econômica que constituía o “corredor da fome”. No decorrer da década de 1990, com o fim dos incentivos governamentais, a crise generalizada no setor levou à substantiva redução da produção e à desativação de algumas instalações. No começo dos anos 2000, novos e volumosos investimentos na área foram feitos, permitindo a retomada ou ampliação da produção nas usinas existentes, bem como a instalação de outras. Segundo dados da Secretaria de Energia (SE) do governo estadual, em 2008, eram 12 usinas e destilarias funcionando em 10 municípios da NAP, 6 delas em 4 cidades que também abrigam penitenciárias¹⁹⁹. Em diversas cidades da região, grandes fazendas abandonadas e pastos improdutivos converteram-se em canaviais; e muitos sítios, que mal garantiam a subsistência de uma família, foram arrendados para o cultivo da cana. A NAP, por suas características geográficas – seus amplos planos e declives amenos – provou-se adequada para o funcionamento de uma muito moderna e mecanizada agricultura de exportação, onde, com os devidos investimentos em correção de solo, seleção de sementes e controle de pragas, grandes tratores e colheitadeiras podem trabalhar num nível ótimo de produtividade²⁰⁰.

As prisões consolidaram sua presença na região ao mesmo tempo que o agronegócio prosperava. Essa contextualização é importante a fim de relativizar e bem dimensionar os impactos sociais e econômicos decorrentes da expansão penitenciária nessa parcela do interior paulista, sem superestimá-los. De todo modo, quando a maior parte das unidades prisionais foi negociada e construída – entre o fim da década de 1990 e a primeira metade dos anos 2000 – os efeitos do agronegócio e de uma renovada conjuntura macroeconômica ainda não eram certos, nem estavam estabilizados. O desemprego, a pobreza, a escassez de recursos ainda figuravam no horizonte dos gestores locais e estaduais, de modo que a construção de penitenciárias aparecia, efetivamente, como uma alternativa viável para induzir o desenvolvimento econômico regional.

Diversos elementos compunham o cálculo de gestores estaduais e municipais. Para os primeiros: a geração de empregos diretos e indiretos no período de construção, o

¹⁹⁸ “Nas microrregiões de Dracena, Osvaldo Cruz e Adamantina, houve os primeiros plantios de cana-de-açúcar para fins energéticos, com a implantação das destilarias Vale Verde S. A. (em Junqueirópolis, 1978), Central de Alcool Lucélia (em Lucélia, 1978), Destilaria Califórnia S. A. (em Parapuã, década de 1980), e Branco Peres Alcool (em Adamantina, na década de 1980)” (GIL, 2007, p. 157).

¹⁹⁹ Em Adamantina, usina Branco Peres; em Dracena, usinas Vitória e Dracena; em Flórida Paulista, usina Floralco; em Junqueirópolis, usinas Alta Paulista e Rio Vermelho; em Lucélia, usina Bioenergia; em Paulicéia, usina Caeté; em Parapuã, usina Califórnia; em Queiroz, usina Clealco; em Rinópolis, usina Clealco 3; e em Tupã, usina Clealco 4 (SE, 2008).

²⁰⁰ Não obstante seja também significativo o uso de mão de obra sazonal na época de colheita.

incremento no funcionalismo público e o subsequente aquecimento do setor de serviços – também em decorrência da afluência de visitantes aos finais de semana. Para os segundos: além dos elementos supracitados, a instalação de presídios podia impactar de modo significativo no próprio orçamento municipal, através do aumento no repasse de verba federal que o abrupto incremento populacional acarreta. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é repartido pela União segundo faixas populacionais, e muitas vezes, principalmente em pequenas cidades, a (super)população de uma unidade prisional é suficiente para fazê-la mudar de faixa e ampliar sua fração (CESCON; BAENNIGER, 2010, p. 11). Num ambiente de baixos investimentos privados e recursos públicos escassos, esses aumentos orçamentários não eram absolutamente desprezíveis. Por isso, quando o governo estadual sinalizou para os prefeitos da região seu interesse em investir na construção de penitenciárias, não faltaram gestores locais dispostos a colaborar.

Segundo os ex-prefeitos de Dracena, Junqueirópolis e Tupi Paulista, que negociaram a instalação das unidades com o governo estadual, a principal contrapartida exigida das prefeituras era a doação do terreno. Como a concorrência era acirrada, os prefeitos interessados que não dispunham de terras, compraram-nas prontamente; o governo estadual fez suas escolhas segundo avaliações técnicas e articulações políticas. Entre o sinalizar, o comprar e o construir, idas e vindas, negociações e conflitos se deram. A instalação da penitenciária era vista por amplos setores da comunidade local como uma ameaça de violência, criminalidade e perturbação da típica tranquilidade interiorana, tanto que, em diversas ocasiões, abaixo-assinados e manifestações populares foram articulados em oposição à construção das unidades – mas, na NAP, sem sucesso algum²⁰¹. A escolha estratégica do terreno foi um dos meios utilizados por diferentes prefeitos para contornar as resistências comunitárias: designaram áreas que distassem o máximo possível do centro urbano e da vila rural mais próxima. Em Dracena e Tupi Paulista, por exemplo, essa lógica de localização acabou por situar as prisões nos limites municipais, mais próximas do centro dos municípios vizinhos de Ouro Verde (651 km, 7.794 hab.) e Nova Guataporanga (656 km, 2.178 hab.), respectivamente. Dessa forma, a lógica de relegação que se insinua no processo de expansão interiorizada como um todo aparece duplicada na escala local (COMBESSIE, 1996).

Em Dracena, Tupi Paulista e Junqueirópolis – onde o trabalho de campo na NAP se concentrou – os impactos econômicos específicos atribuíveis às penitenciárias se mostraram

²⁰¹ Para uma reconstituição dos conflitos em torno da construção da P2 de Itirapina, ver Silvestre (2011); para um levantamento mais abrangente desses movimentos de resistência em todo o estado de São Paulo, ver Zomighani Jr. (2012, 2013).

bastante limitados. No período de edificação das unidades, destacam-se a criação de postos de trabalho temporário no setor da construção civil e o aumento na arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS). Embora em alguns municípios – como Junqueirópolis, por exemplo – o valor arrecadado em ISS por conta da obra tenha sido suficiente para compensar os custos de compra do terreno²⁰², a brevidade do período de construção limita o alcance de qualquer desenvolvimento que tais recursos poderiam gerar. Quando começaram a funcionar, cada penitenciária gerou cerca de 250 postos de trabalho (cf. SABAINI, 2011), cuja remuneração relativamente alta (para os padrões da região), por certo, impactou positivamente a economia local. No entanto, tal impacto também se atenuou muito rapidamente, por duas razões de naturezas diversas. Em primeiro lugar, porque o quadro de funcionários de uma unidade prisional é praticamente fixo e os salários, como de costume no funcionalismo público estadual, não aumentam; sequer são regularmente atualizados – de tal modo que vão progressivamente perdendo importância frente à massa salarial que circula na área. A segunda razão de atenuação do impacto econômico dos postos de trabalho nas penitenciárias da região se relaciona com mudanças no processo de recrutamento desses trabalhadores. Os funcionários das primeiras unidades instaladas na NAP foram recrutados em concursos públicos regionalizados; viviam, em sua maioria, nas redondezas, onde investiam todo o ganho. Em meados dos anos 2000, a SAP estadualizou o recrutamento, de modo que candidatos de diversas regiões passaram a competir pelas mesmas vagas. Como resultado dessa mudança, um volume significativo de servidores das penitenciárias de Irapuru, Flórida Paulista e Tupi Paulista são naturais de áreas muito distantes da NAP, para onde voltam nos períodos de folga e onde investem a maior parte de seus recursos²⁰³.

Na composição dos orçamentos municipais, o impacto das penitenciárias também se mostra atenuado, especialmente, quando se considera os recursos gerados pela expansiva atividade sucroalcooleira. A ampliação dos repasses orçamentários do governo federal – via FPM –, que uma nova unidade acarreta num pequeno município, é muito inferior ao incremento nos repasses provenientes do governo estadual, referentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que a indústria da cana promove²⁰⁴. A produção intensiva e o processamento da cana são totalmente formalizados, promovendo um sistemático recolhimento de impostos sobre a circulação de seus produtos. Deste modo, a participação dos municípios na distribuição desses fundos é significativamente ampliada – o

²⁰² Informação obtida por meio de entrevista com prefeito de Junqueirópolis.

²⁰³ Informações obtidas por meio de entrevistas com agentes penitenciários da NAP.

²⁰⁴ Informação obtida por meio de entrevista com ex-prefeito de Tupi Paulista.

que não acontecia quando prevaleciam amplas extensões de terras improdutivas e pequenos sítios voltados à subsistência ou à produção comercial informal. Também por isso, o enriquecimento das cidades da NAP, no período de consolidação da presença penitenciária, deve ser considerado à luz do desenvolvimento do agronegócio na região.

A constatação de que os impactos econômicos da instalação de prisões em pequenos municípios rurais podem ser bastante limitados não implica em desconsiderar transformações específicas na economia real e na paisagem social desses territórios. Nas três cidades da NAP onde a pesquisa de campo se concentrou, comerciantes relataram um considerável aumento nas vendas, especialmente aos finais de semana, quando chegam os visitantes dos presos²⁰⁵. Uma economia própria da visitação penitenciária é ainda mais evidente quando se considera o mercado hoteleiro e de transporte privado. Os taxistas que atuam nessas cidades, normalmente, são senhores aposentados que complementam suas rendas trabalhando esporadicamente com seus carros. Aos finais de semana, muitos deles trabalham sem parar, levando e buscando visitantes nas unidades da região, já que a maioria delas se encontra em lugares afastados e desprovidos de transporte público. Dracena é um dos mais importantes centros logísticos da visitação penitenciária na NAP. Dispõe de cinco hotéis: dois mais luxuosos e três populares. Um deles se especializou no público de familiares de presos, recebendo excursões provenientes da RMSP e de outras grandes cidades. Entre seus serviços especializados figuram o aluguel da cozinha, para que os hóspedes possam preparar os alimentos que levarão no jumbo, e serviços de transporte de hóspedes e bagagens. Na cidade, existem ainda casas alugadas e pousadas informais que também recebem grupos de visitantes aos finais de semana²⁰⁶. Tupi Paulista apresenta uma mais frágil estrutura para visitantes, com um hotel – que não admite excursões – e uma pousada. Por alguns anos, a Igreja Católica local manteve um centro de acolhimento de amigos e familiares de presos, mas a experiência não perdurou²⁰⁷. Junqueirópolis, por sua vez, apresenta uma estrutura de visitação que contrasta com as reduzidas dimensões da cidade, talvez pelo maior tempo de convivência com a penitenciária ou pela maior proximidade entre a unidade e o centro urbano. De seus quatro hotéis populares, três se especializaram no público de familiares de presos, oferecendo

²⁰⁵ Embora esse aumento não seja suficiente para modificar práticas consolidadas no que se refere, por exemplo, aos horários de funcionamento do comércio, que na maioria das vezes não coadunam com os períodos de visitação.

²⁰⁶ Como a penitenciária de Dracena está situada mais perto do centro da pequena cidade vizinha de Ouro Verde, deve-se considerar também seu hotel e sua pequena rede de serviços.

²⁰⁷ Como suas duas penitenciárias se localizam nos limites territoriais do município, mais próximas da diminuta Nova Guataporanga, deve-se considerar, ainda, sua também frágil e mais informal estrutura.

diversos serviços: aluguel de cozinha, preparação de jumbos por encomenda, transporte 24 horas de pessoas e bagagens, encaminhamento para excursões, etc. Além de uma pousada informal, na cidade ainda existem casas alugadas para visitantes assíduos e familiares de presos, que optaram por viver mais próximos de seus entes queridos.

Para além dos impactos econômicos, nas três cidades estudadas, municípios e autoridades locais, quando indagados sobre a presença da prisão, costumam destacar os efeitos negativos que elas produziram nos serviços públicos de saúde. Como as unidades não dispõem de médicos, nem de uma estrutura mínima para exames e tratamentos, os casos mais graves de presos enfermos – a depender da disponibilidade de escolta policial – costumam ser encaminhados para os serviços municipais. Para reduzir medos e riscos, os hospitais de Dracena e Tupi Paulista construíram celas em suas dependências e organizam o atendimento de modo que os presos sejam atendidos antes que os cidadãos comuns – o que gera algum incômodo, tanto pelo desrespeito à fila, quanto pela presença de policiais ostensivamente armados na escolta.

Outro elemento negativo comumente destacado entre a população local é o aumento da criminalidade que a prisão provocaria. Uma apreciação mais aprofundada desse problema exigiria toda uma outra pesquisa: a mensuração de diversos índices criminais, antes e depois da instalação de cada unidade, e a comparação destes com os desempenhos médios estadual e nacional, e com índices de outros municípios análogos que não receberam nenhuma unidade. Redígolo (2013) ensaia uma tal apreciação numa região adjacente à NAP, cujos resultados podem iluminar algo do que se passa ali. A autora compara índices de homicídio doloso, furto, roubo e furto e roubo de veículos em três cidades vizinhas, nos anos 2000: Valparaíso (563 km, 22.617 hab.), que dispõe de uma penitenciária e um CPP; Martinópolis (539 km, 24.260 hab.), que abriga uma penitenciária; e Guararapes (545 km, 30.597 hab.) que não abriga nenhuma unidade da SAP. Sem encontrar correlações significativas entre a presença da prisão e a variação desses crimes, conclui que a proximidade da instituição pode incidir mais nas representações sociais do medo e da violência que nos dados estatísticos (REDÍGOLO, 2013, p. 114). De todo modo, é possível conceber um aumento relativo no registro de ocorrências como lesão corporal, desacato a autoridade ou tráfico de drogas, que se relacionam com a presença da instituição porque são, efetivamente, identificados em suas dependências – sem, portanto, representar que a instalação da unidade induza tais práticas no

seu entorno²⁰⁸. Entretanto, se o aumento do medo do crime parece prescindir da materialidade dos fatos, seus efeitos são bastante concretos e se manifestam, principalmente, nos finais de semana, quando as cidades recebem um grande número de amigos e familiares dos presos. O reforço da presença ostensiva de policiamento nas ruas e da truculência de suas abordagens a quaisquer pessoas tidas como suspeitas – relacionadas ou não com a prisão –, bem como o aumento da vigilância privada em lojas e mercados são algumas dessas manifestações mais evidentes.

4.4. INTERIORIZAÇÃO PENITENCIÁRIA E GESTÃO DAS PENAS

4.4.1. TERRITORIALIZAÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA

O recente processo de expansão interiorizada do parque penitenciário paulista coloca em evidência a alocação espacial das unidades e da população carcerária como um expediente estratégico no atual regime de gestão prisional. A concentração de CDPs e presos provisórios em áreas mais urbanizadas indica que a prisão é cada vez mais acionada como um instrumento de promoção da ordem pública nas cidades – porque funciona retirando do espaço urbano, imediatamente, um estoque crescente de acusados, suspeitos e outros indesejáveis (FAUGERON; LE BOULAIRE, 1992; ITTC; PASTORAL CARCERÁRIA, 2012). A pulverização, pelo interior mais distante, de penitenciárias de regime fechado e de presos condenados, por sua vez, revela que a prisão, em suas funções propriamente punitivas, vem operando como um mecanismo que visa a intensificar a segregação e o isolamento de amplas camadas populacionais (GÓES; MAKINO, 2002). Tanto de um lado como de outro, a gestão prisional paulista se estrutura e funciona segundo uma racionalidade, exclusivamente, securitária.

A expansão interiorizada não se restringe ao aumento quantitativo das unidades e territórios interpelados pela prisão; ela tem uma dupla dimensão qualitativa: primeiramente, porque amplia o escopo de agentes externos à instituição que se veem envolvidos e mobilizados nas controvérsias próprias da administração penitenciária. Municípios e autoridades de diversos locais são chamados a se posicionar e a atuar frente às questões postas

²⁰⁸ Informações obtidas por meio de entrevistas com autoridades locais e agentes de segurança penitenciária.

pela prisão, desde antes de sua inauguração e mesmo no decorrer de seu funcionamento cotidiano. Também por isso, mas não apenas, a interiorização penitenciária remete à expansão do escopo de problemas que a prisão suscita. Pela via da interiorização, a prisão, de mera instituição punitiva, passa a ser pensada (e questionada) como política de desenvolvimento econômico e social, como ferramenta de governo não só da população carcerária, mas também das populações livres interioranas – é o que se evidencia no debate sobre os impactos da expansão penitenciária nos mercados, nas estruturas ocupacionais, nos regimes orçamentários, nos arranjos políticos de regiões e municípios do interior do estado.

A consideração dos modos de territorialização das instituições prisionais possibilita, ainda, desdobrar o entendimento das formas de gestão à distância, que vem caracterizando o atual regime de processamento penitenciário em São Paulo. Como procurei demonstrar, os espaços consagrados ao cumprimento das penas tendem, efetivamente, a alijarem-se das concentrações urbanas e seus centros de poder. No entanto, resta perscrutar por quais meios e com quais efeitos a gestão do processamento penitenciário se realiza nas unidades do interior. Como funcionam as prisões interiorizadas? Como o Estado se instancia no cotidiano dos raios que se espalham pelo interior mais distante? Como “as leis do tempo” se articulam com “as disposições no espaço” para conformar uma particular e situada experiência da pena?

Para responder a esta ordem de questões é preciso ter em mente o papel fundamental desempenhado pelo sistema de justiça na determinação da duração e qualidade das penas. A distribuição espacial de suas diversas agências – seus modos de territorialização – condiciona o regime de processamento que vigora nas diferentes localidades e, portanto, a experiência de punição que se produz em cada uma delas. Porém, não se trata de uma relação unívoca, nem evidente. A ilegibilidade do processamento e a opacidade do sistema de justiça também se manifestam na dimensão espacial, intensificando ainda mais a indefinição, a angústia e a incerteza que caracterizam, em linhas gerais, a experiência da pena nas penitenciárias paulistas.

Em visitas pastorais a unidades do interior e metropolitanas; no diálogo continuado com presos que passaram longos e breves períodos em diversas penitenciárias distantes da capital; conversando com presos que vieram de longe; acompanhando os processos de presos que eram próximos e foram transferidos para longe; também dialogando com familiares que viajam (e não viajam) para visitarem seus entes queridos nas unidades do interior – por nenhum desses meios pude estabelecer o significado geral da transferência para o interior no desenrolar das movimentações processuais que constituem a execução penal. Na RMSP, presos pediam ajuda a fim de serem transferidos para unidades do interior, onde tinham

esperanças que seus processos se encaminhassem com maior celeridade. No interior, pelo mesmo motivo, presos pediam ajuda a fim de serem transferidos para unidades mais próximas da capital. Tanto num lugar, como no outro, presos temiam que uma transferência viesse a atrapalhar o devido encaminhamento de seus benefícios. Em alguns casos, a transferência consumada arruinava as esperanças, em outros, despertava. Concretamente, pude acompanhar tanto situações de presos que, na RMSP, não tinham a menor perspectiva de progressão de pena e que, transferidos para o interior, em questão de meses, conquistaram a liberdade condicional; como também, situações de presos cujos benefícios encaminhavam-se aceleradamente na RMSP, e quando transferidos para o interior, deixaram de apresentar qualquer movimentação. Como compreender tais circunstâncias, senão pela ilegitimidade?

Não obstante se verifique uma tendência geral à intensificação das penas no decorrer dos ritos de execução (TEIXEIRA; BORDINI, 2004), é preciso ponderar que existem, entre os juízes de execução penal, diversos entendimentos, critérios e procedimentos para a apreciação dos benefícios. Ademais – não obstante a sistemática desorganização das varas de execução (CNJ, 2012, p. 8) – as diversas agências do sistema de justiça se estruturam em bases materiais bastante distintas nas diferentes localidades. Variações na infraestrutura de trabalho (espaço físico, equipamentos, etc.), no volume e na diversidade de processos, bem como na quantidade e qualificação de funcionários auxiliares são apenas alguns dos fatores que afetam o desempenho profissional de juízes, promotores e defensores²⁰⁹. No que se refere especialmente aos defensores – maiores responsáveis pela provocação de movimentações processuais – é preciso considerar, ainda, que nem defensores públicos, nem advogados da FUNAP se distribuem de maneira equilibrada pelo território²¹⁰. Na NAP, por exemplo, dois advogados da FUNAP eram responsáveis pela defesa dos presos de diferentes unidades²¹¹.

Embora fosse desejável elaborar um mapa detalhado das diversas agências relacionadas à execução penal²¹², uma breve apreciação das linhas gerais do modo de territorialização das varas de execução pelo estado – no final de 2013 – é suficiente para vislumbrar a variedade de situações que também produz o efeito de ilegitimidade no funcionamento do sistema de justiça. Como já demonstrei, a capital paulista não concentra a população penitenciária estadual; no entanto, concentra um número importante de varas

²⁰⁹ Informações obtidas através de entrevistas com promotor e diretor de vara interioranos.

²¹⁰ Informação obtida através de entrevistas com defensores públicos.

²¹¹ Informação obtida através de entrevista com funcionário administrativo de penitenciária da NAP.

²¹² Tarefa que implicaria uma pesquisa à parte, pela escassez de fontes oficiais e pelas mudanças frequentes nas atribuições das varas. As informações que seguem foram fornecidas pelo Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública de São Paulo (DEPESP, 2014a).

especializadas em execução das penas – as VECs. São 5 VECs funcionando no Fórum Criminal da Barra Funda, responsáveis pelos processos dos presos que habitam: 1 – as penitenciárias e CPPs da capital; 2 – os presos condenados que ainda estão nos CDPs da capital; 3 – o CPP de Franco da Rocha; 4 – os manicômios judiciais de Franco da Rocha e Taubaté; e 5 – algumas unidades mais ou menos estratégicas do interior paulista. Na capital, correm os processos dos habitantes da penitenciária e CRP de Presidente Bernardes, P1 e P2 de Presidente Venceslau²¹³, P1 de Avaré, penitenciária e CDP de Cerqueira César, P1 e P2 de Reginópolis, P1 e P2 de Guareí e do CRP feminino que funciona anexo ao manicômio judiciário de Taubaté²¹⁴.

No interior mais distante, Presidente Prudente e Araçatuba são os mais importantes polos do sistema de justiça. Presidente Prudente dispõe de 2 varas especializadas em execução penal, responsáveis conjuntamente por 11 unidades da região (e seus anexos), sendo 9 penitenciárias em 8 municípios²¹⁵, 1 CR em Presidente Prudente e mais os presos condenados que ainda habitam o CDP de Caiuá²¹⁶. Em Araçatuba também existem 2 varas especializadas, responsáveis conjuntamente por 9 unidades (e seus anexos): 7 penitenciárias em 4 municípios²¹⁷, 1 CPP em Valparaíso e 1 CR em Araçatuba. Campinas, Bauru, Taubaté e Ribeirão Preto também contam com 2 varas especializadas, que são responsáveis conjuntamente por 7 ou 8 unidades de suas respectivas regiões. No interior mais distante, destaca-se ainda a vara especializada em execução penal do Fórum de Tupã (514 km, 68.492 hab.), cidade que não abriga unidade da SAP, mas cuja VEC é responsável pelas unidades de Junqueirópolis, Lucélia (com anexo) e Pacaembu (penitenciária e CPP).

Ademais das VECs, existem ainda varas semiespecializadas responsáveis por um volume importante de processos de execução penal. Os exemplos mais destacados são a Vara do Júri e Execução Criminal de Sorocaba, responsável por 3 penitenciárias²¹⁸ e pelos presos condenados de 2 CDPs²¹⁹; e a Vara do Júri, Execução Criminal e Infância e Juventude de Rio Claro, responsável pelas 2 penitenciárias de Itirapina e os 2 CRs de Rio Claro. Como essas,

²¹³ Os processos dessas unidades do oeste paulista foram transferidos para a capital em reação ao assassinato, em 2003, do juiz corregedor dos presídios da região (cf. SOUZA, 2007).

²¹⁴ Embora a existência dessa ala não conste nos dados oficiais da SAP, consta no sistema de justiça e também é observada por Dias (2011, p. 102).

²¹⁵ Penitenciárias de Flórida Paulista, Irapuru, Marabá Paulista, Martinópolis, Osvaldo Cruz, Pracinha, Presidente Prudente e Tupi Paulista (masculina e feminina).

²¹⁶ Os processos dos presos provisórios estão a cargo da vara de Presidente Venceslau.

²¹⁷ Três penitenciárias em Lavínia, duas em Mirandópolis, uma em Valparaíso e outra em Avanhandava.

²¹⁸ Duas em Sorocaba e uma em Iperó.

²¹⁹ Em Sorocaba e Capela do Alto.

existem, pelo menos, outras 11 varas, responsáveis pelos processos de presos condenados que habitam mais de 15 unidades²²⁰.

Completando o quadro, existem as varas não-especializadas, nas quais os processos de execução penal se somam a outros de natureza muito diversa. Na 1ª Vara do Fórum de Dracena, por exemplo, circulam, além dos processos de execução dos presos que habitam a penitenciária local, processos de juizado especial, de natureza cível, execução fiscal, direito previdenciário e outros. Numa das varas do Fórum de Andradina, algo semelhante acontece²²¹. Além do acúmulo de atribuições, essas varas interioranas padecem de mais graves problemas de infraestrutura e, por serem em geral de primeira entrância²²², são encabeçadas por juízes mais inexperientes, que costumam se transferir para outras localidades tão logo a oportunidade se apresente – o que gera alta rotatividade na posição.

À diversidade das varas, no entanto, não corresponde, de modo linear e unívoco, um gradiente de celeridade no processamento. As varas especializadas não são, necessariamente, as mais céleres; nem as mais precárias, as mais lentas. De um lado, o acumular de dezenas de milhares de processos para um só juiz dificulta e retarda o processamento. De outro, arranjos particulares e contingentes entre burocracia da vara, juiz, promotor, defensor e administração da unidade podem produzir situações em que o horizonte de liberdade se apresente menos incerto, nos poucos raios que gerenciam. O que acontece entre a vara e a penitenciária de Dracena, na NAP, é exemplar desse tipo de situação absolutamente contraintuitiva.

A penitenciária de Dracena é uma singularidade no sistema carcerário paulista. Os processos de seus habitantes correm no Fórum da mesma cidade. O diretor geral ocupa o cargo desde a fundação, em 2001 – o que no estado de São Paulo é uma exceção extrema; e a unidade não apresenta histórico de rebeliões – mesmo em 2006 foi uma das poucas “cadeias do PCC” que não se rebelou²²³. O modo como determinados benefícios são encaminhados na vara da cidade parece fundamental para a conformação desse quadro. Desde a inauguração da penitenciária, o juiz que na ocasião encabeçava a vara – em acordo com o promotor de justiça e a direção da unidade – optou por estabelecer uma política de concessão de benefícios de regime aberto que destoa daquela praticada no restante do estado. O sistema é simples: o preso que progredir para o regime semiaberto permanece na unidade de regime fechado por 120 dias, aguardando que a SAP disponibilize vaga em instituição adequada – em CPP,

²²⁰ Em cidades como Araraquara, São José dos Campos, Jundiaí, Franco da Rocha, entre outras.

²²¹ Informação obtida através de entrevista com diretor de vara da NAP.

²²² Correspondente ao estágio inicial na carreira de magistratura.

²²³ Informações obtidas através de entrevistas com munícipes e funcionários de penitenciárias da NAP.

ARSA ou APP. Se nesse período a SAP não providenciar a transferência – o que é comum –, o juiz concederá então, automaticamente, o regime aberto, para que o preso aguarde a vaga em instituição adequada num regime mais ameno, e não mais gravoso, como costuma acontecer. Esse tipo de entendimento é defendido por diversas instituições que atuam na área penal, como a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF) e a própria Pastoral Carcerária, as quais chegaram a propor ao STF uma Súmula Vinculante que, se aprovada, obrigaria as varas de execução de todo o país a adotá-lo (PASTORAL CARCERÁRIA, 2014). Em Dracena, como essa política funciona bem tanto para a administração da unidade, como para os demais agentes do sistema de justiça e para os presos, os juízes que se sucederam na vara – a despeito de suas inclinações mais ou menos garantistas – preferiram não alterá-la.

A trajetória recente da VEC de Tupã, por sua vez, mostra como esses arranjos e políticas de processamento são contingentes. No decorrer da pesquisa de campo na cidade de Junqueirópolis, muitas vezes e de diferentes sujeitos – desde familiares de presos a funcionários da prisão – ouvi falar de uma brusca e negativa mudança no regime de processamento operado pela VEC de Tupã, em razão da mudança de juiz: antes, um juiz “bom para os presos”; depois, um juiz “linha dura”²²⁴. O juiz anterior apresentava inclinações marcadamente garantistas, concedia um volume significativo de benefícios de progressão de pena, autorizava massivas saídas temporárias²²⁵, indeferia sindicâncias e chegou a determinar que as unidades sob sua responsabilidade não recebessem mais presos que a capacidade, nem presos cuja origem distasse mais de duzentos quilômetros da prisão. Transferido de comarca, deu lugar a um juiz que nega sistematicamente pedidos de progressão de pena, não autoriza saidinhas, não questiona sindicâncias, nem se ocupa das condições de habitabilidade e visitação das unidades sob sua jurisdição.

A multiplicidade de agenciamentos no sistema de justiça, amplamente variáveis no tempo e no espaço, tanto alimenta esperanças de que uma transferência para o interior acarrete uma aceleração das movimentações processuais e uma antecipada libertação, quanto o seu exato contrário. Essa coexistência de percepções – de atraso e aceleração do fluxo dos processos – vinculada à gestão das penas no interior contribui para agravar ainda mais a

²²⁴ Informação obtida por meio de entrevistas com familiares de presos, funcionários da prisão e agentes pastorais da NAP.

²²⁵ Um funcionário lembra que chegou a testemunhar a partida de três ônibus lotados de presos numa saidinha de Natal.

experiência de incerteza e indeterminação que vem caracterizando a pena de prisão no estado de São Paulo.

4.4.2. A DISTÂNCIA NA ADMINISTRAÇÃO DAS PENAS

A particular distribuição espacial do parque penitenciário paulista já é suficiente para constatar o papel central que a distância desempenha na realização e modulação das penas de prisão em São Paulo. Um circuito de CDPs concentrado em áreas urbanas é a principal via de entrada para o sistema prisional; um circuito de penitenciárias disperso pelo interior, em áreas rurais de pequenos municípios, conforma a extensa rede onde as penas são cumpridas. Quando um preso já está condenado, é quase certo que ele virá a cumprir boa parte de sua condenação num território muito distante e distinto de seu lugar de origem. Em larga medida, a experiência de ser punido no estado de São Paulo estrutura-se, de um lado, por uma angustiada relação com o desenrolar do tempo, e de outro, por uma exasperada inquietação quanto ao lugar onde essa punição se desenvolverá.

Nas visitas pastorais, nas conversas mais desinteressadas com os presos mais próximos, quando contam sua trajetória no sistema prisional, é muito comum ouvir a história da pena como uma sucessão de lugares: “Diadema, Parelheiros, Mirandópolis, Serra Azul e agora aqui”; “Pinheiros, Parelheiros, Potim, Presidente Venceslau, Pracinha, Pacaembu, rua e agora aqui”. Sequências como essas informam que a experiência de ser punido em São Paulo é a de uma intensa circulação por todo o estado. À sucessão dos regimes de pena, seus angustiosos avanços e retrocessos, sobrepõe-se uma sucessão de lugares, sendo que cada ponto e cada passagem marcam transformações e acúmulos significativos na experiência que se tem da prisão. Embora muito parecidas por toda parte, cada prisão é uma prisão: com diferentes perfis de presos, diferentes funções administrativas, diferentes funcionários, diferentes varas de execução, diferentes possibilidades de acesso por parte de familiares e amigos, etc. A especificidade de cada instituição resulta do agenciamento particular desses (e outros) vários elementos. Na constituição de cada um deles, a distância funciona como um modulador – ou intensificador – das penas.

Presos jovens e de penas relativamente curtas; presos mais velhos e experientes; presos jovens com longas penas, sem perspectivas de liberdade; presos reincidentes que dão e que não dão problemas; presos primários que querem ou que não querem trabalhar; facção X, facção Y, seguro, castigo: a despeito da mistura – da inoperância dos critérios legais de

classificação (CNJ, 2012, p. 22-23) – que é característica das unidades prisionais paulistas, no nível cotidiano da experiência de punir e de ser punido, diferentes perfis da população carcerária são construídos através mesmo da distribuição dos sentenciados pelos espaços das prisões. Esta é uma lógica amplamente documentada (RAMALHO, 2002; VARELA, 1999) que, historicamente, rege a administração das penas na escala de uma instituição: os raios do fundão são diferentes do raio do trabalho, que é diferente da ala de progressão, cada um está a uma certa distância (concreta e simbólica) da saída, em cada um circulam diferentes fluxos que vêm de fora, cada um deve ser ocupado por diferentes perfis de presos. Essas segmentações práticas e simbólicas se desdobram e se duplicam na escala do sistema como um todo: existem as penitenciárias do fundão no extremo oeste do estado; existem as “de entrada” na região metropolitana; as “de saída”, onde as oportunidades de trabalho são maiores, ou onde a VEC funciona melhor; entre umas e outras, todo um gradiente de possibilidades. Como na escala de uma unidade, na escala do sistema, os presos recentemente condenados, os que não trabalham, os condenados a penas mais longas ou os que apresentam comportamento considerado como mais problemático – em suma, para os presos sobre os quais recai uma pena mais intensa – o fundão é o lugar designado. Deste modo funciona, em linhas gerais, a distância na economia das penas.

Apoiando e complementando essa gestão geral e cotidiana da distribuição das penas pelo espaço, a administração penitenciária produz uma miríade de unidades diferenciadas, que cumprem funções especializadas no incessante esforço de alocar e modular as penas. Um dos CDPs de Pinheiros e a única penitenciária masculina da capital, em Parelheiros, por exemplo, são unidades de trânsito, “rodoviárias” do sistema prisional paulista, onde se concentram presos oriundos de vários CDPs para serem encaminhados às penitenciárias do interior e também onde ficam alguns presos que vêm do interior para comparecer a audiências nos fóruns da região metropolitana. Embora, formalmente, sejam unidades de regime fechado como quaisquer outras, o volume e a velocidade do fluxo de presos que por elas transitam são especialmente significativos²²⁶. Em unidades de cumprimento de pena, o pertencimento a uma ou outra facção prisional²²⁷ é o principal critério de alocação dos presos, sem prejuízo de outros critérios subsidiários, que designam espaços ainda mais específicos, como unidades

²²⁶ A unidade de Dracena duplica essa função na região oeste.

²²⁷ É importante ressaltar que esse pertencimento é relativo, mais do que uma adesão orgânica à facção, importa aqui as unidades pelas quais o preso passou e foi socializado.

(ou raios) para presos famosos²²⁸, para presos estrangeiros²²⁹, para ex-integrantes de uma ou outra facção²³⁰, etc.

Aspectos importantes dessa complexa gestão das penas através das disposições no espaço ficam ainda mais evidentes se se considera a dinâmica dos castigos no interior do sistema penitenciário – seja nas sindicâncias, seja em outras medidas meramente administrativas (punitivas, mas não jurisdicionalizadas). O castigo, além de um lapso de tempo, é também um lugar de “isolamento”, no qual os vasos comunicantes que conectam o dentro e o fora da prisão são mais rarefeitos. Se uma punição severa – de 10, 20 anos de prisão – tem grandes chances de se desenrolar quase inteiramente no fundão do estado, um castigo mais severo também ali se realiza. Em linhas gerais, presos considerados problemáticos – que reiteradamente são flagrados com drogas e celulares, que reclamam e denunciam, que são acusados de desacato, etc. – são objetos de frequentes trânsitos, cada vez para mais longe, onde o “isolamento” é maior mesmo quando ele está no convívio do raio – porque jumbos, visitas, cartas, pecúlio ou telefonemas são mais escassos.

No fundão do estado existem também unidades de castigo mais especializadas, para onde são levados presos considerados especialmente problemáticos – aqueles identificados como lideranças de facção, ou acusados de tentativa de fuga, de coordenação de rebelião, de agressão a funcionário, de assassinato de outro preso. O CRP de Presidente Bernardes é a unidade mais conhecida que serve a esse fim. Ali, o preso fica em cela individual, não pode trabalhar, nem estudar, tem banho de sol, visitas e jumbos significativamente restringidos. Desde a reforma na LEP de 2003 – que legalizou o RDD – o funcionamento do CRP é também jurisdicionalizado, sendo necessária a aprovação de um juiz para que um preso seja para lá encaminhado; os prazos de cumprimento e as possibilidades de sua extensão também estão definidos na letra da lei (TEIXEIRA, 2009; DIAS, 2011; SALLA; DIAS; SILVESTRE, 2012). Embora a SAP não reconheça formalmente sua existência, entre as atribuições de uma das VECs da capital figuram os processos de execução de presas recolhidas sob o RDD num CRP feminino em Taubaté.

A P1 de Presidente Venceslau, a despeito de sua formalização como unidade de regime fechado comum, também é uma unidade de castigo, mas administrativamente especializada. Seu regime de funcionamento tende a replicar, duplicar e intensificar a lógica do pote. Um de seus raios é uma grande ala de castigo, com dezenas de potes, para onde são

²²⁸ Como uma das penitenciárias de Tremembé.

²²⁹ Como a penitenciária de Itai.

²³⁰ Como em alguns raios da penitenciária masculina de Tupi Paulista.

encaminhados, para cumprirem vários dias de sanção disciplinar²³¹, presos acusados de faltas consideradas especialmente graves, cometidas em qualquer outra unidade do estado. A P1 de Venceslau é o pote estadual. Depois de um período sem banho de sol, sem visitas, nem jumbos, às vezes submetidos à violência física²³², no mais das vezes, os presos são transferidos para outras unidades do fundão. Outro elemento que intensifica o castigo experimentado nessa unidade é o fato de que o restante de seus pavilhões está ocupado por presos de uma facção não hegemônica, inimiga do PCC – facção à qual os castigados estão geralmente vinculados. Além da tensão gerada pela proximidade de um inimigo, o fato de presos dos outros raios produzirem as refeições que são distribuídas no castigo é causa de muito sofrimento e insatisfação. Presos ali castigados relatam terem recebido alimentos com diversas “impurezas”, tais como pó de vidro, fezes de animais, insetos e até veneno de rato²³³. Na P1 de Venceslau é possível perceber a conformação de um espaço de castigo por técnicas de composição populacional: as agências estatais, ao permitirem que os alimentos de uns sejam feitos por seus inimigos diretos, cuidam para que a experiência vivida ali seja a pior possível.

A P2 de Presidente Venceslau e a P1 de Avaré são também unidades diferenciadas, não obstante, formalmente, sejam classificadas pela SAP como penitenciárias comuns de regime fechado. Podem ser consideradas como “unidades prisionais de regime de segurança híbrido” (SALLA; DIAS; SILVESTRE, 2012, p. 243). Para tais unidades também são transferidos presos considerados importantes líderes de facção prisional, nas quais são submetidos a um regime de punição mais severo que o comum, mas mais ameno que o RDD. Mais severo que o comum haja vista as maiores restrições ao banho de sol, às visitas e ao recebimento de jumbos, também pela ausência de escola, cursos e oficinas de trabalho; mais ameno, porque as celas são coletivas e existe a possibilidade de receber visita íntima, bem como de acessar rádio e televisão (Ibid., p. 245). A transferência para essas unidades não passa por um processo jurisdicionalizado, a decisão é administrativa, prescindindo da autorização do juiz²³⁴, da formalização de sindicâncias e do estabelecimento de prazos e

²³¹ Muitas vezes, a sanção supera os 30 dias de isolamento estabelecidos na LEP.

²³² Como menciona o juiz que fiscalizou essa unidade, em ata anexa ao Relatório do Mutirão Judiciário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2012).

²³³ Fatos também registrados na ata anexa ao Relatório do Mutirão Judiciário do CNJ. Vale também a citação literal de trecho de um *salve* em que os presos denunciavam as condições dessa unidade: “e quando chegam na referida unidade são espancados, humilhados, ficam mais de 30 dias e tem envenenamento” (SALLA, DIAS e SILVESTRE, 2012, p. 246, grifo meu).

²³⁴ Embora idealmente toda transferência de presos de uma unidade para outra devesse ser autorizada pelo juiz, na prática isso não acontece.

condições na letra da lei. Essas unidades também apresentam a particularidade de terem seus processos de execução correndo em muito distantes varas da capital, o que retarda significativamente o encaminhamento de benefícios – outra maneira da distância intensificar a pena.

Seja na interiorização penitenciária em seus aspectos gerais, seja na lógica que preside a alocação da população carcerária no fundão como um todo e em unidades especializadas (formais e informais), seja na distribuição desigual dos recursos do sistema de justiça, a experiência da punição no estado de São Paulo aparece como profundamente vinculada a uma gestão das distâncias. Ademais, num sistema penitenciário que se sustenta e se viabiliza por uma infinidade de vasos comunicantes que articulam o intra e o extramuros, por onde transitam volumosos fluxos de pessoas, coisas e informações, e que, portanto, pressupõe certo regime de conectividade entre o dentro e o fora da prisão, a distância se faz um elemento cada vez mais determinante na modulação das penas e na experiência da punição.

5. AS EXIGÊNCIAS DA CIRCULAÇÃO

*Eu agradeço pela visita;
graças a Deus ainda tenho família;
tenho uns conhecido, tenho uma pá de mano;
na rua, no presídio, uma pá de mano.
15 anos pra puxá de detenção;
latrocínio na ficha de um ladrão.
Sinto uma grande vontade de chorar
ao ver a minha mãe aqui vindo me visitar.
Realidade Cruel, em *Dia de Visita**

5.1. SISTEMA DE ABASTECIMENTO

5.1.1. INVESTIMENTOS ESTATAIS

Em tempos de governamentalidade neoliberal, a racionalidade econômica coloniza e redefine domínios da existência social que anteriormente eram alheios ao campo de objetos da economia (FOUCAULT, 2008b, p. 339-340). No âmbito da justiça criminal, esse processo conduz à multiplicação de discursos sobre os custos da delinquência e a eficiência econômica do sistema penal (Ibid., p. 241)²³⁵. Sob essa renovada gramática, no debate público brasileiro, o problema do “custo do preso” emerge com acentuada frequência. No Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário, da Câmara dos Deputados – elaborado e apresentado pelo deputado Domingos Dutra, em 2008 – o custo mensal do preso nas prisões paulistas era estimado em R\$ 775,00 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008, p. 313). Em 2014, em evento público organizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Coordenador de Reintegração Social da SAP afirmava que tais custos já eram da ordem de R\$ 1.300,00 por mês²³⁶. Tais cifras muitas vezes são interpretadas como indicadores de que a população carcerária, na verdade, é uma classe de privilegiados, objeto de investimentos estatais maiores do que aqueles destinados aos cidadãos livres. No entanto – independentemente de sua acuidade técnica – tais cifras expressam mais propriamente os custos de manutenção do encarceramento de uma pessoa, e não os de suas condições de vida

²³⁵ A conversão da questão penitenciária em política de desenvolvimento econômico e social para territórios em crise é também uma expressão desse fenômeno.

²³⁶ Lançamento da pesquisa “Trajetórias de vida e justiça criminal na América Latina”, nos dias 24 e 25 de março de 2014, no anfiteatro da FGV, na cidade de São Paulo.

no interior do ambiente prisional. As observações que seguem sobre os investimentos estatais na manutenção do preso vão nesse segundo sentido: como e quanto o Estado investe, não para manter uma pessoa presa, mas para manter um preso enquanto pessoa?

No final de 2012, fui convidado por um defensor público que atua na RMSP a apreciar alguns dados que ele havia conseguido extrair da SAP, mediante recurso à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). Tratava-se de um conjunto de tabelas elaboradas pelas diferentes Coordenadorias Administrativas regionais, as quais continham informações sobre os gastos em materiais de higiene pessoal, vestuário e limpeza, por unidade prisional, no ano de 2011 e no primeiro semestre de 2012²³⁷. Em primeiro lugar, pude observar uma significativa variabilidade nos padrões de registro das diferentes coordenadorias, seja no modo de organizar as informações, seja na seleção das informações que seriam registradas²³⁸. Não há, portanto, um sistema centralizado de registro e controle desse tipo de custo. Em segundo lugar, pude notar uma alta variabilidade no conjunto de itens distribuídos em diferentes unidades. Por exemplo, itens como escova de dente e sabão em pó foram distribuídos em algumas unidades e em outras não – de modo que tampouco se verifica a existência de uma diretriz geral sobre o que cabe à administração das unidades fornecer aos presos. Finalmente, e mais importante, os dados divulgados deixavam evidente que a quantidade de itens distribuídos pela administração penitenciária era absolutamente insuficiente para atender o conjunto da população carcerária. Dois exemplos bastarão para demonstrá-lo.

²³⁷ Essas informações foram divulgadas e debatidas na Audiência Pública “O fornecimento de produtos básicos de assistência material nos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo”, realizada em 22 de novembro de 2012, na sede da Defensoria Pública. Parte desses materiais está disponível em <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=5574>.

²³⁸ Por exemplo, a CRMSP, a CRC e a CRN explicitavam além dos itens comprados quantos foram efetivamente distribuídos no período; a CRO só os efetivamente entregues; a CVPL só os comprados.

Tabela 9 - Relatório de gastos em itens de higiene, vestuário e limpeza, no CDP de Diadema, em 2011 (CRMSP apud DEPESP, 2012a)

Itens	Total de itens comprados	Valor gasto	Total de itens entregues
Barbeador	1240	R\$ 372,60	782
Creme Dental	576	R\$ 755,80	273
Escova Dental	250	R\$ 120,00	24
Sabonente	600	R\$ 232,00	309
Camiseta Branca	200	R\$ 900,00	180
Chinelo	200	R\$ 898,00	200
Cobertor	30	R\$ 600,00	30
Lençol	30	R\$ 195,00	30
Toalha de Banho	60	R\$ 270,00	60
Sabão em Pó	450	R\$ 708,00	165
Desinfetante	90	R\$ 248,00	50
Colchão	240	R\$ 9.000,00	90
Total	3966	R\$ 14.299,40	2193

Elaboração minha.

Tabela 10 - Relatório de gastos em itens de higiene, vestuário e limpeza, na P2 de Itirapina, em 2011 (CRC apud DEPESP, 2012a)

Itens	Total de itens comprados	Valor gasto	Total de itens entregues
Barbeador	840	R\$ 184,80	840
Creme Dental	840	R\$ 546,00	840
Escova Dental	840	R\$ 302,40	840
Papel Higiênico	14976	R\$ 3.440,90	14976
Sabonente	840	R\$ 518,00	840
Camiseta Branca	2000	R\$ 7.200,00	2000
Calça Padrão	2100	R\$ 10.200,00	2100
Cobertor	400	R\$ 3.776,00	400
Sabão em Pedra	4000	R\$ 1.720,40	0
Sabão em Pó	2900	R\$ 4.074,00	0
Desinfetante	3330	R\$ 2.414,10	0
Detergente	6200	R\$ 5.496,80	6200
Total	39266	R\$ 39.873,40	29036

Elaboração minha.

Enquanto o CDP de Diadema não reporta compra nem distribuição de itens básicos como papel higiênico, calça, detergente e sabão em pedra; a P2 de Itirapina não aponta compra ou distribuição de chinelo, toalha de banho e colchão, nem registra a distribuição do

sabão em pedra, sabão em pó e desinfetante efetivamente comprados. Segundo dados do Núcleo Especializado em Situação Carcerária da Defensoria Pública, no CDP de Diadema, no final de 2011, viviam 1.215 presos (DEPESP, 2012b, p. 7), de modo que os investimentos estatais em itens básicos de higiene pessoal, vestuário e limpeza giraram em torno dos R\$ 11,77 por preso ao ano. Considerando a população residente na P2 de Itirapina, em janeiro de 2012 – 1.802 presos (SABAINI, 2012, p. 19) – os gastos com itens básicos nessa unidade foram da ordem de R\$ 22,13 por preso ao ano.

No conjunto das informações prestadas pelas diferentes Coordenadorias Administrativas, os mais frequentes (não universais) itens básicos comprados e distribuídos pelo Estado são: 1 – de higiene pessoal, barbeador, sabonete, papel higiênico, creme e escova dental; 2 – de vestuário, calça padrão e camiseta branca; e 3 – de limpeza, sabão em pó, em pedra, detergente e desinfetante. Entretanto, a maior frequência desses itens nas tabelas não significa que tenham sido suficientemente repartidos nas prisões. Os dados não indicam que os itens de uso contínuo tenham sido administrados por todo o ano. Mesmo que, por exemplo, o número de cremes dentais distribuídos coincida ou supere a população de uma unidade, não se pode concluir que o Estado proveu essa necessidade básica de cada preso durante todo o período. Ademais, nessas mesmas tabelas disponibilizadas pela SAP aparece, ainda, um conjunto de itens tão básicos quanto estes e que não foram comprados nem distribuídos na maioria absoluta das unidades, como desodorante, cueca, calcinha, meias, bermuda, blusa, calçados, toalha de banho, lençol, colchão, vassoura e rodo²³⁹.

Uma análise dos investimentos estatais na manutenção do preso não pode estar completa sem uma apreciação dos gastos feitos com alimentação. Como as informações fornecidas pela SAP à Defensoria Pública não contemplam esse elemento fundamental, limito-me aqui a registrar minha própria experiência como quem eventualmente consome da comida que é distribuída no ambiente penitenciário. Em muitas visitas pastorais, Fátima, eu e outros agentes almoçamos nos raios, celas ou oficinas que estamos visitando no momento em que chega a boia. A quantidade não costuma ser problema, mas a qualidade não é das melhores: a salada quase sempre é de repolho; a carne, invariavelmente, é mais gordura do que fibras; e as frutas são raras. Quando a comida é preparada na própria unidade, costuma ser mais farta e saborosa do que as *quentinhas* compradas de empresas terceirizadas. Por mais

²³⁹ Embora o conjunto de itens básicos distribuídos não seja muito distinto, as unidades femininas tendem a receber um volume maior de investimentos estatais que as masculinas, muito provavelmente porque as mulheres encarceradas enfrentam maiores dificuldades em mobilizar apoio material externo. Sobre as especificidades do encarceramento feminino, ver: Howard (2006), Padovani (2010) e Lago (2014).

subjetivas que sejam tais impressões, são suficientes para pontuar que os investimentos estatais na alimentação dos presos não podem ser muito excessivos.

Finalmente, gostaria de ressaltar que em muitos raio e em várias penitenciárias vigora um regime de completa escassez de água. Os registros são abertos por curtos períodos em momentos precisos do dia, de modo que os presos precisam armazenar a quantidade que será utilizada para higiene pessoal e limpeza da cela e do raio, em tonéis improvisados e garrafas *PET* (cf. CNJ, 2012, p. 27).

Considerações como essas – sobre a economia material na prisão –, geralmente, tendem a apontar a óbvia inadequação entre mundo prático e normativas legais, como a LEP ou as Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros da Organização das Nações Unidas (ONU, 1955). Desde essa perspectiva, o Estado é interpelado por suas omissões e insuficiências, no registro negativo de contraste entre um “real” e um “ideal”. Entretanto, proponho outra ênfase, não sobre o que o Estado é frente o que deveria ser; mas sobre como o Estado opera e quais efeitos práticos suscita (DAS; POOLE, 2008). A absoluta escassez material imposta nas prisões paulistas evidentemente contraria preceitos legais nacionais e internacionais, mas o que o Estado efetivamente investe na manutenção do preso tem efeitos positivos, produtivos – no sentido de que produz uma situação determinada, que instaura um particular regime de práticas que, por sua vez, vai possibilitar ao sistema prisional continuar funcionando, mesmo que de um modo muito distinto daquele normatizado nos códigos. A imposição da penúria material é um modo de investimento estatal, cujo principal efeito é incitar os presos e, principalmente, seus familiares, a mobilizarem-se cotidianamente para garantir condições mínimas de sobrevivência na prisão. Em suma, não é um Estado ausente ou omissor que abre espaço para que os presos e seus próximos se organizem em prol de seus interesses, pelo contrário, é o modo pelo qual o Estado se faz presente e investe sobre a população carcerária que incita e promove essa mobilização, dentro e fora dos muros.

5.1.2. A PRESENÇA DA FAMÍLIA

A manutenção de mínimas condições de vida para a população carcerária paulista não pode se realizar exclusivamente através dos investimentos estatais, de modo que um sistema de abastecimento do sistema prisional só se constitui pela mobilização de recursos dos próprios presos e, principalmente, de seus familiares e amigos, através dos vasos comunicantes do pecúlio, do jumbo e do Sedex.

Em 2014, o mesmo defensor público que me convidou a apreciar os dados sobre os investimentos estatais em itens de vestuário, higiene e limpeza, conseguiu extrair da SAP – também mediante recurso à Lei de Acesso à Informação – dados sobre visitantes cadastrados e número de visitas no sistema penitenciários estadual, em 2012 e primeiro semestre de 2013²⁴⁰. Os números reportados não deixam dúvidas sobre a importância da família na dinâmica prisional paulista:

Tabela 11 - Visitantes cadastrados, por sexo e faixa etária, segundo regime de pena, em 1 de setembro de 2013 (SAP apud DEPESP, 2014b)

	Regime Fechado	Regime Semiaberto	Total
Presos	176409	23906	200315
Visitantes cadastrados	356656	46041	402697
Homens Adultos	64000	8307	72307
Mulheres Adultas	234468	25734	260202
Adolescentes Masc.	6556	1480	8036
Adolescentes Fem.	7703	1165	8868
Crianças (<12 anos)	43929	9355	53284

Elaboração minha.

Nos dados apresentados, a SAP apenas diferencia os visitantes cadastrados pelo regime que vigora nas unidades, o que impossibilita contrastar tendências de visitação entre unidades masculinas e femininas ou interioranas e metropolitanas²⁴¹, bem como entre CDPs, penitenciárias, CRs e CRP, ou entre CPPs e anexos de regime semiaberto²⁴². Provavelmente, o que entende por “adultos” e “adolescentes” corresponde à tipificação legal da maioridade (penal): maiores e menores de 18 anos. De todo modo, é de se destacar: 1 – a proporção de mais de 2 visitantes cadastrados por preso; 2 – a maioria absoluta de mulheres; e 3 – o número significativo de crianças menores de 12 anos. Quanto ao número de visitas, a SAP informa que, em unidades de regime fechado, foram 3.155.792 visitas realizadas em 2012 e 2.064.210 só no primeiro semestre de 2013; e nas unidades de regime semiaberto, foram 252.134 visitas em 2012 e 169.159 no primeiro semestre de 2013.

²⁴⁰ Essas informações foram divulgadas e debatidas na Audiência Pública “Revistas íntimas de visitantes em unidades prisionais do Estado de São Paulo”, realizada em 29 de março de 2014, na sede da Defensoria Pública.

²⁴¹ No decorrer do trabalho de campo, pude perceber que agentes pastorais, presos, egressos, familiares e funcionários coincidem na percepção de que unidades femininas e penitenciárias interioranas são significativamente menos visitadas.

²⁴² Embora a SAP reporte a existência, na referida data, de 1.050 detidos sob Medida de Segurança, não faz referência a visitantes cadastrados em hospitais de tratamento e custódia; por isso, não inclui esses 1.050 detentos no contingente de presos expresso na tabela.

Ao vislumbrar tais dados, é preciso ter em mente que não são todos os presos que recebem visitas, que nem todos visitantes cadastrados visitam seus parentes presos frequentemente e que nem sempre a visita é acompanhada da entrega de um jumbo. Não obstante, é certo que o maior o número de jumbos entra nas prisões através das visitas e que o volume de recursos assim introduzidos no ambiente prisional se dimensiona na escala dos milhões (de itens, de quilos, de reais, etc.) Visita e jumbo, portanto, conformam um fluxo fundamental no sistema de abastecimento que funciona nas penitenciárias paulistas²⁴³.

No entanto, como já destaquei em outras ocasiões, a relação entre familiar de preso e instituição punitiva é comumente problematizada em termos estritamente negativos, segundo o que chamei de hipótese da desestruturação (GODOI, 2008, 2011a). Diferentes especialistas convergem na constatação de que a prisão atua no entorno social do preso operando uma espécie de “punição invisível” (MAUER; CHESNEY-LIND, 2002, tradução minha), que além de comprometer formas de subsistência e destituir orçamentos familiares, promove a estigmatização de mulheres, crianças e comunidades, com consequências objetivas e subjetivas bastante graves (BRAMAN, 2002; TRAVIS; WAUL, 2003; COMFORT, 2008). Sem minimizar tais efeitos negativos, num primeiro momento da minha trajetória de pesquisa, procurei ressaltar a importância de prospectar os efeitos positivos e estruturantes que a prisão produz em círculos familiares e grupos sociais vinculados aos presos, no ambiente urbano (GODOI, 2010, 2011a). Tal preocupação decorria da necessidade de não reduzir ao registro de incompletude e deturpação, uma miríade de arranjos familiares e vicinais que cotidianamente se (re)estruturavam em função da prisão de uma pessoa e viabilizavam não só complexas estratégias de sobrevivência, como também dinâmicas de visita e suporte – afetivo e material – a pessoas presas e livres. Agora, retomo essas apreciações críticas da literatura especializada para propor uma outra ênfase: não mais dos efeitos (re)estruturantes da prisão sobre o entorno social do preso, mas do papel estruturante e fundamental das famílias no próprio funcionamento da prisão.

A presença das famílias no ambiente prisional é estratégica na viabilização tanto do regime de processamento, quanto do sistema de abastecimento, que funcionam no sistema carcerário paulista – ou mais precisamente, que o fazem funcionar. Essa centralidade não é contemplada quando se problematiza a experiência dessas famílias nos termos de “consequências colaterais do encarceramento em massa” (MAUER; CHESNEY-LIND, 2002,

²⁴³ Os itens que assim adentram no interior da prisão são redistribuídos entre os presos, por solidariedade ou transações várias.

tradução minha) ou de “prisionização secundária” (COMFORT, 2008, tradução minha). “Colateral”, “secundário” são noções que situam a experiência dos visitantes com o sistema prisional num plano menor, derivado, sugerindo que o funcionamento da prisão massificada seguiria uma mecânica própria, que só inadvertidamente arrastaria mães, mulheres, filhos e amigos dos presos para uma condição pior.

No estado de São Paulo, para quem está preso, a proximidade da família condiciona a experiência da pena, não só pelos vínculos afetivos que permite sustentar, mas porque incide positivamente em seus aspectos legais e materiais. Por outro lado, a própria experiência das pessoas que visitam parentes presos – que procuram saber sobre os seus processos, tentam provocar movimentações processuais, levam jumbos e enviam Sedex – informa sobre o funcionamento intestino da prisão, sobre suas particulares formas de gestão.

Desde esta perspectiva, o quadro que se esboça não é o da imposição de uma pena sobre uns que, por faltas ou excessos, acabaria por contaminar tantos outros, mas de uma administração ampliada das penas que implica igualmente uns e outros, presos e familiares, também agentes civis e estatais – que operam, em grande medida, gerindo os múltiplos e indispensáveis fluxos de pessoas, bens e informações que entram e saem da prisão, precisamente, para fazê-la funcionar. Ao abordar a experiência dos familiares dos presos, não pretendo compreender a (de)formação de uma identidade (COMFORT, 2008), nem as regras, éticas e preceitos morais de um grupo em particular (FERRAZ DE LIMA, 2013), mas abordar e descrever a logística de um sistema – o penitenciário paulista.

5.2. O CONTROLE DAS VISITAS

5.2.1. CADASTRAMENTO

A visita é um dos principais vasos comunicantes que constituem a prisão. No estado de São Paulo, ela sustenta um dos mais volumosos e estratégicos fluxos de informações, coisas e pessoas que conformam o sistema penitenciário e as experiências que dele se têm, dentro e fora de seus muros. Além de um fluxo, a visita é um ciclo, tão estruturante do funcionamento da prisão quanto o ir e vir de seus funcionários, administradores e recursos orçamentários. É um ir e vir, e suas várias repetições. É, portanto, uma circulação, com espacialidade e temporalidade próprias. Territorialmente, o fluxo de visitantes se estende, em

linhas gerais, entre espaços urbanos e periféricos com altos índices de encarceramento e o circuito da espacialização penitenciária paulista, com seus pontos de concentração e vetores de interiorização. Em sua dimensão temporal, o fluxo segue o ritmo das semanas, com os sábados e/ou domingos inteiramente dedicados à realização da visita, aos protocolos de entrada e ao retorno das unidades, e com os demais dias a serem geridos entre o cuidado com os filhos, o trabalho, os afazeres domésticos, o lazer e as atividades próprias à preparação da visita e do jumbo.

O mundo social que se estrutura em função da visita se constitui como um universo absolutamente feminino. Nos preparativos, nos trajetos, nas filas, as mulheres prevalecem. E não só em termos quantitativos; são elas que dinamizam esses territórios, que ocupam o seu centro. Os homens, no mais das vezes, ou são funcionários do Estado ou presos visitados. Se tanto uns quanto outros zelam pela fila e pela logística da visitação; se estão implicados em múltiplos agenciamentos nos diversos momentos do ciclo de visitação, são elas as maiores protagonistas, que mais realizam as passagens e experimentam os seus limites específicos. Embora homens realizem visitas a pais, filhos ou irmãos e passem pelos mesmos procedimentos, a posição deles nos territórios da visitação é quase tão deslocada quanto a do etnógrafo. Por isso, a declinação de gênero mais adequada para se referir aos sujeitos da visita é o feminino: as visitantes.

Para receber visitantes, jumbos e Sedex, o preso recém-chegado numa unidade deve compor o seu rol de visitas, informando à direção o nome completo, a natureza do vínculo e o número de RG das pessoas que o visitarão. A necessidade de informar o número do documento de identificação da visitante já pode exigir alguma comunicação prévia, por carta, telefone ou recado. Um dos primeiros auxílios que prestei a um preso foi exatamente contatar sua mãe, por telefone, para anotar o número de RG dela e entregar para ele numa próxima visita pastoral, para que, assim, pudesse regularizar o seu rol de visitas. O rol de visitas costuma ser composto pela mãe, mulher – cônjuge ou companheira – filhos, pai, irmãos e, excepcionalmente, tios e avós²⁴⁴. Depois do nome incluído no rol e liberado pela administração, para emitir a carteirinha, a visitante deve providenciar cópias de seus documentos pessoais, comprovante de residência, atestado de antecedentes criminais, certidão de casamento ou declaração de união estável registrada em cartório e fotos 3x4. As crianças devem estar formalmente registradas com o nome do pai. Frequentemente, como agentes pastorais, ajudamos nos protocolos de matrimônio e de reconhecimento de paternidade.

²⁴⁴ As normas de visitação estão em Art. 99 a 115 da Resolução SAP 144.

Embora exista um sistema informatizado e centralizado de controle de visitantes, o cadastro deve ser feito a cada transferência do visitado. Segundo variáveis critérios da direção da unidade, durante a tramitação do cadastramento, o preso que já não está em regime de observação poderá ou não ser visitado, no raio ou no parlatório.

A qualquer momento o preso pode requisitar a exclusão – ou inclusão – de um parente em seu rol de visitas. A troca de companheira, no entanto, é dificultada: entre excluir a ex-mulher e incluir uma nova visitante, o preso deve cumprir um lapso mínimo de 6 meses²⁴⁵. Tal medida visa a coibir a visita de pessoas que não tenham uma efetiva relação com o detento. A fim de contornar tais restrições, é comum, por exemplo, que um preso, impossibilitado de incluir uma nova companheira em seu rol, entre em concordância com um colega do mesmo raio, que não recebe visita conjugal, para que ele a inscreva em seu nome. Ela entra para visitar um, mas efetivamente visita outro. O procedimento envolve, no entanto, uma considerável margem de risco: caso um ou outro seja transferido, o preso ficará, por um bom tempo, sem visita, sem jumbo e sem Sedex²⁴⁶.

O cadastro das visitantes pode ser temporária ou definitivamente suspenso a critério da direção da unidade, em decorrência de conflitos entre elas e funcionários ou de tentativas de fazer entrar itens não permitidos. A suspensão – o *gancho* – é um procedimento administrativo absolutamente desjurisdicionalizado, o que restringe as possibilidades de defesa e de recurso.

5.2.2. SENHAS

Senhas são número sequenciais distribuídos individualmente às visitantes pela administração da unidade, por ordem de chegada na prisão, a cada fim de semana. Pela distribuição das senhas, a instituição incide na organização da fila das visitantes; sua sequência baliza a ordem de entrada nos dias de visita sem, no entanto, determiná-la inteiramente. Cada unidade estabelece sua própria política, com normas, formatos e horários de distribuição próprios²⁴⁷.

²⁴⁵ Art. 107 da Resolução SAP 144.

²⁴⁶ Sedex só são distribuídos ao preso se remetidos por familiares que constem em seu rol de visitas.

²⁴⁷ Em algumas unidades pode nem existir, como mostra Ferraz de Lima (2013, p. 16).

A retirada das senhas não marca um início na fila das visitantes, é uma de suas etapas. Para retirá-las, as visitantes já se organizam em fila. Em muitas unidades, a direção não permite a aglomeração de visitantes em suas portas muito antes do horário de distribuição das senhas; no entanto, em algumas penitenciárias metropolitanas onde fiz visitas pastorais, a fila da senha já começa na manhã de sexta-feira, ainda que o dia de visita seja apenas no domingo. Como nas demais filas que pontilham os territórios da visitação carcerária, a fila da senha não é uma linha, uma fila indiana; sua imagem é a de um acampamento. As mulheres organizam uma lista na qual se registra a ordem de chegada e aguardam dispersas, em barracas, dentro dos carros, em pequenos grupos – nessa etapa, a alguns metros da prisão. Dependendo do horário de início de distribuição das senhas, do dia de visita no raio ou unidade²⁴⁸, da distância entre prisão e casa, dos recursos que dispõem, as visitantes podem retirar a senha e voltar para casa, regressando à unidade horas antes de começar a visita; ou podem ficar acampadas até que se comece a entrar na prisão.

Na penitenciária cujo processo de visitação acompanhei mais de perto, na Nova Alta Paulista, as senhas – uma placa de madeira com um número inscrito amarrada a um barbante – são distribuídas a partir das 16 horas de sexta-feira. A administração da unidade também proíbe a aglomeração de visitantes em seus portões muito antes desse horário. A fila das senhas então se estabelece na manhã ou no começo da tarde de sexta-feira, à beira da estrada, afastada algumas dezenas de metros da prisão, junto a um pasto. Nesse espaço, absolutamente desprovido de qualquer comodidade, as primeiras visitantes da fila estabelecem acampamento, pedem comida por telefone, descansam e esperam. No horário prescrito, retiram suas senhas e só então se dirigem para o local onde se hospedam.

A distribuição das senhas continua até o encerramento da entrada na prisão, mas se intensifica na madrugada do dia de visita, período no qual chega o maior número de visitantes. Nesse momento, filas indianas podem se formar – conforme o ritmo das chegadas de ônibus, *vans*, táxis e carros particulares – para logo se dissolver no acampamento. Todo o esforço para estar entre as primeiras da fila visa a estender o tempo que se passa com o visitado, ainda que a custo de um maior tempo de espera. Quem retira as últimas senhas acaba por perder tempo de visita, aguardando seu momento de entrar. Ao contrário de outras instituições públicas e privadas, a prisão não costuma fazer distinção entre fila preferencial e regular; essa diferenciação fica a cargo das próprias visitantes.

²⁴⁸ No interior, as visitas ocorrem aos sábados e domingos, num sistema conhecido como *dobradinha*; na RMSP, algumas unidades recebem visitantes aos sábados ou domingos; em outras, ainda, a visita se divide entre sábados para determinados raios e domingo para outros.

5.2.3. A ORGANIZAÇÃO DA FILA

A fila para entrar na prisão, no dia de visita, não é uma fila indiana clássica. Um pequeno segmento de visitantes enfileiradas, de não mais que 5 ou 6 pessoas, só se forma diante do portão de acesso à unidade quando, nas primeiras horas da manhã, os funcionários da guarita dão início aos procedimentos de entrada; e assim se mantém, nem mais longo, nem muito mais curto, até que a última visitante entre. Dispersas pelo espaço, as visitantes esperam ser chamadas pela *guia* da fila para enfileirarem-se diante da guarita.

A guia é a responsável pela fila perante o conjunto de visitantes, a administração da unidade e a população carcerária. Geralmente, é uma mulher que visita seu marido e tem ampla experiência em visitação. Para assumir tal responsabilidade, que não vem sem seus encargos²⁴⁹, a visitante e seu visitado devem gozar de boa reputação e apuradas habilidades relacionais (BIONDI, 2010, p. 14; FERRAZ DE LIMA, 2013, p. 15-16). Praticidade, autoridade, simpatia e alguma impaciência são características comuns nas guias que vi trabalhando.

Munida de um caderno e de uma caneta, a guia anota o nome e a senha de cada visitante presente. Grávidas, mães de crianças pequenas, idosas e deficientes são identificadas como *preferenciais*. Quando dão início aos procedimentos de entrada, a guia chama as três primeiras senhas, encaixa a primeira das preferenciais e, então, chama a quarta, a quinta, a sexta e outra preferencial, e assim por diante – num sistema de três senhas comuns, uma preferencial. Ela espera a entrada das primeiras para chamar as seguintes, mantendo uma fila indiana bem curta. Conforme a fila “anda”, o sistema se complica, porque, principalmente em unidades interioranas, é comum que visitantes cujas senhas já foram chamadas ainda não tenham chegado às portas da unidade – por atrasos no hotel, no ônibus, no táxi, por erros de cálculo ou inexperiência. Nesses casos, a guia chama as senhas das visitantes presentes e cuida para, o mais rápido possível, encaixar no devido lugar as que vão chegando: “Você está entre ela e ela! Pode esperar ali que já te chamo... Você vai entrar agora... Alguém sabe onde está a Maristela? Quem é Marta? Luiza, Marisa, Lourdes preferencial...”.

²⁴⁹ Como, por exemplo, sempre chegar entre as primeiras na fila e ser uma das últimas a entrar na prisão. Em contrapartida, em algumas unidades, elas podem ser remuneradas pelo coletivo de presos.

No domingo, no interior, o sistema é ainda mais complexo, em decorrência da chegada das visitantes que vieram de *bate e volta*, as quais possuem as últimas senhas²⁵⁰. Como não é considerado justo que entrem por último – já que visitam apenas um dia –, nem que passem na frente de todas – já que todo o esforço para um bom lugar na fila não pode ser desprezado – elas, assim como ocorre com as preferenciais, são identificadas pela guia como bate e volta e encaixadas numa fila dentro da fila – num sistema de três senhas comuns, uma preferencial e uma bate e volta. Como fica evidente, nem a sequência das senhas, nem a ordem de chegada diante da prisão no dia de visita determinam inteiramente o desenrolar da fila; antes, convergem no caderno e na chamada da guia – que ainda encontra tempo para dar vários esclarecimentos sobre o que vai entrar ou não, como uma pessoa pode ir, voltar, quem está vendendo roupa, etc.

Do outro lado do primeiro portão, depois de uma breve identificação, as visitantes, em grupo, ainda esperam por algum tempo, até serem chamadas pelos funcionários para *descer*²⁵¹. Apesar do bloqueio físico, nesse período, visitantes de um lado e do outro do portão continuam conversando, verificando seus jumbos, comprando e trocando itens. Quem está dentro pode sair para ir ao banheiro, conversar com alguém ou comer algo, mas deve estar sempre muito atenta ao comando dos funcionários. A sociabilidade da fila atravessa essa primeira fronteira vertical da prisão.

5.2.4. DIANTE DA PRISÃO

Se o interior da prisão já foi metaforizado como o “país das calças beges²⁵²”, seu exterior imediato, em dia de visita, poderia ser representado como o “vizinho país das calças leggings²⁵³”. Esse tipo de peça se configura quase como o uniforme oficial da visitante²⁵⁴, sendo preferido por elas e pelas agentes de segurança por serem mais fáceis de tirar, vestir e revistar que, por exemplo, uma saia ou uma calça *jeans* – o que acelera os procedimentos de

²⁵⁰ Bate e volta é o termo pelo qual são conhecidos os ônibus que partem dos grandes centros rumo a penitenciárias interioranas no sábado à noite, os quais transportam visitantes que apenas no domingo efetuarão visita.

²⁵¹ Interessante notar como se referem ao processo de entrada como uma descida, não obstante a plena horizontalidade do trajeto.

²⁵² Na música “Diário de um Detento” dos Racionais MC’s e no livro homônimo de Jocenir (2001).

²⁵³ Um tipo de calça justa de tecido sintético.

²⁵⁴ Em algumas unidades, é obrigatório o uso deste modelo de calça.

entrada. Os chinelos de tipo “havaianas” são também praticamente obrigatórios; nas frias primeiras horas da manhã, quase sempre são calçados sobre as meias²⁵⁵. O sutiã não pode ter armação metálica e as camisetas não podem ser inteiramente brancas, nem decotadas, nem sem mangas, nem justas, nem curtas demais para os critérios da agente que revista²⁵⁶. Para combater o frio enquanto esperam, elas se enrolam em cobertas e toalhas. Principalmente para aquelas que visitam seus maridos ou companheiros, a frugalidade da vestimenta imposta é contrabalanceada com perfumes, cremes, maquiagens, esmaltes e penteados – muito do tempo de espera na fila é ocupado por retoques e reforços nesses elementos.

Não obstante essas diretrizes gerais, os critérios que a administração da unidade impõe para a vestimenta das visitantes variam bastante com o passar do tempo e segundo os funcionários que estão de plantão no dia. Por exemplo, a calça *jeans* que era permitida algumas semanas atrás não é mais; um tipo de blusinha que não podia, agora pode; a camiseta que não era curta demais para os funcionários do plantão da semana passada, agora é; uma agente não deixa a visitante entrar calçando o chinelo customizado, a outra deixa²⁵⁷. Questões como essas são discutidas amplamente entre as visitantes enquanto aguardam na fila. Não é raro que, a partir dessas discussões, elas se vejam obrigadas a trocar de roupa naquele momento – ou emprestando, ou comprando de alguém que tenha para vender ou ainda, voltando para casa ou hotel – para, assim, evitar um possível bloqueio na hora da revista²⁵⁸.

Além de caracteristicamente vestidas, as visitantes chegam à fila carregando suas bolsas pessoais e as pesadas sacolas do jumbo. Muito do tempo de espera na fila é consumido em torno dele, em discussões e adequações ainda mais complexas que aquelas engendradas acerca do vestuário. Os jumbos são como que depurados num verdadeiro esforço coletivo, com as visitantes mais experientes ajudando não apenas as novatas – do sistema ou da unidade – mas também aquelas que visitam pouco, que trazem coisas que as visitantes experientes sabem que não entrarão – pelo o que são ou pelo modo como estão acondicionadas. Por meio dessas discussões e depurações é possível apreender os elementos centrais na composição de um jumbo – comida pronta, doces e salgados, bebidas, artigos de

²⁵⁵ Chinelo e meia também são de uso comum entre os presos.

²⁵⁶ Comfort (2008) discute os custos materiais e simbólicos da manutenção pelas visitantes de um “guarda-roupas da prisão”.

²⁵⁷ Ferraz de Lima (2013, p. 54) aborda a distinção entre plantões “sujeitos” e “limpos” e as implicações de cada um na preparação para a entrada.

²⁵⁸ A variabilidade das regras para o vestuário e da rigorosidade nas revistas fomenta o mercado de venda e aluguel de roupas nas portas dos presídios.

higiene pessoal e roupas – e os múltiplos critérios e especificações que a administração prisional impõe a cada item para a liberação de sua entrada.

Na unidade cuja fila observei mais de perto, comidas prontas como arroz, feijão, massas, carnes, legumes, verduras, saladas, tortas e bolos deveriam estar distribuídas em até 4 recipientes plásticos; sempre submetidas a diversas restrições. Por exemplo, pratos como lasanha, nhoque e bolo recheado estavam vetados, assim como determinados ingredientes – como beterraba e milho²⁵⁹. Os doces e salgados deveriam ser postos em uma determinada quantidade de sacos plásticos transparentes. As bebidas limitavam-se a 2 garrafas de refrigerante (de 2 litros, lacradas, sem rótulo e não congeladas) e um certo número de pequenas embalagens de suco solúvel²⁶⁰. Bebidas avermelhadas de sabor uva e framboesa não eram permitidas. Os diversos artigos de higiene pessoal também estavam submetidos a normas específicas: sabonetes deveriam ser brancos e acondicionados em sacos plásticos, fora da embalagem original; desodorantes não poderiam conter álcool, nem ser aplicáveis por meio de *spray* ou aerossol; frascos de xampus e condicionadores deveriam ser transparentes. As roupas e calçados que as visitantes levavam para os visitados igualmente estavam submetidos a restrições de quantidade e de modelos.

A multiplicidade das regras e sua alta variabilidade²⁶¹ – entre unidades e com o passar do tempo – impõe todo um exercício (individual e coletivo) de contínuas verificações e adequações do jumbo. As visitantes seguidamente reviram suas sacolas enquanto conversam sobre o que estão levando, sobre os itens que já viram serem barrados em outras ocasiões, sobre as mais destacadas implicâncias dos funcionários dos diferentes plantões, etc. Nesses diálogos não é raro que visitantes dispensem itens considerados inadequados ou, ao perceberem que estão levando itens em excesso, peçam àquelas que vão para o mesmo raio e que não completaram seus jumbos, para entrarem com um recipiente de comida, um saco de bolachas, uma blusa²⁶².

Para além da adequação do vestuário e da depuração do jumbo, o tempo na fila é ocupado com tantas outras conversas e transações. As visitantes trocam informações sobre as

²⁵⁹ O milho, de fácil fermentação, é utilizado na fabricação da *Maria Louca* – a bebida alcoólica da prisão.

²⁶⁰ Algumas visitantes, para não beberem a água da unidade, levam garrafas de água mineral, as quais devem estar lacradas e com rótulo.

²⁶¹ Conversando sobre o tema com presos e egressos, explicaram-me que cada proibição está relacionada a uma tentativa fracassada de fazer entrar alguma coisa ilegal, ou a uma prática ilegal ou irregular no lado de dentro – o que sugere um certo caráter reativo na produção cotidiana das fronteiras da prisão.

²⁶² Essa é uma transação comum, mas arriscada, devido à possibilidade de quem faz o favor acabar sendo, sem saber, utilizada como *mula*. Sobre solidariedade e desconfiança na sociabilidade da fila ver Ferraz de Lima (2013).

possibilidades de trajeto, os preços do mercado, a saúde dos filhos, o processo dos maridos. Ademais, como um número significativo de visitantes trazem consigo seus filhos pequenos, o tempo na fila é entrecortado por brincadeiras, broncas e cuidados, como fazer dormir, trocar a fralda, dar de comer – o que, pelas precárias condições do espaço, sempre exige alguma colaboração e solidariedade das outras visitantes.

5.2.5. OS PROCEDIMENTOS DE ENTRADA

Na guarita, as visitantes se identificam, mostram sua senha, sua carteirinha e algum documento pessoal; informam quem e em qual raio irão visitar. Recebem então uma filipeta contendo seu nome e o de seu visitado, a data e o raio de destino. Do outro lado do portão, esperam a formação de um grupo para “descer”. Quando chamadas, atravessam o estacionamento e acessam o prédio localizado diante da muralha por uma entrada que lhes é própria. Nesse prédio, entre vias e espaços determinados, acontece o maior número de controles e passagens. As visitantes devem deixar num guarda-volumes suas bolsas com documentos e com telefones celulares devidamente desligados; itens pessoais que irão entrar – como um batom, um pente, preservativos, absorventes²⁶³ e algum medicamento²⁶⁴ – devem ser postos em sacolas plásticas transparentes. As senhas são utilizadas como identificadores das bolsas no guarda-volumes.

A revista do jumbo é um dos procedimentos mais demorados. Os pacotes passam por um aparelho de raios X, semelhante àqueles utilizados em aeroportos. Em seguida, agentes de segurança penitenciária retiram todos os itens da sacola e os inspecionam em suas quantidades, qualidades e detalhes. Os recipientes são abertos e é comum que a comida pronta seja perfurada diversas vezes com um garfo ou uma faca. As garrafas de refrigerante são abertas e o gás deve sair sonoro. Sabonetes podem ser partidos ao meio. Odores de xampus, cremes e desodorantes também são testados. Roupas são minuciosamente revistadas em suas costuras e dobras. Os elementos vetados ficam ali retidos e dificilmente serão recuperados após a visita. A revista do jumbo serve de ocasião para múltiplos desentendimentos e

²⁶³ Em algumas unidades, os absorventes trazidos pelas visitantes são trocados por outros, fornecidos pela administração.

²⁶⁴ Sempre acompanhado de receita médica.

conflitos entre visitantes e agentes estatais, pelos critérios aplicados ou pelo modo de manipulação dos itens.

O corpo das visitantes é objeto de um escrutínio ainda maior. Num cubículo, sozinhas ou em pequenos grupos, diante do olhar minucioso das agentes de segurança penitenciária, as visitantes devem se despir completamente, entregando peça por peça de roupa para ser revistada. Nuas, precisam se posicionar de costas, voltadas para a parede. Então, devem soltar, sacudir e erguer o cabelo, mostrar as solas dos pés e agachar uma, duas, três vezes. O movimento abre suas partes íntimas, enquanto as agentes observam se há indícios de objetos introduzidos. Quando há suspeita, mandam a visitante repetir o movimento, abaixar mais, fazer força, limpar algum corrimento, abrir mais com as mãos. Se permanece a dúvida, podem chamar outras agentes para verificar. A visitante suspeita, às vezes obesa, às vezes idosa, tem que ficar ali agachada, enquanto as agentes fazem perguntas e insinuações, discutem aspectos de seu corpo, não se contentam com o que veem. No limite, quando desistem de verificar por elas mesmas, mandam a visitante se vestir, barram sua entrada e o comunicam aos seus superiores. Se a suspeita insiste em querer entrar, estes providenciam uma escolta, que a conduzirá a um hospital, no qual será submetida a um raio-X. Homens e crianças de todas as idades também passam por procedimentos análogos²⁶⁵.

Do ponto de vista dos gestores e operadores do sistema prisional paulista, esse tipo de procedimento é conhecido como “revista íntima”, e é justificado como uma necessidade, um procedimento de segurança, principalmente, para evitar a entrada de drogas e telefones celulares (seus carregadores, baterias e *chips*) tidos como grandes perturbadores da boa ordem prisional. “Um constrangimento legal”, ouvi certa vez de um funcionário. Sua obscenidade é considerada como um elemento técnico, um meio infeliz, mas disponível, de vedar a entrada desses objetos, num contexto marcado pela falta de pessoal, de espaços adequados à visitação, de orçamento e de tecnologias mais avançadas. Do ponto de vista de determinados setores da sociedade civil organizada – entre eles a Pastoral Carcerária – o nome mais apropriado para essa prática corrente é “revista vexatória”, injustificável pela violência e ilegalidade²⁶⁶. De um ponto de vista mais analítico, a revista vexatória pode ser considerada um ritual de degradação que marca a passagem do mundo livre ao prisional, assinalando no corpo da visitante seu

²⁶⁵ Relatos verídicos e dramáticos de revistas vexatórias podem ser consultados em <http://www.fimdarevistavexatoria.org.br>.

²⁶⁶ Em julho de 2014, foi aprovada lei que veta o procedimento no estado; em agosto, a lei foi promulgada pelo governador. Não pude explorar, no âmbito desta pesquisa, os desdobramentos práticos oriundos da nova legislação.

necessário e absoluto assujeitamento aos desígnios da administração penitenciária²⁶⁷. O cubículo no qual se realiza esta revista se constitui, então, como um território liminar por definição, entre o dentro e o fora da prisão, no qual a visitante ainda não está inteiramente dentro – porque ainda não acabou de entrar, ainda não viu quem quer ver – e já não se encontra do lado de fora – porque já não está livre das exigências da administração penitenciária²⁶⁸. É, portanto, um lugar de transição e uma passagem obrigatória, onde a condição, o *status* da mulher perante o Estado são postos em suspenso, ficam indeterminados. De um lado, ela ainda é uma pessoa livre, que está ali, em princípio, por espontânea vontade e pode dar as costas a qualquer momento; de outro, se quiser seguir adiante, ela já é alguém totalmente submetida às regras, comandos e procedimentos dos agentes estatais, por mais vexatórios que sejam. Meio livre, meio prisioneira: naquele cubículo por vontade própria, mas nua e agachada diante do escrutínio de uma agente de segurança penitenciária. Para entrar livremente na prisão, a visitante é obrigada a passar por esse ritual de degradação; muitas não suportam tamanha prova e a revista vexatória acaba por funcionar como um filtro, um elemento dissuasivo para a visita, que reforça a segregação de quem está do lado de dentro²⁶⁹.

Além da revista vexatória, dois outros procedimentos complementam a revista corporal da visitante: a passagem por um portal e o sentar num banquinho, ambos funcionando como detector de metais. Os corpos das visitantes e suas vestes são, portanto, triplamente inspecionados antes de entrarem na prisão²⁷⁰. O apitar de um desses aparelhos pode levar à repetição do procedimento, a uma revista corporal mais minuciosa ou bastar para interromper a entrada da visitante. Esses vários procedimentos, seus comandos, percalços e repetições também dão ensejo a inúmeros conflitos entre agentes estatais e familiares de presos, quando, por exemplo, o aparelho insiste em apitar mesmo tendo a visitante removido qualquer vestígio de metal de seu corpo, ou o tratamento da funcionária é interpretado como

²⁶⁷ Em comunicação pessoal, a antropóloga Bruna Mantese de Souza me chamou a atenção para as possibilidades críticas de se pensar a revista vexatória nos termos de um estupro de guerra, tal como é qualificado por Das (2007). A professora Adriana Vianna, por sua vez, também em comunicação pessoal, apontou para as possibilidades de se pensar esses procedimentos invasivos como técnicas de generificação de corpos, espaços e estéticas, de produção mesmo de um feminino. Ainda que sem condições de desenvolver a contento essas frutíferas sugestões, no final desta tese busco abordar algumas “questões de gênero” que permeiam este trabalho.

²⁶⁸ Ricordeau (2012) discute a sala de visita nas prisões francesas também como espaço liminar, híbrido de dentro e fora.

²⁶⁹ Este argumento é levantado por Patrick Cacicedo, coordenador do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (SILVEIRA, 2013).

²⁷⁰ Em algumas unidades, visitantes homens passam por verificação datiloscópica eletrônica, na entrada e na saída.

ofensivo, ou a postura da visitante é tida como inapropriada. Conforme o entendimento dos funcionários sobre a gravidade de uma tentativa de fazer entrar artigos que não estão permitidos, ou sobre os conflitos gerados durante as revistas, as visitantes estão sujeitas a sanções, as quais vão desde o indiciamento policial – em casos de relatos de desacatos ou ameaças graves, por exemplo – até o gancho – a suspensão temporária do direito à visitação.

Só depois de passarem por esses vários procedimentos, as visitantes e seus jumbos atravessam o portão que se abre na muralha. São, então, conduzidas por agentes de segurança penitenciária até a gaiola do raio que visitarão, onde seus familiares as esperam.

5.2.6. A VISITA

O modo como a visita efetivamente se realiza pode variar bastante conforme o tipo e a localização das unidades. No CRP, por exemplo, só há visitas curtas no parlatório, enquanto em penitenciárias comuns, elas são excepcionais. Tampouco pode se organizar da mesma forma a visita num grande CPP como o de Franco da Rocha e num diminuto CR²⁷¹. Um traço comum à maioria das visitas é que elas se efetuam nos espaços de convívio regular dos presos, nos raios e celas, não havendo um lugar específico para esses eventos, como, por exemplo, na maioria dos presídios dos Estados Unidos (cf. COMFORT, 2008). Quanto à localização, as unidades diferem na quantidade de dias destinados à visita. Na região metropolitana, visitas ocorrem ou sábado ou domingo, enquanto nas unidades do fundão vigora o regime de dobradinha, com visitas aos sábados e domingos. O número de visitantes dessas distantes unidades interioranas é relativamente reduzido. Uma penitenciária do oeste paulista que, em meados de 2013, abrigava por volta de 1.600 presos, recebia, aos finais de semana, cerca de uma centena de visitantes, às vezes mais, às vezes menos – mas nunca, sequer a metade dos internos chegava a ser simultaneamente visitada. A distância diminui o volume e a frequência das visitas, funcionando como forma efetiva de intensificação da segregação e da pena que se impõem nessas unidades. Como se trata de um número reduzido de visitantes frente a muito mais que um milhar de presos, as visitas no fundão em nada evocam aquela imagem construída – com referência especialmente à dinâmica que vigorava

²⁷¹ Em Franco da Rocha, celas coletivas chegam a abrigar simultaneamente mais de 70 presos, ao passo que num CR, dificilmente chegam a uma dezena.

no Carandiru – do dia de visita como dia de festa, em que os pátios são tomados por crianças e casais enamorados, como se a prisão se abrisse e se convertesse, ainda que momentaneamente, num espaço público como outro qualquer. Se reminiscências de uma tal dinâmica podem existir em algumas penitenciárias e, principalmente, nos CDPs metropolitanos – mais visitados, mais apertados e superlotados; nas unidades do interior mais distante, a visita é um ritual privado.

Na gaiola do raio, a visitante é recebida por seu visitado e o acompanha até uma cela, onde passarão praticamente todo o dia. A cela pode ser ou não a que o visitado reside²⁷², também pode abrigar uma ou mais visitas. Quem não está recebendo visita naquele momento e tem sua cela utilizada para tanto, deve permanecer o tempo todo no pátio. Visitas familiares – de pais, mães e irmãs – são mais frequentemente combinadas, evitando-se assim o deslocamento de um número excessivo de presos. Duas visitas conjugais, no entanto, conforme a necessidade e as avaliações dos presos, também podem ocorrer numa mesma cela, sendo a privacidade construída por meio de um lençol pendurado dividindo o espaço ao meio – o *quieto*²⁷³.

A cela é, portanto, o lugar por excelência da visita, onde visitantes e visitados comem, conversam e se amam²⁷⁴. Apesar da privacidade concedida ou construída, a visita não transcorre em absoluto isolamento. Contatos entre visitados e não-visitados são frequentes: por exemplo, para que uns distribuam para os outros porções da comida que acabaram de receber²⁷⁵; para que sejam avisados da hora; ou para apresentarem um amigo muito querido à família. O contato entre visitantes também pode ocorrer quando mães, pais e filhos compartilham uma mesma cela ou quando, para ter momentos de privacidade, uma esposa deixa a filha ou o filho com uma amiga mais próxima. Contatos entre visitantes e não-visitados são bem mais rarefeitos, só são permitidos com a mediação expressa dos visitados; o mais comum é a evitação – presos não olham e nem dirigem a palavra a visitantes de seus colegas.

²⁷² Depende da confluência de visitados numa mesma cela, e da disponibilidade de celas, considerando-se os deslocamentos necessários e desejáveis.

²⁷³ Interessante notar que a estruturação de um bloqueio no espaço é designada, justamente, por aquilo que não bloqueia: o som.

²⁷⁴ A visita íntima é um direito garantido em lei, mas, em unidades masculinas, quem a governa são os presos; a administração pouco ou nada interfere, limitando-se a deixar ou não a visitante entrar. Em unidades femininas, o quadro é bastante diverso, como mostra Padovani (2010).

²⁷⁵ Toda a comida levada num jumbo costuma ser consumida no ato.

5.2.7. ACESSOS E OBJETOS

Os mecanismos de controle das visitas apresentam duas características marcantes, as quais iluminam certas dimensões estruturantes das atuais formas de governo penitenciário: trata-se, de um lado, de uma gestão voltada aos acessos e passagens; e de outro, aos objetos. A gestão dos fluxos penitenciários – da mobilidade de pessoas, coisas e informações, entre dentro e fora da prisão – opera por um controle da acessibilidade, pelo estabelecimento de protocolos e pontos de passagem obrigatórios, através dos quais se regula quem (o que e como) pode ou não seguir num trajeto. A exigência de cadastramentos sucessivos, aliada à manutenção de um banco de dados de visitantes – com informações sobre todas as pessoas e unidades por elas visitadas – funciona nesse sentido. Quem apresenta trajetórias consideradas anômalas, que, na condição de mulher ou companheira, visita um, depois outro preso, na mesma ou em outra unidade, encontra maiores dificuldades para se cadastrar²⁷⁶; quem apresenta antecedentes criminais ou responde a um processo judicial, quem não tem como comprovar residência, crianças que ainda não puderam ser registradas com o nome do pai têm, de partida, a entrada bloqueada.

Às portas da prisão, a dinâmica que vigora se assemelha à do *checkpoint* (cf. DAS; POOLE, 2008) – mais precisamente, a uma sucessão de *checkpoints*. Na guarita, checagem de documentação; depois, revista de jumbo, verificação de vestimenta, detectores de metais, revista vexatória; em cada ponto uma triagem é feita e algumas visitantes são impedidas de entrar. O poder se exerce como um filtro: ele retém ou deixa passar, nunca sem antes verificar minuciosamente uma profusão de condições e detalhes²⁷⁷. Em cada checagem, a autoridade do agente estatal é exercida e atualizada, abrindo espaço para humilhações sutis e declaradas, para conflitos mais ou menos graves, mas também para múltiplas negociações e até algumas transações monetárias²⁷⁸.

²⁷⁶ Sobre a “traçabilidade” como um expediente central nos atuais sistemas de controle voltados para a mobilidade, ver Bennet e Regan (2004, p. 450) e Bonditti (2005).

²⁷⁷ Dinâmicas análogas de gestão de mobilidades – como modo renovado de efetuação do poder estatal – são analisadas por diversos estudiosos preocupados com a construção simbólica e empírica das fronteiras nacionais, num mundo caracterizado pela profusão de fluxos globais. Os trabalhos de Bennet e Regan (2004); Cutitta (2007); Bigo, Bocco e Piermay (2009) e Bigo (2009) convergem na constatação de que a gestão estatal de fluxos migratórios, mercantis e informacionais não se realiza por técnicas disciplinares de vigilância exaustiva e individualizada, mas pelo acompanhamento de percursos agregados e pela determinação de bloqueios e destinos. Para uma discussão sobre as continuidades e descontinuidades entre os modos de regulação e produção de fronteiras nacionais e prisionais, ver Padovani (2013).

²⁷⁸ Na prisão, deixar entrar ou deixar sair podem ser consideradas mercadorias políticas por excelência, nos termos de Misse (2006).

Assim como o “isolamento” do castigo, dentro da prisão, pode ser pensado como uma interrupção de diversos dos fluxos que condicionam a experiência cotidiana da pena, a segregação própria da prisão – esta mesma experiência cotidiana – pode ser pensada como o efeito de uma triagem, onde alguns fluxos são interrompidos e outros liberados. A diferença entre um dentro e um fora não se produziria meramente pela intransponível muralha, mas pela permeabilidade seletiva que rege o funcionamento dos vasos comunicantes que conectam um espaço ao outro.

Se de um lado, as agências estatais, pelo modo como investem na manutenção dos presos, incita a responsabilização deles e de seus familiares pela viabilização de parcela importante do abastecimento prisional; por outro, através de múltiplos e mutáveis critérios, bem como de sucessivos controles e revistas, essas agências não só estão inteiramente implicadas nesse abastecimento, como reivindicam a total soberania sobre as condições e circunstâncias em que pode se realizar. Em suma, o Estado não se ausenta ao impor um regime de absoluta escassez material, ele centra suas energias na verificação e filtragem dos fluxos que mobiliza. Os contínuos esforços das visitantes em adequar a roupa e depurar o jumbo, diante da unidade, são efeitos desse particular modo de o Estado se fazer presente.

Nestes termos, o governo penitenciário se aproxima bastante da formulação foucaultiana de governamentalidade, como um exercício de poder que se efetua pela gestão generalizada de um complexo constituído por homens e coisas (FOUCAULT, 2008a, p. 128-129). Governar a prisão é gerir os fluxos de pessoas e coisas que a atravessam. As coisas, ou melhor, os objetos²⁷⁹ são alvos privilegiados da vigilância e escrutínio prisional, porque tanto podem atender às necessidades mais básicas, como podem representar privilégios e regalias, ou ainda materializar ameaças para presos e funcionários. Por isso, a filtragem penitenciária tanto se ocupa dos mínimos detalhes dos mínimos itens: os ingredientes do prato, a cor do suco, o tipo de desodorante, os bolsos da calça. Por exemplo, o grão de milho pode complementar a alimentação de uma pessoa, mas pode também fermentar numa garrafa, passar por um destilador improvisado e produzir a Maria Louca, numa velocidade maior e com um teor melhor que o do grão de arroz. Uma caneta azul pode produzir um requerimento de benefício, um sabonete azul pode higienizar, mas ambos podem disfarçar um corte que é feito, dia a dia, pacientemente, numa grade de cela, quase sempre azul. Um fio de cobre pode aquecer o café ou a água do banho, mas pode também carregar a bateria de um telefone

²⁷⁹ Nesse caso, é melhor falar em objetos, porque “coisa”, no sistema penitenciário paulista, tem uma conotação muito específica: “coisa” é quem não é relacionado ao PCC – policiais, membros excluídos, integrantes de outras facções, etc. (MARQUES, 2009).

celular. Associado a um destilador, o milho pode levar à embriaguez, que pode levar a um sono tranquilo ou a uma briga de morte; a caneta ou sabonete, associados a uma serra e uma grade, pode gerar uma faca ou uma fuga; o fio de cobre, pela associação com o celular, pode levar a uma série de rebeliões coordenadas ou de telefonemas para a família. Na prisão, as coisas enveredam por associações insuspeitas, em “gambiarrras” múltiplas que servem para contornar as limitações que a prisão impõe e que, por isso mesmo, são objetos privilegiados da vigilância prisional. A rede carcerária, nesse sentido, é uma rede sociotécnica, que associa humanos e não-humanos, sujeitos e artefatos, actantes, híbridos e mediadores, nos termos de Latour (1994a). Mais do que as subjetividades individuais dos presos, é esta vasta e múltipla rede sociotécnica o alvo e o meio do governo carcerário.

Do ponto de vista da administração penitenciária, os objetos carregam em si diferentes potenciais de inocência e periculosidade, por isso, para entrar na prisão, devem atender a determinados critérios, passar por aparelhos de raios X e ser minuciosamente revistados, da mesma forma que as pessoas. Em contrapartida, as pessoas são abordadas pelas autoridades prisionais como se fossem objetos, desprovidos de uma dignidade distinta, propriamente humana. Durante os procedimentos de entrada, os corpos das visitantes são interpelados na qualidade de invólucros, recipientes e disfarces para outros objetos. A humilhação experimentada nas diversas revistas que antecedem a entrada na prisão tem nesse processo de objetificação um de seus principais fundamentos. Se a revista vexatória pode ser considerada um ritual de degradação é porque marca e expressa essa transmutação da visitante, de ser humano, de sujeito de direitos para mais um dos objetos de governo.

O governo penitenciário se mostra claramente como a gestão generalizada de um complexo fluir de humanos e não-humanos pela apreciação dos principais mecanismos de vigilância e controle voltados para as visitas. Entretanto, a mesma formulação vale para o controle dos presos. Nestes termos, é possível compreender porque ao invés de investir disciplinarmente sobre as atividades e subjetividades dos detentos, os funcionários da prisão estão mais preocupados em regular acessos e revistar corpos, celas e pertences.

O cotidiano dos funcionários alocados numa gaiola – aqueles que estão em contato mais direto com a população de um raio – é pontuado por diversos expedientes de gestão de mobilidades – de trânsitos. Todos os dias eles abrem e fecham a tranca, liberando o acesso ao pátio e recolhendo os presos para as celas, também regulam o acesso às oficinas, à escola, ao atendimento de advogados, médicos, dentistas; encaminham presos para o seguro ou para o castigo, para audiências no fórum, para outros raios ou unidades. Nas diversas passagens de um trajeto, as prerrogativas da circulação de cada um são questionadas e verificadas, e os

corpos são seguidamente revistados. Esse cotidiano é entrecortado pela realização de *blitz* esporádicas numa cela, num raio específico ou numa unidade inteira. Nessas ocasiões, os presos são retirados das celas, despídos, revistados e enfileirados no pátio; as celas são minuciosamente revistadas em todas as suas dimensões e cavidades, assim como os pertences pessoais de seus ocupantes, numa busca detalhista por tudo o que for considerado ilegal no ambiente prisional. A *blitz* é a maneira cotidiana de a administração penitenciária procurar desfazer certas associações entre homens e objetos, consideradas perigosas não só para a integridade de presos e funcionários, mas, sobretudo, para a austeridade da própria prisão.

Entre as informações disponibilizadas pela SAP à Defensoria Pública em 2014, constam números de apreensões de telefones e drogas no ano de 2012, por tipo de flagrante. Os dados apontam para a importância das revistas e *blitz* na unidade frente o controle dos acessos de fora para dentro.

Tabela 12 - Número de apreensões de telefones e drogas, por tipo de flagrante, segundo regime de pena, em 2012 (SAP apud DEPESP, 2014b)

	Telefones			Drogas		
	Regime Fechado	Regime Semi aberto	Total	Regime Fechado	Regime Semi aberto	Total
Na cela	2734	3994	6728	1828	472	2300
No interior da unidade, fora da cela	1310	2122	3432	1011	342	1353
Com funcionário da SAP	44	32	76	0	0	0
Com advogados, juízes, promotores e defensores públicos	1	0	1	1	0	1
Com funcionários de empresas	44	1	45	0	0	0
Com visitantes	433	6	439	346	8	354
Na área externa	1218	1264	2482	152	232	384
Outros meios	44	0	44	23	2	25
Total	5828	7419	13247	3361	1056	4417

Elaboração minha.

Os dados de apreensões e a própria tipologia que a SAP emprega para classificar os flagrantes já apontam para a centralidade de um controle exercido sobre o meio ambiente prisional, das buscas e revistas nos diferentes espaços da unidade. Dentro da cela, fora da cela – mas dentro da unidade – e “na área externa” são os locais onde se concentra o maior número de apreensões. De todo modo, no mais das vezes, o que é apreendido já está dentro da prisão. Esse tipo de flagrante é muito mais frequente que os efetuados fora, “na área externa”, ou nas passagens, “com visitantes”, “com funcionários da SAP” ou “de empresas”, com operadores

do sistema de justiça ou por “outros meios”. Nos flagrantes efetuados nas passagens, a indistinção administrativa entre pessoas e objetos é manifesta. Nos registros de apreensões “com funcionários da SAP” e “com funcionários de empresas” não se especifica se os itens proibidos estavam em seus corpos ou em seus insumos de trabalho; assim como nas apreensões “com visitantes” não se diferencia flagrantes decorrentes de revistas corporais daqueles efetuados nos jumbos. Quanto aos flagrantes por “outros meios”, em notas de rodapé, a SAP esclarece que se trata de flagrantes em Sedex ou no corpo de presos (SAP apud DEPESP, 2014b, p. 13).

Entre os flagrantes efetuados nas passagens, o tipo “com visitantes” se destaca. No entanto, essa cifra não pode ser apenas confrontada com as demais da tabela, ela deve ser considerada em relação ao volume de visitas no mesmo período. Como já mencionei, a SAP informou à Defensoria Pública que, em 2012, entre unidades de regime fechado e semiaberto, foram realizadas 3.407.926 visitas (Ibid.). No mesmo período, foram apenas 793 apreensões de drogas e telefones “com visitantes”. Para cada flagrante efetuado na passagem de uma visitante, foram realizadas cerca de 4.297,5 revistas vexatórias, 8.595 verificações por detector de metais e outras milhares de revistas de jumbo. Portanto, a relativa maior frequência de flagrantes “com visitantes” não diminui o caráter abusivo dos procedimentos aos quais são submetidas. Ademais, a discrepância no número de apreensões entre os diferentes agentes que passam de fora para dentro da prisão remete mais às diferenças no rigor das revistas a que uns e outros são submetidos do que à afinidade das visitantes com passagens ilegais – uma vez que, de qualquer modo, o maior número de apreensões se realiza dentro das unidades. Funcionários da SAP, de empresas e operadores do sistema de justiça – também agentes de assistência religiosa, como os da Pastoral Carcerária – não costumam ser submetidos a revistas corporais muito minuciosas e, menos ainda, a revistas vexatórias.

Tais ponderações não visam a (des)responsabilizar um ou outro segmento pelo contrabando de ilícitos para o ambiente prisional. Esse contrabando pode se efetuar por todo e qualquer vaso comunicante, e não há elementos que permitam inferir que um ou outro constitua uma via preferencial. Telefones e drogas entram na prisão tanto pelas vias mais previsíveis – como visitantes e funcionários – como pelas mais insuspeitas – como catapultas que arremessam itens por sobre as muralhas²⁸⁰, pombos-correios (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009) e aeromodelos (SIQUEIRA, 2012). O que me parece importante ressaltar é que esses elementos se imiscuem na vasta rede sociotécnica carcerária, e que, tanto sua presença,

²⁸⁰ Situação registrada em caderno de campo.

quanto sua perseguição sistemática são constitutivas da experiência da pena que se impõe nas prisões de São Paulo. Em suma, quero enfatizar que as fronteiras da prisão não se debilitam porque esses elementos entram, mas que eles entram porque essas mesmas fronteiras são também feitas de necessárias passagens, de inúmeros acessos, com seus controles, contornamentos e falhas.

Neste sentido, considero que se perde de vista elementos estruturantes do funcionamento atual do sistema penitenciário paulista quando se reputa exclusivamente ao telefone celular a força e a capilaridade do PCC, a ocorrência de megarrebeliões e, no limite, a própria diluição das fronteiras entre dentro e fora das prisões (cf. ADORNO; DIAS, 2013). É verdade que o porte de telefone celular constitui atualmente a mais importante infração do sistema penitenciário paulista, como mostram a tabela que elaborei com os dados da SAP sobre apreensões no ano de 2012, as análises de Dias (2014) sobre os processos de sindicância em algumas unidades, entre 2000 e 2008, e mesmo a reforma da LEP de 2003. É verdade também que nos mais diversos domínios da vida social, o telefone celular – articulando conectividade instantânea e mobilidade ampliada – opera transformações significativas nas formas de sociabilidade, gerando novas possibilidades de relação entre pessoas, grupos e lugares (DIMINESCU, 2002). No entanto, no que diz respeito especificamente à prisão, não se pode olvidar que o celular é ainda um objeto, que embora apresente um potencial específico de subversão da segregação prisional, continua tão material, tão concreto quanto uma porção de maconha, um par de chinelos, um saco de cimento ou um prato de comida. A entrada do telefone celular na prisão pressupõe toda a rede de vasos comunicantes que fazem seu abastecimento. Ao contrário de Adorno e Dias, que consideram o “recurso a essa tecnologia (...) como condição necessária – embora não suficiente – para o estabelecimento de vínculos duradouros entre indivíduos e grupos situados dentro e fora da prisão” (2013, p. 16-17), a durabilidade desses vínculos não me parece artifício do telefone celular, mas condição de funcionamento da própria instituição. Ademais, um regime de processamento que, para fluir, depende da mobilização contínua de diversos agentes, dentro e fora dos muros; bem como uma punição que se modula pela ampliação das distâncias entre lugar de cumprimento de pena e de origem, fazem do telefone celular algo tão útil para o bom funcionamento da prisão, quanto para a fluidez do chamado “crime organizado”. O telefone não serve apenas para integrantes do PCC empreenderem negócios ilícitos, mas também para um preso qualquer falar com a família distante e pedir um Sedex, com a blusa de frio que a unidade não fornece e que pode preveni-lo de ficar doente; ou com o advogado que tem notícias sobre um processo de apelação que a equipe jurídica “da casa” nem sabe que existe, mas que pode tirá-

lo imediatamente de uma cela superlotada²⁸¹. A ambiguidade do uso do telefone celular na prisão se verifica mesmo quando se considera ações propriamente delitivas: assim como o aparelho pode ser utilizado a fim de desestabilizar a ordem prisional, decretar mortes e atentados na rua ou operacionalizar o tráfico de drogas, ele também vem se constituindo como um dos principais suportes das forças da ordem na investigação e repressão dessas mesmas práticas. A interceptação de chamadas – as escutas ou grampos –, também o levantamento de posse e localização dos números registrados em milhares de telefones apreendidos, dentro e fora das prisões, são expedientes atualmente fundamentais na viabilização de investigações policiais e mesmo na produção de provas judiciais (JOZINO, 2005, 2008; SOUZA, 2007). Como qualquer outro vaso comunicante que constitui a prisão, o telefone celular não tem um uso unívoco, nem está livre de constrangimentos e controles impostos pelas agências estatais.

5.3. UMA FILA DE CENTENAS E CENTENAS DE QUILOMETROS

5.3.1. SENTIDOS DA INTERIORIZAÇÃO

A pulverização de penitenciárias em áreas rurais de pequenos municípios do interior mais distante – o que chamei de processo de expansão interiorizada – intensifica a punição que o Estado de São Paulo aplica a seus condenados. Considerando a origem majoritariamente urbana da população carcerária (DEPEN, 2014), a disposição espacial das unidades voltadas ao cumprimento de pena acaba por duplicar, pela distância, a segregação das muralhas. A distância complica a manutenção de vínculos entre presos e seus familiares; aumenta os custos da visita, do jumbo e do Sedex; dificulta o acompanhamento do fluxo processual, bem como diminui as possibilidades de interferência. Embora o funcionamento das varas de execução varie muito de um lugar a outro, ainda que as unidades interioranas sejam menos superlotadas que os CDPs metropolitanos, se se considera a centralidade da família no regime de processamento e no sistema de abastecimento das prisões paulistas, a

²⁸¹ Parece-me importante também considerar que telefones celulares são comumente introduzidos em prisões da Argentina (ROIG et al., 2014) e França (RICORDEAU, 2012, p. 10-11), lugares nos quais algo semelhante ao PCC não existe.

interiorização penitenciária, em linhas gerais, tende a produzir penas mais extensas e em piores condições de cumprimento.

No entanto, não me parece exato reduzir o processo de expansão interiorizada a uma política de banimento revisitada. O oeste paulista não é a Guiana, nem a Sibéria, nem a Polônia; tais aproximações não podem deixar de ser retóricas, por vários motivos. Como já destaquei, no decorrer de uma pena mais ou menos longa, o preso experimenta uma intensa circulação por diversos territórios – “Diadema, Parelheiros, Mirandópolis, Serra Azul e agora aqui”; “Pinheiros, Parelheiros, Potim, Presidente Venceslau, Pracinha, Pacaembu, rua e agora aqui”. O extremo oeste do estado não é necessariamente o destino final do condenado, é um lugar de passagem e de ampla circulação. Ademais, existe também uma intensa circulação de processos (criminais, de execução, de apelação) entre unidades e varas mais ou menos especializadas, em cidades de diferentes portes, incluindo a capital, de modo que são tantas e tão cotidianas as interações entre agentes dentro e fora da prisão, situados no interior e nas regiões metropolitanas, que não se pode dizer que o Estado economiza esforço punitivo pelo rito sumário de um expurgo; antes, ele faz proliferar práticas, objetos, agentes e problemas próprios da prisão, conectando e atravessando todo o território estadual. No mesmo sentido, ao invés de esconder das vistas “da sociedade” a parte de si mesma que rejeita (GÓES; MAKINO, 2002), a alocação dos condenados no interior mais distante os coloca em contato com territórios e setores sociais que anteriormente lhes eram alheios²⁸². No interior, a presença da prisão gera toda uma economia especializada – voltada, principalmente, para as visitantes dos presos – que, se por um lado, só tem um peso econômico relativo, por outro, tem implicações muito evidentes na sociabilidade e paisagem local. Finalmente, a ampla circulação de milhares de visitantes pelos municípios interioranos, a cada fim de semana, só se viabiliza por meio de uma contínua mobilização de familiares de presos, seus amigos e vizinhos, empresas de transporte e instituições de vigilância e controle – numa complexa logística que conecta concreta e cotidianamente o interior mais distante às maiores aglomerações urbanas. A relativa escassez de visitas nas unidades do interior não diminui a importância desses agenciamentos, ao contrário, torna-os ainda mais estratégicos para o funcionamento do sistema.

²⁸² Por outro lado, na capital, é difícil sustentar a hipótese da invisibilização, quando se considera, por exemplo, que os CDPs de Pinheiros se encontram muito próximos ao entroncamento das movimentadíssimas marginais, distando alguns poucos quilômetros de bairros nobres e centros financeiros, ou que as 4 unidades de Guarulhos dão as “boas-vindas” a quem chega em São Paulo pela Rodovia Presidente Dutra – principal ligação com o Rio de Janeiro – exatamente no ponto de acesso ao aeroporto internacional de Cumbica.

5.3.2. PREPARAÇÕES

Para quem visita um parente preso com alguma frequência, especialmente em unidades distantes, as providências e preocupações próprias da preparação da viagem se diluem entre as demais atividades da vida, redefinindo-as inteiramente, de tal modo que a prisão se faz presente o tempo todo e em toda parte. Não é inteiramente correto, portanto, afirmar que, na etapa de preparação, o ciclo da visitação apresentaria sua mais baixa intensidade. As exigências para os preparativos são muitas, os recursos necessários, muitas vezes, são escassos, os arranjos com vizinhos, amigos e parentes são diversos, variáveis e complicados. O que levar para a prisão? Com que dinheiro comprar? Do que o visitado está precisando? Será que foi transferido? Com quem deixar os filhos pequenos? Quem cuidará dos adolescentes? E a mãe doente? E o cachorro? E o gato? Faltar ao trabalho ou tentar uma troca de turno? Fazer hora extra ou adiantar o preparo do jumbo? Questões como essas indexam à prisão toda a vida de quem a visita (cf. COMFORT, 2008, p. 97; RICORDEAU, 2012, p. 8).

A expansão interiorizada do sistema penitenciário paulista e a concentração de sua clientela preferencial em bairros periféricos urbanos implicam uma segunda ordem de procedimentos e agenciamentos de preparação. Trata-se das atividades próprias à manutenção e organização de todo o aparato logístico de transporte e de hospedagem das visitantes. Vans e ônibus precisam ser mobilizados e postos em condições de circular tantos quilômetros em tão pouco tempo. Especialmente a mecânica e a documentação dos veículos devem ser continuamente revistas a fim de reduzir os riscos de problemas ao longo da viagem. Ainda, é preciso encontrar motoristas com disponibilidade de tempo, conhecimento das rotas, carteira de habilitação compatível com o veículo, preparo para longos trajetos e, tanto melhor, quando com uma particular habilidade para conciliar segurança e velocidade. A viabilidade de uma viagem depende ainda de que um número mínimo de passageiras seja garantido antecipadamente. Nesse ponto estratégico da preparação – no agenciamento contínuo de visitantes e veículos, de horários de partida e de retorno, de pontos de passagem e de destino – é que figuram as *guias de viagem*. Estas guias – as quais não devem ser confundidas com as guias das filas – são mulheres que também realizam visitas (geralmente a seus maridos) nos presídios do interior, que se destacam por uma acentuada experiência de visitação e por amplos contatos com familiares e amigos de pessoas presas, urdidos no bairro, no trabalho e

nas próprias filas, nas portas das unidades que já visitou. A remuneração das guias – por providenciar a lotação, estabelecer e conciliar partidas e destinos – costuma ser o custeio de sua própria viagem (JOZINO, 2008, p. 26).

Os agenciamentos entre veículos, motoristas, guias e passageiras são múltiplos, envolvendo mediações de diversas naturezas e escalas. Participam empresas privadas de transporte coletivo de diferentes portes e níveis de formalização – desde grandes monopolizadoras de linhas formais, que oferecem fretamento de ônibus com horários, preços e trajetos específicos para esse tipo de público; empresas médias especializadas em fretamento; até microempreendedores e transportadores autônomos formais e informais. Os *ônibus da família*, organizados e financiados pelo PCC, atendem a diversas regiões do estado, levando gratuitamente mulheres de irmãos e companheiros do *comando*, bem como outras visitantes que não têm condições de arcar com os custos da viagem. Entretanto, é importante ressaltar que, por mais numerosos que sejam, esses ônibus não atendem a todas as unidades em todos os finais de semana. Trata-se de um agenciamento possível entre tantos outros, um caso num universo muito maior.

5.3.3. PARTIDAS

Na cidade de São Paulo, dois pontos concentram o maior número de partidas para os presídios do interior do estado: a estação Carandiru do metrô e as imediações do terminal Barra Funda. A região do Carandiru é uma referência incontornável na história e na espacialidade do sistema penitenciário paulista. Ali funcionou a Penitenciária do Estado – convertida, em 2005, em Penitenciária Feminina de Santana; a Casa de Detenção – desativada e demolida em 2002 para dar lugar ao atual Parque da Juventude; a Penitenciária Feminina da Capital – ainda em funcionamento; e o Centro de Observação Criminológica – convertido, em 2002, no Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário. O Carandiru foi, portanto, durante décadas, passagem obrigatória para presos e visitantes. Seu uso atual como ponto de partida para presídios de todo o estado, ao mesmo tempo prolonga e ressignifica esta centralidade do local. Na Barra Funda, o que se destaca é a acessibilidade: num mesmo lugar se encontram o metrô, duas importantes linhas de trem, um movimentado terminal de ônibus urbanos e uma

rodoviária intermunicipal – tudo ao lado da Marginal Tietê, bastante próximo dos acessos a importantes rodovias que levam ao interior do estado²⁸³.

O ponto de partida já é o começo da fila para se entrar na prisão: é a ordem de chegada nele que determina quem, viajando num mesmo carro e chegando ao mesmo tempo às portas da unidade, vai entrar antes ou depois, nos dias de visita. A fila de diversas unidades interioranas começa na cidade de São Paulo, já nas noites de quinta-feira. As primeiras partidas se dão na manhã de sexta, entre 5 e 6 horas. Para chegarem tão cedo – dado que na capital não existe transporte público noturno – passageiros oriundas de bairros afastados de penoso e demorado acesso, fazem o percurso de suas casas ao ponto de partida na noite de quinta e acampam – num estacionamento, sob uma marquise, na calçada – até a manhã seguinte.

Sempre uma das primeiras da fila, as guias de viagem registram num caderno a ordem de chegada de todas as passageiras, atentando para o destino de cada uma. Isso porque uma mesma condução pode atender a diversas unidades que se encontram num mesmo caminho. Por exemplo, uma *van* que tenha como destino final um município da região de Nova Alta Paulista, como Dracena, pode levar visitantes das unidades de Junqueirópolis, Irapuru, Pacaembu, etc²⁸⁴. Não obstante, o desafio da guia é sempre lotar uma condução com o menor número de destinos possíveis, para que, com menos paradas, a viagem se torne mais célere. Nesse primeiro lugar de espera, as guias de viagem se destacam das demais visitantes pela agitação: tomam notas, respondem perguntas e falam continuamente ao celular – encaminhando passageiras para outras partidas, com outros destinos ou outros horários; agenciando taxistas que busquem clientes na porta de presídios; verificando a disponibilidade de vagas em pousadas e hotéis.

Na sexta-feira, partidas ocorrem continuamente, em diferentes horários da manhã, da tarde e da noite. Nas noites de sábado, ônibus e *vans* conhecidos como “bate e volta” levam aquelas que só poderão visitar no domingo. Toda essa movimentação faz surgir, ao lado do terminal Barra Funda e na saída da estação Carandiru do metrô, o típico comércio de porta de presídio: em bancas, em panos estendidos no chão, na mão ou no boca a boca são vendidos alimentos e bebidas, sacolas transparentes para jumbos, envelopes, selos, papel para enrolar

²⁸³ Especialmente a Rodovia Castelo Branco, a Rodovia dos Bandeirantes e a Rodovia Anhanguera.

²⁸⁴ O fator “facção prisional” também funciona como critério na organização das lotações. Visitantes de presídios hegemônicos por facções diferentes não viajam, nem se hospedam juntas. Sobre implicações da facção em viagens ao interior, ver Silvestre (2011) e Ferraz de Lima (2013).

cigarros, roupas femininas e acessórios, *lingerie*, maquiagem, perfumes; e também camisetas brancas, calças beges, blusas de moletom, tênis, meias, etc.

As várias bagagens são alocadas nos porta-malas dos carros de acordo com a ordem dos desembarques. As passageiras só levam consigo o mínimo necessário para a viagem. Para evitar possíveis confusões, é a guia quem determina a distribuição dos lugares no carro. Antes ou depois do embarque, ela recebe os pagamentos: em meados de 2013, a viagem (de ida e volta) para uma unidade da Nova Alta Paulista custava cerca de R\$ 130,00 – a metade do custo cobrado pelas linhas de ônibus oficiais. Com o dinheiro em mãos, a guia separa um montante para o gasto com combustível e outro para o pagamento dos vários pedágios do percurso – os quais já serão utilizados na ida – guarda o restante para ser utilizado na volta, no pagamento do motorista e do carro.

5.3.4. PERCURSOS

A viagem entre a capital e o oeste paulista é longa e cansativa. Conforme a rota e o destino, são 500, 600 ou mais quilômetros a serem percorridos. Ônibus regulares que levam à Nova Alta Paulista cumprem seus trajetos em 11 ou 12 horas, pouco mais ou pouco menos, dependendo do número de paradas para desembarque de passageiros ao longo do caminho²⁸⁵. *Vans* e ônibus que levam as visitantes aos mesmos destinos, fazem igual percurso em uma média de 6 e 9 horas, respectivamente, dependendo das atribuições na viagem. Alta velocidade e pressa são as marcas dessa etapa do ciclo de visitação.

Para todo o percurso é programada uma única e breve parada – para fumar, ir ao banheiro, comprar comida. Não obstante, paradas extraordinárias costumam acontecer, seja por conta de passageiras querendo se aliviar ou passando mal²⁸⁶, por problemas no carro ou na pista – como buracos, obras, acidentes – ou por força dos agentes da ordem, do Comando de Policiamento Rodoviário e de outros destacamentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

²⁸⁵ Os ônibus regulares que atendem à NAP fazem duas paradas de vinte minutos na primeira metade do trajeto, em Botucatu e em Bauru. Na segunda metade, os ônibus param em diversos municípios, mas apenas para desembarque de passageiros.

²⁸⁶ As *vans* não dispõem de banheiro. Nos ônibus que levam visitantes, costuma ser expressamente vetado o uso do banheiro para o “número 2”.

As abordagens da polícia rodoviária costumam acontecer diante de suas bases operacionais, em locais previamente conhecidos pelos motoristas e guias, mas são possíveis em qualquer outro ponto das rodovias. Mais do que as visitantes, os policiais rodoviários visam ao carro e ao motorista: averiguam a documentação de um e outro²⁸⁷, a existência de tacógrafo autenticado pelo Inmetro²⁸⁸, as condições dos pneus e dos faróis, o uso de cinto de segurança²⁸⁹, etc. Efeitos comuns dessas abordagens são a aplicação de uma ou mais multas e a retenção dos documentos do veículo. Já as abordagens de outros grupamentos do policiamento ostensivo podem acontecer em qualquer ponto do trajeto, em cruzamentos, na entrada e na saída das cidades ou mesmo dentro de perímetros urbanos. Objetivam, sobretudo, as visitantes e se apresentam como operações de rotina no combate ao tráfico de drogas e ao “crime organizado”. O rigor dessas abordagens varia dentro de uma ampla margem: entre a averiguação de documentos, a revista de pertences pessoais em bolsas e sacolas de mão, a revista corporal superficial²⁹⁰, a busca na bagagem e no veículo (até com cães farejadores), a revista minuciosa de toda a bagagem transportada, a revista íntima vexatória de cada passageira e, como na prisão, em casos de maior suspeita, o encaminhamento a um hospital para realização de um raio-X²⁹¹. Visitantes flagradas portando drogas em seus corpos ou em seus pertences são presas imediatamente; quando as drogas são encontradas no assoalho do carro ou em bagagens não identificadas, os policiais podem deter todos os ocupantes do veículo – inclusive o motorista – e encaminhá-los para a delegacia. A fim de evitar atrasos na viagem e maiores constrangimentos para as demais passageiras – e as possíveis represálias que tal fato possa acarretar – as responsáveis pela droga flagrada costumam se apresentar prontamente²⁹².

A possibilidade desse tipo de abordagem em todo o percurso da visitante – especialmente nas viagens de ida, mas não só nelas – estende a dinâmica própria dos procedimentos de entrada na prisão para todo o percurso da visita. Os *checkpoints* que pontuam as linhas de acesso à prisão não são, necessariamente, pontos fixos; a vigilância que

²⁸⁷ Os motoristas, além da habilitação apropriada para o veículo, devem apresentar comprovante de curso de transporte de passageiros.

²⁸⁸ O tacógrafo é um aparelho que registra continuamente a velocidade do carro. Num veículo de transporte de passageiros, não possuí-lo implica em multa, possuí-lo sem o selo de garantia do Inmetro, também. Curiosamente, quando o aparelho está funcionando e está autenticado pelo Inmetro, nas abordagens policiais, os seus registros não costumam ser verificados.

²⁸⁹ Também a existência de cadeirinhas próprias para o transporte de crianças.

²⁹⁰ Revista manual realizada por agentes femininas. Para uma apresentação formal dos diferentes tipos de revistas, ver Mariath (s/d).

²⁹¹ Para um relato de revista policial em ônibus de visitantes, ver Ferraz de Lima (2013, p. 68-71).

²⁹² Consoante o relato de um motorista de *van*, o qual perdeu a conta de quantas *blitz* já enfrentou.

se volta para as visitantes é também móbil e as acompanha por todo o percurso. Os ônibus e *vans* que levam visitantes para os presídios interioranos são bem conhecidos das forças policiais, viajam repletos de mulheres todos os finais de semana, pelas mesmas rotas, nos mesmos horários. Fora deles, nos percursos entre a casa e o ponto de partida, ou da prisão ao hotel, além da rotina de horários, as marcas das visitantes são muito visíveis: o tipo de vestimenta, o tamanho da bagagem, a sacola transparente do jumbo.

Apesar da alta velocidade, da pressa e da tensão gerada pela possibilidade sempre presente de uma abordagem policial, a viagem para o interior do estado é quase sempre um tempo de enfadonha espera. Como em qualquer excursão mais ou menos longa, o começo do percurso é mais agitado: algumas passageiras falam ao telefone, avisam, despedem-se, acertam detalhes sobre sua ausência; outras conversam entre si, trocam experiências, contam histórias sobre seus filhos, seus maridos, suas visitas, suas revistas. Conforme o tempo avança, seja durante o dia ou durante a noite, o sono e a fadiga vão se impondo. Na maior parte do percurso, prevalece o ronco do motor sobre o silêncio das passageiras. O carro que leva as visitantes é como uma sala de espera em movimento.

Na Nova Alta Paulista, o destino imediato mais comum de qualquer passageira é a unidade que visitará no fim de semana. Quem desce no caminho, quem vai até o destino final; quem sai na sexta-feira pela manhã, quem vai de bate e volta; quem chega de tarde, de noite ou de madrugada: a prisão é seu ponto de chegada e será seu ponto de partida. Nem sempre as passageiras das primeiras conduções que partem da capital são as primeiras a chegar à unidade. Visitantes que vivem na região, que viajam de carro (ou de ônibus de linhas oficiais) podem dar início, um tanto antes, a uma fila das senhas, de modo que a sequência registrada no ponto de partida pela guia de viagem deve ser acrescida àquela que foi se constituindo a alguns metros da porta da unidade. Este arranjo é relativamente simples, pelo reduzido número de visitantes envolvidas. No entanto, é de extrema importância, pois nele se definem as primeiras posições da fila – embora não se possa afirmar que marque o seu começo.

Depois de recolhida a senha, o percurso da prisão a hotéis e pousadas da região varia bastante, conforme os arranjos entre motoristas, guias e passageiras. Os mesmos ônibus e *vans* seguem fundamentais, podendo levar uma maioria de passageiras, visitantes de uma mesma prisão, a uma mesma hospedaria; ou estabelecendo uma rota entre uma unidade e certas hospedagens ou entre algumas unidades e diversas hospedagens. Como também são muitos os casos em que a condução só leva a visitante até a porta do presídio, então, o trajeto até o hotel ou pousada na cidade tem que ser feito por meio de táxi, em pequenos grupos. É

comum que dois ou três taxistas da cidade passem as noites dos finais de semana realizando viagens entre a prisão e os hotéis.

5.3.5. HOTEL

Concentrei o trabalho de campo em uma das várias hospedarias populares da NAP que atendem o público das visitantes. Esse hotel é um empreendimento familiar, onde vivem e trabalham o casal e suas filhas – todos profundos conhecedores das dinâmicas da visitação penitenciária. O pai, Denival, é egresso do sistema; a mãe, Diva, e a filha mais velha, Débora, foram, por muitos anos, visitantes em diferentes unidades do estado. A família se mudou da cidade de São Paulo pouco depois de Denival ter sido transferido para o interior para cumprir os últimos anos de sua pena. Ainda quando ele estava preso, Diva, sempre com Débora ao seu lado, já trabalhava com as visitantes, montava jumbos por encomenda e vendia comidas, bebidas e sacolas na porta da unidade. Ela também foi, por algum tempo, a guia da fila. Com muito esforço, a família conseguiu estruturar uma pequena pousada para hospedar visitantes conhecidas; o negócio prosperou a ponto de reativarem um antigo hotel da cidade. Conseguiram também, não sem dificuldades, o alvará de funcionamento de um táxi, com o qual buscam e levam hóspedes na porta da prisão²⁹³.

O hotel fica na principal avenida da cidade, bem próximo à rodoviária, ao lado de um supermercado e de uma padaria. Dispõe de cerca de uma dezena de quartos de tamanhos variados, que abrigam de 1 a 6 hóspedes. Os banheiros são coletivos, dois masculinos, dois femininos. Em meados de 2013, as diárias custavam R\$ 30,00 – incluindo-se café da manhã e acesso à internet sem fio. Além das visitantes do presídio, que lotam os quartos nos finais de semana; nos períodos de safra da cana, o público do hotel é composto também por trabalhadores rurais qualificados – especialmente, técnicos e operadores de máquinas – que prestam serviços para as usinas da região. O ambiente é absolutamente familiar, o salão do hotel é a sala de estar da família, a cozinha idem. A simpatia e a solicitude de todos também contribuem nesse sentido. Os quartos são modestos, com camas e/ou beliches. Ganchos nas

²⁹³ A posse de um alvará para o transporte de passageiros é importante para que o motorista não possa ser incriminado em casos de abordagens policiais que resultem em flagrante.

paredes fazem as vezes de guarda-roupa e alguns dispõem de uma mesa com televisão²⁹⁴. O salão é dividido em uma sala de estar, com diversos sofás em torno de uma grande televisão de plasma, e um refeitório, com diversas mesas nas quais são servidos café da manhã, almoço e jantar – estes, cobrados separadamente. Além dos serviços de restaurante, hospedagem e transporte 24 horas, Diva e Débora preparam marmitas para serem levadas na visita²⁹⁵ e vendem bebidas, lanches e sacolas, no hotel e na porta da unidade.

Na sexta-feira, algumas visitantes já começam a chegar, mas é na madrugada de sábado que todas as vagas costumam ser preenchidas²⁹⁶. No domingo, antes mesmo do amanhecer, o hotel também recebe visitantes que vieram de bate e volta e desejam descansar um pouco, tomar um café e um banho antes de ir para a fila. Nas manhãs de sábado, a agitação começa cedo, por volta das 5 horas. O café já está servido no salão; nos banheiros há fila. As hóspedes carregam, arrumam, verificam seus jumbos e os colocam no corredor de entrada, num ânimo que mistura cansaço e entusiasmo. Débora separa o que será vendido na porta da unidade, Diva e Denival carregam o carro com jumbos e mercadorias. Às 6 horas, mãe e filha partem com as primeiras visitantes para a porta do presídio. Denival permanece no hotel, Débora na banca montada na porta da unidade e Diva no táxi, levando hóspedes para a visita. É na banca da porta da unidade, ao lado de Débora, que me foi concedido um lugar para observar a dinâmica da fila e da entrada das visitantes na penitenciária.

Quando a maior parte das visitantes já entrou, Débora e Diva retornam para o hotel, onde poderão descansar por algumas horas, antes dos afazeres do almoço. No horário da visita, o hotel fica praticamente vazio²⁹⁷. Denival pode então ver televisão, usar o computador e descansar numa cadeira posta na calçada, onde conversa com conhecidos que passam pela rua, com motoristas de ônibus e *vans*²⁹⁸, com uma visitante que acabou não entrando na unidade, ou com um hóspede mais ou menos vago – como este pesquisador. As crianças brincam no salão, no quintal e na calçada. Não fosse o letreiro e a recepção de hotel, é a vida comum que segue o ritmo moroso de um fim de semana em cidade pequena do interior.

²⁹⁴ Alguns aparelhos são oriundos da prisão, ainda apresentando etiquetas com nome do antigo proprietário e seu número de matrícula no sistema prisional, além de furos feitos pelos agentes de vigilância para a colocação de lacres.

²⁹⁵ Alguns hotéis da região alugam suas cozinhas para as visitantes prepararem sua própria comida do jumbo.

²⁹⁶ Existe uma sazonalidade no fluxo das visitantes e, portanto, no movimento do hotel. O movimento é maior em finais de semana do começo do mês e quando a unidade da cidade é contemplada por um ônibus da família.

²⁹⁷ Os trabalhadores das usinas costumam trabalhar nos finais de semana e, assim como as visitantes, saem muito cedo.

²⁹⁸ É comum que motoristas se hospedem gratuitamente nos hotéis para onde levam grupos numerosos de passageiros.

Na tarde de sábado, por volta das 16 horas, Diva e Débora voltam para a unidade, uma faz seguidas viagens de táxi, levando visitantes para a cidade, a outra, munida de um caderninho, anota pedidos de comida e bebida para o dia seguinte. Mesmo depois da visita, as visitantes ainda têm pressa. Querem passar no mercado para completar o jumbo do dia seguinte, precisam ir ao banco, à farmácia, etc. Quando anoitece, na cidade, só restam bares e lanchonetes funcionando. Algumas visitantes passeiam em pequenos grupos, comem um lanche e tomam uma cerveja na avenida; outras assistem à televisão; outras ficam diante do hotel, nas cadeiras postas na calçada, conversando, comentando a situação de seus filhos e maridos, o rigor do plantão de revista, o que entrou ou não entrou na unidade naquele dia, o que deverá ou não entrar no dia seguinte, entre tantas outras coisas. Na cozinha do hotel, o trabalho segue: uma grande quantidade de comida é preparada, para servir no jantar e atender aos pedidos de encomendas de marmitas para os jumbos do dia seguinte²⁹⁹. A noite de sábado é um momento de maior descontração para as visitantes, no entanto, bastante breve, pelo cansaço acumulado e pelo longo domingo que têm pela frente. Ademais, a descontração nunca pode ser total porque, nesses momentos, podem acontecer abordagens policiais de visitantes na rua, ou mesmo nos hotéis e pousadas, prolongando, noite adentro, o fantasma da revista vexatória.

A manhã de domingo é ainda mais agitada que a de sábado, devido à presença das visitantes que vieram de bate e volta e pelo fato de todas as hóspedes deixarem suas bagagens prontas para a viagem de retorno – imediatamente depois da visita começa o percurso de volta. De resto, a dinâmica do café, banho e verificação de jumbos é a mesma. Na hospedaria, durante o horário da visita, o domingo também se arrasta como em qualquer outra parte da cidade. No meio da tarde, a família carrega o táxi com água e refrigerantes para vender e as bagagens para serem entregues às hóspedes, conforme vão deixando a unidade. A noite de domingo é preenchida com a ida ao culto religioso e o descanso em família. Durante a semana, o hotel dificilmente lota, o trabalho então se torna menos estafante: Débora e as crianças frequentam a escola, Diva e Denival fazem algumas corridas de táxi para clientes locais, realizam pequenos reparos na estrutura do hotel, lavam as roupas de cama e se preparam para o próximo fim de semana.

²⁹⁹ Para um relato muito vivo da dinâmica na cozinha de um hotel, ver Ferraz de Lima (2013, p. 57).

5.3.6. SAÍDAS E RETORNOS

Como já foi apontado, a saída das visitantes é também permeada pela pressa. No sábado, ainda que muitas prolonguem a permanência na unidade até o limite – 16 horas –, ao saírem, já se põem a correr, para passar no mercado, na farmácia ou no caixa eletrônico. No domingo, conforme o horário dos ônibus e *vans*, por volta das 14 horas visitantes já começam a deixar a unidade. Como permanecem nas celas a maior parte do tempo, é na saída que se reencontram e comentam suas experiências do dia, o que entrou e não entrou, as implicâncias de um funcionário, as ameaças de gancho, também a condição do visitado, seu ânimo, sua saúde. Deixam a unidade carregando sacolas ainda volumosas, mas agora leves, repletas de recipientes vazios. No sábado, Diva faz seguidas viagens de táxi e Débora anota pedidos de encomendas diante do portão; no domingo, com o carro estacionado do outro lado da estrada, ambas enfileiram, no acostamento, as bagagens que serão distribuídas às hóspedes, e vendem água e refrigerante. Antes de colocarem as malas nos ônibus ou *vans*, algumas visitantes guardam seus recipientes vazios e retiram roupas e outros itens a serem utilizados na viagem, já que as tardes no oeste paulista quase sempre são quentes, e as noites na capital, um tanto frias.

A saída da prisão, depois da visita realizada, ao contrário do que se poderia imaginar, não marca o início de uma etapa menos tensa no ciclo da visitação. De todos os percursos feitos para a realização da visita, a viagem de retorno para São Paulo é a que provoca maior ansiedade. Segunda-feira é dia de trabalho e o transporte público, especialmente o metrô, para de funcionar à meia-noite. Chegar depois desse horário, dependendo de onde a visitante mora, pode significar ou passar a noite ao relento, indo trabalhar direto ou perdendo o dia de trabalho, ou gastar ainda mais com um táxi, ou ter que pedir carona. Por isso, diante de cada unidade atendida, as conduções param, lotam e partem muito rapidamente, e atrasos e demoras são motivos de reclamações frequentes³⁰⁰. Na viagem de volta, tampouco as visitantes estão livres da possibilidade de serem paradas e revistadas em operações policiais. As abordagens do policiamento rodoviário são tão frequentes quanto na ida; as do policiamento ostensivo, embora mais raras, também podem ocorrer, objetivando, principalmente, a interceptação de bilhetes, mensagens e registros considerados suspeitos de conterem informações relevantes do “crime organizado”.

³⁰⁰ Perder o horário do ônibus e ser deixada para trás é uma possibilidade real, mas a solidariedade e tolerância com novatas, idosas, crianças e com mulheres que estão passando mal é ainda mais destacada do que o rigor da pontualidade.

A volta é mais intensa pela necessária velocidade, pelos contratempos possíveis, mas também pelo volume de carros e visitantes simultaneamente implicados. Os ônibus e *vans* que partiram da capital de diversos pontos e horários, entre a manhã de sexta-feira e a noite de sábado, deixam o oeste paulista num intervalo muito curto de tempo. No fim da tarde de domingo, estão todos nas mesmas estradas. Forma-se, assim, um volumoso comboio, uma comitiva dispersa e em alta velocidade, na qual os motoristas, guias e passageiras se observam mutuamente, cumprimentam-se nas ultrapassagens, avisam uns aos outros, por telefone, de problemas na pista.

Uma só parada está programada para comprar comida, ir ao banheiro e fumar. Como vários carros acabam parando ao mesmo tempo, nos mesmos postos de beira de estrada, é como se, neles, algo do ambiente da frente da prisão se desdobrasse. Grandes filas indianas se formam no banheiro, nos balcões em que bebidas, salgados e marmitex são vendidos, e nos caixas. A desconfiança de proprietários e seguranças é manifesta numa vigilância ansiosa. Como o tempo é escasso, as visitantes compram sua comida para viagem, e comem nos carros em movimento.

Na volta, pelo cansaço acumulado, as conversas arrefecem ainda mais cedo que na ida. Depois de horas e horas de viagem, conforme se aproximam da capital, as visitantes novamente se agitam, olham para o relógio, estimam se haverá tempo hábil para pegar cada condução necessária para chegarem em casa. Algumas visitantes privilegiadas pelo acaso, cujos locais de residência estão mais próximos da rodovia ou da Marginal Tietê, desembarcam antes. Independentemente de onde partiram, praticamente todos os carros param no terminal Barra Funda, onde a maior parte de suas passageiras desce (literalmente) correndo para recolher as malas e tomar o metrô ou o trem. Muitas conduções seguem – mais esvaziadas, mas ainda apressadas – para a estação Carandiru. Das calçadas às catracas, centenas de mulheres de calças *leggings*, sacolas grandes e malas, algumas idosas, outras com crianças no colo, correm contra o tempo, como numa procissão apressada, na qual se vislumbra uma última manifestação da fila da prisão em movimento – pelo menos até o próximo fim de semana.

5.3.7. O LUGAR DOS AFETOS

Os mecanismos gerais de controle voltados para a visita, bem como o particular processo de visitação em penitenciárias do oeste paulista colocam em evidência o esforço e o

sacrifício implicados na manutenção de vínculos entre familiares e presos³⁰¹. Como procurei mostrar, esses vínculos são fundamentais para o próprio funcionamento cotidiano das prisões de São Paulo: tanto o regime de processamento, quanto o sistema de abastecimento dependem de ações e relações que o preso pode mobilizar para além do perímetro institucional. É certo que as mulheres, mães e/ou companheiras dos presos, são, ao mesmo tempo, as mais acionadas e as principais responsáveis pela manutenção desses vínculos. Embora este trabalho não se enquadre no campo dos estudos de gênero; embora ciente de todas as dificuldades implicadas em discutir “o lugar da mulher” nas dinâmicas sociais (HARAWAY, 2004; BROWN, 2006), parece-me incontornável tecer algumas considerações a respeito. Não fazê-lo seria desconsiderar aspectos estruturantes de alguns de meus principais achados de pesquisa. Se é verdade que, ao pesquisar o funcionamento do sistema penitenciário, nunca persegui as relações de gênero que o constituem – e que nele se constituem –, essa questão nunca deixou de se impor, por diferentes vias e de diversas maneiras³⁰².

Sem poder dar conta do problema, nem ignorá-lo, limito-me a propor algumas reflexões baseadas, em grande parte, no trabalho recente de Vianna (2013, 2014a, 2014b; VIANNA; FARIAS, 2011). Nos últimos anos, essa autora vem desenvolvendo uma pesquisa sobre relações de gênero, instituições de justiça, redes sociais, experiência de direitos e ação política, a partir de trabalho de campo junto à Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência – “movimento social que atua no Rio de Janeiro desde 2004, formado majoritariamente por familiares de vítimas de violência policial em favelas” (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 81). A autora acompanha os esforços, pessoais e coletivos, que visam a responsabilizar (punir) determinados agentes estatais envolvidos em execuções e chacinas – justificadas como mortes em confronto, próprias da guerra contra o tráfico e, por isso, quase sempre formalizadas e contabilizadas como “autos de resistência” (cf. MISSE et al., 2013) – bem como denunciar e combater, mais amplamente, a violência policial, o descaso dos governantes, a injustiça e diversos modos de preconceito.

³⁰¹ Para uma exploração das relações entre o sacrifício para se realizar as visitas e a sacralidade das famílias nas prisões de São Paulo, ver Ferraz de Lima (2013, p. 75-78).

³⁰² Nas viagens de familiares que acompanhei, eu, o motorista e alguma criança, geralmente, éramos as únicas pessoas do sexo masculino. Dentro da prisão, a dinâmica das visitas pastorais se alterava quando, entre os agentes pastorais, figurava (ou não) uma mulher. No diálogo com funcionários era possível perceber como as funções de segurança eram privilegiadamente desempenhadas por homens, enquanto posições administrativas e técnicas eram mais permeáveis à presença feminina. No decorrer da pesquisa, em diversos registros, questões de gênero continuamente se insinuaram, de modo que, mesmo sem persegui-las, não pude deixar de encontrá-las.

Como mostra Vianna, a luta pelo reconhecimento estatal dessas mortes e de seus culpados é também a luta pela restituição da dignidade do morto, de sua família e do território em que vivem (2014a, p. 214). Essa luta se desdobra em todo um trabalho, individual e coletivo, para fazer um caso existir e a justiça “andar” (2014b). Trabalho que se realiza em múltiplas frentes e se estende no tempo, passando por manifestações públicas, passeatas e vigílias; pelo acompanhamento do andamento de inquéritos e processos; pelo comparecimento a audiências e julgamentos; pelo contato com parlamentares, organizações de defesa dos direitos humanos e operadores (aliados) do sistema de justiça; também pelo levantamento de provas técnicas, pelo recrutamento de testemunhas, pela elaboração de uma espécie de dossiê sobre a vítima (com fotos, carteira de trabalho, boletim escolar, diplomas, etc.) que serve para atestar sua inocência e integridade moral. Esse conjunto de práticas conforma um “cotidiano de peregrinações institucionais” (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 87), no qual os familiares das vítimas se veem em contínua confrontação com as agências estatais, pressionando seu funcionamento numa certa direção – a da plena realização de suas prerrogativas instituídas: a defesa da cidadania, a promoção da justiça e dos direitos individuais e coletivos. Embora os efeitos dessa peregrinação não sejam garantidos – policiais acusados dificilmente são condenados – o próprio processo de mobilização informa sobre os suportes morais e formas de identificação que caracterizam essas pessoas e grupos, assim como sobre os modos pelo quais o Estado se instancia diante deles.

As possibilidades de comparação entre esse campo de experiências e as circunstâncias de mobilização de familiares de presos no estado de São Paulo são inúmeras. Poderia explorar, por exemplo, aproximações e diferenças entre: 1 – os esforços e sacrifícios para fazer a justiça andar e restituir dignidades; 2 – os modos de entrelaçamento de uma mobilização contínua e uma espera indefinida; 3 – a suspeição que paira sobre quem, a princípio, é inocente, mas pode ser (e geralmente é) também responsabilizado pelas faltas atribuídas a um parente; 4 – os recursos e meios de politização e incidência no debate público. Mas a questão à qual, aqui, pretendo me ater diz respeito à centralidade da mulher em ambas as dinâmicas consideradas.

Segundo Vianna, toda a peregrinação institucional de familiares das vítimas da violência de Estado, todo esse “enfrentamento contínuo” com as agências estatais, num “quadro de assimetria tão grande”, não seria possível “se não contivesse um forte componente moral”, isto é, se não se apoiasse nas “conexões densas de afeto e compromisso das relações familiares” (2014a, p. 226). A figura materna ganha assim proeminência, seja na produção cotidiana dos casos e causas, seja na constituição de uma figuração moral que, especialmente

nas manifestações mais públicas, abarca todo o coletivo de lutadoras e lutadores (Ibid., p. 227). Nessa construção prática e simbólica de um protagonismo materno, Vianna identifica “uma operação política que tem nas marcas de gênero um de seus substratos mais importantes (...) um fazer-se em ato do gênero que é simultaneamente o fazer-se da ‘violência’ e do ‘Estado’” (Ibid., p. 231).

Ferraz de Lima (2013), em sua etnografia do processo de visitação em uma penitenciária do interior de São Paulo, bem mostra em que termos se dá o “fazer-se em ato do gênero” nesse contexto. O protagonismo prático e a centralidade simbólica recaem, então, na figura da “mulher fiel”, aquela que enfrenta os “sacrifícios da caminhada” (2013, p. 81), que ama de verdade e se dedica ao preso, que tem proceder e “vai até o fim” (Ibid., p. 137-139) – termos que encerram preceitos éticos e morais que, inextricavelmente, reforçam, multiplicam e ativam “marcas de gênero”. Entretanto – a esta altura já deve estar claro –, as operações políticas constitutivas dos grupos que se defrontam com o Estado não são o foco de meu trabalho, elas mais me interessam na medida em que iluminam as operações políticas que as agências estatais empreendem para governar essas populações.

Vianna não é alheia a essa dimensão do problema, ressaltando que “é preciso considerar também o lugar que emoções, afetividades e desejos têm nos próprios aparatos complexos de gestão de recursos e coletividades”, uma vez que “a distribuição dos sentimentos faz parte também das racionalidades políticas e administrativas, sendo seu domínio e regulação elementos relevantes nas artes de governar” (2013, p. 27). Nessas ponderações, acompanha de perto fecundas sugestões de autores como Foucault (1988), Das (2007) e Stoler (2001a, 2001b), no que diz respeito à importância dos investimentos políticos sobre a intimidade, que articulam – de modo variável segundo o tempo e o lugar – formações de sexualidade e gênero a estruturas de poder, de Estado, de soberania e de governo.

O processo de visitação e seus dispositivos de controle, tal como os descrevi, lançam luz sobre os investimentos políticos das agências estatais sobre a intimidade dos presos e seus familiares; investimentos que são constitutivos do sistema prisional, mas também estruturantes da produção cotidiana de um feminino, de uma mulher que vive e se constrói ao redor e através da prisão³⁰³. Como já destaquei, o lugar das famílias dos presos no dispositivo carcerário contemporâneo não pode ser ignorado, nem diminuído como colateral ou

³⁰³ Ricordeau (2007) também explora, no contexto francês, os investimentos da prisão sobre a sexualidade, intimidade e afetividade que se constroem entre homens presos e mulheres visitantes. Padovani (2010, 2013) também faz essa discussão a partir de trabalho de campo em unidades prisionais femininas de São Paulo e Catalunha.

secundário. O modo particular pelo qual essas famílias são responsabilizadas pela duração e qualidade do período de reclusão de seus entes queridos é um aspecto fundamental e estruturante do funcionamento atual do sistema penitenciário paulista. Se é evidente que tal mecânica implica, do lado delas, um elevado grau de sofrimento – ligado a processos de estigmatização e empobrecimento material –, agora, com a contribuição de Vianna, é possível ver, nesses mesmos impactos negativos, uma forma de capitalização dos afetos por parte das agências estatais. Sobre a “inseparabilidade da díade mãe-filho” (VIANNA, 2014a, p. 228), sobre a fidelidade da mulher ao preso que ama (FERRAZ DE LIMA, 2013), o sistema penitenciário se apoia para poder funcionar – também para se expandir e interiorizar. São esses vínculos fortes que estão pressupostos, que são mobilizados e capitalizados num regime de processamento que funciona por provocação da parte interessada, num sistema de abastecimento que regula fluxos de bens partindo de muito além dos limites institucionais, e mesmo num processo de expansão que calcula e projeta o desenvolvimento econômico em áreas interioranas do estado. Em suma, todo o sofrimento que é imposto às famílias não deixa de ser também a capitalização dos afetos por parte das agências estatais. Essa ordem de considerações permite conceber a inscrição da mulher no mundo prisional para muito além do crescente encarceramento feminino.

CONCLUSÃO

Nesta tese, ao explorar algumas dinâmicas estruturantes do dispositivo carcerário paulista, tentei evitar certas disposições epistemológicas que, nos estudos prisionais, parecem-me não só excessivamente reiteradas, mas, principalmente, limitadas em potencial crítico e heurístico. Em primeiro lugar, procurei não endossar uma visão institucionalista da justiça criminal, uma visão que toma por referência leis, normas e agências estatais em sua idealidade – em sua normatividade – para, então, contrapor suas diversas formas de realização prática num dado contexto. O estabelecimento *a priori* do que as instituições e códigos são – a partir de teorias jurídicas, políticas ou sociológicas – faz com que a pesquisa empírica se reduza ao exercício de verificação de aproximações (sempre precárias) e deturpações (sempre perversas) do mundo tal como é frente ao que deveria ser (DAS; POOLE, 2008). Esse institucionalismo normativo, no campo dos estudos prisionais, apresenta, invariavelmente, um caráter por demais programático, que acaba por alinhar, deliberada ou inadvertidamente, investigação científica e desígnios estatais. Em alguns casos, existe tamanha continuidade entre os pontos de vista de pesquisadores e gestores públicos ao ponto que saberes científicos e administrativos se tornam praticamente indiscerníveis; em outros, quando alguma descontinuidade é marcada, as análises tendem a assumir um caráter mais crítico e reformador. De um modo ou de outro, os termos da análise se antecipam à pesquisa, orientando o olhar (e a ação), desde o princípio, numa dada direção. Mesmo a crítica mais ácida, se elaborada a partir desse viés normativo, corrobora estruturas de poder e formas de pensamento que conformam, em grande medida, a atual experiência da justiça e do crime. As diferentes artes de governar, nos mais diversos campos de aplicação, dependem de racionalidades políticas, de tecnologias intelectuais, que produzem e cristalizam determinados modos de representação do real sobre os quais o poder deverá incidir – isto é, produzem o campo de sujeitos e objetos a serem governados, bem como os instrumentos que lhes serão mais adequados (ROSE; MILLER, 1990). Quando os analistas da prisão elaboram um discurso centrado nas múltiplas deficiências do Estado e da justiça nesse domínio específico, sem problematizar os parâmetros definidores da avaliação, acabam, queiram eles ou não, adensando o fluxo discursivo sobre o qual a prisão se apoia para existir e continuar operando.

Por outro lado, também procurei me distanciar de um modo de pensar que, em deliberada oposição a esse institucionalismo, limita-se a aderir à perspectiva dos “de baixo” para descrever e analisar determinados fenômenos ou processos. Com efeito, essa operação cognitiva me parece fundamental para a elaboração crítica, porque problematiza as relações políticas e epistemológicas entre discursos dominantes e dissonantes, entre saberes científicos e não-científicos, entre sujeito e objeto de pesquisa, bem como a própria condição de sujeito daqueles tomados como objeto. Trata-se, assim, de uma reflexão sempre atenta ao lugar do pesquisador e de seus interlocutores nas hierarquias sociais – reflexão que, em suma, leva em consideração as implicações entre saber e poder. Essa postura viabiliza a crítica porque positiva os saberes subalternos, mostra como não são meras crenças inocentes, mas reflexões contínuas e complexas sobre a existência e suas condições; mostra ainda, como a verdade do discurso institucional se erige soterrando esses saberes múltiplos, situados e divergentes (cf. FOUCAULT, 2005b, p. 10-13). No entanto, especialmente no campo dos estudos prisionais, parece-me que essa disposição epistemológica acaba por “nativizar” excessivamente um outro que, em princípio, está perto demais. Ao tomar presos, egressos, seus familiares e amigos como um grupo em particular, ao mostrar como pensam, agem e se relacionam, não se problematiza, necessariamente, a mecânica de produção dessa alteridade – isto é, toma-se esse outro como uma cultura própria e não como o efeito de estruturas de saber e poder que são próprios da nossa cultura. Se os saberes e práticas desses sujeitos são distintos, particulares, a alteridade que manifestam não expressa um mundo possível – como na etnologia perspectivista (cf. VIVEIROS DE CASTRO, 2002a, 2002b) – mas as injunções e constrangimentos do nosso mundo – do seu funcionamento atual. Na prisão, no crime, na periferia não se encontra um grupo “nativo”, ontologicamente distinto do nosso, como uma socialidade singular e diferenciada por uma série de atributos (econômicos, políticos, simbólicos, etc.), mas sim uma socialidade que se constitui, sobretudo, pelos investimentos estatais dos quais é o alvo. Existe uma diferença política e epistemológica entre falar das diferenças desses grupos e do seu processo de diferenciação. Por mais distante e distinto que seja o mundo social que se estrutura ao redor e através da prisão, seus territórios estão por toda parte, à nossa porta, são também o nosso mundo. Ao pretender mostrar, tão somente, como eles (os outros) são, pensam e agem, em seus próprios termos, o pesquisador tende a abstrair as formas de dominação e exploração, as relações de poder e as técnicas de governo que concorrem para produzir essa alteridade estudada – e que são, por definição, as nossas. Por mais que o pesquisador reflita sobre seu lugar no campo, seus cuidados éticos e metodológicos, por mais que assuma uma posição (auto)crítica e engajada, ao pretender não

mais que expor a realidade do outro, o discurso que se formula não deixa de ressoar o que designei por orientalismo endógeno. Nos estudos prisionais, mesmo quando se busca descrever a socialidade própria da clientela preferencial do sistema de justiça, com seu vocabulário particular, seus complexos sistemas de valores, pensamento e ação – quando, portanto, noções normativas de delinquência, desvio e afins estão suspensas –, os traços diferenciais de uma alteridade circunscrita acabam por prevalecer sobre as relações de poder que a constituem e as transversalidades que a atravessam.

Não trato aqui de denunciar a exotização e a estereotipia – mesmo porque quase sempre se trata de expor a racionalidade própria dos interlocutores enquanto sujeitos, de todo, racionais – nem de acusar pesquisadores com base naquilo que não fazem, condenando-os por desconsiderar a exploração capitalista e a coerção estatal – se esses problemas não são postos por eles, nem pelos seus interlocutores. O que mais me incomoda nessa disposição epistemológica é que ela exacerba o recorte de um outro em um nós, que repete – ainda que com outros fins e por outros meios – a exata operação do próprio sistema de justiça. Não é que sejamos todos iguais – quem o afirmaria? –, que não existam diferenças fundamentais em nossa sociedade, é que se ladrões, presos, seus amigos e familiares exprimem um mundo, esse mundo não é exclusivamente deles, é o nosso, o meu, o seu e o deles, afinal, o sistema de justiça que os mantém presos (ou de algum modo, atados à prisão) é o mesmo que garante nossas liberdades. É por isso que eles, em sua alteridade, não exprimem um outro mundo possível, mas sim as injunções e constrangimentos do nosso mundo – falam, de um modo privilegiado, do seu funcionamento. É assim que as experiências de presos, egressos, seus familiares e amigos foram trabalhadas nesta tese. Nesta pesquisa, não produzi um discurso sobre o outro; procurei produzir um discurso sobre o sistema penitenciário paulista com os outros, um discurso que não deixa de ser meu, que não é extraído dos outros, nem imposto a eles, mas procura se compor com o deles para falar de algo que os toca e que concerne a todos nós.

A terceira disposição epistemológica que, deliberadamente, procurei evitar é aquela que, em nome da crítica que aqui também reivindico, anula, de um só golpe, tanto a perspectiva institucional quanto a subalterna, para situar todo e qualquer fenômeno ou processo na narrativa geral do capitalismo e seu cortejo de mazelas. Sob esse viés, o pesquisador não só estabelece, também *a priori*, outras categorias normativas para a análise, como produz um discurso que pretende corresponder aos interesses reais dos “de baixo”, independentemente do que eles venham a formular sobre isso – que eles o saibam, sempre, só dependerá de níveis de consciência e ideologia. Embora coincida na preocupação com as mais

proeminentes formas de dominação que conformam determinadas dinâmicas sociais, duas objeções me distanciam dessa postura. Em primeiro lugar, parece-me que essa disposição epistemológica acaba por desqualificar a pesquisa empírica, que pouco ou nada pode acrescentar ao que já se encontra elaborado. Desde Rusche e Kirchheimer (2004) sabe-se que a prisão opera uma certa regulação no mercado de trabalho, convertendo-se, sob conjunturas economicamente favoráveis, em aparato mobilizador e disciplinador da força de trabalho (MELOSSI; PAVARINI, 2006). Ao pesquisador empírico resta, portanto, difundir essa verdade, atualizando-a, esmiuçando-a e ilustrando-a com os fatos da história e do contexto. A pesquisa se converte, assim, numa espécie de exercício de documentação e elaboração lógica, quando não retórica, cujo alcance não ultrapassa os limites da propaganda e da denúncia. Em segundo lugar, parece-me que, muitas vezes, o esforço de situar a prisão na história geral do capitalismo redunde num certo funcionalismo reducionista. Ao discernir uma essência da prisão na sociedade de classes – nomeadamente, sua função reguladora de mercado de trabalho –, outros possíveis e concomitantes modos pelos quais ela se faz presente e útil em dinâmicas várias de exploração e dominação, situadas no tempo e no espaço, acabam ficando fora do horizonte da crítica. Nem é preciso evocar o pensamento foucaultiano e suas várias objeções ao marxismo³⁰⁴ para sustentar essa minha ponderação. Num tão breve quanto luminoso artigo, o próprio Marx (1970) já chamava a atenção para as múltiplas dimensões produtivas da criminalidade, em algumas formulações por demais sugestivas para uma análise do problema prisional. Para Marx, o criminoso produz, além do crime, a legislação criminal e seus legisladores, o professor e os livros de direito, o aparelho policial e de administração da justiça; também artes e literatura; produz ainda impressões morais no público e um certo estado de instabilidade e inquietação que promove a concorrência e o desenvolvimento das forças produtivas – sempre ocupadas em evitar falsificações e outros ataques à propriedade. Entre essas múltiplas produtividades, sem ascendência alguma sobre elas, Marx identifica o papel da criminalidade na retirada de um excedente populacional do mercado de trabalho – o que refreia a concorrência entre trabalhadores e limita, em alguma medida, a redução dos salários – e o papel da guerra contra o crime na ocupação e absorção de outra parcela dessa mesma população. Inúmeras mediações são necessárias para fazer funcionar essas sugestões de Marx sobre o crime numa análise das prisões em São Paulo na virada dos tempos; não é meu objetivo percorrê-las. Com essa digressão, apenas quero enfatizar que não se pode encontrar o lugar da prisão no regime capitalista por uma análise redutora e reiterativa; a

³⁰⁴ Objeções, muitas vezes, superdimensionadas.

crítica passa pela prospecção das suas múltiplas produtividades, que se desdobram no interior de estratégias de acumulação, exploração, coerção, simbolização e subjetivação – estratégias sempre mutáveis, porque situadas no tempo e no espaço.

Se até aqui explicitiei o que procurei evitar, cabe agora retomar o que busquei fazer. Antes de tudo, procurei descrever o sistema penitenciário paulista a partir dos vasos comunicantes que o constituem – não das muralhas; tentei persegui-los em sua extensão, nos territórios que alcançam, nas passagens que engendram e nos efeitos que provocam. Procurei, assim, decompor e recompor a prisão no interior de um dispositivo mais amplo, translocal e multi-institucional. Translocal porque o dispositivo não se confunde com um perímetro, porque funciona dentro e fora da prisão, produzindo e operando continuamente essa diferenciação territorial; também porque abarca, de diferentes maneiras, o interior mais distante do estado e as periferias metropolitanas. Multi-institucional porque o dispositivo não está limitado aos expedientes da administração penitenciária, porque implica as variadas agências que conformam o sistema de justiça, também outras esferas governamentais, da prefeitura municipal à OEA, passando pelos governos estadual e federal e suas casas legislativas. Multi-institucional também porque envolve instituições de natureza variada, com distintos graus de formalização, desde sólidas organizações da sociedade civil – como a Pastoral Carcerária – até agenciamentos mais ou menos estáveis – como os que viabilizam toda a logística da visitação em penitenciárias do interior. Desse modo, procurei explorar como se dá tanto a implantação da prisão no mundo, quanto o seu funcionamento no cotidiano.

É bem verdade que discorrer acerca de coisas como GIR, extrato da VEC, FPM ou senha de visita, por demais desconhecidas do público geral, pode gerar o efeito de um estranhamento que reforce a ideia de que se trata mesmo de um outro mundo, um mundo à parte. No entanto, reinserir esses e tantos outros componentes do dispositivo carcerário no (nosso) mundo talvez tenha sido uma de minhas maiores obsessões nesta pesquisa. E se consegui mostrar como esses (e outros) elementos funcionam cotidianamente na produção e manutenção daquilo que, em nossa sociedade, chamamos de justiça, dou-me por satisfeito.

É bem verdade também que muitos achados desta pesquisa corroboram a imagem da prisão contemporânea como depósito de gente supérflua. Os imperativos securitários de um programa de incapacitação de amplas camadas populacionais se manifestam: na escandalosa superlotação dos CDPs metropolitanos; na proliferação de penitenciárias no interior mais distante; nas precárias condições de trabalho, educação e saúde dentro dos espaços de reclusão; na desconsideração sistemática dos lapsos de progressão de pena; na ilegitimidade do

regime de processamento; no ínfimo investimento estatal em itens básicos de sobrevivência, etc. Cada um desses (e outros possíveis) pontos reforça o entendimento da renovada função que a prisão em São Paulo, como em outras partes do mundo, assumiu para si. Entretanto, nesta pesquisa, procurei extrapolar os limites da documentação e da denúncia dessa perversidade, apostando que, através da exploração do funcionamento cotidiano – não da função geral – da prisão, outras tantas perversidades viriam à tona e se abririam à crítica. Nesse registro, situo o particular sofrimento implicado numa pena que se experimenta como uma espera indefinida, sem termos nem parâmetros claros. Situo também o regime de processamento que funciona burocraticamente à distância, movido à provocação da parte interessada, que acaba por, no limite, responsabilizar o preso pelo desenrolar da sua pena, obrigando-o a se mobilizar e a mobilizar seus próximos, ao mesmo tempo que limita e dificulta as possibilidades de ação e relação de uns e outros. Situo ainda uma forma de punição que se pensa como política de desenvolvimento, que, independentemente dos impactos econômicos próprios que possa acarretar, acaba por afetar a vida de um sem número de pessoas, dentro e fora das prisões, e por alterar, de um modo significativo, dinâmicas sociais no interior mais distante. Situo, finalmente, um sistema penitenciário cujo abastecimento se baseia na extração de bens e recursos, os mais básicos, da rede de amigos e familiares de presos, e o faz da forma mais violenta e aviltante possível.

Prisão: dispositivo de governo de populações calcado em perversidades múltiplas. Perverso, não encontro outro termo que não esse para qualificar um sistema punitivo que responsabiliza e incita à mobilização pela imposição da urgência, que capitaliza essa mobilização para a perpetuação e expansão do próprio sistema – e, nas bases desse movimento, capitaliza os afetos que unem as pessoas a partir mesmo da inflicção de um sofrimento sem medida. Não é outra coisa senão perverso um sistema punitivo que faz do mínimo da existência, do imperativo e inegociável da vida, algo que depende do engajamento contínuo de atores vários, que faz de tudo para bloquear e dificultar tal engajamento e que converte os efeitos dele numa espécie de concessão benevolente sua. Mas como a crítica não se restringe a uma operação meramente analítica sobre um objeto, sendo, antes, uma tomada de posição no interior de discussões mais amplas; gostaria de finalizar este trabalho levantando algumas questões para o debate sociológico acerca da grande transformação contemporânea nos regimes de controle e punição, bem como sobre as atuais querelas em torno do problema carcerário paulista, especialmente no que diz respeito à emergência e expansão do PCC.

Em primeiro lugar, no debate internacional sobre a grande transformação punitiva dos últimos anos, assim como a narrativa geral prevalecente acompanha o percurso histórico das políticas criminais e penitenciárias dos Estados Unidos e Europa ocidental (cf. GARLAND, 1997, 2005), a figuração hegemônica do encarceramento em massa e suas prisões-depósitos também parece se ater às experiências dos sistemas punitivos que se situam nesse mesmo eixo geopolítico. No entanto, entre os dez países que mais encarceram no mundo – em termos absolutos e relativos³⁰⁵ –, apenas os Estados Unidos tanto seguem o roteiro do desmantelamento de um Estado de Bem-Estar Social e concomitante edificação de um Estado Penal – para ficar numa das mais consagradas versões dos fatos (WACQUANT, 2001, 2002, 2003, 2007) –, quanto dispõem de um sem número de instituições de segurança máxima onde o preso parece, efetivamente, ser enterrado vivo (CHANTRAINE, 2006). Os demais países, situados no sul global, apresentam uma gama bastante diversa de estruturas organizacionais, jurídicas, políticas e sociais, bem como de percursos históricos que levaram a um punitivismo exacerbado. Uma abordagem dos mecanismos de funcionamento do maior sistema penitenciário estadual do quarto país que mais encarcera no mundo, além de válida e interessante por si mesma, visa também a deslocar minimamente o eixo geopolítico que vem organizando as análises do encarceramento em massa. Uma melhor compreensão da grande transformação punitiva deve passar por outras vias de problematização que contemplem as especificidades dessas realidades díspares e que, por isso mesmo, ofereçam novos elementos para se repensar as trajetórias e atuais circunstâncias dos sistemas penais nos países hegemônicos do Atlântico norte. A exemplo do que Roy (2009a) sugere para os estudos urbanos, talvez seja o momento de se forjar uma nova geografia dos estudos prisionais, sem a qual corremos o risco de mal entender o que vem se passando no mundo.

Quanto ao debate sobre a particular centralidade do PCC nas dinâmicas criminais, no sistema penitenciário e na sociabilidade das periferias urbanas do estado de São Paulo, neste trabalho também proponho um deslocamento. No decorrer desta pesquisa, pude vislumbrar um sistema penitenciário cujo próprio funcionamento incita os presos a se mobilizarem ininterruptamente e a se articularem o quanto puderem com agentes do mundo extramuros. As dinâmicas de processamento e abastecimento de pessoas nas prisões de São Paulo dependem dessa ampla e contínua mobilização, dentro e fora das muralhas. Eis uma formulação que não

³⁰⁵ Os dez países que mais encarceram no mundo, em maio de 2014, são – em ordem decrescente: Estados Unidos, China, Rússia, Brasil, Índia, Tailândia, México, Irã, África do Sul e Indonésia, em números absolutos. E em números relativos: Seychelles, Estados Unidos, São Cristóvão e Nevis, Anguilha (colônia britânica), Ilhas Virgens (colônia estadunidense), Barbados, Cuba, Belize, Ruanda e Rússia (ICPS, 2014).

só questiona o paradigma da prisão incapacitante, como conforma um novo plano de referência para (re)situar o problema do PCC. Desde essa perspectiva, um conjunto de práticas conhecidas e atribuídas à facção ganham novos contornos e significações, que podem contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno. Mecanismos de assistência jurídica e material – o pagamento de advogados, a distribuição de itens básicos dentro da prisão ou de cestas básicas e ajudas de custo para familiares, do lado de fora – já não aparecem como meras práticas assistenciais que visam a favorecer um grupo de presos privilegiados, seja diretamente, seja indiretamente – porque legitimam e consolidam o seu domínio sobre o restante da população carcerária (DIAS, 2011). Considerando o PCC como um coletivo, nos termos de Biondi (2010), tais práticas aparecem como reações coletivizadas às exigências que o Estado de São Paulo impõe a todas e cada uma das pessoas que encarcera, nomeadamente, a exigência de o preso cuidar de saber sobre o seu processo e fazê-lo andar, e a exigência de extrair de sua rede de relações os recursos necessários para a sobrevivência cotidiana.

A partir desse renovado plano de referência que se esboça em minha etnografia, a figuração do PCC que emerge não é a de uma “organização criminosa” que ocupa as lacunas e vazios deixados por um Estado ausente, inoperante ou meramente (e, para alguns, sempre insuficientemente) repressor. A mobilização contínua e a articulação dos presos com agentes circulando fora das muralhas – fenômeno que o PCC expressa, mas não totaliza – são fatores fundamentais para o próprio funcionamento do sistema. É a prisão, como instanciação do Estado, que, para funcionar, incita os presos a se mobilizarem e se articularem com o outro lado dos muros. Se o PCC revela esse transbordamento da instituição, ele jamais poderá explicá-lo, porque é um de seus efeitos – talvez o mais espetacular – mas não pode ser sua causa, como sugerem Adorno e Dias (2013).

Biondi assevera: “Se quisermos entender melhor o PCC, não podemos descartar sua fluidez constitutiva. O Comando é todo fluxo, é trânsito, circunstância, movimento, situação; só pode ser entendido em um plano diacrônico (...) como um acontecimento.” (2010, p. 220, grifos da autora). No horizonte de toda minha trajetória de pesquisa sobre a questão prisional sempre esteve presente a indagação sobre o que permite a irrupção desse acontecimento, que tanto marcou minha geração. Agora, após anos de visitas pastorais, arrisco uma hipótese: é o próprio funcionamento intestino da prisão – em termos positivos e produtivos – que se constitui como uma de suas mais fundamentais condições de possibilidade. O lugar do PCC no dispositivo carcerário paulista contemporâneo só poderá ser mais bem compreendido se se consideram a experiência de urgência que vigora nos raios das penitenciárias e as tecnologias

de processamento e abastecimento que acabam por mobilizar uma variedade de agentes, dentro e fora das muralhas, não para subverter a prisão, mas para fazê-la funcionar.

Finalmente, uma última ressalva: vislumbrar o papel ativo de presos, seus familiares e amigos no funcionamento atual da prisão não significa diagnosticar uma captura absoluta, a funcionalização total das relações e existências para a perpetuação de um poder perverso. Afinal, como no sistema produtivo, no punitivo, só quem o move pode, um dia, vir a detê-lo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Sistema Penitenciário no Brasil: problemas e desafios. **Revista USP**, n. 9, p. 65-78, 1991.

_____. Crimen, punición y prisiones en Brasil: un retrato sin retoques. **Quórum**, n. 16, p. 41-49, 2006.

_____; DIAS, C. N. Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 37, 2013, Águas de Lindóia. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPOCS, 2013. Disponível em: <
http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8587&Itemid=429>. Acesso em: 18 nov. 2014.

_____; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Revista de Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 07-29, 2007.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **The time that remains**: a commentary on the letter to the Romans. Stanford: Stanford University Press, 2005.

_____. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALMEIDA, F. M. Criminologia clínica. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 148-158, 2014.

ALMEIDA, V. U.; MENDES SOBRINHO, O. T. **Migração Rural-Urbana**: aspectos da convergência de população do interior e outras localidades para a capital do Estado de São Paulo (Com um estudo sobre zonas de colonização do Estado de São Paulo). São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1951.

ALSAYYAD, N.; ROY, A. Modernidade Medieval: cidadania e urbanismo na era global. **Novos Estudos**, n. 85, p. 105-128, 2009.

ALVAREZ, M. C. **Bacharéis, criminologistas e juristas**: saber jurídico e Nova Escola Penal no Brasil. São Paulo: IBCCrim, 2003.

_____; SALLA, F.; DIAS, C. N. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.

APPADURAI, A. **Modernity at large**: cultural dimension of globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

_____. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. **Novos Estudos**, n. 49, p. 33-46, 1997.

ALVES DA SILVA, E. **Governar o ingovernável**: gestão da irregularidade urbana em áreas de mananciais em São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

APPLEBAUM, A. **Gulag**: uma história dos campos de prisioneiros soviéticos. São Paulo: Ediouro, 2004.

APPLEGATE, B.; SITREN, A. The jail and the community: comparing jails in rural and urban contexts. **The Prison Journal**, v. 88, n. 2, p. 252-269, 2008.

ARANTES, P. Zonas de espera: uma digressão sobre o tempo morto da onda punitiva contemporânea. In: BATISTA, V.M. (Org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, p. 229-306, 2012.

_____. **O novo tempo do mundo** e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

BARAK-GLANTZ, I. L. Toward a conceptual schema of prison management styles. **The prison journal**, v. 61, n. 2, p. 42-60, 1981.

BARATA, R.; RIBEIRO, M.; MORAES, J. Tendência temporal da mortalidade por homicídios na cidade São Paulo, Brasil, 1979-1994. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 15, n. 4, p. 711-718, 1999.

BARBANÇON, L. J. Chronologie relative à la déportation, transportation et relégation française. **Criminocorpus**, Dossier Les Bagnes Coloniaux, 2006. Disponível em: <<http://criminocorpus.revues.org/142>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

BARBOSA, A. R. **Prender e dar fuga**: biopolítica, tráfico de drogas e sistema penitenciário no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Um levantamento introdutório das práticas de violência física dentro das cadeias cariocas. In: MARQUES, A. C. (Org.). **Conflitos, política e relações pessoais**. Campinas: Pontes, p. 129-172, 2007.

BARBUY, H. **A cidade-exposição**: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo: EDUSP, 2006.

BATISTA, V. M. O Alemão é muito mais complexo. **Revista de Derecho Penal y Criminología**, v. 2, p. 72-85, 2011.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEALE, C. Prisons, population, and jobs in Nonmetro America. **Rural Development Perspectives**, v. 8, n. 3, p. 16-19, 1993.

_____. Rural prisons: an update. **Rural Development Perspectives**, v. 11, n. 2, p. 25-27, 1996.

BECKETT, K.; HERBERT, S. Dealing with disorder: social control in the post-industrial city. **Theoretical Criminology**, v. 12, n. 1, p. 5-30, 2008.

BENNET, C.; REGAN, P. Surveillance and Mobilities. **Surveillance and Society**, v. 1, n. 4, p. 449-455, 2004.

BISILLIAT, M. (Org.). **Aqui dentro**: páginas de uma memória – Carandiru. São Paulo: Memorial, 2003.

BIGO, D. Du panoptisme au ban-optisme: les micros logiques du controle dans la mondialisation. In : CHARDEL, P.; ROCKHILL, G. (Orgs.). **Technologies de contrôle dans la mondialisation**: enjeux politiques, éthiques et esthétiques. Paris: Editions Kimé, p. 59-80, 2009.

_____.; BOCCO, R.; PIERMAY, J. L. Logiques du marquage: murs et disputes frontalières. **Cultures & Conflits**, n. 73, p. 7-13, 2009.

BIONDI, K. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

_____. O PCC: da organização à ética. In: BARBOSA, A. R.; RENOLDI, B.; VERÍSSIMO, M. (Orgs.). **(I)legal**: etnografias em uma fronteira difusa. Rio de Janeiro: Editora da UFF, p. 23-33, 2013.

_____. **Etnografia no movimento**: território, hierarquia e lei no PCC. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

_____.; MARQUES, A. Memória e historicidade em dois ‘comandos’ prisionais. **Lua Nova**, n. 79, p. 39-70, 2010.

BONDITTI, P. Biométrie et maîtrise des flux: vers une ‘géo-technopolis du *vivant-en-mobilité*’? **Cultures & Conflits**, n. 58, p. 131-154, 2005.

BRAGA, A. G.; BRETAN, M. E. Teoria e prática da reintegração social: o relato de um trabalho crítico no âmbito da execução penal. In: SÁ, A. A.; SHECAIRA, S. S. (Orgs.). **Criminologia e os Problemas da Atualidade**. São Paulo: Atlas, p. 255-275, 2008.

BRAMAN, D. **Families and incarceration**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Yale University, New Haven, 2002.

BRENNER, N. Theses on urbanization. **Public Culture**, v. 25, n. 1, p. 85-114, 2013.

BROWN, W. Finding the Man in the State. In: SHARMA, A.; GUPTA, A. (Orgs.). **The anthropology of the state**: a reader. Oxford: Blackwell, p. 187-210, 2006.

BRÖCKLING, U.; KRASSMANN, S.; LEMKE, T. **Governmentality**: current issues and future challenges. New York: Routledge, 2011.

BURAYIDI, M.; COULIBALY, M. Image Busters: how prison location distorts the profiles of rural host communities and what can be done about it. **Economic Development Quarterly**, v. 23, n. 2, p. 141-149, 2009.

BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. **The Foucault Effect**: studies in governmentality. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

BUTLER, J. Detención indefinida. In: _____. **Vida precaria**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, p. 79-132, 2006.

CALLON, M.; LATOUR, B. Unscrewing the big Leviathan: or how actor macro-structure reality and how sociologists help them to do so?. In: KNORR, K.; CICOUREL, A. (Orgs.). **Advances in Social Theory and Methodology**. Londres: Routledge, p. 277-303, 1981.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório Final**: CPI do Sistema Carcerário. Relator Deputado Domingos Dutra, Brasília, 2008.

CAMBAÚVA, D. F.; NEVES, F. C.; PEREIRA, L. B.; SILVA, L. M.; NACHADO, M. B. **A Nova Alta dos Presídios**: uma história de Tupi Paulista. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, s/d. Disponível em: <<http://altadospresidios.com.br>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

CANÊDO, C.; FONSECA, D. S. (Orgs.). **Ambivalência, contradição e volatilidade no sistema penal**: leituras contemporâneas da sociologia da punição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. Homicide rates and human rights violations in São Paulo, Brazil: 1990 to 2002. **Health and Human Rights**, v. 6, n. 2, p. 14-34, 2003.

CARDINELLI, M. J. Senso de justiça na Polícia Civil do Rio de Janeiro: fianças, normas e moralidades. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29, 2014. Natal. **Anais...** Natal: ABA, 2014. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401319040_ARQUIVO_RBAPER-MarcusCardinelli.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

CARRABINE, E. Discourse, governmentality and translation: towards a social theory of imprisonment. **Theoretical Criminology**, v. 4, n. 3, p. 309-331, 2000.

CARVALHO, S. (Coord.). **Dos critérios de aplicação da pena no Brasil**: análise doutrinária e jurisprudencial da conveniência da determinação da pena mínima. Série Pensando o Direito, n. 2, Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

_____. **O papel dos atores do sistema penal na era do punitivismo** (o exemplo privilegiado da aplicação da pena). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CASTEL, R. L'institution psychiatrique en question. **Revue française de sociologie**, v. 12, n. 1, p. 57-92, 1971.

CASTELLS, M. Flujos, Redes e Identidades: una teoría crítica de la sociedad informacional. In: _____. *Nuevas perspectivas críticas en educación*. Madrid: Paidós Ibérica, p. 13-54, 1994.

CASTRO E SILVA, A. M. **Participo que...** Desvelando a punição intramuros. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

CESCON, F. R. **Migração e unidades prisionais**: o cenário dos pequenos municípios do oeste paulista. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

_____; BAENINGER, R. Cidades carcerárias: migração e presídios em regiões de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17, 2010, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2010.

CHANTRAINE, G. **Par-delà les murs**. Trajectoires et expériences en maison d'arrêt. Paris: Presses Universitaires de France-Le Monde, 2004a.

_____. Prison and sociological perspective. **Champ Pénal/ Penal Field**, n. 1, v. 1, p. 2-11, 2004b.

_____. A prisão pós-disciplinar. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 62, p. 79-106, 2006.

CHIES, L. A. **A capitalização do tempo social na prisão**: a remição no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CHRISTIAN, J. Riding the Bus: barriers to prison visitation and family management strategies. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, v. 21, n. 1, p. 31-48, 2005.

CHRISTIE, N. **Crime Control as Industry**: Towards GULAGs, Western Style? London: Routledge, 1993.

CIDH – COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Comissão Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos. **Resposta do Estado brasileiro referente ao Caso 11.291** (111 mortos da Casa de Detenção Carandiru). Washington, 2006.

CLEMMER, D. **The Prison Community**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1958.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório geral**: mutirão carcerário do Estado de São Paulo (e atas anexas). Brasília, Poder Judiciário, 2012.

COELHO, E. C. **A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COHEN, S. The punitive city: notes on the dispersal of social control. **Contemporary Crises**, v. 3, p. 339-363, 1979.

COLLIER, S. J. Topologias do poder: a análise de Foucault sobre governo político para além da 'governamentalidade'. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 245-284, 2011.

_____. ONG, A. Global assemblages, anthropological problems. In: _____. **Global assemblages: technology, politics and ethics as anthropological problems**. London: Blackwell, 2005.

COMBESSIE, P. **Prisons des villes et des campagnes: étude d'écologie sociale**. Québec: Les Classiques des Sciences Sociales, 1996.

_____. The 'sensitive perimeter' of the prison: a key to understanding the durability of the penal institution. In: RUGGIERO, V.; TAYLOR, I.; SOUTH, N. (Orgs.). **The New European Criminology: crime and social order in Europe**. London: Routledge, p. 125-135, 1998.

_____. La prison dans son environnement: symptômes de l'ambivalence entre les démocraties et l'enfermement carcéral. **Les cahiers de la sécurité**, n. 12, p. 21-31, 2010.

COMFORT, M. L. **Doing Time Together: love and family in the shadow of the prison**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

CORDEIRO, R.; DONALÍSIO, M. R. Homicídios masculinos na Região Metropolitana de São Paulo entre 1979 e 1998: uma abordagem pictórica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 3, p. 669-677, 2001.

CORRÊA Jr., A. **Monitoramento eletrônico de penas e alternativas penais**. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CÔRTEZ, T. R. **Os migrantes da costura em São Paulo: retalhos de trabalho, cidade e Estado**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COSTA, M. P. **O caos ressurgirá da ordem: Fernando de Noronha e a reforma prisional no Império**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

COURTRIGHT, K.; PACKARD, S. HANNAN, M; BRENNAN, E. Prisons and rural Pennsylvania communities: exploring the health of the relationship and the possibility of improvement. **Prison Journal**, v. 90, n. 1, p. 69-93, 2010.

CUNHA, M. I. O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira. In: BRANCO, J. F.; AFONSO, A. I. (Orgs.). **Retóricas sem fronteiras**. Lisboa: Celta, p. 101-109, 2003.

_____. As organizações enquanto unidades de observação e de análise: o caso da prisão. **Etnográfica**, v. 8, n. 1, p. 151-157, 2004.

_____. El tiempo que no cesa: la erosión de la frontera carcelaria. **Renglones**, v. 58-59, p. 32-41, 2005.

_____. O tempo insuspenso: uma aproximação a duas percepções carcerais da temporalidade. In: ARAÚJO, E.; DUARTE, A. M.; RIBEIRO, R. (Orgs.). **O tempo, as**

culturas e as instituições: para uma abordagem sociológica do tempo. Lisboa: Colibri, p. 91-104, 2007.

_____. Prisão e sociedade: modalidades de uma conexão. In: _____. **Aquém e além da prisão:** cruzamentos e perspectivas. Lisboa: 90º Ed., p. 7-32, 2008.

CUTITTA, P. Le monde-frontière: le contrôle de l'immigration dans l'espace globalisé. **Cultures & Conflits**, n. 68, p. 61-84, 2007.

DAS, V. **Life and Words:** violence and the descent into the ordinary. Berkeley: University of California Press, 2007.

_____; POOLE, D. (Orgs.). El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27, p. 19-52, 2008.

DEAN, M. **Governmentality:** power and rule in modern society. London: SAGE, 1999.

DELEUZE, G. **Foucault**. Barcelona: Paidós, 1987.

_____. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, p. 223-230, 2010.

_____; GUATTARRI, F. **Mil Platôs**, v. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

_____. **Mil Platôs**, v. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997a.

_____. **Mil Platôs**, v. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997b.

DEPEN – DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. (2014) **Infopen – estatística**. Brasília: Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2014

DEPESP – DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Planilhas de gastos em higiene, vestuário e limpeza:** no ano de 2011 e primeiro semestre de 2012, referentes às Coordenadorias Regionais da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. São Paulo: DEPESP, 2012a.

_____. **Parecer do Procedimento Interno do Núcleo de Situação Carcerária:** fornecimento de produtos básicos de assistência material nos presídios. São Paulo, DEPESP, 2012b. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/0/documentos/n%C3%BACleos%20especializados/Parecer%20NESC%20204-36-2012.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. **Estabelecimentos prisionais e VEC correspondente**. São Paulo: DEPESP, 2014a. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=3078>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. **Ofício SAP/GS n. 0093/2014**. São Paulo: DEPESP, 2014b.

DIAS, C. N. **A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo**: religião e violência na prisão. São Paulo: Humanitas, 2008.

_____. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Disciplina, controle social e punição: o entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, p. 113-127, 2014.

DIMINESCU, D. Mobilités et connexions : l'usage du téléphone portable par les migrants dans une situation précaire. **Hommes et Migrations**, n. 1240, p. 66-81, 2002.

DONZELOT, J. La dissuasion urbaine du crime. In: THÉODOROU, S. **Emprises de la violence**. Paris: Parenthèses, p. 171-198, 2013.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUARTE, B. M. **Superlotadas, unidades prisionais da região estão com quase o dobro de detentos**. A Tribuna, Santos, 9 set. 2012. Disponível em: <<http://www.atribuna.com.br/2.685/superlotadas-unidades-prisionais-da-regi%C3%A3o-est%C3%A3o-com-quase-o-dobro-de-detentos-1.233311>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

EKIRCH, R. Bound for America: a profile of British convicts transported to the colonies, 1718-1775. **The William and Mary Quarterly**, v. 42, n. 2, p. 184-200, 1985.

FARRINGTON, K. The modern prison as total institution? Public perception versus objective reality. **Crime & Delinquency**, v. 38, n. 1, p. 6-26, 1992.

FAUGERON, C.; LE BOULAIRE, J. M. Prisons, peines de prison et ordre public. **Revue française de sociologie**, v. 33, n. 1, p. 3-32, 1992.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FEELEY, M.; SIMON, J. A nova penologia: notas sobre a emergente estratégia correccional e suas implicações. In: CANÊDO, C.; FONSECA, D. S. (Orgs.). **Ambivalência, contradição e volatilidade no sistema penal**: leituras contemporâneas da sociologia da punição. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 19-54, 2012.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

_____. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 2, p. 232-255, 2012.

FERGUSON, J. **The Anti-Politics Machine**: ‘development’, depoliticization and bureaucratic power in Lesotho. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

_____. **Global shadows: Africa in the neoliberal world order.** Durham: Duke University Press, 2006.

_____. GUPTA, A. Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. **American Ethnologist**, v. 29, n. 4, p. 981-1002, 2002.

FERRAZ DE LIMA, J. **Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Pombos-correios são pegos com peças de celular perto de presídio no interior de São Paulo.** Cotidiano, São Paulo, 31 mar. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/03/543272-pombos-correios-sao-pegos-com-pecas-de-celular-perto-de-presidio-no-interior-de-sp.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **A história da sexualidade 2: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **A história da sexualidade 3: o cuidado de si.** Rio de Janeiro: Graal, 2005a.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

_____. **Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978).** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979).** São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Les corps utopiques et Les hétérotopies.** Paris: Lignes, 2009.

_____. Prefácio (in Jackson). In: _____ **Ditos e Escritos**, v. 4. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 146-151, 2010.

FREIRE DA SILVA, C. **Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GARLAND, D. 'Governmentality' and the problem of crime: Foucault, criminology, sociology. **Theoretical Criminology**, v. 1, n. 2, p. 173-214, 1997.

_____. As contradições da 'sociedade punitiva': o caso britânico. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13, p. 59-80, 1999.

_____. (Org.). **Mass imprisonment: social causes and consequences.** London: SAGE, 2001.

_____. **La cultura del control:** crimen y orden social en la sociedad contemporánea. Barcelona: Editorial Gedisa, 2005.

GARREAUD, A. Biopolítica y prisión: umbrales de trabajo. In: **Umbrales:** fugas de la institución total – entre captura y vida. Sevilla: Universidad Internacional de Andaluzia, p. 36-55, 2010.

GAWRYSZEWSKI, V.; MELLO, M. J. Mortalidade violenta no Município de São Paulo nos últimos 40 anos. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 3, n. 1-3, p. 50-69, 2000.

GELL, A. **The anthropology of time:** cultural constructions of temporal maps and images. Oxford: Berg, 1992.

GERALDINI, J. R. **O monitoramento eletrônico como dispositivo de controle no sistema prisional brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

GIL, I. C. **Nova Alta Paulista, 1930-2006** - entre memórias e sonhos: do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

_____. A descentralização espacial dos presídios no estado de São Paulo e a face perversa do neoliberalismo materializada no oeste paulista. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevideu. **Anais...** Uruguai, 2009.

GILMORE, R. W. **Golden Gulag:** prisons, surplus, crisis, and opposition in globalizing California. Los Angeles: University of California Press, 2007.

GLASMEIER, A.; FARRIGAN, T. The economic impacts of the prison development boom on persistently poor rural places. **International Regional Science Review**, v. 30, n. 4, p. 274-299, 2007.

GODOI, R. Entre el hogar y la cárcel: una historia de vida (des)estructurada por las instituciones penitenciarias. **Quaderns-e**, n. 11a, 2008. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/QuadernseICA/article/view/124218>>. Acesso em 20 nov. 2014.

_____. **Ao redor e através da prisão:** cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Para uma reflexão sobre efeitos sociais do encarceramento. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 8, p. 138-154, 2011a.

_____. Gerindo o ‘convívio’ dentro e fora da prisão: a trajetória de vida de um agente penitenciário em tempos de transição. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. S. (Orgs.). **Saídas de Emergência:** ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, p. 169-188, 2011b.

GÓES, E. A presença e a ausência da população penitenciária em pequenas e médias cidades do interior paulista: dilemas de uma história recente. **Projeto História**, n. 38, p. 183-204, 2009.

_____.; MAKINO, R. L. As unidades prisionais do Oeste Paulista: implicações do aprisionamento e do fracasso da tentativa da sociedade de isolar por completo parte de si mesma. **Terra Livre**, n. 19, p. 163-176, 2002.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOVERNO DO ESTADO. **Força-tarefa da Segurança Pública vai combater o crime organizado**: governo também vai aumentar o número de bloqueadores de sinal em unidades prisionais. São Paulo: Portal do Governo do Estado, 15 out. 2013. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=233388&c=6>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

GUPTA, A. **Red tape**: bureaucracy, structural violence and poverty in India. London: Duke University Press, 2012.

HANNAH-MOFFAT, K. Prisons that empower: neoliberal governance in Canadian women's prisons. **British Journal of Criminology**, v. 40, p. 510-531, 2000.

HARAWAY, D. 'Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004.

HAYNER, N.; ASH, E. The prisoner community as a social group. **American Sociological Review**, v. 4, n. 3, p. 362-369, 1939.

HIRATA, D. No meio de campo: o que está em jogo no futebol de várzea? In: TELLES, V. S.; CABANES, R. **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, p. 243-290, 2006.

_____. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Ilegalismos. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 97-104, 2014.

HOLSTON, J. Dangerous spaces of citizenship: gang talk, rights talk and rule of law in Brazil. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 12-31, 2009.

HOWARD, C. (Org.). **Direitos humanos e mulheres encarceradas**. São Paulo: ITTC e Pastoral Carcerária, 2006.

HULING, T. Building a Prison Economy in Rural America. In: MAUER, M.; CHESNEYLIND, M. (Orgs.). **Invisible Punishment**: the collateral consequences of mass imprisonment. New York: The New Press, p. 197-213, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao>. Acesso em: 20 nov. 2014.

ICPS – INTERNATIONAL CENTRE FOR PRISON STUDIES. **Highest to lowest**. London: University of London. Disponível em: <<http://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

IHRC – INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC; JUSTIÇA GLOBAL. **São Paulo sob ataque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006**. São Paulo: Human Rights Program at Harward School e Justiça Global Brasil, 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mapa da Defensoria Pública no Brasil**. Brasília: IPEA/ANADEP, 2013.

IRWIN, J.; CRESSEY, D.; Thieves, convicts and the inmate culture. **Social Problems**, v. 10, n. 2, p. 142-155, 1962.

ITTC – INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA; PASTORAL CARCERÁRIA. **Tecer justiça: presas e presos provisórios da cidade de São Paulo**. São Paulo: Open Society/Paulus, 2012.

JACOBS, J. B. Street gangs behind bars. **Social Problems**, v. 21, n. 3, p. 395-409, 1974.

_____.; RETSKY, H. Prison Guard. **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 4, n. 1, p. 5-29, 1975.

JESUS, M. G.; OI, A. H.; ROCHA, T. T.; LAGATTA, P. **Prisão provisória e lei de drogas: um estudo sobre flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo**. São Paulo: NEV/Open Society/FUSP, 2011.

JOCENIR. **Diário de um Detento**. São Paulo: Labortexto, 2001.

JOSEPH, I. Urbanité et ethnicité. **Terrain**, n. 3, p. 20-31, 1984.

_____. **La ville sans qualités**. La Tour d'Aigues: L'Aube, 1998.

JOZINO, J. **Cobras e Lagartos: A vida íntima e perversa nas prisões brasileiras. Quem manda e quem obedece no partido do crime**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

_____. **Casadas com o crime**. São Paulo: Letras do Brasil, 2008.

KAMINSKI, D.; KOKOREFF, M. **Sociologie pénale: système et expérience – pour Claude Faugeron**. Ramonville Saint-Agne: Érès, 2004.

KANT DE LIMA, R. **Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009.

KING, R. S.; MAUER, M.; HULING, T. **Big prisons, Small Towns**: prison economics in rural America. Washington DC: The Sentencing Project, 2003.

KING, R. D.; McDERMOTT, K. 'My geranium is subversive': some notes on the management of trouble in prisons. **The British Journal of Sociology**, v. 41, n. 4, p. 445-471, 1990.

KOKOREFF, M. Les trajectoires recomposées, ou le penal entre mises en scène et zones d'ombre. In: KAMINSKI, D.; KOKOREFF, M. **Sociologie pénale**: système et expérience – pour Claude Faugeron. Ramonville Saint-Agne: Érès, p. 107-132, 2004.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LAGO, N. **Mulheres na prisão**: entre famílias, batalhas e a *vida normal*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LATOUR, B. Visualization and cognition: thinking with eyes and hands. In: Kuklick, H. (Org.). **Knowledge and Society**: studies in the sociology of culture past and present. Bingley: Jai Press, p. 1-40, 1986.

_____. Mixing humans and nonhumans together: the sociology of a door-closer. **Social Problems**, v. 35, n. 3, p. 298-310, 1988.

_____. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Ed. 34, 1994a.

_____. Pragmatogonies: a mythical account of how humans and nonhumans swap properties. **American Behavioral Scientist**, v. 37, n. 6, p. 791-808, 1994b.

_____. **Reassembling the social**: an introduction to actor-network-theory. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). **Cadernos de Campo**, n. 14-15, p. 339-352, 2006.

_____. **The Making of Law**: an ethnography of the Conseil d'État. Cambridge: Polity, 2010.

LEMKE, T. Foucault, governmentality and critique. In: RETHINKING MARXISM CONFERENCE, University of Amherst, 21-24 set. 2000. **Papers...** Disponível em: <<http://www.thomaslemkeweb.de/publikationen/Foucault,%20Governmentality,%20and%20Critique%20IV-2.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

LEONARDO, H. **Justiça paulista autoriza grampo em parlatório**. São Paulo: Consultor Jurídico, 12 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-fev-12/grampos-parlatorios-transcendem-presidios-federais>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

LIMA, R. S. **Conflitos sociais e criminalidade urbana**: uma análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LOPES, T. **Dilma sanciona lei que cria banco de DNA de criminosos no país**: lei obriga identificação genética de condenados por crimes violentos. Porto Alegre: G1, 29 maio 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/05/dilma-sanciona-lei-que-cria-banco-de-dna-de-criminosos-no-pais.html>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MACEDO Jr., R. P. A evolução institucional do Ministério Público Brasileiro. In: SADEK, M. T. **Uma introdução ao estudo da justiça**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 65-94, 2010.

MAGALHÃES Jr., J. C. **O Mercado da Dádiva**: formas biopolíticas de um controle das populações periféricas urbanas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. As entidades sociais e o surgimento de uma gestão concorrencial do engajamento cívico. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. S. (Orgs.). **Saídas de Emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, p. 257-278, 2011.

MALLART, F. **Cadeias dominadas**: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MALVENTI, D. **Curar y reinsertar**: líneas de fuga de la maquina penal contemporânea. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidad de Barcelona, Barcelona, 2009.

_____. Simbiosis vital. In: SÁNCHEZ, I. G. (Org.). **Teoría social, marginalidad urbana y estado penal**: aproximaciones al trabajo de Loïc Wacquant. Madrid: Dykinson, p. 329-364, 2012.

MARANHÃO, T. O sentido político das práticas de responsabilidade social empresarial no Brasil. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. S. (Orgs.). **Saídas de Emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, p. 237-256, 2011.

MARCHETTI, A. M. **La prison dans la Cité**. Paris: Desclée de Brouwer, 1996.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 95-117, 1995.

MARIATH, C. R. **Limites da revista corporal no âmbito do sistema penitenciário**. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, s/d.

MARQUES, A. 'Faxina' e 'pilotagem': dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional. **Lugar Comum**, n. 25-26, p. 283-290, 2008.

_____. **Crime, proceder, convívio-seguro**: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARTIN, R.; MYERS, D. L. Community member reactions to prison siting: perceptions of prison impact on economic factors. **Criminal Justice Review**, n. 29, p. 115-144, 2004.

_____. Public response to prison siting: perceptions of impact on crime and safety. **Criminal Justice and Behavior**, v. 32, n. 2, p. 143-171, 2005.

MARTIN, L. L.; MITCHELSON, M. L. Geographies of detention and imprisonment: interrogating spatial practices of confinement, discipline, law and state power. *Geography Compass*, v. 3, n. 1, p. 459-477, 2009.

MARX, K. Bénéfices secondaires du crime. In: SZABO, D. **Déviance et criminalité**: textes. Paris: Armand Colin, p. 84-85, 1970.

MASSARO, C. M. Trabalho no cárcere feminino: subcontratação, subsistência, ocupação do tempo e esperança. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ALAST, 2013.

_____. **Trabalho em tempos de crise**: a superexploração do trabalho penal no Centros de Ressocialização femininos do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

MAUER, M.; CHESNEY-LIND, M. (Orgs.). **Invisible Punishment**: the collateral consequences of mass imprisonment. New York: New Press, 2002.

MELOSSI, D. Georg Rusche: a biographical essay. **Crime and Social Justice**, n. 14, p. 51-63, 1980.

_____; PAVARINI, M. **Cárcere e Fábrica**: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MESSUTI, A. **O tempo como pena**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MILLER, P.; ROSE, N. Governing economic life. **Economy and Society**, v. 19, n. 1, p. 1-31, 1990.

MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo**: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. Sobre a Construção Social do Crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: _____ (Org.). **Acusados e Acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, p. 13-32, 2008.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria ‘bandido’. **Lua Nova**, n. 79, p. 15-38, 2010.

_____.; GRILLO, C. C.; TEIXEIRA, C. P.; NERI, N. E. **Quando a polícia mata**: homicídios por 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). Rio de Janeiro: Booklink, 2013.

MJ – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório da situação atual do sistema penitenciário**: conselhos da comunidade. Brasília: DEPEN, 2008.

MYASHIRO, S. G. **Filhos de presidiários**: um estudo sobre estigma. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Apresentado projeto que propõe transferir gestão do convênio de assistência judiciária**. Notícias, 27 out. 2011. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/noticias/2011/10/27/7376>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

O'MALLEY, P. **Governmentality and risk**: legal studies research paper n.09/98. Sydney: Sydney Law School, 2009.

_____. Punição contraditória e volátil. In: CANÊDO, C.; FONSECA, D. S. (Orgs.). **Ambivalência, contradição e volatilidade no sistema penal**: leituras contemporâneas da sociologia da punição. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 101-128, 2012.

_____.; HUTCHINSON, S. Reinventing Prevention: Why Did 'Crime Prevention' Develop So Late? **British Journal of Criminology**, n. 47, p. 373-389, 2007.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Regras mínimas para o tratamento de prisioneiros**. Genebra: 1º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, 1955. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/fpena/lex52.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

PADOVANI, N. C. **'Perpétuas espirais'**: falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

_____. Confounding borders and walls: documents, letters and the governance of relationships in São Paulo and Barcelona prisons. **Vibrant**, v. 10, n. 2, p. 341-376, 2013.

PASHUKANIS, E. The general theory of law and marxism. In: BEIRNE, P.; SHARLET, R. **Selected writings on marxism and law**. London: Academic Press, p. 32-131, 1980.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Relatório sobre tortura**: uma experiência de monitoramento dos locais de detenção para prevenção da tortura. São Paulo: Serviço da CNBB, 2010.

_____. **Direito ao semiaberto e proposta de Súmula Vinculante 57**. Notícias: 12 ago. 2014. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/direito-ao-semiaberto-e-proposta-de-sumula-vinculante-57.html>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

PEDRINI, J. A. **Gestão Alckmin conta até enfermaria e infla vagas em presídios**. Folha de São Paulo, Cotidiano, 04 abr. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1435620-gestao-alckmin-conta-ate-enfermaria-e-infla-vagas-em-presidios.shtml>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

PENITENCIARISTA, O. **História dos estabelecimentos penais**. O Penitenciário, Informativo do Museu Penitenciário Paulista, a. 1, n. 4, p. 3, 2011.

_____. **Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico ‘Dr. Arnaldo Amado Ferreira’**. O Penitenciário, Informativo do Museu Penitenciário Paulista, a. 3, n. 14, p. 4, 2013.

PERES, M.; CARDIA, N.; MESQUITA NETO, P.; SANTOS, P.; ADORNO, S. Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 23, n. 4, p. 268-276, 2008.

PIERRE, M. Le siècle des bagnes coloniaux (1852-1953). **Criminocorpus**, Dossier Les Bagnes Coloniaux, 2006. Disponível em: <<http://criminocorpus.revues.org/174>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

PIETÁ, E.; PEREIRA, J. **Pavilhão 9: o Massacre do Carandiru**. São Paulo: Scritta, 1993.

PINHEIRO, P. S.; ADORNO, S.; CARDIA, N.; POPPOVIC, M. (Orgs.). **Continuidade Autoritária e Construção da Democracia: Relatório Final**. São Paulo: NEV, 1999. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down000.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

RAMALHO, J. R. **O mundo do crime: a ordem pelo avesso**. São Paulo: IBCCrim, 2002.

REDÍGOLO, N. C. **Para além dos muros e das grades: atitudes e valores em relação às instituições carcerárias do município de Valparaíso/SP**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

RHODES, L. A. Toward an anthropology of prisons. **Annual Review of Anthropology**, v. 30, p. 65-83, 2001.

RIBEIRO, R. **Escolta de presos será feita por agentes a partir de 2014**. Diário do Grande ABC, 29 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/497133/escolta-de-presos-sera-feita-por-agentes-a-partir-de-2014?referencia=buscas-lista>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

RICORDEAU, G. **Les relations familiales a l’épreuve de l’incarcération: solidarités et sentiments à l’ombre des murs**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Université Paris IV – Sorbonne, Paris, 2007.

_____. Between inside and outside: prison visiting rooms. **Politix**, n. 97, p. 101-123, 2012.

RIZEK, C. São Paulo: orçamento e participação. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, p. 129-156, 2007.

ROIG, R. D. E. **Direito e prática histórica da execução penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ROIG, A.; ARCEBI, A.; CABRAL, J.; CUBILLA, W.; CRUZ, M.; IÑIGUEZ, A.; LAGOS, O.; MADURI, M.; PARET, E.; ROSAS, P.; TOLOSA, P. et al. Monedas vivas y monedas

muertas: genealogía del dinero en la cárcel. **Papeles de Trabajo**, v. 8, n. 13, p. 126-143, 2014.

ROSE, N. Government and control. **British Journal of Criminology**, n. 40, p. 321-339, 2000.

_____.; O'MALLEY, P.; VALVERDE, M. Governmentality. **Annual Review of Law and Social Sciences**, n. 2, p. 83-104, 2006.

ROTHMAN, D. J. **The Discovery of Asylum**: social order and disorder in the New Republic. London: Aldine Transaction, 2008.

ROY, A. The 21st-Century Metropolis: new geographies of theory. **Regional Studies**, v. 43, n. 6, p. 819-830, 2009a.

_____. Civic Governmentality: the politics of inclusion in Beirut and Mumbai. **Antipode**, v. 41, n. 1, p. 159-179, 2009b.

RUGGIERO, V.; SOUTH, N. The late city as a bazaar: drug markets, illegal enterprise and the barricades. **The British Journal of Sociology**, v. 48, n. 1, p. 54-70, 1997.

RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SABAINI, R. Uma cidade entre presídios: percepções acerca de um contínuo entre a prisão e o urbano. **Sociedade e Território**, v. 23, n. 2, p. 21-37, 2011.

_____. **Uma cidade entre presídios**: ser agente penitenciário em Itirapina-SP. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SALLA, F. **As prisões em São Paulo**: 1822-1940. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. Casa de Detenção de São Paulo - passado e presente. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 32, p. 213-220, 2000.

_____. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, n. 16, p. 274-307, 2006a.

_____. A pesquisa sobre as prisões: um balanço preliminar. In: KOERNER, A. (Org.). **História da Justiça Penal no Brasil**. São Paulo: IBCCrim, p. 107-127, 2006b.

_____. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, a. 1, n. 1, p. 72-90, 2007.

_____.; DIAS, C. Controle disciplinar e relações de poder nas prisões em São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPOCS, 2011. Disponível em:

<http://www.anpocs.org.br/portal/35_encontro_gt/GT38/FernandoSalla.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2014.

_____.;_____.; SILVESTRE, G. Políticas penitenciárias e as facções criminosas: uma análise do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) e outras medidas administrativas de controle da população carcerária. **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 33, p. 333-351, 2012.

SALLE, G.; CHANTRAINE, G. Le droit emprisonné? Sociologie des usages sociaux du droit em prison. **Politix**, n. 87, p. 93-117, 2009.

SANTOS, M. S. Os porões da República: a colônia correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930. **Topoi**, v. 7, n. 13, p. 445-476, 2006.

SAP – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. **SAP realiza treinamento do New Gepen para funcionários**. São Paulo: Assessoria de Imprensa, 13 set. 2007a. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/common/noticias/0200-0299/not283.html>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

_____. **SAP realiza testes com novos portais detectores de metais**. São Paulo: Assessoria de Imprensa, 14 jun. 2007b. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/common/noticias/0200-0299/not257.html>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

_____. **Novos equipamentos de segurança e inteligência beneficiarão as unidades prisionais**. São Paulo: Assessoria de Imprensa, 02 abr. 2007c. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/common/noticias/0200-0299/not240.html>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

_____. **Regimento Interno Padrão das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo**. Resolução SAP – 144 de 29 jun. 2010. São Paulo: Gabinete do Secretário, 2010.

_____. **População prisional [por unidade] – 05 nov. 2013**. São Paulo: Portal SAP. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

_____. **158 Unidades Prisionais – 20 jan. 2014**. São Paulo: Portal SAP. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SCHRITZMEYER, A. L. P. **Jogo, ritual e teatro: um estudo antropológico do Tribunal de Júri**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

SCHWARTZ, B. Waiting, exchange and power: the distribution of time in social systems. **American Journal of Sociology**, v. 79, n. 4, p. 841-870, 1974.

SCOCUGLIA, L. **Defensor de SP terá mesmo teto de ministro do Supremo**. São Paulo: Consultor Jurídico, 20 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-mar-20/defensores-publicos-sp-terao-mesmo-teto-remuneratorio-ministros-stf>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

SE – SECRETARIA DE ENERGIA. **Usinas de Cana-de-Açúcar e Destilarias**: Estado de São Paulo – 2008. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Mapa. Escala: 1:1.200.000, 2008.

SELIGMAN, F. **STF derruba obrigação de convênio entre OAB e a Defensoria de SP**. Folha de São Paulo, Poder, 29 fev. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/02/1055412-stf-derruba-obrigacao-de-convenio-entre-oab-e-a-defensoria-de-sp.shtml>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

SENELLART, M. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. **Tempo Social**, v. 7, n. 1-2, p. 1-14, 1995.

_____. Michel Foucault: plèbe, peuple, population. In: IHL, O.; CHÊNE, J.; WATERLOT, G.; VIAL, E. **La tentation populiste au coeur de l'Europe**. Paris: La Découvert, p. 301-313, 2003.

SHARMA, A.; GUPTA, A. (Orgs.). **The anthropology of the state**: a reader. Oxford: Blackwell, 2006.

SILVEIRA, D. **Revista vexatória desestimula entrada nos presídios para ocultar outras violações**. São Paulo: Radioagência NP, 15 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/11860-revista-vexatoria-desestimula-entrada-nos-presidios-para-ocultar-outras-violacoes>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

SILVESTRE, G. **Dias de visita**: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

SIMON, J. Fear and loathing in late modernity: reflections on the cultural sources of mass imprisonment in the United States. In: GARLAND, D. (Org.). **Mass imprisonment**: social causes and consequences. London: SAGE, p. 15-27, 2001.

SIQUEIRA, C. **PM apreende mini-helicóptero usado para enviar celulares para cadeia**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 30 maio 2012. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pm-apreende-mini-helicoptero-usado-para-enviar-celulares-para-cadeia,880066>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

SOLSCHENIZYN, A. **Archipiélago Gulag**: 1918-1956. Barcelona: Círculo de Lectores, 1974.

SOUZA, F. **PCC**: a facção. São Paulo: Record, 2007.

STOLER, A. L. Tense and tender ties: the politics of comparison in North American History and (post) colonial studies. **The Journal of American History**, v. 88, n. 3, p. 829-865, 2001a.

_____. Matters of intimacy as matters of state: a response. **The Journal of American History**, v. 88, n. 3, p. 893-897, 2001b.

SYKES, G. M. **Society of Captives**: a study of a maximum security prison. Princeton: Princeton University Press, 1971.

TAETS, A. R. **Abrindo e fechando celas**: narrativas, experiências e identidades de agentes de segurança penitenciária femininas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, A. **Prisões da exceção**: política penal e penitenciária no Brasil contemporâneo. Curitiba, Ed. Juruá, 2009.

_____. **Construir a delinquência, articular a criminalidade**: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____; BORDINI, E. B. T. Decisões judiciais da Vara de Execuções Criminais: punindo sempre mais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 66-71, 2004.

TELLES, V. S. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos Estudos**, n. 84, p. 153-175, 2009.

_____. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010a.

_____. Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas**, n. 5-6, p. 97-126, 2010b.

_____. Jogos de poder nas dobras do legal e ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. In: AZAÏS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. S. **Ilegalismos, cidade e política**. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 27-56, 2012.

_____; CABANES, R. **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

_____; HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 173-191, 2007.

_____. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social**, n. 22, v. 2, p. 39-59, 2010.

THOMPSON, E. N. **The Rock**: a history of Alcatraz Island, 1847-1972. Denver: Historic Preservation Division, National Park Service, s/d.

TRAVIS, J. e WAUL, M. (Orgs.). **Prisoners Once Removed**: The Impact of Incarceration and Reentry on Children, Families, and Communities. Washington DC: Urban Institute Press, 2003.

URRY, J. **Sociology beyond societies**: mobilities for the twenty-first century. London: Routledge, 2000.

VARELA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

VARGAS, J.; RIBEIRO, L.M. Estudos de fluxo da justiça criminal: balanços e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 32, 2008, Caxambu. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPOCS, 2008. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=377%3Aanais-do-encontro-gts&catid=1022%3A32o-encontro&Itemid=230>. Acesso em: 22 nov. 2014.

VIANNA, A. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. In: _____ (Org.). **O fazer e o desfazer dos direitos**: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. Rio de Janeiro: E-papers, p. 15-35, 2013.

_____. Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e *corpus* entrecruzados. In: LIMA, A.C.; GARCÍA-ACOSTA, V. (Orgs.). **Margens da violência**: subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro. Brasília: ABA, p. 209-237, 2014a.

_____. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a ‘espera’ entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: LEITE, M.; BIRMAN, P.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014b (no prelo).

_____; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 79-116, 2011.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

VIRILIO, P. **Speed and politics**. Los Angeles: Semiotext(e), 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002a.

_____. **O nativo relativo**. *Mana*, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002b.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. A ascensão do Estado penal nos EUA. **Discursos Sediciosos**, a. 7, n. 11, p. 15-42, 2002.

_____. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **Parias Urbanos**: marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio. Buenos Aires: Manantial, 2007.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva, v. 2. São Paulo: Ed. UnB/Imprensa oficial, 2004.

WIMMER, A.; GLICK-SCHILLER, N. Methodological nationalism, the social sciences and the study of migration: an essay in historical epistemology. **International Migration Review**, v. 37, n. 3, p. 576-610, 2003.

ZOMIGHANI Jr., J. H. **Território Ativo e Esquizofrênico**: prisão e pena privativa de liberdade no Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. Grito dos lugares: rebeliões nas prisões e resistência à expansão do estado penal no território paulista. In: BATISTA, V. M. (Org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, p. 97-126, 2012.

_____. **Desigualdades espaciais e prisões na era da globalização neoliberal**: fundamentos da insegurança no atual período. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.